A Memória Coletiva

Maurice Halbwachs

Nova tradução de
BEATRIZ SIDOU

CENTAURO
EDITORA

Capa: Paulo Gaia
Editoração: Conexão Editorial
Revisão: Rogéria Carvalho Sales Ribeiro
Produção editorial: Adalmir Caparrós Fagá

Nova tradução: 2006 – Beatriz Sidou

Título original: *La mémoire collective*
Presses Universitaires de France, Paris, França, 1968
2ª Edição – 2006
4ª Reimpressão – 2010 - 5ª Reimpressão – 2011

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Halbwachs, Maurice, 1877-1945
A memória coletiva / Maurice Halbwachs ;
tradução de Beatriz Sidou
São Paulo : Centauro, 2006
224p.

Tradução de: La Mémoire collective des musiciens.
La Mémoire collective

ISBN 978-85-88208-74-2

1. Sociologia 2. Memória. I. Título.

06-1155. CDD 302
CDU 316.6

© 2011 CENTAURO EDITORA

Travessa Roberto Santa Rosa, 30 – 02804-010 – São Paulo – SP
Tel. 11 – 3976-2399 – Tel./Fax 11 – 3975-2203
E-mail: editoracentauro@terra.com.br
www.centauroeditora.com.br

Sumário

Prefácio		7
Introdução		17
Advertência para a segunda edição francesa		25
Capítulo I	Memória individual e memória coletiva	29
Capítulo II	Memória coletiva e memória histórica	71
Capítulo III	A memória coletiva e o tempo	113
Capítulo IV	A memória coletiva e o espaço	157
Anexo	A memória coletiva entre os músicos	191

Prefácio

Ocorre com a sociologia o mesmo que em outras disciplinas: depois de ter explorado as regiões distantes, ela se aproxima da realidade concreta da existência. A investigação que leva Maurice Halbwachs de uma análise (hoje clássica) das classes sociais ao estudo dos "contextos sociais da memória" é da mesma ordem da que leva Marcel Mauss do *Esboço de uma teoria da magia* a seu *Técnicas do corpo* — a segunda geração da Escola Francesa de sociologia vai do "distante" ao "próximo". Acrescentemos a estes o nome de Robert Hertz, morto na guerra de 1914, cuja contribuição para um estudo sobre a representação coletiva da morte (*l'Année sociologique*, 1905-1906) abriu pesquisa análoga.

Surpreende o quanto as últimas análises de Maurice Halbwachs, pouco antes de sua deportação e assassinato pelos nazistas, abrem um novo caminho para o estudo sociológico da vida cotidiana; é simplesmente lastimável que as idéias contidas neste *A memória coletiva*, livro póstumo publicado em 1950, não tenham fecundado outras pesquisas. Essa data marca na França o ponto mais alto atingido por um "neopositivismo", cujos limites foram na época estabelecidos por Pitirim Sorokim e Georges Gurvitch, demonstrando o caráter ilusório de uma análise que toma seus termos e seus conceitos emprestados a ciências estranhas a seu objeto. Hoje não resta nenhuma dúvida de que o eco desse livro seja mais intenso...

Em sua obra de 1925, *Os contextos sociais da memória*, Maurice Halbwachs se mostra um rigoroso durkheimiano. Ao falar de classes sociais e logo depois, do suicídio, ele vai além do pensamento do mestre da Escola Francesa: sua análise da memória se parece muito com a inspiração das *Formas elementares da vida religiosa*. O autor mostra que é impossível conceber o problema da

recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza à essa reconstrução que chamamos *memória*.

Durkheim, em páginas bastante conhecidas (que trouxeram imensa contribuição para a sociologia do conhecimento), insistia energicamente no fato de que os sistemas de classificações sociais e mentais sempre tomam como base "meios sociais efervescentes". Naquela época, essa idéia não poderia assumir todo o seu significado e nem poderia assumir seu verdadeiro alcance um outro conceito durkheimiano, o da *anomia* (ver a esse respeito o nosso *Durkheim*, publicado pela Presses Universitaires de France). Mais exatamente, da proposta de Durkheim, os contemporâneos retinham a idéia sucinta de uma relação mecânica entre as classificações mentais e as classificações sociais que, no entanto, era uma correlação dialética entre o dinamismo criador dos conjuntos humanos — sua "efervescência" — e a organização de representações simples relacionadas ao cosmo ou ao ambiente da sociedade examinada.

Certamente os termos de Durkheim se prestavam à ilusão. Ele mesmo, em toda a sua vida intelectual, havia sido vítima de um vocabulário que também falavam todos os contemporâneos (até mesmo Bergson). Já indicamos o quanto esse obstáculo de linguagem incomodou o fundador da sociologia francesa no conhecimento de sua própria pesquisa — a análise da consciência coletiva (cuja trama ele pressentira ser imanente às consciências parciais que a compõem, umas permeáveis em relação às outras) não poderia chegar ao fim por causa da imagem antiquada da "consciência de si" fechada em si que o intelectualismo legara a essa geração de pensadores.

Entretanto, nessa mesma época, Husserl propunha uma definição da intencionalidade que teria dado seu significado à descoberta de Durkheim, permitindo-lhe explicar claramente a recíproca abertura das consciências dos sujeitos e a participação dos elementos componentes dessa totalidade viva, sem a qual a idéia de consciência coletiva está desprovida de eficácia funcional. Contudo, o pensamento de Husserl não penetra na França — nem mesmo os elementos da reflexão dialética, nem mesmo de

certo questionamento marxista, que teriam levado a semelhante resultado.

O fato de Durkheim ter sido, em toda a sua vida, contrário a uma formulação que ia de encontro à sua filosofia (o que aparecia especialmente em seus estudos reunidos em *Sociologia e filosofia*) e que, na ausência de nova conceitualização tenha sido levado a hipostasiar a consciência coletiva e a sociedade, é problema que exigiria uma análise demorada. No mínimo, o mestre lega suas dificuldades à primeira geração de seus discípulos...

Entretanto, assim que Maurice Halbwachs começa a publicar seus livros, ocorre uma mudança. Não apenas porque entram na França determinados conceitos funcionais novos, mas principalmente porque a própria experiência impõe à reflexão temas de análise que forçariam uma revisão geral do vocabulário filosófico. Não é certo que a existência de problemas se confunda com a de um sistema constituído da linguagem, especialmente no terreno do conhecimento do homem, que a conceitualização só recobre em parte e sempre de modo aproximado, a infinita riqueza de uma experiência jamais completamente dominada. Também é muito *interessante* saber por que motivo a experiência (a experiência dos intelectuais) em certos momentos é levada a buscar sua verdade em uma identificação da existência com a linguagem — esse acanhamento do espírito é o mesmo da experiência que se limita e se reduz "ao mínimo".

O fato de todo esse período ter sido dominado por uma reflexão sobre a memória e a lembrança, de coincidirem em sua preocupação de atingir as mesmas regiões da experiência coletiva e individual, o conhecimento científico e a criação literária de então, não serão indícios de um excesso da expressão conceitual, estabelecido pela realidade humana? Proust, Bergson, Henry James, Conrad, Joyce, Ítalo Svevo fazem da rememoração e da análise das formas não-reflexivas do espírito um tema essencial de suas pesquisas; o surrealismo (cujo impacto sobre a reflexão filosófica foi examinado por F. Alquié) impõe o acaso, a exploração onírica e memorialista, no primeiro plano de sua ascese, e joga com associações cuja aparente desordem parece resultar de uma lógica oculta,

cuja psicanálise permite a racionalização — tudo isso concorre para criar um feixe de questionamentos que seguem no mesmo sentido: a elucidação da realidade existencial coletiva e individual.

No entanto, isso não resolveu nenhum dos problemas fundamentais da linguagem filosófica francesa. Bergson, ao falar da memória, sofre, como Durkheim, com a inadequação dos termos científicos à realidade que procura reaver. O recurso à linguagem literária (que levava alguns a dizer que o autor de *Matéria e memória* desconfiava das idéias) não é apenas uma homenagem prestada à criação artística que agora avançou na investigação das regiões desconhecidas da experiência, mas também um esforço para constituir um vocabulário novo[1]. Essa tentativa representa o esforço mais coerente para livrar a reflexão de um equipamento mental fora de moda e superado por realidades que emergem de uma experiência que já não dominamos.

Assim sendo, essa preocupação que volta a atenção para a memória e a duração, na verdade corresponde a uma ruptura na continuidade das sociedades européias. Ruptura da guerra de 1914, que afasta um passado que jamais foi percebido como tal, ruptura entre "nacionalistas" hostis, revelando a construção arbitrária a que se entrega um grupo ou nação quando pretende fazer de sua história uma "doutrina", ruptura da vida econômica que acentua a estratificação e a divisão em classes e deixa mais sensível a relação entre a imagem que fazemos do homem e o lugar limitado que essa imagem ocupa num conjunto organizado. O privilégio da consciência universal se dissolve, a etnologia intensifica a incerteza das mentalidades "primitivas" e "científicas" (apesar da ingenuidade dessa dicotomia). É o momento em que Lukacs postula que existe uma subjetividade de classe, que traz consigo sua própria visão do mundo e sua própria memória, subjetividade essa que se torna objetividade absoluta quando se trata de uma classe "privilegiada" por causa do lugar eminente que o filósofo lhe confere na hierarquia

[1] É possível que o jargão filosófico tenha sido um protesto contra a miséria conceitual da filosofia francesa: as críticas de Yvon Belaval e de J.-F. Revel são pertinentes e têm base.

dos grupos e em uma visão carismática da história. Não será também a primeira vez que vemos regimes políticos pretendendo trazer consigo uma imagem absoluta do homem, cada vez diferente, além de um sistema de valores, segundo os quais se recompõem passado e futuro? Pouco a pouco, chegamos a um relativismo impressionista — como o de Karl Mannheim, que perde de vista o enraizamento social das ideologias, cujo intenso desabrochar ele apresenta.

Essas preocupações, que correspondem à intenção profundamente sociológica de nossa época, se manifestam nos temas das pesquisas dos historiadores sociologizantes como Marc Bloch ou Lucien Fèbvre que imprimem sua marca na evolução de Maurice Halbwachs.

A topografia lendária dos Evangelhos na Terra Santa (publicado em 1941) é um dos testemunhos dessa orientação para o concreto — não será mostrar o quanto varia a localização das lembranças coletivas segundo os diversos grupos (e suas relações recíprocas), quando esses últimos se apoderam de uma "representação coletiva" comum? Sob a superfície exterior, que reúne uma tradição respeitosa e ingênua, se sobrepõem camadas de interpretações diferentes, cada uma das quais corresponde às perspectivas reais que esse ou aquele grupo (tal ou qual seita) define como correspondendo a seu lugar em um tempo e um espaço. A história, livre do "historicismo", aqui se une à sociologia despojada do "sociologismo" de suas origens...

Os textos contidos nesta *Memória coletiva* são outro ponto de convergência daquela pesquisa. Seu significado é maior porque estão mais relacionados a nós. Certamente também porque a feitura da obra em que estão reunidos é mais livre do que a de todos os outros textos de Maurice Halbwachs, e porque ela está carregada de intenções literárias, no melhor sentido desta palavra.

O interesse do livro reside sobretudo no fato de que, ao contrário do postulado positivista, unem-se aqui interpretação abrangente e análise causal, o apanhado dos conjuntos e dos significados. Ainda mais profundamente sob esta análise da memória, está oculta uma definição do tempo. Este realmente não é mais o

meio homogêneo e uniforme em que se desenrolam todos os fenômenos (segundo uma idéia preconcebida em qualquer reflexão filosófica), mas o simples princípio de uma coordenação entre elementos que não dependem do pensamento ontológico, por questionarem regiões que lhes são irredutíveis da experiência. Contra uma visão platônica que faz do tempo "a imagem móvel da eternidade", contra a interpretação de um espiritualismo antiquado que afirma que "a materialidade lança sobre nós o esquecimento", contra uma concepção hegeliana de um futuro único portador de uma lógica racional (vide Georges Gurvitch, em seu *Dialética e sociologia*), com Halbwachs a sociologia francesa começa a extrair as conseqüências da revolução einsteiniana. O tempo já não é o meio privilegiado e estável em que se desdobram todos os fenômenos humanos, comparável ao que foi a luz para os físicos de outrora. Podemos falar dele como categoria de um entendimento estabelecido de uma vez por todas?

Maurice Halbwachs evoca o *depoimento da testemunha*, que só tem sentido em relação a um grupo do qual esta faz parte, porque pressupõe um evento real vivido outrora em comum e, através desse evento, depende do contexto de referência no qual atualmente transitam o grupo e o indivíduo que o atesta. Quer dizer, o "eu" e sua duração se localizam no ponto de encontro de duas séries diferentes e às vezes divergentes: a que se liga aos aspectos vivos e materiais da lembrança, a que reconstrói o que é apenas passado. O que seria desse "eu", se não fizesse parte de uma "comunidade afetiva" de um "meio efervescente" — do qual tenta se livrar no momento em que "se lembra"?

É claro, a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos. Nada escapa à trama sincrônica da existência social *atual*, é da combinação desses diversos elementos que pode emergir aquela forma que chamamos lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem.

Assim, a consciência jamais está encerrada em si mesma, não é vazia nem solitária. Somos arrastados em inúmeras direções, como se a lembrança fosse uma baliza que permitisse nos situarmos em meio da variação constante dos contextos sociais e da experiência coletiva histórica. Isso talvez explique por que razão, nos períodos de calma ou de momentânea imutabilidade das "estruturas" sociais, a lembrança coletiva tem menos importância do que em períodos de tensão ou de crise — e aí, às vezes se torna "mito".

De todas as "interferências coletivas" que correspondem à vida dos grupos, a lembrança é como a fronteira e o limite: ela está na interseção de muitas correntes do "pensamento coletivo". É por isso que sentimos tanta dificuldade para lembrar acontecimentos que só dizem respeito a nós mesmos. Vemos então que não se trata mais de esclarecer uma essência ou uma realidade fenomenal, mas de compreender uma relação diferencial...

Maurice Halbwachs realmente ajuda a situar a aventura pessoal da memória, a sucessão dos acontecimentos individuais, que resulta de mudanças que ocorrem nas nossas relações com os grupos a que estamos misturados e nas relações que se estabelecem nesses grupos. Proust não apresentou uma descrição ao mesmo tempo lúcida e ansiosa dessa busca? Com tanta inquietude ele vê desaparecerem as rememorações mais íntimas (a imagem de sua avó, de sua mãe, de Albertine), que enche de uma emoção presente a constatação implícita da distância que o separa do que pensa ter perdido[2]. Mas seu "ser" histórico contradiz o ser íntimo que ele necessariamente trai ao se socializar...

É neste ponto que, em Halbwachs, situa-se uma notável distinção entre a "memória histórica", de um lado, pressupondo a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada sobre o passado reinventado, e por outro lado a "memória coletiva", que magicamente recompõe o passado. Entre essas duas

[2] Gilles Deleuze viu muito bem que, em Proust, a lembrança era antes uma angústia diante do que estava perdido e que não podia mais ser revivido, sequer em imagem. *Proust e os signos* (Rio, Forense Universitária, 2003).

direções da consciência coletiva e individual se desenvolvem as diversas formas de memória, que se alteram conforme as intenções por elas visadas.

Isto certamente não significa que os espíritos estejam separados uns dos outros, mas que a combinação dos conjuntos coletivos em que estão envolvidos esses espíritos define inúmeras experiências do tempo. Aqui se vê como surge uma reflexão que leva à análise da "multiplicidade dos tempos sociais", tão importante no pensamento de Gurvitch. Também se concebe como a memória coletiva não se confunde com a história, como essa expressão "memória histórica" é quase absurda, pois associa dois conceitos que se excluem — uma vez que a história não resulta de uma construção cristalizada por um grupo estabelecido para se defender da erosão permanente da mudança e a memória não postula a mudança das perspectivas e seu relativismo recíproco?

Sendo assim, o problema da duração e o do tempo não se apresentam mais nos termos do pensamento filosófico tradicional. Por mais que Maurice Halbwachs tenha dificuldade em admitir a pluralidade real dos tempos sociais (embora pudesse prever sua existência e embora tenha aprendido que existisse uma única temporalidade, dividida segundo a dicotomia bergsoniana, muito singela, entre duração e espacialidade), sua reflexão recai nessa importante descoberta, como ele escreveu: "É preciso distinguir certo número de tempos coletivos, tantos quantos os grupos separados que existem". A morte não lhe permitiu ir além desta constatação.

No entanto, se a "memória coletiva" não deve nada à "memória histórica" e tudo à "memória coletiva", é porque a primeira está localizada na interseção de muitas séries aproximadas pelo acaso ou pelo nivelamento dos grupos — a memória não poderia ser o alicerce da consciência, pois é apenas uma de suas direções, uma perspectiva possível que o espírito racionaliza. Somos assim levados ao estudo dos acontecimentos humanos mais simples, tal como ocorrem na vida real durante as inúmeras dramatizações em que se enfrentam os papéis reais e imaginários, as projeções utópicas e as construções arbitrárias.

Às encruzilhadas dos tempos sociais em que a lembrança está situada, correspondem as encruzilhadas do espaço, quer espaço endurecido e "cristalizado" ("em toda uma parte de si mesmos os grupos imitam a passividade da matéria inerte"), quer extensões vivenciadas em que os grupos fixam, provisória ou definitivamente, os acontecimentos que correspondem a suas relações mútuas com outros grupos.

Religiões, atitudes políticas, organizações administrativas carregam consigo dimensões temporais ("históricas") que são outras tantas projeções voltadas para o passado ou para o futuro e correspondem aos dinamismos mais ou menos intensos e acentuados dos conjuntos humanos — as paredes das cidades, as casas, as ruas das cidades ou as paisagens rurais trazem a marca efêmera da reciprocidade dessas construções.

Certamente podemos duvidar que a dicotomia da "memória em relação ao espaço" e da "memória em relação ao tempo" seja realmente eficaz, porque a distinção entre "duração" e "espaço" continua escolástica, como o demonstrou a física contemporânea. Dessa distinção e da que estabelece entre "reconstrução" feita pela memória histórica e "reconstituição" da memória coletiva, Halbwachs pelo menos tira um partido muito útil, que a morte não lhe permitiu explorar. Seu pensamento avançava por um caminho em que até então a sociologia jamais penetrara.

Assim como está, esse livro póstumo traz consigo um tom que ultrapassa a sociologia "clássica", porque nele encontramos os elementos de uma sociologia da vida cotidiana ou, mais precisamente, os pressupostos que permitiriam à análise sociológica examinar as situações concretas nas quais está implícito o homem do dia-a-dia na trama da vida coletiva (Henri Lefèbvre esboçou uma pesquisa desse gênero em sua *Crítica da vida cotidiana*).

Essas situações não são simples recortes na experiência, elas questionam os papéis sociais e animam o dinamismo parcial dos "meios efervescentes". Ao retirar do tempo (e da memória) seu privilégio de "dado imediato" da consciência, despojando-o de sua "essência" platônica, a sociologia pode se empenhar na análise de

fatos humanos até então deixados para a literatura. Depois de haver, por tanto tempo, "reduzido" o heterogêneo ao homogêneo, pode-se examinar o fenômeno existencial em sua especificidade, tal como é tomado, na rede dos inúmeros significados que ora recortam as classificações estabelecidas, ora correspondem às mutações profundas que, abertamente ou não, perturbam as sociedades modernas. Uma sociologia assim veria se abrir à sua frente um imenso terreno, o mesmo que a literatura do século XIX explorava ao acaso. Esta sociologia não poderia se contentar com "problemas" abstratos, mas teria de responder às perguntas reais do homem vivo, como ele é, e não refletido pelas doutrinas ou ideologias. Talvez assim a sociologia venha a encontrar uma vocação nova, não mais tentando "reconduzir" o individual ao coletivo, mas procurando saber por que, no meio da trama coletiva da existência, surge e se impõe a individuação...

Jean Duvignaud
Professor da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Orléans-Tours

Introdução

Maurice Halbwachs
1877-1945

De família de universitários, criança tranqüila e compenetrada, que lia Júlio Verne com um atlas na mão, foi um estudante sem problemas, até o dia em que se tornou aluno de Bergson, no Liceu Henri IV. Deslumbrado com o professor, arrebatado com a revelação da filosofia, subitamente descobriu sua vocação. A partir de então, desde seus vinte anos, sob uma discreta aparência de cortesia e silêncio, Maurice Halbwachs encarnou essa espécie humana ao mesmo tempo respeitada e contestada: o filósofo — aquele para quem a inquietação do pensar vem em primeiro lugar. Seus amigos e ele mesmo riam de suas freqüentes distrações: estava sempre ocupado com alguma pesquisa muito exclusiva e até tirânica. Não que se fechasse ou estivesse muito voltado para dentro de si — logo ele, que tão decididamente contestava a possibilidade de qualquer pensamento puramente individual. Ao contrário, ele sempre conciliou a meditação com uma curiosidade quase universal. Desde o liceu, desde a escola, trabalhou em cima de Stendhal, Rembrandt e, com maior assiduidade, Leibniz; entrou na luta social e política, com Péguy, depois com Lucien Herr e Jaurès. Durante toda a sua vida, esse trabalhador incansável conseguia encontrar tempo para tudo, para sua família, para grandes viagens, para a arte e para a política, às vezes até mesmo para a vida mundana e para os encargos sociais que nos últimos anos de sua vida lhes foram impostos pelo peso de sua obra e a largueza de suas atividades, bem mais do que de sua

ambição[3]. Contudo, por mais eficaz que tenha sido sua contribuição e por mais valiosa que fosse sua presença benevolente, sentia-se que ele se prestava unicamente às coisas temporais, que a busca da reflexão permanecia o essencial, ele deixava tudo e todos a uma distância de observação crítica e desinteressada.

Embora sempre tenha reconhecido o que devia a Bergson, também se levantou contra ele num enérgico movimento de defesa. Preferia ser um cientista, mais do que filósofo. Logo depois de sua graduação, ao trabalhar nos *Inéditos* de Leibniz (por isso a estadia de um ano em Hannover, em 1904), preparou-se para romper com a formação filosófica e talvez até com suas inclinações para a metafísica. Só depois de alguma reflexão e deliberação decidiu dedicar-se à "última ciência", segundo Comte, aquela cujo objeto é o mais complexo, ponto de encontro entre o mecânico e o orgânico por um lado e o consciente, por outro. Fez uma visita a Durkheim, que ainda não conhecia; deixando para mais tarde o ensino da filosofia numa escola secundária, passou a viver pobremente em Paris com uma bolsa de estudo, voltou a ser um estudante.

Estudou direito, aprendeu economia política, exercitou-se na matemática. Talvez por essa constante avidez pelo novo saber seu pensamento tenha permanecido tão jovem. Ele também tinha consciência de ter que abrir o caminho para uma ciência jovem na qual, nos diz, "não existe uma estrada real" — por isso, às vezes, esse tom um tanto combativo, próprio aos que têm ao mesmo tempo de construir o método e descobrir o objeto de sua ciência, como os biólogos do século XIX. Durkheim e Simiand — o seu amigo e aquele que mais admirou de todos os sociólogos — foram seus gui-

[3] A partir de 1932, foi correspondente da Academia das Ciências Morais e Políticas. A partir de 1935, membro do Instituto Internacional de Estatística. De 1938 em diante, presidente do Instituto Francês de Sociologia. Desde 1943, vice-presidente da Sociedade de Psicologia. Em 1936, participou como delegado na Conferência dos Estatísticos do Trabalho, do Bureau International du Travail em Genebra; em 1937, como especialista na Comissão Mista da Alimentação dos Trabalhadores, na Societé des Nations... e assim por diante. Em 1944, poucos meses antes de ser deportado, havia sido nomeado professor de psicologia social no Collège de France.

as, mas logo ele abriu seu próprio caminho, a igual distância do que às vezes considerava dogmático demais no primeiro e escrupulosamente empirista demais no segundo. É somente em seus livros, em seus cursos e em seus incontáveis artigos sobre os mais variados temas que se deve procurar sua metodologia e, por assim dizer, sua doutrina. Ele jamais as distinguiu explicitamente da metodologia e da doutrina da Escola Francesa, pressionado como sempre por novos trabalhos, também contido por uma espécie de despreocupação com relação a si mesmo, por aquela modéstia que foi uma de suas virtudes de coração e de espírito.

Assim, se desejássemos pesquisar a história de seu pensamento — o que não será assunto para uma nota biográfica lá muito curta — inicialmente teríamos de acompanhá-lo em sua primeira obra: "As expropriações e o preço dos terrenos em Paris de 1860 a 1900" (publicada sob sua forma de tese de direito em 1909, e novamente publicada em 1928, com profundas alterações, com o título *A população e o traçado das ruas em Paris há cem anos*). Nas apalpadelas do aprendizado enquanto neófito da ciência, ele tenciona se basear quase unicamente na forma de experiência que então lhe parece a mais importante na sociologia: a estatística. Ele "multiplica as precauções" contra extrapolações e mesmo hipóteses muito apressadas. Sabe-se que logo se tornou mestre em estatística e dela até o fim permaneceu um praticante convicto, que estabeleceu, discutiu e aprofundou suas leis. Citemos, em 1913, a *Teoria do homem médio*, o *Ensaio sobre Quetelet e a estatística moral*; em 1914, o *Cálculo das probabilidades ao alcance de todos* (em colaboração com Maurice Fréchet); em 1923, sua contribuição para o tomo VII da Enciclopédia Francesa — a espécie humana, o ponto de vista do número e assim por diante.

Em todo caso, seria preciso demonstrar como desde cedo a estatística, e cada vez mais, não era para ele mais do que um recurso de organizar, pelos números, a matéria social para a reflexão — matéria como traço direto e imediatamente quantificado dos acontecimentos sociais, mas que não diz nada além do que diz a natureza. A partir de 1913, em suas duas teses de doutorado em letras —

compostas quando dava aulas em escolas secundárias de Reims e Tours — ele se certifica de que o fato social, embora por outro lado mensurável, não é exterior ao cientista e não é exterior às pessoas que o vivem. Desde então. O problema da consciência social em si, ou seja, para a questão da consciência, simplesmente, orientou e unificou todas as suas pesquisas. Em 1938, em seu pequeno tratado sobre a *Morfologia social*, ele escreve o seguinte: "Compreenda-se que as formas materiais da sociedade atuam sobre ela, de maneira alguma em virtude de um constrangimento físico, como um corpo atuaria sobre outro corpo, mas pela consciência que dela tomamos, enquanto participantes de um grupo que percebem seu volume, sua estrutura física, seus movimentos no espaço. Nesse ponto há uma espécie de pensamento ou percepção coletiva que poderíamos chamar de *dado imediato da consciência social*, que sobressai sobre muitos outros e não foi percebido de modo suficiente pelos próprios sociólogos". "Dados imediatos" esses que certamente não dependem da intuição bergsoniana nem de qualquer psicologia e que também não podemos rejeitar no inconsciente — a tarefa do sociólogo, por uma exposição que se pode muito bem chamar de fenomenologia, é fazer com que eles passem ao estado de idéias claras e distintas. No final das contas, Maurice Halbwachs conseguiu dominar ou deixar de lado os falsos problemas ontológicos que opõem indivíduo e sociedade, como os verdadeiros fenomenologistas souberam separar o falso problema do realismo e do idealismo. Para ele, a sociologia é a análise da consciência, enquanto não se descobre na sociedade e por ela, e é a descrição daquela sociedade concreta, ou seja, das próprias condições — linguagem, ordem, instituições, presenças e tradições humanas — que permitem a consciência de cada um. Não se pode pensar nada, não podemos pensar em nós mesmos, senão pelos outros e para os outros, sob a condição desse acordo substancial que, através do coletivo, busca o universal e, como Halbwachs tanto insistiu, distingue sonho de realidade, loucura individual da razão comum. Durkheim traz à tona a razão da sociedade e Halbwachs mostra que a razão resulta dessa forma humana, a única que realiza e anima sempre a existência social.

Assim, embora dependa rigorosamente de condições naturais, a sociedade é essencialmente consciência — as causas e os fins nela se misturam e se entrelaçam. Halbwachs soube dar em suas análises o sentimento da opacidade e do poder envolvente do tecido social, tal como nos fazem experimentar Comte e Balzac mais ainda, dois autores que sempre leu com entusiasmo. Por isso ele se esforçou em combinar sempre mais o método objetivo do cientista e o método reflexivo do filósofo.

Desde 1913, em sua grande tese, "A classe operária e os níveis de vida", ao discorrer sobre uma pesquisa sobre o orçamento dos operários, vê-se diante do problema das classes sociais. Foi refletindo sobre a experiência vivida, analisando a diversidade dos comportamentos, tendências, sentimentos pelos quais nós nos classificamos, a nós e aos outros, na famosa escala social, que ele concebeu a idéia — magistral — de que o homem se caracteriza essencialmente por seu grau de integração no tecido das relações sociais. Tanto para o cientista como para o filósofo, uma idéia é o caminho indispensável da descoberta. Ele diz isso claramente em seu *Contextos sociais da memória*: "Será que a maioria das idéias que atravessam o nosso espírito não se resumem no sentimento mais ou menos preciso de que poderíamos, se quiséssemos, analisar seu conteúdo? Mas raramente se chega até o fim dessas análises"... Todo esse livro é um exemplo de análise obstinadamente levada adiante e deixada em aberto. Ele nos faz ver os operários isolados diante da questão e com isso, como que desintegrados da sociedade: "A sociedade, ao empurrar para fora de si toda uma classe de homens entregues ao trabalho material, fabricou ferramentas para manejar ferramentas". Se o ideal pode ser definido como "a vida social mais intensa", a expressão *classes superiores* tem todo o seu sentido. A questão para os operários é ter, na esfera do consumo, acesso a uma vida social bastante "complicada e intensa", "participar de todas as necessidades surgidas nos grupos", criar "relações originais com outros membros dos pequenos grupos" de tal maneira que não tenham de se "despojar de toda a sua personalidade quando chegam aos locais de trabalho". Assim, quanto mais de perto seguirmos a

realidade, melhor vemos que, longe de uniformizar os indivíduos, a sociedade os distingue — à medida que os homens "multiplicam suas relações... cada um deles vai assumindo cada vez maior consciência de sua individualidade".

Após a ruptura de 1914-1918 — na guerra, Halbwachs havia dado aulas no liceu de Nancy até a evacuação da cidade bombardeada, depois trabalhara com seu grande amigo Albert Thomas na reorganização da indústria de guerra e entrara no ensino superior. Na Faculdade de Caen, depois na de Estrasburgo, entre 1919 e 1935, e por fim na Sorbonne, ele conseguiu, segundo o voto de sua juventude, unir quase inteiramente o ensino e suas pesquisas pessoais. Durante vinte e cinco anos, através de suas inúmeras atividades ininterruptas — entre as quais, em 1930, um curso ministrado na Universidade de Chicago — nós o encontramos em busca do mesmo problema da consciência social, esclarecendo-o com todas as suas pesquisas secundárias[4] e aprofundando esse conceito. O social se confunde com o consciente, mas também deve se confundir com a rememoração sob todas as suas formas. Matéria e sociedade se opõem; sociedade e consciência, e personalidade, estão implícitas uma na outra e, por conseguinte, *a fortiori*, sociedade e memória. Retomando os termos de Leibniz, *Materia est mens momentanea*, ele compreendera que o operário é o espírito aprisionado na matéria, imobilizado no eterno presente do gesto simplificado e monótono do trabalho mecanizado ou, por antífrase, racionalizado. *Os contextos sociais da memória* [*les Cadres sociaux de la mémoire*], livro publicado em 1925, está no centro de sua obra e com certeza é a parte mais duradoura. Em nenhum outro ponto ele se mostrou observador mais fiel da vida social concreta e cotidiana, em parte alguma foi analista mais penetrante, às vezes chegando à sutileza; devemos reler o que escreveu sobre a nobreza, a propriedade, a relação entre as gerações, a função dos velhos como guardiões do passado, o papel dos nomes na linguagem e nas relações humanas.

[4] Por exemplo, em 1930, "As causas do suicídio" ou, em 1942, *A lendária topografia dos Evangelhos na Terra Santa* – e assim por diante.

Ninguém compreendeu melhor e melhor fez compreender a continuidade social (a idéia norteadora, segundo Comte), esse encadeamento temporal, próprio da consciência comum que, sob a forma de tradição, de culto do passado, de previsões e de projetos, condiciona e suscita a ordem e o progresso humano em cada sociedade. Apesar de algum equívoco de expressão, ele nos permite apreender profundamente que não é o indivíduo em si ou alguma entidade social que recorda, mas ninguém pode se lembrar realmente a não ser em sociedade, pela presença ou pela evocação, portanto recorrendo aos outros ou a suas obras. Nossas primeiras lembranças e, conseqüentemente, a trama de todas as outras, não são transmitidas e conservadas pela família? "Um homem que se lembra sozinho do que os outros não se lembram é como alguém que enxerga o que os outros não vêem", escreve ele.

O texto aqui publicado, extraído dos papéis deixados por Halbwachs, nos traz fragmentos da grande obra que ele projetava sobre o tempo. O que confirma que as relações da memória e da sociedade se haviam tornado o centro e a baliza de seu pensamento. Esta obra prosseguiu em meio à tormenta da Segunda Guerra, que feriu aos seus de modo tão repetido e tão cruel. Em julho de 1944, ele foi atingido pela tragédia brutal conhecida: preso pela Gestapo no dia seguinte à prisão de um de seus filhos e, em março de 1945, a morte, no campo de Buchenwald. Ao evocar Frédéric Rauh que havia sido seu professor por alguns meses e de quem se tornara amigo, dizia que "a virtude mais sublime do filósofo talvez seja a intrepidez intelectual". Essa virtude, para Maurice Halbwachs, implicou em desprezo pelas habilidades e indiferença pelas manhas da vida social. É a parte socrática que existe em todos os verdadeiros servidores do espírito. Poderá parecer simbólico que um dos homens mais empenhados em definir a idéia do homem enquanto pessoa distinta das coisas, o que traz a condenação radical do instrumento humano, do material humano, tenha passado pelo inferno dos campos de concentração, onde sociedade e indivíduo são negados e eliminados!

J.-Michel Alexandre

Advertência sobre a segunda edição

[francesa]

A primeira edição de 1950 continha exclusivamente os quatro capítulos manuscritos encontrados entre os papéis de Maurice Halbwachs, sob o título *A memória coletiva*. Uma Advertência naquela edição dizia: "Tirando-se alguns trechos muito inacabados [indicados por reticências], o manuscrito foi integralmente reproduzido. Os títulos dos capítulos foram escolhidos pelo autor, os subtítulos foram acrescentados pelos editores".

Em 1949, não se pensou em acrescentar ao livro um artigo publicado ainda em vida de Maurice Halbwachs, na *Revue philosophique*, 1939, n° 3-4: "A memória coletiva entre os músicos". Parece que ele teria pensado, era uma simples possibilidade, fazer deste artigo o primeiro capítulo do livro. Jean Duvignaud acredita que esta análise da memória musical parece confirmar as idéias que formulou no Prefácio desta edição, sobre a evolução do pensamento de Maurice Halbwachs e sua "orientação para o concreto". Assim, decidiu juntar o artigo — mas, para não alterar a estrutura do livro, decidiu colocá-lo como anexo. Outro acréscimo foi feito: a Introdução biográfica, por mim escrita em 1948, que só aparecera em *l'Année sociologique* (3ª série, 1940-1948), onde a obra foi inicialmente publicada, pelos cuidados de Georges Gurvitch, com o título *Mémoire et societé*.

J.-Michel Alexandre

Nota sobre esta tradução

Esta é uma tradução daquela primeira edição publicada em 1950. Decidimos não usar os subtítulos, já que não são do autor. Mantivemos a organização desta edição com o Prefácio de J. Duvignaud, a Introdução e a Advertência de J.-Michel Alexandre. "A memória musical entre os músicos" também entra, da mesma forma, como Anexo.

Os títulos de livros foram traduzidos, com raras exceções, porque no original não constam dados bibliográficos completos. De que adianta saber que a citação é da página "228" se não se sabe de que edição, editora, cidade, ano e assim por diante? Em todo caso, são obras conhecidas, muitas traduzidas para o português (embora em parte das edições já esgotadas), e os autores de modo geral são conhecidos, como Durkheim, por exemplo, embora alguns estejam esquecidos ou quase esquecidos, não resistiram ao tempo.

A tradução é fiel. Em raros pontos, dois, três ou quatro, como no original, extraído de fragmentos deixados pelo autor, há "buracos" — que estão marcados por reticências (v. Introdução de J.-M. Alexandre); uma ou duas sentenças incompreensíveis estão indicadas com um *sic*, exatamente como no original usado para a tradução.

B.S., tradutora

Capítulo I

Memória individual e memória coletiva

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós. O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso. Quando diz: "não acredito no que vejo", a pessoa sente que nela coexistem dois seres — um, o ser sensível, é uma espécie de testemunha que vem depor sobre o que viu, e o *eu* que realmente não viu, mas que talvez tenha visto outrora e talvez tenha formado uma opinião com base no testemunho de outros. Assim, quando voltamos a uma cidade em que já havíamos estado, o que percebemos nos ajuda a reconstituir um quadro de que muitas partes foram esquecidas. Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências.

Claro, se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas. Quando voltamos a encontrar um amigo de quem a vida nos separou, inicialmente temos de fazer algum esforço para retomar o contato com ele. Entretanto, assim que evocamos juntos diver-

sas circunstâncias de que cada um de nós lembramos (e que não são as mesmas, embora relacionadas aos mesmos eventos), conseguimos pensar, nos recordar em comum, os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade, porque não estamos mais sós ao representá-los para nós. Não os vemos agora como os víamos outrora, quando ao mesmo tempo olhávamos com os nossos olhos e com os olhos de um outro.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. Chego à Londres pela primeira vez e por ali passeio em muitas ocasiões, ora com um companheiro, ora com outro. Ora, um arquiteto, que atrai minha atenção para as edificações, suas proporções, sua disposição. Ora com um historiador, de quem fico sabendo que essa rua foi traçada em tal época, que essa casa viu nascer uma personalidade conhecida, que aqui ou ali ocorreram incidentes dignos de nota. Com um pintor, tenho minha sensibilidade voltada para os matizes dos parques, a linha dos palácios, das igrejas, os jogos de luz e sombra nas paredes, nas fachadas da abadia de Westminster e nas do Templo, à beira do Tâmisa. Um comerciante, homem de negócios, me arrasta pelas ruas populosas do centro, me detém diante das lojas, das livrarias, dos grandes estabelecimentos comerciais. Contudo, mesmo não tendo caminhado ao lado de alguém, bastaria que eu houvesse lido as descrições da cidade, compostas por todos esses variados pontos de vista, bastaria que alguém me houvesse aconselhado a ver tais ou quais aspectos dela ou, ainda mais simplesmente, que eu houvesse estudado seu mapa. Suponhamos que eu passeie sozinho. Será que se poderá dizer que deste passeio guardarei apenas lembranças individuais, só minhas? Contudo, apenas em aparência passeei sozinho. Passando diante de Westminster, pensei no que me havia dito meu amigo historiador (ou, o que dá no mesmo, no que li sobre a abadia em alguma história). Ao atravessar uma ponte, pensei no efeito de perspectiva que

meu amigo pintor apontara (ou que havia chamado minha atenção em um quadro, em alguma gravura). Eu me guiava referindo-me em pensamento ao mapa. A primeira vez que estive em Londres, diante de Saint-Paul ou da Mansion House — a residência do prefeito, no Strand ou pelos arredores do Tribunal da Justiça, muitas impressões me faziam lembrar os romances de Dickens lidos na infância: eu passeava pela cidade com Dickens. Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estivesse sozinho, que estivesse refletindo sozinho, pois em pensamento eu me situava neste ou naquele grupo, o que eu compunha com o arquiteto e com as pessoas a quem ele servia de intérprete junto a mim, ou com o pintor (e seu grupo), com o geômetra que desenhou o mapa, com um romancista. Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das idéias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas.

Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível.

Aliás, eles não seriam suficientes. Uma ou muitas pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a seqüência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. Examinemos, por exemplo, um fato cuja realidade é indiscutível. Alguém nos traz provas seguras de que tal evento ocorreu, de que estivemos presentes e dele participamos ativamente. Não obstante, a cena continua estranha para nós, como se outra pessoa houvesse desempenhado nosso papel nesta situação. Para retomar um exemplo que temos à nossa frente, em nossa vida há certos acontecimentos marcantes. Com certeza, houve um dia em que pela primeira vez entrei na escola primária, um dia em que pela

primeira vez entrei numa sala de aula, no quarto ano, no terceiro etc. Contudo, embora possa localizar esse fato no tempo e no espaço, ainda que meus pais ou amigos me façam dele uma descrição exata, eu me vejo diante de um dado abstrato ao qual me é impossível correlacionar qualquer lembrança viva: não me lembro de nada. Também não reconheço um determinado local por onde certamente passei uma ou muitas vezes, tal pessoa que devo ter encontrado. Não obstante, esses testemunhos existem. Seria seu papel inteiramente acessório e complementar, servindo apenas para situar e completar minhas lembranças, mas apenas se estas aparecerem primeiro, ou seja, que se tenham conservado em meu espírito? Nisso não há nada que possa nos surpreender. Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena em que havia outros espectadores ou atores para que, mais tarde, quando estes a evocarem à minha frente, quando reconstituírem cada pedaço de sua imagem em meu espírito, esta composição artificial subitamente se anime e assuma figura de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. É comum que imagens desse tipo, impostas pelo meio em que vivemos, modifiquem a impressão que guardamos de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Essas imagens talvez não reproduzam muito exatamente o passado, o elemento ou a parcela de lembrança que antes havia em nosso espírito talvez seja uma expressão mais exata do fato — a algumas lembranças reais se junta uma compacta massa de lembranças fictícias. Inversamente, pode acontecer que os testemunhos de outros sejam os únicos exatos, que eles corrijam e rearranjem a nossa lembrança e ao mesmo tempo se incorporem a ela. Em um e outro caso, quando as imagens se fundem muito estreitamente com as lembranças e parecem tomar sua substância emprestada a estas, é porque a nossa memória não estava como uma *tabula rasa*, e nós nos sentíamos capazes de nelas distinguir, por nossas próprias forças, como num espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que a imagem do passado nos trazia. Assim como é preciso introduzir um germe em um meio saturado para que ele cristalize, o mesmo acontece neste conjunto de testemunhas exteriores a nós, temos de trazer uma espécie de semente da rememoração a este conjunto de testemunhos exteriores

a nós para que ele vire uma consistente massa de lembranças. Ao contrário, quando uma cena parece não ter deixado nenhum traço em nossa memória, se na ausência dessas testemunhas nos sentimos completamente incapazes de reconstruir qualquer parte dela, os que um dia a descreverem poderão até nos apresentar um quadro muito vivo da cena — mas este jamais será uma lembrança.

Todavia, quando dizemos que o depoimento de alguém que esteve presente ou participou de certo evento não nos fará recordar nada se não restou em nosso espírito nenhum vestígio do evento passado que tentamos evocar, não pretendemos dizer que a lembrança ou parte dela devesse subsistir em nós da mesma forma, mas somente que, como nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum com relação a certos aspectos, permanecemos em contato com esse grupo e ainda somos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o dele. Também poderíamos dizer: é preciso que a partir de então não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar na qualidade de membro do grupo, do qual esse testemunho e nós fazemos parte — ou seja, colocando-nos em seu ponto de vista, e usando todas as idéias comuns a seus membros. Veja, por exemplo, um professor que durante dez ou quinze anos deu aulas em uma escola. Um dia encontra um de seus antigos alunos e mal o reconhece. O aluno fala de seus colegas daquela época. Recorda os lugares que ocupavam nos bancos da sala de aula. Evoca muitos fatos da vida escolar que ocorreram com aquela turma, naquele ano, o sucesso desses ou daqueles, as esquisitices e as travessuras de outros, tais partes do curso, tais explicações que impressionaram ou interessaram os alunos. Pode muito bem acontecer que o professor não tenha guardado nenhuma lembrança de tudo aquilo. Contudo, o aluno não se engana. Ele tem aliás a certeza de que naquele ano, em todos os dias daquele ano, o professor teve muito presente no espírito o quadro que lhe apresentava o conjunto dos alunos e também a fisionomia de cada um deles, e todos esses acontecimentos ou incidentes que modificam, aceleram, rompem ou desaceleram o ritmo da vida da turma, e fazem com que esta tenha uma história. Como esqueceu tudo aquilo? E como é que, afora pouquíssimas reminis-

cências muito vagas, as palavras do antigo aluno não despertam em sua memória nenhum eco de outrora? Isso acontece porque o grupo que constitui uma turma é essencialmente efêmero, pelo menos quando pensamos que a classe compreende o mestre ao mesmo tempo que os alunos, e não é mais a mesma quando os alunos, talvez os mesmos, passam de ano e se reencontram em outra sala, em outros bancos. Terminado mais um ano, os alunos se dispersam, e essa turma definida e particular nunca mais se formará de novo. Todavia, é preciso fazer uma distinção. Para os alunos, a turma ainda viverá por algum tempo — pelo menos terão com freqüência oportunidade de pensar nela e dela se recordarem. Como eles têm quase a mesma idade, pertencem talvez ao mesmo ambiente social, não esquecerão de se terem aproximado sob o mesmo professor. As noções que este lhes transmitiu têm sua marca — muitas vezes, quando voltarem a pensar naquilo, através e além dessa noção, discernirão o mestre que o revelou para eles, e os companheiros de turma que a receberam ao mesmo tempo. Para o professor, tudo será diferente. Quando estava na sala de aula, ele exercia sua função — o aspecto técnico de sua atividade não tem relação com tal turma mais do que com qualquer outra. De fato, enquanto a cada ano um professor repete o mesmo curso, cada um de seus anos de ensino não se opõe tão claramente a todos os outros quanto para os alunos se opõe cada um dos anos de escola primária, por exemplo. Novidades para os alunos, seu ensino, suas exortações, suas reprimendas, até mesmo suas demonstrações de simpatia por um deles, seus gestos, seu sotaque, até suas brincadeiras, talvez não representem para ele senão uma série de atos e maneiras de ser costumeiras, resultantes de sua profissão. Nada de tudo isso pode criar um conjunto de lembranças que se relacione mais a uma turma do que a qualquer outra. Não existe nenhum grupo duradouro do qual o professor continue a fazer parte, ao qual tenha oportunidade de voltar a pensar de um ponto de vista no qual possa situar-se novamente, com o qual recordar o passado.

É exatamente assim em todos os casos em que outros reconstroem para nós eventos que vivemos com eles, sem que pudéssemos recriar em nós a sensação do *déjà vu*. Entre esses fatos, os que neles estavam envolvidos, em nós há uma descontinuidade, não ape-

nas porque o grupo no seio do qual nós os percebíamos materialmente já não existe, mas porque não pensamos mais nele e não temos nenhum meio de reconstruir sua imagem. Cada um dos membros daquela sociedade era definido para nós por seu lugar no conjunto dos outros e não por suas relações com outros ambientes, que ignorávamos. Todas as lembranças que poderiam ter origem dentro da turma se apoiavam uma na outra e não em recordações exteriores. Assim, por força das circunstâncias, a duração de uma memória desse tipo estava limitada à duração do grupo. No entanto, quando subsistem testemunhos, quando, por exemplo, antigos alunos se lembram e podem tentar lembrar ao professor algo que este não lembra, é porque na turma, com alguns colegas, ou fora da classe, com os pais, eles formavam pequenas comunidades mais reduzidas, ainda assim mais duradouras, a que interessavam os acontecimentos da turma; essas sociedades menores também repercutiam e deixavam traços nas lembranças. O professor delas estava excluído ou, no mínimo, quando os membros dessas sociedades o abrangiam, ele mesmo não sabia disso.

Em sociedades de qualquer natureza que os homens formem entre si, quantas vezes não acontece que um deles deixe de ter uma idéia exata do lugar que ocupa no pensamento dos outros — de quantos mal-entendidos e desilusões tal diversidade de pontos de vista não será a fonte? Na ordem das relações afetivas, em que a imaginação desempenha um papel desse tipo, um ser humano que é muito amado e que ama moderadamente muitas vezes só se dá conta tarde demais ou talvez jamais se dê conta da importância que foi atribuída às suas menores ações, às suas palavras mais insignificantes. O que mais amou um dia recordará ao outro declarações e promessas, das quais este não guardou nenhuma lembrança. Nem sempre isto é conseqüência da inconstância, da infidelidade, da superficialidade — mas porque ele estava bem menos envolvido do que o outro na sociedade que os dois formavam, que se baseava num sentimento desigualmente partilhado. Vejamos outro exemplo: um homem muito piedoso, cuja vida foi simplesmente edificante e que foi santificado depois da morte, muito se surpreenderia se voltasse à vida e pudesse ler sua própria lenda — composta com a ajuda de

lembranças preservadas como um tesouro e redigidas com fé pelas pessoas do ambiente em que decorreu a parte de sua vida que estão contando. Neste caso, é possível que o santo não reconheça muitos fatos acolhidos na memória, que talvez não tenham realmente ocorrido. Em todo caso, talvez não o tenham surpreendido porque ele concentrava sua atenção na imagem interior de Deus, o que observaram os que o circundavam, porque sua atenção estava fixada principalmente nele.

Em certo momento, podemos estar tão ou até mais interessados do que os outros em determinado acontecimento e apesar disso não guardar nenhuma lembrança dele, a ponto de não o reconhecermos quando nos é descrito — porque desde o momento em que o fato ocorre, saímos do grupo em que ele foi observado e não mais voltamos. Existem pessoas de quem se diz que estão sempre no presente, que só se interessam pelas pessoas e pelas coisas que a rodeiam naquele momento, que se relacionam com o objeto de sua atividade, ocupação ou distração do presente. Fechado um negócio, terminada uma viagem, essas pessoas não pensam mais nos que foram seus associados ou seus companheiros. Logo se prendem a outros interesses, envolvem-se em outros grupos. Uma espécie de instinto vital lhes ordena desviar o pensamento de tudo o que poderia distraí-las do que as preocupa no presente. Às vezes tais são as circunstâncias, que de alguma forma essas pessoas giram num mesmo círculo e são levadas de um grupo a outro, como nessas antigas coreografias de dança em que sempre mudamos de par, mas voltamos a encontrar um mesmo em intervalos bastante próximos. Então, só as perdemos para reencontrá-las e, como a mesma faculdade de esquecimento é exercida alternativamente em detrimento e para vantagem de cada um dos grupos que elas atravessam, pode-se dizer que as reencontramos por inteiro. Em todo caso, também acontece de, a partir de determinado momento, elas seguirem um caminho que não cruza mais o que percorreram e que as distancia cada vez mais. Assim, quando mais tarde reencontramos os membros daquele grupo que a esta altura se tornou estranho para nós, por mais que nos esforcemos por estar entre essas pessoas, não conseguiremos reconstituir com elas o grupo antigo. É como se tomássemos uma

estrada que percorremos outrora, mas de viés, como se a examinássemos de um ponto de onde jamais a havíamos visto. Temos de recolocar os diversos detalhes em outro conjunto, constituído por nossas representações do presente. Parece que chegamos a uma nova estrada. Os detalhes só retomam seu antigo sentido em relação a todo um conjunto novo que nosso pensamento já não abrange. Poderíamos nos lembrar de todos os detalhes e sua respectiva ordem. É do conjunto que temos de partir — mas isto não é mais possível, porque há muito tempo nos afastamos dele e teríamos de voltar muito atrás.

Tudo acontece como naquelas amnésias patológicas relacionadas a um conjunto muito definido e limitado de lembranças. Já foi constatado que às vezes, logo depois de um choque cerebral, esquecemos o que aconteceu durante todo um período, em geral anterior ao choque, remontando a certa data, mas nos lembramos de todo o resto. Ou então esquecemos toda uma categoria de lembranças da mesma ordem, qualquer que seja a época em que as adquirimos: por exemplo, tudo o que sabíamos de uma língua estrangeira, e de uma apenas. Do ponto de vista fisiológico, isto parece explicar-se não pelo fato de que as lembranças de um mesmo período ou de uma mesma espécie estariam localizadas em determinada parte do cérebro, que seria a única lesada, mas a função cerebral da lembrança deve ter sido atingida em seu conjunto. O cérebro deixa então de realizar determinadas operações, e apenas essas — assim como durante algum tempo um organismo enfraquecido não é mais capaz de caminhar, de falar, ou de assimilar alimentos, embora subsistam todas as suas outras funções. Em todo caso, também se poderia dizer que o atingido foi a faculdade *em geral* de entrar em relacionamento com os grupos de que se compõe a sociedade. Nós nos afastamos então de um ou de alguns dentre eles e apenas desses. Todo o conjunto de lembranças que temos em comum com eles desaparece bruscamente. Esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam. Esquecer uma língua estrangeira é não estar mais em condições de compreender os que se dirigiam a nós nesta língua, quer fossem pessoas vivas e presentes, quer autores cujas obras líamos. Quando pensamos nessas pessoas ou nesses autores, adotamos uma atitude definida, assim como temos

uma determinada atitude na presença de qualquer grupo de seres humanos. Não depende mais de nós adotar essa atitude e nos voltarmos para este grupo. Podemos agora encontrar alguém que nos assegure que aprendemos muito bem essa língua e, folheando nossos livros e cadernos, a cada página encontraremos provas concretas de que traduzimos esse texto e que sabíamos aplicar essas regras. Nada disso bastará para restabelecer o contato interrompido entre nós e todos aqueles que se expressam ou que escreveram nessa língua. Já não temos a força de atenção suficiente para manter o contato com este grupo e ao mesmo tempo com outros, aos quais certamente estamos mais ligados, mais recentemente. Por outro lado, não há motivo para nos surpreendermos pelo fato de se diluírem e se anularem todas essas lembranças ao mesmo tempo. Elas formam um sistema independente, por serem lembranças de um mesmo grupo ligadas umas às outras, de alguma forma apoiadas umas sobre as outras, porque esse grupo se distingue claramente de todos os outros — embora possamos estar ao mesmo tempo em todos estes e fora daquele. De modo talvez menos brusco e menos brutal e na ausência de quaisquer problemas patológicos, pouco a pouco nos isolamos de certos meios que não nos esquecem, dos quais conservamos apenas uma vaga lembrança. Ainda podemos definir em termos gerais os grupos aos quais nos misturamos em algum momento da vida — mas eles já não nos interessam, porque no presente tudo nos distancia deles.

Suponhamos agora que tenhamos feito uma viagem com um grupo de companheiros que desde então não tivemos oportunidade de rever. Nosso pensamento estava ao mesmo tempo muito perto e muito longe deles. Conversávamos. Com eles nos interessávamos por detalhes da estrada e dos diversos incidentes da viagem. Ao mesmo tempo, nossas reflexões individuais seguiam um curso que a eles escapava. Trazíamos conosco idéias e sentimentos originados em outros grupos, reais ou imaginários; interiormente nos entretínhamos com outras pessoas e, percorrendo essa região, nós a povoávamos em pensamento com outros seres: tal lugar, tal circunstância agora assumiam para nós um valor que não poderiam ter para os que nos acompanhavam. Mais tarde, um dia talvez deparemos com

um deles, que fará alusão a particularidades dessa viagem das quais se lembra e das quais deveríamos nos lembrar se houvéssemos mantido contato com os que a fizeram conosco e que, entre si, muitas vezes falaram sobre ela. Esquecemos tudo o que ele evoca e inutilmente se esforça por nos fazer lembrar. Em compensação, lembraremos o que sentíamos então, sem que os outros soubessem, como se este gênero de lembrança houvesse marcado sua impressão mais profundamente em nossa memória porque dizia respeito exclusivamente a nós. Neste caso, por um lado os testemunhos dos outros serão incapazes de reconstituir a lembrança que apagamos, e por outro, aparentemente sem o apoio dos outros nos lembraremos de impressões que não comunicamos a ninguém.

Será que por isso a memória individual, diante da memória coletiva, é uma condição necessária e suficiente da recordação e do reconhecimento das lembranças? De modo algum, pois se esta primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível reencontrá-la, é porque há muito tempo não fazemos parte do grupo na memória do qual ela se mantinha. Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. Que importa que os outros estejam ainda dominados por um sentimento que outrora experimentei com eles e já não tenho? Não posso mais despertá-lo em mim porque há muito tempo não há mais nada em comum entre mim e meus antigos companheiros. Não é culpa da minha memória nem da memó-

ria deles. Desapareceu uma memória coletiva mais ampla, que ao mesmo tempo compreendia a minha e a deles. Da mesma forma, às vezes pessoas que se aproximaram por necessidades de uma obra comum — seu devotamento a um dentre eles, a influência de alguém, uma preocupação artística e assim por diante — se separam em seguida em muitos grupos: cada um destes é limitado demais para reter tudo o que ocupou o pensamento do partido, do cenáculo literário, da assembléia religiosa que envolveu a todos num momento passado. Eles também se prendem a um aspecto deste pensamento e conservam apenas uma parte dessa atividade no pensamento. Por isso muitos quadros do passado comum não coincidem e nenhum deles é verdadeiramente exato. Realmente, a partir do momento em que se separaram, nenhum deles pode reproduzir todo o teor do pensamento antigo. Agora, se dois desses grupos voltam a entrar em contato, o que lhes falta precisamente para se compreender, se entender e confirmar mutuamente as lembranças desse passado de vida comum, é a faculdade de esquecer as barreiras que os separam no presente. Pesa entre eles um mal-entendido, como a dois homens que se encontram de novo e que já não falam a mesma língua, como se diz. O fato de guardarmos a lembrança de impressões que nenhum de nossos companheiros na época pôde conhecer, também não constitui uma prova de que a nossa memória pode bastar e nem sempre tem necessidade de se basear na dos demais. Suponhamos que no momento em que partimos em viagem na companhia de amigos, nos encontrássemos sob o choque de uma viva preocupação que eles ignoravam: absortos por uma idéia ou um sentimento, tudo o que atingia nossos olhos ou nossos ouvidos a isto se relacionava: alimentávamos o pensamento secreto com tudo o que pudesse estar relacionado àquilo, no campo de nossa percepção. Tudo então acontecia como se não houvéssemos deixado mais ou menos distanciado o grupo de seres humanos ao qual nos prendiam nossas reflexões; a esse grupo incorporávamos todos os elementos do novo ambiente que ele pudesse assimilar — a este meio, pensado em si e do ponto de vista de nossos companheiros, nos agarrávamos pela parte mais frágil de nós mesmos. Não se pode dizer que nos situaremos no

ponto de vista dos que fizeram a viagem conosco quando pensarmos nessa viagem, mais tarde. Não nos lembraremos deles senão na medida em que suas pessoas estivessem compreendidas no contexto de nossas preocupações. Por isso, quando entramos pela primeira vez em um quarto ao cair da noite, quando vemos as paredes, os móveis e todos os objetos mergulhados numa semi-obscuridade, essas formas fantásticas ou misteriosas permanecem em nossa memória como o quadro quase irreal da sensação de inquietude, de surpresa ou de tristeza que nos acompanhava no momento em que nossos olhares as surpreendiam. Não bastaria rever o quarto à luz do dia para nos lembrarmos delas: seria preciso que ao mesmo tempo pensássemos em nossa tristeza, em nossa surpresa ou em nossa inquietude. Seria então esta nossa reação pessoal diante dessas coisas que a transfiguravam a nossos olhos? Sim, por assim dizer, se não esquecermos que nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais têm sua origem em meios e circunstâncias sociais definidos, se também não esquecermos que o efeito de contraste vinha principalmente do que buscávamos nesses objetos e não no que neles viam aqueles para quem esses meios e circunstâncias eram familiares, mas o que se prendia às preocupações de outros homens cujo pensamento pela primeira vez se aplicava a esse quarto junto com o nosso.

Se esta análise estiver correta, o resultado a que ela nos conduz talvez permita responder à objeção mais séria, aliás a mais natural a que nos expomos quando achamos que só lembraremos se nos colocarmos no ponto de vista de um ou muitos grupos e se nos situarmos em uma ou muitas correntes do pensamento coletivo.

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo. Temos o direito de pedir que este segundo aspecto seja admitido, pois esse tipo de atitude mental só existe em al-

guém que faça ou tenha feito parte de um grupo e porque, pelo menos à distância, essa pessoa ainda recebe sua influência. Basta que não possamos pensar em tal objeto senão porque nos comportamos como parte de um grupo; evidentemente esse pensamento só existirá se o grupo existir. Por isso, quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado por ninguém, sem dúvida durante algum tempo "ele andou só", na linguagem corrente — mas ele esteve sozinho apenas em aparência, pois, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam por sua natureza de ser social e porque ele não deixou sequer por um instante de estar encerrado em alguma sociedade. A dificuldade não está aí.

Não há lembranças que reaparecem sem que de alguma forma seja possível relacioná-las a um grupo, porque o acontecimento que elas reproduzem foi percebido por nós num momento em que estávamos sozinhos (não em aparência, mas realmente sós), cuja imagem não esteja no pensamento de nenhum conjunto de indivíduos, algo que recordaremos (espontaneamente, por nós) nos situando em um ponto de vista que somente pode ser o nosso? Ainda que fatos desse tipo sejam muito raros, até mesmo excepcionais, bastaria que pudéssemos confirmar alguns deles para estabelecer o fato de que a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças e talvez não explique por si a evocação de qualquer lembrança. Afinal de contas, nada prova que todas as idéias e imagens tiradas dos meios sociais de que fazemos parte e que intervêm na memória não recubram uma lembrança individual como um painel, mesmo no caso em que não o percebemos. Resta a questão de saber se pode existir, se é concebível uma lembrança assim. O fato de se ter produzido, de haver surgido essa lembrança, ainda que uma única vez, bastaria para demonstrar que nada se opõe a que ela intervenha todas as vezes. Assim, na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual que chamamos de *intuição sensível* — para distingui-lo das percepções em que entram alguns elementos do pensamento social.

"Sentimos certa inquietude" — dizia Charles Blondel — "ao ver eliminar, ou quase, da lembrança, qualquer reflexo dessa *intuição sensível* que certamente não é toda a percepção, mas que, da

mesma forma, é evidentemente seu preâmbulo indispensável e sua condição *sine qua non*... Para que não confundíssemos a reconstituição de nosso próprio passado com a que possamos fazer do passado de nosso vizinho, para que empírica, lógica e socialmente esse passado nos pareça identificar-se com nosso passado real, é preciso que pelo menos em algumas de suas partes exista algo além de uma reconstituição feita com matérias tomadas de empréstimo" (*Revue philosophique*, 1925, p. 296). De sua parte, Désiré de Roustan escreveu: "Se vocês se limitam a dizer: quando acreditamos evocar o passado há 99 por cento de reconstrução e um por cento de evocação verdadeira, esse resíduo de um por cento que resistiria a sua explicação, bastaria para voltar a questionar todo o problema da conservação da lembrança. Seria possível evitar esse resíduo"?

É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações eram apenas reflexos dos objetos exteriores, em que não misturássemos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos ligavam a outras pessoas e aos grupos que nos rodeavam. Não nos lembramos de nossa primeira infância porque nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social. "Minha primeira lembrança", diz Stendhal, "é ter mordido a maçã do rosto ou a testa de Mme Pison-Dugalland, minha prima, mulher de vinte e cinco anos que era gorda e tinha muito *rouge*... Vejo a cena, mas certamente porque na hora me trataram como um criminoso e me chamaram de criminoso". Da mesma forma, ele recorda em que um dia espetou um burrinho que o derrubou. "Um pouco mais e teria morrido, dizia meu avô. Imagino o acontecimento, mas é provável que não seja uma lembrança direta, apenas a lembrança da imagem que formei daquilo há muito tempo, na época das primeiras descrições que me fizeram do fato" (*Vie de Henri Brulard*, pp. 31 e 58). O mesmo acontece com as lembranças que se diz "de infância". A primeira em que por muito tempo acreditei conseguir recordar era de nossa chegada a Paris. Eu tinha dois anos e meio. Estávamos subindo a escada à noitinha (o apartamento ficava no quarto andar) e nós, as crianças, dizíamos em voz alta que em Paris as pessoas moravam

no sótão. É bem possível que um de nós tenha dito isso — e é natural que nossos pais, a quem a observação divertiu, a tenham retido na memória e mais tarde nos contaram. Vejo ainda a escada iluminada, mas eu a vi muitas vezes desde então.

Agora eis um acontecimento da infância que Benvenuto Cellini conta no início de suas *Memórias* — ele não tem certeza de que seja uma lembrança. Contudo, a reproduzimos para nos ajudar a compreender melhor o interesse do exemplo que virá a seguir, sobre o qual insistiremos: "Eu tinha mais ou menos uns três anos de idade, meu avô Andrea Cellini ainda vivia e já havia passado dos cem. Um dia, alguém trocou o cano da pia da cozinha, de onde saiu um enorme escorpião sem que ninguém percebesse. O bicho descera e se escondera embaixo de um banco. Eu o vi, corri até lá e o peguei na mão. Era tão grande que a cauda saía de um lado de minha mão e as pinças do outro. Depois me contaram que, muito satisfeito, fui correndo para meu avô, dizendo: 'Olha, vovô, que lagostinha bonita'! No mesmo instante ele viu que era um escorpião e, no amor que tinha por mim, quase morreu de pavor. Pediu com muito carinho que eu o desse para ele, mas eu apertava ainda mais, chorando, porque não queria dar a minha lagostinha para ninguém. Meu pai, que ainda estava em casa, acorreu aos gritos. Em sua estupefação, não sabia o que fazer para que o bicho venenoso não me matasse, quando uma tesoura caiu sob seu olhar. Apanhou a tesoura e, enquanto me engambelava, cortou o rabo e as pinças do escorpião. Como ele me salvou desse perigo, passou a considerar o fato como um bom presságio". Esta cena, movimentada e dramática, se desenrola toda no interior da família. Quando pegou o escorpião, a criança não teve nem por um instante a idéia de que fosse um bicho perigoso: era uma lagostinha, como as que seus pais lhe haviam mostrado e haviam feito com que ele tocasse, como um brinquedo. Na verdade, um elemento estranho, vindo de fora, penetrou na casa — o avô e o pai reagiram cada um a sua maneira. Choro de criança, súplicas e carinho do avô e do pai, a ansiedade e o terror dos dois, e a explosão de alegria que veio depois: uma série de reações familiares que definem o evento. Admitamos que a criança se recorde do fato — a imagem está situada no quadro de referênci-

as da família, porque desde o início ali estava compreendida e jamais saiu dali.

Ouçamos agora Charles Blondel, que diz: "Eu me lembro que uma vez, em criança, ao explorar uma casa abandonada, no meio de uma peça escura, de repente afundei até o meio do corpo num buraco, no fundo do qual havia água — sei mais ou menos onde e quando isso aconteceu, mas aqui meu saber é inteiramente secundário em relação à lembrança". Entende-se que a lembrança se apresentou como uma imagem que não estava localizada. Só pensando em primeiro lugar na casa, ou seja, colocando-se no ponto de vista da família que nela viveu, é que foi possível recordar o fato; além do mais, Blondel nos diz que jamais contou este acidente a nenhum dos pais e está certo de não ter pensado mais nele — e acrescenta: "Neste caso, preciso muito reconstituir o ambiente da minha lembrança, não tenho nenhuma necessidade de reconstituir o fato em si. Realmente, parece que nas lembranças desse tipo temos um contato direto com o passado, que o precede e condiciona a reconstituição histórica" (*loc. cit.*, p. 297). Esta narrativa se distingue claramente da anterior; para começar, porque Benvenuto Cellini nos indica, em primeiro lugar, a época e o lugar em que está situada a cena que ele recorda, o que Blondel ignorava completamente quando evocou a queda num buraco cheio de água pela metade. É *lá no fundo*, ele insiste. Talvez esta não seja a diferença essencial entre uma e outra lembrança. A família é o grupo do qual a criança participa mais intimamente nessa época de sua vida e está sempre à sua volta. Acontece que desta vez a criança saiu desse grupo. Ela não vê os pais, e pode parecer que eles também não estejam presentes em seu espírito. De qualquer modo, eles em nada intervêm na história, pois sequer serão dela informados ou a ela não atribuirão importância suficiente para conservar sua lembrança para mais tarde contá-la ao que foi seu protagonista. Será que basta isso para que possamos dizer que ele realmente estava só? Será verdade que a novidade e a vivacidade da impressão, penosa impressão de abandono, estranha impressão de surpresa diante do inesperado e do jamais visto ou jamais experimentado, explicam que seu pensamento se tenha desviado de seus pais? Não será, ao contrário, porque era

criança, porque estava preso mais estreitamente do que o adulto na rede dos sentimentos e pensamentos domésticos que ele de repente se viu em apuros? Contudo, ele pensava nos seus e estava sozinho apenas em aparência. Não importa muito, já que ele não se lembra em que época precisa e em que lugar determinado estava e não poderia se apoiar num quadro de referências local e temporal. É o pensamento da família ausente que fornece o contexto e a criança não precisa, como diz Blondel, "reconstituir o ambiente de sua lembrança" porque a lembrança se apresenta neste mesmo ambiente. Não há por que nos causar espécie o fato de a criança não se dar conta disso, de não ter sido atraída para esse aspecto das idéias que lhe iam à cabeça, nem de, mais tarde, ao evocar esta lembrança da infância, o adulto também não atentar para ele. Uma "corrente de pensamento" social normalmente é tão invisível quanto a atmosfera que respiramos. Na vida normal, só reconhecemos sua existência quando a ela resistimos, mas uma criança que chama os seus e que precisa de sua ajuda, a eles não resiste.

Blondel poderia fazer objeções, muito corretamente, ao fato de que ele recorda um conjunto de particularidades sem nenhuma relação com qualquer aspecto de sua família. Explorando uma peça obscura da casa, o menino caiu num buraco cheio de água até o meio. Admitamos que ao mesmo tempo estivesse apavorado por sentir-se longe dos seus. "O essencial do fato, atrás do qual tudo parece desvanecer, é esta imagem que, em si, se apresenta como inteiramente destacada do ambiente doméstico. É ela, é a conservação dessa imagem, que teria de ser explicada. Exatamente assim ela se distingue de todas as outras circunstâncias em que eu me encontrava quando percebi estar longe dos meus, em que me voltava para o mesmo meio para ali encontrar ajuda e para o mesmo 'ambiente'. Em outras palavras, não se pode ver como um contexto tão geral como a família pudesse reproduzir um fato neste particular aspecto". Blondel diz ainda: "A essas formas que são os contextos coletivos impostos pela sociedade, é preciso matéria". Por que não admitir simplesmente que essa matéria existe sim e é tudo aquilo que, na lembrança, não tem relação com o contexto — ou seja, as sensações e intuições sensíveis que reviveriam neste quadro? Quando foi aban-

donado por seus pais na floresta, o Pequeno Polegar certamente pensou nos pais, mas muitos outros objetos lhe foram oferecidos: ele seguiu uma ou muitas trilhas, subiu numa árvore, viu uma luz, se aproximou de uma casa isolada etc. Como resumir tudo isso na simples observação: ele se perdeu e não encontrou mais os pais? Se houvesse seguido outro caminho, se tivesse encontrado outras pessoas, o sentimento de abandono teria sido o mesmo — mas ele teria guardado lembranças muito diferentes.

A isso diremos que quando uma criança se perde numa floresta ou numa casa, tudo acontece como se, até então arrastada na corrente de pensamentos e sentimentos que a ligam aos seus, ao mesmo tempo ela estava presa numa outra corrente que a afasta daquela. Pode-se dizer que o Pequeno Polegar permanece no grupo familiar, pois tem consigo seus irmãos — mas se põe à frente deles, toma-os sob sua guarda, eles os dirige; ou seja, de lugar de criança, passa ao do pai, entra no grupo dos adultos e nem por isso deixa de ser criança. Isto se aplica também à lembrança evocada por Blondel, que ao mesmo tempo é uma lembrança de criança e uma lembrança de adulto, já que pela primeira vez a criança se viu em uma situação de adulto. Criança, todos os seus pensamentos estavam à altura de uma criança. Habituado a julgar os objetos exteriores por meio de noções que devia aos pais, seu espanto e seu medo vinham da dificuldade de situar o que agora via em seu pequeno mundo. Tornava-se adulto porque, não tendo mais os pais a seu alcance, via-se diante de objetos novos e inquietantes para ele, certamente não para a gente grande, pelos menos não com a mesma intensidade. Ele deve ter permanecido muito pouco tempo no fundo desse corredor escuro. Nem por isso deixou de entrar em contato com um mundo que voltará a encontrar mais tarde, quando estiver mais entregue a si mesmo. Aliás, por toda a infância, há muitos momentos em que assim enfrentamos o que já não é a família, seja porque nos chocamos ou porque nos ferimos no contato com objetos, seja porque tenhamos de nos sujeitar e dobrar pela força das circunstâncias, embora inevitavelmente passemos por toda uma seqüência de pequenas provas que são como uma preparação para a vida do adulto: é a sombra que a sociedade das gentes grandes projeta sobre a infância, até mais do

que uma sombra, pois a criança pode ser chamada a tomar sua parte nos cuidados e responsabilidades cujo peso em geral recai sobre ombros mais fortes do que os delas e, pelo menos temporariamente e apenas por uma parte de si mesma, quando é tomada para dentro do grupo dos que têm mais idade do que ela. É por isso que às vezes se diz que determinadas pessoas não tiveram infância, porque a necessidade de ganhar o pão se impôs muito cedo, fez com que entrassem nas regiões da sociedade em que os homens lutam pela vida (ao passo que a maior parte das crianças sequer sabe que essas regiões existem) ou porque, depois de um luto, a criança conheceu um tipo de sofrimento normalmente reservado aos adultos e teve de enfrentá-lo no mesmo plano em que estes.

Portanto, o conteúdo inicial dessas lembranças, que as destaca de todas as outras, se explicaria pelo fato de estarem no ponto em que se cruzam duas ou mais séries de pensamentos, pelos quais elas se interligam a tantos outros grupos diferentes. Não basta dizer: no ponto de cruzamento de uma série de pensamentos que nos ligam a um grupo, neste caso a família, e de um outro que abrange somente as sensações que nos vêm das coisas; tudo seria questionado de novo, porque aquela imagem das coisas só existe para nós, uma parte de nossa lembrança não se apoiaria em nenhuma memória coletiva. Uma criança tem medo no escuro ou quando se perde num lugar deserto, porque povoa o escuro ou esse lugar com inimigos imaginários, porque nessa noite receia esbarrar sabe-se lá com que seres perigosos. Rousseau nos conta que Lambercier lhe deu a chave do templo e pediu que fosse buscar no púlpito a Bíblia que alguém havia deixado lá. Diz ele: "Ao abrir a porta, escutei na abóbada certa ressonância que me pareceram vozes e começou a abalar minha firmeza romana. A porta aberta, eu queria entrar... mal dei alguns passos e parei. Examinando a profunda escuridão que reinava naquele vasto espaço, fui tomado por um terror que me deixou de cabelos arrepiados. Eu me atrapalhava nos bancos, não sabia mais onde estava e, sem conseguir encontrar nem o púlpito nem a porta, caí numa confusão indizível". Se o templo estivesse iluminado, ele teria visto que não havia ninguém ali e não teria tremido de medo. Para a criança, o mundo jamais está vazio de seres humanos, de

influências benévolas ou malignas. Os pontos em que essas influências se encontram e se cruzam talvez correspondam, no quadro de seu passado, a imagens mais distintas, porque um objeto que iluminamos dos dois lados e com duas luzes nos desvenda mais detalhes e se impõe mais à nossa atenção.

Não insistamos mais em lembranças da infância. Poderíamos invocar um número enorme de lembranças muito originais de adultos, que se apresentam com tal característica de unidade, que parecem resistir a qualquer decomposição. Para esses exemplos, poderíamos sempre denunciar a mesma ilusão. Se certo membro do grupo vier a fazer parte ao mesmo tempo de um outro grupo, se os pensamentos que ele tem de um e do outro se encontram de repente em seu espírito... teoricamente só ele perceberá esse contraste. Como deixaríamos de acreditar que nele se produz uma impressão sem medida comum com o que podem sentir os outros membros desses dois grupos, se estes não têm outro ponto de contato senão ele? Esta lembrança entra ao mesmo tempo em dois contextos. Um desses contextos o impede de ver o outro e vice-versa — ele prende sua atenção no ponto em que eles se encontram e não tem mais suficiente atenção para percebê-los em si. Assim, quando tentamos encontrar no céu duas estrelas que fazem parte de duas constelações diferentes, satisfeitos por termos traçado uma linha imaginária de uma à outra, de bom grado acreditamos que o simples fato de alinhá-las dessa maneira confere a seu conjunto uma espécie de unidade; contudo, cada uma é apenas um elemento compreendido num grupo e, se foi possível encontrá-las, é porque naquele momento nenhuma das constelações estava oculta por uma nuvem. Da mesma forma, pelo fato de dois pensamentos, uma vez comparados, parecerem reforçar um ao outro por contrastarem entre si e acreditarmos formarem um todo que existe por si, independentemente dos conjuntos de onde são tirados, não percebemos que na realidade estamos levando em conta os dois grupos ao mesmo tempo — mas cada um do ponto de vista do outro.

Retomemos agora a suposição que desenvolvemos anteriormente. Fiz uma viagem com pessoas encontradas há pouco tempo, a

quem estava destinado a não rever em seguida senão a intervalos distantes. Viajávamos por prazer. Eu falava pouco, não escutava quase nada. Tinha o espírito cheio de pensamentos e de imagens que não interessariam aos outros, e que eles ignoravam, pois essas imagens e pensamentos estavam ligados a meus pais e amigos, de quem eu estava momentaneamente afastado. Assim, pessoas a quem eu amava, que tinham os mesmos interesses que eu, toda uma comunidade estreitamente ligada a mim era introduzida sem o saber em determinado ambiente, misturada a acontecimentos, associada a paisagens que lhes eram totalmente estranhas ou indiferentes. Pensemos agora na nossa impressão. Ela certamente se explica pelo que estava no centro de nossa vida afetiva ou intelectual. No entanto, ela se desenrolou num contexto temporal e espacial, no meio de circunstâncias em que nossas preocupações de então projetavam sua sombra — mas que, de sua parte, modificavam seu curso e seu aspecto: tal como as casas construídas ao pé de um monumento antigo, que não são da mesma era. Quando recordamos essa viagem, não nos situamos, é claro, no mesmo ponto de vista de nossos companheiros, porque a nossos olhos ela se resume em uma seqüência de impressões que somente nós conhecemos. Também não podemos dizer que nos situamos unicamente no ponto de vista de nossos amigos, de nossos pais, de nossos autores preferidos, cuja lembrança nos acompanhava. Enquanto caminhávamos por uma estrada de montanha ao lado de pessoas com tal aspecto físico, com tais características, distraidamente nos misturávamos à sua conversa e nosso pensamento permanecia em nosso antigo meio, as impressões que em nós se sucediam eram como tantos modos particulares, originais, novos, de ver as pessoas que nos eram caras e os laços que a elas nos uniam. Em outro sentido, exatamente porque são novas e contêm muitos elementos estranhos no curso anterior e ao que há de mais interior no curso atual de nossos pensamentos, essas impressões são também estranhas aos grupos a que somos mais ligados. Elas os expressam, mas ao mesmo tempo só os expressam dessa maneira se eles não mais estiverem lá materialmente, pois todos os objetos que vemos, todas as pessoas que ouvimos talvez só nos impressionem na medida em que nos fazem sentir a ausência dos primeiros. Como deixar de destacar de uns e de outros

esse ponto de vista, que nem é o de nossos companheiros atuais, nem plenamente e sem mistura o de nossos amigos de ontem e de amanhã, sem o atribuirmos a nós? Não é verdade que o que nos impressiona quando evocamos essa impressão é o que nela somente se explica por nossas relações com esse ou aquele grupo, o que logo sobressai em seu pensamento e sua experiência? Sei que não podia ser compartilhada nem adivinhada por meus companheiros. Sei também que, sob esta forma e nesse contexto, ela não poderia ter-me sido sugerida pelos amigos, pelos pais no momento a que agora me reporto pela memória. Não será isso uma espécie de resíduo de impressão que escapa tanto ao pensamento como à memória de uns e de outros, e que só existe para mim?

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais freqüentemente em contato com ele. As relacionadas a um número muito pequeno e às vezes a um único de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória (já que, pelo menos em parte, ocorreram em seus limites), passam para o segundo plano. Dois seres podem se sentir estreitamente ligados um ao outro, e terem em comum todos os seus pensamentos. Embora em certos momentos suas vidas decorram em ambientes diferentes, através de cartas, descrições ou por narrativas quando se aproximam, eles podem dar a conhecer um ao outro detalhes de circunstâncias em que se encontravam quando já não estavam mais em contato, mas será preciso que se identifiquem um ao outro para que tudo o que de suas experiências fosse estranho para um ou para outro seja assimilado em seu pensamento comum. Quando escreve ao conde de Guibert, Mlle de Lespinasse pode fazê-lo compreender mais ou menos o que sente longe dele — mas em sociedades e ambientes mundanos que ele conhece, porque também está ligado a esses ambientes. Ele pode ver sua amante, assim como ela também pode se ver, colocando-se no ponto de vista desses homens e dessas mulheres que ignoram tudo de sua vida romanesca, e também pode vê-la como ela mesma se vê, do ponto de vista do grupo oculto e fechado que os dois constituem.

Contudo, ele está longe e, sem que saiba, podem ocorrer muitas mudanças na sociedade que ela freqüenta das quais as cartas não lhe dão idéia suficiente, por isso muitas de suas disposições na presença desses meios mundanos lhe escapam e sempre lhe escaparão — não basta que ele a ame, como a ama, para que as adivinhe.

Normalmente um grupo mantém relações com outros grupos. Muitos acontecimentos e também muitas idéias resultam de semelhantes contatos. Às vezes essas relações ou esses contatos são permanentes ou, em todo caso, se repetem com muita freqüência, prosseguem durante muito tempo. Por exemplo, quando uma família vive por muito tempo em uma mesma cidade ou na proximidade dos mesmos amigos, cidade e família, amigos e família são como sociedades complexas. Surgem então lembranças compreendidas em dois contextos de pensamentos, comuns aos membros dos dois grupos. Para reconhecer uma lembrança desse tipo, é preciso fazer parte ao mesmo tempo de um e de outro, uma condição que durante algum tempo é preenchida por uma parte dos habitantes da cidade, por uma parte dos membros da família. Contudo, é preenchida desigualmente nos diversos momentos, segundo o interesse destes diz respeito à cidade ou à sua família. Por outro lado, basta que alguns membros da família deixem a cidade e passem a viver em outra para que tenham menos facilidade para lembrar o que retinham somente porque estavam presos ao mesmo tempo em duas correntes convergentes de pensamento coletivo, enquanto no presente estavam sujeitos quase exclusivamente à ação de uma delas. Não obstante, como apenas parte dos membros de um desses grupos está compreendida no outro, e vice-versa, cada uma das duas influências coletivas é mais fraca do que se exercida sozinha. Realmente, não é o grupo inteiro — a família, por exemplo, é apenas uma fração dele — que pode ajudar um dos seus a recordar essa ordem de lembranças. É preciso que estejamos ou que encontremos condições que permitam combinar melhor a ação dessas duas influências para que a lembrança reapareça e seja reconhecida. Por isso esta parece menos familiar, percebemos menos claramente os fatores coletivos que a determinam e temos a ilusão de que ela é menos importante do que as outras sob o poder da nossa vontade.

Em todo caso, essa lembrança não é completamente uma ilusão. Nem sempre encontramos as lembranças que procuramos, porque temos de esperar que as circunstâncias, sobre as quais nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós. Nada é mais surpreendente em relação a isso do que o reconhecimento de uma figura ou de um lugar, quando estes voltam a se encontrar no campo de nossa percepção. Nunca mais voltamos a pensar naquilo desde que o vimos pela primeira vez e talvez tenhamos a impressão de que, por algum esforço de memória que tenhamos feito, nos teria sido impossível reconstituí-lo. Absolutamente não estamos enganados: reconhecemos muito bem esse lugar e ao mesmo tempo recordamos a disposição de espírito em que estávamos quando o vimos, parece que a lembrança permaneceu, agarrada às fachadas daquelas casas, aguardando ao longo daquela vereda, na borda daquela enseada, nesse rochedo em forma de cadeira — e, quando voltamos a passar por lá, damos uma paradinha e ela retoma em nossa memória um lugar que, sem isso, jamais teria sido ocupado.

Podemos admitir que jamais voltamos a encontrar essa lembrança porque nunca mais voltamos a esse local. Em outras palavras, a condição necessária para voltarmos a pensar em algo aparentemente é uma seqüência de percepções pelas quais só poderemos passar de novo refazendo o mesmo caminho, de modo a estar outra vez diante das mesmas casas, do mesmo rochedo etc. Portanto, estamos mais ou menos certos de não estar enganados ao dizer: nunca mais pensei nisso porque não consegui reagrupar todas essas imagens, tão diversas e tão matizadas, através da memória e da reflexão — jamais consegui reconstituir esta combinação singular e exata de impressões sensíveis, só ela poderia orientar meu espírito exatamente para esta lembrança. Nunca mais havíamos pensado naquilo. Contudo, quando essa lembrança reaparece, não é conseqüência de um conjunto de reflexões, mas de uma aproximação de percepções determinada pela ordem em que se apresentam determinados objetos sensíveis, ordem essa resultante de sua posição no espaço. Diferente de reflexões ou de idéias, as percepções — enquanto percepções — limitam-se a reproduzir os objetos exteriores, não contêm nada mais do que esses objetos e não podem nos con-

duzir além deles. Daí a convicção (temos de admitir) de que elas serviram unicamente para nos deixar em determinada disposição física e sensível, favorável ao reaparecimento da lembrança. Pressupomos então que não tendo sido reconstruída, mas evocada, a lembrança teria sido guardada assim mesmo em nosso espírito. No entanto, o certo é que o único meio de preencher essa lacuna da nossa memória seria retornar a esse local, abrir os olhos. Nós nos surpreendemos ao reencontrar essa lembrança, mas, após um momento de reflexão, poderíamos também nos espantar por não a termos evocado antes, ao descobrirmos no labirinto de nossos pensamentos mais de uma avenida que a ela nos levariam. Esse lugar, esses objetos nos trazem essa lembrança. Contudo, sabemos muito bem que seríamos capazes de evocar esses mesmos objetos e esse mesmo lugar sem revê-los e até sem rever os que os circundam. Talvez não fosse a capacidade de voltar a pensar neles que nos estivesse faltando, mas a de pensar neles com intensidade suficiente para nos recordarmos de todos os detalhes. Quando procuramos a demonstração agora esquecida de um teorema, nosso espírito se embrenha por diversos caminhos e, como nenhum o leva ao objetivo, se remete ao livro que esteve outrora entre nossas mãos. No presente, não recordamos apenas a demonstração, mas vemos que por um dos métodos que experimentamos, nosso espírito se aproximou dela e cedo demais abandonamos essa pista. Sentimos que à custa de um esforço de atenção mais prolongado e sem o socorro do livro conseguiríamos refazer em pensamento esse caminho, e que a demonstração estava esgotada. Da mesma forma, associada ao quadro que temos desse lugar e ao mesmo tempo compreendida em todas as sucessões de imagens e pensamentos que se cruzam nesse ponto e outrora nos conduziram até ali, absolutamente não teria sido impossível reencontrar esta lembrança — faltou-nos a força da atenção e da reflexão, mas bastaria que seguíssemos mais adiante uma dessas séries de lembranças, que nos teriam levado em pensamento de volta aos locais onde estivemos outrora e onde o acaso nos fez passar de novo.

Talvez esta seja uma ilusão, que impõe um novo problema. Quando temos a sensação de que seria possível retomar esta lembrança por outras vias, é porque essas vias existem, mesmo que não

tenhamos sido capazes de segui-las até o fim — ou seja, até a lembrança. Vejamos o que acontece quando, de volta a esse lugar e diante desses objetos, nós os reconhecemos. É o tipo de reconhecimento que Bergson chama de reconhecimento por imagens, que ele distingue muito claramente do que chama de reconhecimento por movimentos. Este reconduziria à sensação de familiaridade que temos quando um objeto visto ou evocado determina em nosso corpo os mesmos movimentos de reação que tivemos no momento em que anteriormente o percebemos.

Reconhecer por imagens, ao contrário, é ligar a imagem (vista ou evocada) de um objeto a outras imagens que formam com elas um conjunto e uma espécie de quadro, é reencontrar as ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos ou sentimentos. Reservemos a questão de saber se entre esses dois tipos de reconhecimento há uma diferença de natureza ou de grau. Observemos apenas que, no caso examinado, a lembrança corresponde a um acontecimento distante no tempo, a um momento de nosso passado. É o que Bergson chama de reconhecimento em imagem, ou a sensação do *déjà vu*. Por exemplo, eu me vejo numa estação em que entrei apenas uma vez para esperar um trem, há muitos anos, na qual nunca mais havia pensado, cuja aparência não mudou. Quando reconheço essa estação, dir-se-ia que em meu espírito duas imagens se recobrem — uma é o quadro que tenho sob os olhos e a outra, o quadro que vi outrora: uma percepção e uma lembrança? Mas se me atenho aos objetos em si, como as imagens se distinguiriam? Há apenas uma, a que tenho sob os olhos, e não preciso reconstruí-la, pois ela está aí. Contudo, se a destaco de todas as outras porque a reconheço, é porque ela aparece para mim como o lugar em que se criaram muitas séries de pensamento que agora atravessam meu espírito, uma das quais me liga aos grupos exteriores a esta cidade dos quais eu fazia parte e nos quais eu pensava quando esperei outrora na plataforma dessa estação, e aos quais ainda estou ligado, porque posso me pôr de novo em seu ponto de vista, no qual o outro é o grupo dos que habitam ou passam por esta cidade, dos quais hoje me vejo fazendo parte temporariamente, como fiz parte outrora. Essas duas correntes de pensamento se cruzaram

apenas em meu espírito, neste mesmo ponto: desde então jamais pensei em um e no outro ao mesmo tempo; por isso foi preciso aguardar que eu voltasse a passar por esse lugar, único ponto em que elas se cruzaram, para que se restabelecesse o contato, ou seja, para que minha lembrança reaparecesse.

Acontece exatamente o mesmo quando examinamos os retratos de amigos há muito perdidos de vista. Guardamos a lembrança de seus traços, mas uma lembrança vaga. Como os encontramos em circunstâncias diferentes, em ambientes variados, seus rostos não eram inteiramente os mesmos conforme os localizávamos em tal ou em qual conjunto. Um rosto não é somente uma imagem visual. As expressões, os detalhes de uma fisionomia podem ser interpretados de muitas maneiras, conforme as pessoas que o cercam, conforme a direção de nosso pensamento nesse ou naquele momento. Por isso, para reencontrar a imagem do rosto de um amigo que não vemos há muito tempo, é preciso aproximar, reunir, fundir umas com as outras as inúmeras lembranças parciais, incompletas e esquemáticas que guardamos. Seria preciso que pudéssemos pensar nele ao mesmo tempo do ponto de vista de todos os ambientes em que o encontramos — mas esses ambientes são muito numerosos ou muito diferentes e os traços de nosso amigo ocupam um lugar muito reduzido na memória de cada um deles, o que dificulta muito recordá-lo. Teríamos de revê-lo pessoalmente para todas essas lembranças convergirem; por isso, quando olhamos por algum tempo o retrato de um amigo, cada traço de sua imagem é como um ponto de perspectiva de onde conseguimos distinguir os ambientes em que o vimos, ainda que tenhamos a impressão de estar ao mesmo tempo em muitos grupos diferentes. Não é uma ilusão. Esses grupos têm de estar ali, pois essas imagens incompletas estavam contidas em cada um deles, a imagem já não poderia evocar o grupo e a parte já não pode nos dar o todo. Estes são casos limites. É bastante comum que meios sociais humanos entrem em contato por um tempo muito curto, com muito pouca intensidade e muito raramente para que esse evento, e a lembrança que o reproduz, se apresente a nós como um fato familiar. Quanto mais os grupos que se tocam se distanciam ou quanto mais numerosos são eles, mais a influência de cada um é

enfraquecida. Portanto, é natural que não a observemos e que não reparemos nos ambientes sociais de onde provêm ações desse tipo, ainda que uma vez reaparecida, a lembrança nos pareça livre de qualquer ligação com memórias que não sejam a nossa. Enfim, como é preciso que nos situemos no mesmo instante em grupos que só têm relações raras e acidentais entre si ou, simultaneamente, em um grande número de ambientes coletivos para evocar esse tipo de lembranças, pode-se dizer que só conseguimos fazer isso por exceção ou em conseqüência de encontros, que temos todas as razões para atribuir ao acaso, porque não os procuramos deliberadamente. Por isso achamos que não conseguimos recordá-los e seu reaparecimento se explica pelo jogo invisível de forças psicológicas inconscientes. Não há nada de misterioso nisso. Embora as causas que determinam a recordação dessas lembranças não dependem ou dependem apenas imperfeitamente de nós, isso não acontece porque sejam inconscientes, mas porque em parte são exteriores a nós e sobre cada uma delas exercemos apenas uma influência muito pequena. Como poderemos recordar certo acontecimento que ocorreu naquele ponto único em que se cruzaram dois grupos dos quais participamos simultaneamente uma vez apenas e entre os quais não houve mais nenhum contato? Como poderemos recordar uma impressão surgida a partir de uma combinação de influências sociais tão numerosas que jamais se reproduzirá? Nossa vontade, em um e outro caso, é igualmente impotente e a probabilidade de um retorno desse tipo é tão insignificante que praticamente equivale a uma impossibilidade. Esse é o limite do qual nos aproximamos, à medida que se complicam e se multiplicam os dados sociais que entram em nossas lembranças.

É bem verdade que em cada consciência individual as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história. Nessa fieira de estados, embora em separado cada um esteja ligado a um ou a muitos ambientes cujos pontos de encontro de alguma forma eles indicam, sua sucessão em si não é explicada por nenhum desses ambientes. Ela se apresenta para nós como uma série única em seu gênero. Desde então esses estados nos parecem ligados um ao outro em nossa consciência. A partir do

momento em que entram nesta seqüência interna e nela tomam seu lugar, eles se organizam em um conjunto tão bem ligado que de bom grado imaginamos cada um emanando dos que o precedem e contendo em germe os que o seguem. Mais do que isso, um estado se torna então uma espécie de ponto de perspectiva sobre todos os outros, como se deles e somente deles extraísse toda a sua substância. Será que agora a memória evoca uma ou muitas partes desta série e esses estados reaparecem apenas por serem evocados por outros estados que foram e continuaram ligados a eles em nosso espírito? Somente a ligação interna ou subjetiva, como dizem os filósofos, interviria nesse momento. Quando a *intuição sensível* — e todos os elementos de pensamento e sensação que a ela se associam — ocorre pela primeira vez, diríamos que ela se explicava muito bem pelo ambiente e ao mesmo tempo por nosso organismo que estava em contato com ele. Em todo caso, ela se destacaria do ambiente assim que se transformasse em imagem. A partir de então não haveria mais motivo para procurar fora as causas de seu reaparecimento, a unidade interna da consciência estabeleceria a coesão das lembranças. No entanto, essa unidade não depende do mundo exterior e dos ambientes que atravessamos. Não contestamos o fato de que, ao nos referirmos aos dados do que é chamado de *observação interior*, é exatamente assim que tudo parece acontecer; mas aqui somos vítimas de uma ilusão bastante natural. Já dissemos que enquanto sofremos docilmente a influência de um meio social, não a sentimos. Ao contrário, ela se manifesta quando em nós um ambiente é cotejado com o outro. Quando muitas correntes sociais se cruzam e se chocam em nossa consciência, surgem esses estados que chamamos de intuições sensíveis e que tomam a forma de estados individuais porque não estão ligados inteiramente a um e a outro ambiente, e então os relacionamos a nós mesmos. Nem por isso eles puxam menos de toda a sua força e da intensidade de suas ações conjugadas que então se exercem sobre nós. Nós perceberíamos isso muito bem se as analisássemos então, se as rastreássemos até suas raízes. Normalmente não nos preocupamos em procurar as causas. Toda a nossa atenção se concentra nos estados em si, no contraste entre sua vivacidade e a banalidade de impressões ou pensamentos anteriores, na riqueza que eles subitamente desven-

dam em nosso eu, porque representam uma combinação original de elementos de origens variadas. Também não é menos verdade que esta combinação ou associação se explique pelo encontro, em nós, de correntes que têm uma realidade objetiva fora de nós — nem tanto por nossa espontaneidade interna. Esse encontro é em si um fato objetivo, não apenas um jogo de imagens, mas o encontro efetivo de representações e sentimentos objetivos que são os objetos da natureza, observáveis de fora, como as coisas materiais. Assim, a intuição sensível e a ligação que ela estabelece no momento e por um momento em nossa consciência se explica pela associação que existe ou se estabelece entre objetos fora de nós.

Agora avançamos no tempo. Essa intuição sensível deixou de existir e por isso pertence ao passado. Como poderia ser diferente, se já não existem as influências exteriores que a determinavam ao se cruzarem? Mais precisamente, ela só guarda alguma realidade virtual na medida em que permanecemos sob a influência combinada desses ambientes, na medida em que estamos sujeitos a nos encontrar nas mesmas condições sociais complexas que outrora a originaram. Sim, por termos passado por esse estado estamos um pouquinho transformados, visto que quando ela reaparecer (se algum dia reaparecer), a reconheceremos — porque em alguma parte de nós mesmos permanecemos em contato com as forças que a produziram, ainda que estas já não estejam materialmente presentes e sentimos que nos seria possível, fazendo o necessário esforço, remontando o suficiente nessa ou naquela corrente de pensamento coletivo em que ainda estamos envolvidos. Quando reconhecemos um estado desse tipo sabemos o que nos faltava para evocá-lo: a força de reflexão necessária para descobri-lo num ambiente em que pelo menos nosso espírito sempre teve acesso. Quando dizemos que a recordação de certas lembranças não depende da nossa vontade, é porque a nossa vontade não é forte o suficiente. A lembrança está ali, fora de nós, talvez dispersa entre muitos ambientes. Se a reconhecemos quando reaparece inesperadamente, o que reconhecemos são as forças que a fazem reaparecer e com as quais sempre mantivemos contato. A intuição sensível é então recriada, mas nesse meio tempo, considerando apenas a nós e nosso organismo psicofísico, ela deixara de existir.

A intuição sensível está sempre no presente. Portanto, não podemos pressupor que ela seja capaz de se recriar espontaneamente, como se subsistisse em nós no estado de fantasma pronto a retomar corpo: transportada ao passado em imaginação, ela não é mais nada. Contudo, pelo menos às vezes, explicamos o seu reaparecimento porque não encontrando fora as causas que a originaram, só podemos procurá-la em nós. É o que entendemos quando dizemos que uma imagem evoca outra ou que uma lembrança atrai uma lembrança. Isso não passa de ilusão. Nossas percepções do mundo exterior se sucedem seguindo a mesma ordem de sucessão dos fatos e fenômenos materiais. É a ordem da natureza que então penetra em nosso espírito e regula o rumo de seus estados. Como poderia ser de outra maneira, se nossas representações não passam de reflexos das coisas? Um reflexo absolutamente não se explica por um reflexo anterior, mas pela coisa que ele reproduz naquele mesmo instante. Suponhamos agora que, de olhos fechados, evocamos esta série de imagens sucessivas. A ligação que existe entre elas ainda se explica pelo encadeamento causal dos fenômenos naturais e não por uma espécie de atração espontânea e mútua entre os estados de consciência assim relacionados. Quando represento para mim a aparência de uma região que atravessei e percorri a pé em vários sentidos, a disposição das peças em uma casa, os móveis num quarto em que vivi, a diversidade e a ligação das lembranças disso que evoco se atêm à própria diversidade e à ligação entre os objetos ou do grupo de objetos. Em outras palavras, na série de estados que minha memória apresenta, distingo partes não segundo meu tempo interno e segundo os momentos que a eles corresponderam, mas segundo as mesmas divisões que a realidade apresentava: divisões objetivas, as mesmas que a percepção vigente ou coletiva introduz ou reconhece na natureza e que realmente são baseadas nas relações naturais entre as coisas. Essas divisões, ou esses cortes, que rompem a série em outras tantas imagens distintas, servem também para reconstituir, como se cada estado tendesse a se inserir no contorno do estado que o precedeu ou seguiu, como se o ponto de divisão marcasse também uma ligação (Como a separação das imagens se fez seguindo as linhas das divisões natu-

rais, é claro que ao se reagruparem, elas se adaptam às relações naturais). Divisões e ligações correspondem a uma espécie de lógica espacial ou material, e é nesta lógica que se apóia a memória das percepções. A coesão dessa memória explica-se pelo fato de que as lembranças que ela evoca são coerentes, como devem ser os fenômenos (objetivos) fora de nós. Mas é a mesma causalidade natural que liga as coisas e os pensamentos do espírito com relação a essas coisas (Pode-se dizer que esta concepção que afirma que as lembranças não estão ligadas diretamente uma a outra de modo algum por relações de contigüidade, mas apenas porque os objetos correspondentes estão ligados por relações de causalidade, sem levar em conta a atividade própria da memória. Contudo, é muito difícil admitir que um estado de consciência aí recrie um outro unicamente porque se sucederam ou porque estiveram próximos um do outro no espaço). Não obstante, o que chamamos aqui de causalidade natural simplesmente designa a representação que fazemos de nós na sociedade que nos circunda. As leis naturais não estão nas coisas, mas no pensamento coletivo, enquanto este os examina e à sua maneira explica suas relações (A partir daí compreenderemos melhor que a representação das coisas evocada pela memória individual não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas). Em outras palavras, existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior: lógica geográfica, topográfica, física, que não é outra senão a ordem introduzida por nosso grupo em sua representação das coisas do espaço (é isso: é esta lógica social e as relações que ela determina). Cada vez que percebemos, nós nos conformamos a esta lógica; ou seja, lemos os objetos segundo essas leis que a sociedade nos ensina e nos impõe. É também esta lógica, são essas leis que explicam que as nossas lembranças desenrolam em nosso pensamento a mesma seqüência de associações, pois no mesmo momento em que estamos mais em contato material encontramos no referencial do pensamento coletivo os meios de evocar a seqüência e seu encadeamento; facilmente perceberemos isto quando se trata das percepções do mundo material, se essa lógica social, neste

campo, não estivesse a esta altura rigorosa, fortificada que está por sua universalidade. As leis naturais realmente se impõem a todas as sociedades pelo menos de direito e, de fato, a todas aquelas de que fazemos ou estamos expostos a fazer parte. É por isso que facilmente nos persuadimos de que essas leis se impõem a nós, não porque são admitidas em nosso grupo, mas porque estamos em contato com as coisas materiais. Na realidade, a percepção resulta de uma demorada operação de treinamento e de uma disciplina (social) que não se interrompe; como as coisas não podem entrar em nosso espírito e não podemos explicar agora a ligação dos estados de consciência que são nossas lembranças pelas forças e relações do mundo inerte, somos obrigados a imaginar um princípio de atração entre as imagens, como o princípio de associação por contigüidade no tempo e no espaço. Examinando mais de perto, isto serve para explicar a sucessão pela sucessão em si — "o aparecimento de A depois de B (atualmente) se explica pelo aparecimento de A depois de B (no passado)". É uma simples constatação. Por outro lado, não percebemos que se A sucedeu B outrora, este fato em si não bastaria, está abstraído de todo um conjunto de influências exteriores que era sua verdadeira causa. É bom saber que se ainda hoje se reproduz, o fato se explica pelas mesmas causas e, portanto, que essas causas ainda atuam (O mesmo acontece com a semelhança — para que pensemos em uma similitude entre dois objetos). Nada explicamos enquanto não mostramos que a contigüidade entre dois estados ou imagens resulta de uma ligação causal. Em todo caso, agora é preciso se pôr no ponto de vista de um pensamento coletivo que é o único, a qualquer momento, capaz de formular uma relação de causalidade desse tipo (em termos gerais válidos), aplicando-se às coisas que são do terreno de sua experiência. Esse ponto de vista é o da natureza (no sentido que especificamos), ou seja, dos objetos tais como são conhecidos pelo grupo. Portanto, qualquer recordação de uma série de lembranças que se refere ao mundo exterior é explicada pelas leis da percepção coletiva.

O mesmo acontece com todas as lembranças, quer se trate da seqüência de palavras trocadas em uma conversa na história de nossas relações com essa ou aquela pessoa ou até mesmo das reflexões que fizemos, dos estados afetivos pelos quais passamos durante um

passeio ou uma viagem. Desta vez, a memória das percepções só intervém de modo secundário. Não nos bastaria rever em pensamento os mesmos lugares, para reconstituir seqüências de reflexões e de sensações que certamente se desenrolaram nesse contexto espacial, mas que são muito diferentes das imagens do mundo exterior. Contudo, aqui ainda, examinando o conteúdo dessas séries de pensamentos, notamos que os diversos estados que nelas entram não se delimitam arbitrariamente. Cada um deles é como um objeto que tem certa unidade e contornos bastante definidos: uma pessoa, um fato, uma idéia, uma sensação, e bem sabemos que se pensamos neles é porque, efetivamente ou na imaginação, atravessamos um ou muitos ambientes sociais em cuja consciência essas representações tiveram e mantiveram (pelo menos por algum tempo) um lugar muito definido, uma realidade muito substancial. Sabemos também que se esses pensamentos penetraram de fora em nossa consciência individual em tal momento e tal ordem, é algo que se explica pelas relações que existiam entre muitos deles em tal ambiente e também pelas relações que se estabeleceram entre ambientes diferentes dos quais fazíamos parte ao mesmo tempo e sucessivamente, e de onde, ao mesmo tempo ou sucessivamente ainda, outros nos ocorreram. Raciocinando como anteriormente, diremos então que, já que esses estados e sua sucessão se explicavam no momento em que foram produzidos por relações (que só podem ser de causalidade) entre os diversos elementos de um ambiente social ou entre diversos ambientes sociais, a condição necessária para que as evoquemos de memória, para que se reproduzam na mesma ordem, é que (pelo menos em pensamento) estivéssemos no mesmo ambiente. Os mesmos ambientes exercem sobre nós mais ou menos o mesmo gênero de ação. Como explicar de outra maneira as ligações pelas quais uns pensamentos levam a outros sob o olhar da consciência? Destacados dos ambientes em que estavam compreendidos e que asseguravam sua coesão, que os pressionavam de alguma forma uns contra os outros, subsistindo desde então em nosso espírito, como pressupomos, no estado de fragmentos isolados um do outro e que não encontrariam no novo ambiente que seria a nossa consciência, ou melhor, em nosso inconsciente, nenhum novo princípio de unidade,

como esses pensamentos poderiam permanecer em relação duradoura? Naquele momento, só estavam juntos pela pressão exterior a que estávamos sujeitos. O que chamamos de sentimento da unidade do nosso eu, em que às vezes enxergamos um princípio original de coesão dos estados, no fundo não é senão a consciência que temos a cada instante de pertencer ao mesmo tempo a diversos ambientes — mas ela só existe no presente. Como poderia subsistir em vez de estados rejeitados no passado, enquanto a pressão dos meios sociais já não intervinha? Aqui, mais uma vez, uma série de lembrança nos parece muito ligada apenas porque podemos nos colocar de novo no ponto de vista do grupo ou grupos em cujo pensamento esses estados estiveram e permaneceram em contato, na medida também em que de nós depende passar de um grupo a outro na mesma ordem que outrora determinou em nosso espírito a formação de tal série de reflexões e estados afetivos. Por outro lado, compreende-se que neste caso, muito mais do que quando a memória evoca somente a ordem das nossas percepções sensíveis passadas, seja difícil perceber (as forças) os meios sociais que de fora determinam o rumo de nossos pensamentos e que estejamos desde então dispostos a explicá-lo por uma ligação subsistente, não se sabe onde e não se sabe como entre os traços dos... admitir que de uma ou outra maneira nossas lembranças isoladas de seus objetos ou de suas causas são espontaneamente evocadas e convocadas.

É muito comum atribuirmos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as idéias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo. Estamos em tal harmonia com os que nos circundam, que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros. Quantas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver, que nos surpreenderíamos ao descobrir quem é seu autor e constatar que não são nossas. "Já havíamos pensado nisso" — não percebemos que somos apenas um eco. Toda a arte do orador talvez consista em passar aos que o escutam a ilusão de que as convicções e as sensa-

ções que neles desperta não lhes foram sugeridas de fora, mas surgiram neles mesmos, que o orador apenas adivinhou o que se criava no segredo de sua consciência e se limitou a emprestar-lhes sua voz. De qualquer maneira, cada grupo social se empenha em manter semelhante persuasão em seus membros. Quantas pessoas têm espírito crítico suficiente para discernir no que pensam a participação de outros, e para confessar para si mesmas que o mais das vezes nada acrescentam de seu? Às vezes ampliamos o círculo de nossas amizades e de nossas leituras, reconhecemos o mérito de um ecletismo que nos permite ver e conciliar os diferentes aspectos das questões e das coisas; mesmo assim, muitas vezes a dosagem de nossas opiniões, a complexidade dos nossos sentimentos e gostos é apenas a expressão dos acasos que nos puseram em contato com grupos diversos ou opostos, e nossa parte em cada modo de ver é determinada pela intensidade desigual das influências que eles exerceram em separado sobre nós. De qualquer maneira, à medida que cedemos sem resistência a uma sugestão externa, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que em geral a maioria das influências sociais a que obedecemos permanece desapercebida por nós. O mesmo acontece e talvez por razão ainda maior, quando no ponto de encontro de muitas correntes de pensamento coletivo que em nós se cruzam ocorre um desses estados complexos em que desejamos ver um acontecimento singular que só existirá para nós. Por exemplo, um homem em viagem subitamente se sente tomado por influências que emanam de um meio estranho a seus companheiros. Uma criança depara inesperadamente com circunstâncias em uma situação que não é própria de sua idade e seu pensamento se abre a preocupações e sentimentos de adultos. É uma mudança de local, de profissão, de família, que ainda não rompe inteiramente os laços que nos prendem aos nossos grupos antigos. Acontece que em casos semelhantes as influências sociais se fazem mais complexas, porque mais numerosas, mais entrecruzadas. Por isso não conseguimos desenredá-las tão bem e as distinguimos mais confusamente. Vemos cada ambiente à luz do outro ou outros e ao mesmo tempo à sua própria luz, e temos a impressão de resistir a ele. Sem dúvida, cada uma delas deveria sobressair mais nitidamente desse conflito

ou dessa combinação de influências. Como esses meios se opõem, temos a impressão de não estarmos envolvidos nem com um nem com outro. No primeiro plano acontece principalmente a estranheza da situação em que nos encontramos, o que basta para absorver o pensamento individual. Este acontecimento se interpõe, como uma tela, entre este e os pensamentos sociais, cuja conjugação o criou. Ele não pode ser plenamente compreendido por nenhum dos membros desses ambientes, somente por mim. Neste sentido, ele me pertence e desde o momento em que ocorre eu me sentiria tentado a explicá-lo por mim e somente por mim. No máximo, eu admitiria que as circunstâncias ou melhor, o encontro desses meios serviu de ocasião, permitiu a produção de um acontecimento há muito tempo compreendido em meu destino individual, o aparecimento de um sentimento que já estava potencialmente em minha alma. Como os outros o ignoraram e não tiveram (pelo menos é o que imagino) nenhuma participação em sua criação, mais tarde, quando ele reaparecer em minha memória, não terei nenhum meio de me explicar seu retorno — é que, de alguma forma ele se teria conservado exatamente assim em meu espírito. Não é nada disso. Essas lembranças que nos parecem puramente pessoais e tais que só nós as conhecemos e somos capazes de reencontrá-las, se distinguem das outras pela maior complexidade das condições necessárias para que sejam recordadas — em todo caso, esta é apenas uma diferença de grau.

Às vezes nos limitamos a observar que nosso passado compreende dois tipos de elementos: os que podemos evocar quando desejamos e os que, ao contrário, não atendem ao nosso apelo, se bem que tão logo os procuramos no passado nossa vontade parece bater num obstáculo. Na verdade, dos primeiros podemos dizer que estão no terreno comum, no sentido de que o que nos é assim familiar ou facilmente acessível, é igualmente familiar ou acessível para os outros. A idéia que mais facilmente representamos é composta de elementos tão pessoais e particulares quanto desejarmos, é a idéia que os outros fazem de nós, e os fatos de nossa vida que estão sempre mais presentes para nós também foram gravados na memória dos grupos que nos são mais chegados. Assim, os fatos e idéias que mais facilmente recordamos são do terreno comum, pelo menos para

um ou alguns ambientes. Essas lembranças existem para "todo o mundo" nesta medida e é porque podemos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes de recordá-las a qualquer momento e quando o desejamos. Das segundas, das que não conseguimos recordar à vontade, de bom grado diremos que não pertencem aos outros, mas a nós, porque somente nós podemos reconhecê-las. Por mais estranho e paradoxal que isto possa parecer, as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são as que dizem respeito somente a nós, constituem nosso bem mais exclusivo, como se só pudessem escapar aos outros na condição de escaparem também a nós.

Diremos que acontece conosco o mesmo que acontece a qualquer um que encerrou seu tesouro em um cofre-forte cuja fechadura é tão complicada que não consegue mais abri-lo, não sabe mais o segredo e terá de lançar-se ao acaso para fazê-lo reaparecer? Há uma explicação que ao mesmo tempo é mais natural e mais simples. Na verdade, entre as lembranças que evocamos facilmente e as que parecemos ter perdido, encontraríamos todos os graus. As condições necessárias para que umas e outras reapareçam não diferem senão pelo grau de complexidade. Estas estão sempre a nosso alcance porque se conservam em grupos nos quais temos liberdade de entrar quando quisermos, nos pensamentos coletivos com os quais estamos sempre em estreito relacionamento, ainda que todos os seus elementos, todas as ligações entre esses elementos e as passagens mais diretas de uns aos outros nos sejam familiares. Aqueles nos são menos e mais raramente acessíveis, porque os grupos que os trariam para nós estão mais distantes, só estamos em contato com eles de modo intermitente. Há grupos que se associam ou se encontram com freqüência, embora possamos passar de um a outro, estar ao mesmo tempo em um e no outro; entre outros, as relações são muito reduzidas, quase invisíveis, e não temos nem oportunidade nem a idéia de percorrer as veredas escondidas pelas quais se comunicam. É nesses caminhos, nessas veredas escondidas que encontraríamos as lembranças que nos dizem respeito, assim como um viajante pode considerar sua propriedade um manancial, um grupo de rochedos, uma paisagem a que chegamos somente saindo da estrada, ou uma outra a que podemos atingir por uma trilha de-

serta mal traçada. Os atrativos desses atalhos estão nos dois caminhos, e nós os conhecemos — mas é preciso alguma atenção, talvez alguma sorte para que os encontremos novamente, podemos percorrer muitas e muitas vezes um e outro caminho sem pensar em procurar as paisagens, principalmente quando não se pode contar, para indicá-los, com os passantes que seguem esse ou aquele trajeto, porque eles não estão preocupados em ir aonde os levaria o outro.

Não tenhamos receio de voltar aos exemplos apresentados. Veremos que os atrativos ou os elementos dessas lembranças pessoais que parecem pertencer apenas a nós podem muito bem ser encontrados em meios sociais definidos e neles se conservarem, veremos também que os membros desses grupos (dos quais não deixamos de fazer parte) saberiam descobrir e mostrá-los para nós, se fizéssemos as perguntas certas. Nossos companheiros de viagem não conhecem os parentes, os amigos que deixáramos para trás, mas notaram que não nos envolvíamos inteiramente com eles. Em determinados momentos, sentiam que estávamos em seu grupo como um elemento estranho. Se mais tarde voltamos a encontrá-los, poderão nos fazer recordar que em tal parte da viagem estávamos distraídos ou que fizemos uma reflexão, pronunciamos palavras que indicavam que o nosso pensamento não estava inteiramente com eles. A criança que se perdeu na floresta ou que se viu em algum perigo que nela despertou sentimentos de adulto, não disse nada sobre isso aos pais. No entanto, estes notaram que depois daquele incidente a criança não estava mais tão descuidada como antes, como se uma sombra houvesse passado sobre ela, e mostrava uma alegria de revê-los que não era exatamente a alegria de uma criança. Quando me mudei de uma cidade para uma outra, os habitantes desta última não sabiam de onde eu vinha, mas antes de estar adaptado ao novo meio, as minhas estranhezas, minhas curiosidades, minhas ignorâncias certamente não escaparam a toda uma parte de seu grupo. Sem dúvida, esses traços quase invisíveis de eventos sem grande importância para aquele meio em si não prenderam por muito tempo sua atenção. No entanto, uma parte de seus membros os encontraria ou pelo menos saberia onde procurar, se eu lhes contasse o evento que pôde deixá-los [*sic*].

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social.

Algumas dessas combinações são extremamente complexas. Por isso, não depende de nós fazê-las reaparecer. Temos de confiar no acaso, esperar que muitos sistemas de ondas, nos ambientes sociais em que transitamos materialmente ou em pensamento, se cruzem de novo e façam vibrar como antigamente o aparelho registrador que é a nossa consciência individual. Mas aqui o tipo de causalidade é o mesmo, e não poderia ser senão o mesmo de outrora. A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto.

Diremos ser estranho que os estados que apresentam uma característica de unidade irredutível tão surpreendente e que nossas lembranças mais pessoais resultem da fusão de tantos elementos diversificados e isolados. Para começar, ao refletir, essa unidade se transforma em multiplicidade. Algumas vezes já se disse que ao aprofundar um estado de consciência verdadeiramente pessoal, voltamos a encontrar todo o conteúdo do espírito visto de um determinado ponto de vista. Em todo caso, por conteúdo do espírito devemos entender todos os elementos que marcam suas relações com os diversos ambientes. Um estado pessoal revela assim a complexidade da combinação de onde saiu. Sua aparente unidade se explica por uma ilusão bastante natural. Os filósofos mostraram que a sensação

de liberdade se explicaria pela multiplicidade de séries causais que se combinam para produzir uma ação.

A cada uma dessas influências, concebemos que uma outra se oponha, acreditamos que nosso ato é independente de todas essas influências, ainda que não esteja sob a dependência exclusiva de nenhuma delas. Então nos damos conta de que na verdade ele resulta de seu conjunto e está sempre dominado pela lei da causalidade. Aqui, da mesma forma, como a lembrança reaparece em função de muitas séries de pensamentos coletivos emaranhados e porque não podemos atribuí-la exclusivamente a nenhuma, imaginamos que é independente delas e contrapomos sua unidade à sua multiplicidade. É como acreditar que um objeto pesado, suspenso no ar por uma porção de fios tênues e entrecruzados, permaneça suspenso no vazio, e ali se sustenta.

Capítulo II

Memória coletiva e memória histórica

Ainda não estamos habituados a falar da memória de um grupo nem por metáfora. Aparentemente, uma faculdade desse tipo só pode existir e permanecer na medida em que estiver ligada a um corpo ou a um cérebro individual. Admitamos, contudo, que as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. Em outras palavras, o indivíduo participaria de dois tipos de memórias. Não obstante, conforme participa de uma ou de outra, ele adotaria duas atitudes muito diferentes e até opostas. Por um lado, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal — as mesmas que lhes são comuns com outras só seriam vistas por ele apenas no aspecto que o interessa enquanto se distingue dos outros. Por outro lado, em certos momentos, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. Se essas duas memórias se interpenetram com freqüência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente in-

corporada à sua substância. Por outro lado, a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas — evolui segundo suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal.

Examinemos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. Não é menos verdade que não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela está muito estreitamente limitada no espaço e no tempo. A memória coletiva também é assim, mas esses limites não são os mesmos, podem ser mais estreitos e também muito mais distanciados. Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que faço parte foi teatro de certo número de acontecimentos a respeito dos quais digo que me lembro, mas que só conheci através de jornais ou pelo testemunho dos que neles estiveram envolvidos diretamente. Esses fatos ocupam um lugar na memória da nação — mas eu mesmo não os assisti. Quando os evoco, sou obrigado a me remeter inteiramente à memória dos outros, e esta não entra aqui para completar ou reforçar a minha, mas é a única fonte do que posso repetir sobre a questão. Muitas vezes não conheço tais fatos melhor ou de modo diferente do que acontecimentos antigos, ocorridos antes de meu nascimento. Trago comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso aumentar por meio de conversas ou de leituras — mas esta é uma memória tomada de empréstimo, que não é a minha. No pensamento nacional, esses acontecimentos deixaram um traço profundo, não apenas porque as instituições foram modificadas por eles, mas porque sua tradição subsiste muito viva nessa ou naquela região do grupo, partido político, província, classe profissional ou

mesmo nessa ou naquela família, entre certas pessoas que conheceram pessoas que os testemunharam. Para mim, são noções, símbolos; estão representados sob uma forma mais ou menos popular — posso imaginá-los, é quase impossível lembrar-me deles. Por uma parte da minha personalidade, estou envolvido no grupo, de modo que nada do que aí acontece enquanto faço parte dele, nada mesmo do que o preocupou e transformou antes que eu entrasse nele, me é completamente estranho. Mas se quisesse reconstituir em sua integridade a lembrança de tal acontecimento, seria preciso que eu juntasse todas as reproduções deformadas e parciais de que ela é objeto entre todos os membros do grupo. Ao contrário, minhas lembranças pessoais são inteiramente minhas, estão inteiras em mim.

Haveria portanto motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior — ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. Mais exatamente ainda (e do ponto de vista que terminamos de indicar), diríamos memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresentaria dele um panorama bem mais contínuo e mais denso.

Entendendo-se que conhecemos nossa memória pessoal apenas de dentro e a memória coletiva de fora, haveria entre uma e outra um grande contraste. Eu me lembro de Reims porque lá vivi um ano inteiro. Lembro também que Joana d'Arc esteve em Reims e que lá Charles VII foi sagrado rei, porque ouvi dizer ou porque li. Joana d'Arc foi representada tantas vezes no teatro, no cinema etc., que realmente não tenho nenhuma dificuldade para imaginar Joana d'Arc em Reims. Ao mesmo tempo, sei muito bem que não posso ter sido testemunha do acontecimento em si: atenho-me aqui às palavras que li ou escutei, signos reproduzidos através dos tempos, que são tudo o que me chega desse passado. O mesmo acontece com todos os fatos históricos que conhecemos. Nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa seqüência de detalhes, às

vezes uma historinha ou uma citação: é o epitáfio dos fatos de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos. A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas.

Se o ambiente social passado subsistisse para nós somente em tais representações históricas e, se, de modo mais geral, contivesse apenas datas associadas a acontecimentos definidos em termos gerais ou recordações abstratas de acontecimentos, a memória coletiva permaneceria muito exterior a nós. Em nossas sociedades nacionais tão vastas, muitas existências transcorrem sem contato com os interesses comuns do número maior dos que lêem os jornais e prestam alguma atenção aos negócios públicos. Ainda que não nos isolemos a esse ponto, quantos períodos durante os quais, absortos pela sucessão dos dias, não sabemos mais "o que está acontecendo"? Mais tarde, acerca de tal parte de nossa vida, talvez nos lembremos de reagrupar os acontecimentos públicos contemporâneos mais notáveis. O que aconteceu em meu país, em 1877, quando nasci? Foi o ano do 16 de maio, quando a situação política se transformava de uma semana para outra, quando realmente nasceu a república. O ministério de Broglie estava no poder. Gambetta declarava: "Temos de nos sujeitar ou pedir demissão". O pintor Courbet morre nesse momento. Também nesse momento Victor Hugo publica o segundo volume de *A lenda dos séculos*. Em Paris, terminam o Boulevard Saint-Germain e começam a abrir a Avenue de la République. Na Europa, toda a atenção está concentrada na guerra da Rússia contra a Turquia. Depois de uma longa defesa heróica, Osmã Paxá entregará Plevna. Assim, reconstituo um contexto, um panorama muito amplo, em que me sinto singularmente perdido. A partir desse momento fui apanhado na corrente da vida nacional, mas sem muita convicção. Eu era como um viajante num barco. As duas margens passam sob seus olhos, a travessia se enquadra muito bem nessa paisagem, mas suponhamos que o viajante esteja absorto em alguma reflexão ou distraído pelos companheiros de viagem — ele só se ocupará com o que acontece na margem de vez em quando; mais tarde saberá lembrar a travessia sem pensar muitos nos detalhes

da paisagem, ou seguir o traçado dessa travessia num mapa — assim, talvez volte a encontrar algumas lembranças esquecidas, detalhar mais as outras (ele as compreenderá melhor). No entanto, entre a região percorrida e o viajante realmente não terá havido contato.

Mais de um psicólogo gostará talvez de imaginar que, como auxiliares de nossa memória, os fatos históricos não desempenham um papel muito diferente das divisões do tempo marcadas num relógio ou determinadas pelo calendário. Nossa vida escoa num movimento contínuo. Contudo, quando nos voltamos para o que assim já transcorreu, podemos sempre distribuir suas diversas partes entre os pontos de divisão do tempo coletivo que encontramos fora de nós e que se impõem de fora a todas as memórias individuais, precisamente porque não têm sua origem em nenhuma delas. O tempo social assim definido seria totalmente exterior às durações vividas pelas consciências. Isto é evidente num relógio que mede o tempo astronômico — mas o mesmo acontece com as datas marcadas no quadrante da história, que correspondem aos fatos mais notáveis da vida nacional, que às vezes ignoramos quando ocorrem ou cuja importância só reconhecemos mais tarde. Nossas vidas estariam postas na superfície dos corpos sociais, segui-los-iam em suas revoluções, experimentariam as repercussões de seus abalos. Um acontecimento só toma lugar na série dos fatos históricos algum tempo depois de ocorrido. Portanto, somente bem mais tarde é que podemos associar as diversas fases de nossa vida aos acontecimentos nacionais. Nada provaria melhor a que ponto é artificial e exterior a operação que consiste em nos relacionarmos com as divisões da vida coletiva, como se fossem pontos de referência. Também nada mostraria mais claramente que na realidade estudamos dois objetos distintos quando fixamos nossa atenção quer na memória individual, quer na memória coletiva. Os acontecimentos e as datas que constituem a própria substância da vida do grupo não podem ser para o indivíduo mais do que sinais exteriores, aos quais ele não se relaciona a não ser sob a condição de se afastar de si.

Claro, se não tivesse outra matéria a não ser séries de datas ou listas de fatos históricos, a memória coletiva desempenharia apenas um papel secundário na fixação de nossas lembranças. Não

obstante, esta é uma concepção especialmente estreita, que não corresponde à realidade. Por essa mesma razão, foi difícil para nós apresentá-la dessa forma. Entretanto, era necessário, pois ela está de acordo com uma tese em geral aceita. É mais comum considerar-se a memória uma faculdade propriamente individual — ou seja, que aparece numa consciência reduzida a seus únicos recursos, isolada dos outros, e capaz de evocar, por vontade ou por acaso, os estados pelos quais passou antes. No entanto, como não é possível questionar o fato de que freqüentemente reintegramos nossas lembranças em um espaço e em um tempo sobre cujas divisões nos entendemos com os outros, de que nos situamos também entre datas que não têm sentido senão em relação aos grupos de que fazíamos parte, admitimos que seja assim mesmo. Entretanto, esta é uma espécie de mínima concessão que, no espírito daqueles que a consentem, não poderia atingir a especificidade da memória individual.

Stendhal observava: "Escrevendo minha vida em 1835... nela faço muitas descobertas... Ao lado de pedaços de afrescos bem conservados, não há datas; tenho de sair atrás das datas... A partir de minha chegada a Paris em 1799, como a minha vida estava entremeada aos acontecimentos da gazeta, todas as datas são seguras... Em 1835, descubro a fisionomia e o porquê dos acontecimentos" (*Vie de Henri Brulard*). Pelo menos em aparência, as datas e os fatos históricos ou nacionais que elas representam (pois é exatamente neste sentido que Stendhal os entende) podem ser inteiramente exteriores às circunstâncias de nossa vida; no entanto, mais tarde, quando refletimos sobre eles, fazemos "muitas descobertas", entendemos "o porquê de muitos acontecimentos". Isto pode ser entendido em muitos sentidos. Quando folheio uma história contemporânea e passo em revista os diversos acontecimentos franceses ou europeus que se sucederam desde a data de meu nascimento, durante os oito ou dez primeiros anos de minha vida, tenho realmente a impressão de um contexto exterior cuja existência eu ignorava então, e aprendo a situar minha infância na história de meu tempo. Todavia, se assim esclareço exteriormente esta primeira fase de minha vida, nem por isso a minha memória foi muito enriquecida no que tem de pessoal e não

vejo brilharem novas luzes no meu passado de criança ou surgirem e se revelarem novos objetos. Talvez porque eu ainda não lia os jornais e (ainda que os fatos fossem mencionados a minha volta) não me metia nas conversas da gente grande. No presente, posso fazer uma idéia, mas uma idéia necessariamente arbitrária, das circunstâncias públicas e nacionais pelas quais meus pais deviam se interessar: não tenho nenhuma lembrança direta desses fatos, não mais do que das reações que eles determinaram nos meus. Parece-me que o primeiro acontecimento nacional que penetrou na trama das minhas impressões de criança foi o enterro de Victor Hugo (eu tinha oito anos). Eu me vejo ao lado de meu pai, subindo na véspera até o Arco do Triunfo na Place de l'Étoile, onde havia sido montado o catafalco e, no dia seguinte, assistindo ao desfile de uma sacada na esquina da *rue* Soufflot com a Gay-Lussac. Até essa data não repercutiram em mim ou no círculo estreito de minhas preocupações quaisquer dos abalos sofridos pelo grupo nacional a que eu estava confinado. No entanto, eu estava em contato com meus pais, abertos a muitas influências; em parte, eles eram o que eram porque viviam em tal época, tal país, em tais circunstâncias políticas e nacionais. Em seu aspecto habitual, na tonalidade geral de seus sentimentos, eu talvez não encontre o traço de eventos "históricos" determinados. Certamente houve na França, durante o período de dez, quinze e vinte anos que seguiu à guerra de 1870-1871, uma atmosfera psicológica e social singular, que não se encontraria em nenhuma outra época. Meus pais eram franceses dessa época, foi então que adotaram certos hábitos e assumiram certos traços que não deixaram de fazer parte de sua personalidade e que logo devem ter-se imposto à minha atenção. Portanto, a questão já não é mais de datas e de fatos. É claro, a história, mesmo contemporânea, freqüentemente se reduz a uma série de idéias abstratas demais — mas posso completá-las, posso trocá-las pelas idéias de imagens e impressões, quando olho os quadros, os retratos, as gravuras daqueles tempos, quando sonho com os livros que apareciam, com as peças representadas, com o estilo da época, as piadas e o tipo de espírito cômico então na moda. Não imaginemos agora que esse panorama de um mundo desaparecido há pouco, assim recriado por meios artificiais, vá se tornar o fundo um tanto factício sobre o qual projetaremos

os perfis de nossos pais e que lá exista uma espécie de ambiente químico em que voltaremos a mergulhar nosso passado para "revelá-lo". Muito pelo contrário, se o mundo de minha infância tal como o reencontro quando me lembro entra tão naturalmente no contexto que o estudo histórico desse passado próximo me permite reconstituir, é porque já trazia sua marca. Descubro que com um esforço de atenção suficiente eu poderia encontrar em minhas lembranças a imagem do ambiente que abrangia esse pequeno mundo. Agora se destacam e se juntam muitos detalhes dispersos, talvez familiares demais para que eu sonhasse em relacioná-los uns a outros e houvesse procurado seu significado. Aprendo a distinguir na fisionomia de meus pais e na aparência desse período o que não mais se explica pela natureza pessoal dos seres, pelas circunstâncias tais como teriam podido se reproduzir em qualquer outro tempo, mas pelo ambiente nacional contemporâneo. Meus pais, como todas as pessoas, pertenciam a seu tempo, assim como seus amigos e todos os adultos com quem eu tinha contato naquela época. Quando quero imaginar como vivíamos, como pensávamos naquele período, é para eles que volto minha reflexão. É isso que faz a história contemporânea me interessar de maneira completamente diferente da história dos séculos precedentes. Sim, é claro, não posso dizer que me lembro em detalhes dos acontecimentos, pois só os conheço pelos livros. Contudo, diferente de outras épocas, esta vive em minha memória, pois nela estive mergulhado e toda uma parte de minhas lembranças de então é apenas seu reflexo.

Assim, mesmo quando se trata de lembranças de nossa infância, é melhor não fazer distinção entre uma memória pessoal, que reproduziria mais ou menos as nossas impressões de outrora, que absolutamente não nos permitirá sair do estreito círculo de nossa família, da escola e dos amigos, e uma outra memória, que se poderia chamar de histórica, contendo apenas acontecimentos nacionais que não poderíamos conhecer então — embora com uma, à nossa revelia, tivéssemos acesso a um ambiente em que nossa vida já se desenrolava, ao passo que a outra só nos deixaria em contato conosco mesmos ou com um eu realmente ampliado até os limites do grupo que encerra o mundo da criança. Nossa memória não se

apóia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto.

Seremos censurados por despojar essa forma da memória coletiva que seria a história desse caráter impessoal, dessa precisão abstrata e dessa relativa simplicidade que dela fazem um contexto em que nossa memória individual poderia se apoiar. Se nos ativermos às impressões que esses acontecimentos nos deram, seja a atitude de nossos pais diante de fatos que mais tarde teriam um significado histórico, sejam somente os costumes, as maneiras de agir e de falar de uma época... em que elas se distinguem de tudo o que ocupa nossa vida de criança, e que a memória nacional não reterá? Como a criança seria capaz de atribuir valores diferentes às partes sucessivas do quadro que a vida lhe apresenta e, principalmente, por que se espantaria com os fatos ou os episódios que retêm a atenção dos adultos porque estes dispõem, no tempo e no espaço, de muitos termos de comparação? Uma guerra, um tumulto, uma cerimônia nacional, uma festa popular, um novo modo de locomoção — as obras que transformam as ruas de uma cidade podem ser pensadas de dois pontos de vista diferentes. São fatos singulares em seu gênero, que modificam a existência de um grupo. Entretanto, por outro lado, esses fatos se transformam em uma série de imagens que trespassam as consciências individuais. Quando se retém apenas essas imagens, no espírito de uma criança elas poderão se destacar das outras por sua singularidade, seu fragor, sua intensidade; mas o mesmo acontece com muitas imagens que não correspondem a acontecimentos de semelhante alcance. Uma criança chega à noite em uma estação de trens cheia de soldados. O fato de estarem retornando das trincheiras ou voltando para lá, ou simplesmente estejam em manobras, não a impressionarão nem mais, nem menos. O que era de longe o canhão de Waterloo, se não um ribombar confuso de trovão? Um ser como a criancinha, reduzido a suas percepções, guardará de tais espetáculos apenas uma lembrança frágil de pouca duração. Para que atinja a realidade histórica atrás da imagem, ela

terá de sair de si mesma, terá de ser posta no ponto de vista do grupo, para que possa ver como tal fato marca uma data — porque entrou no círculo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais. Mas nesse momento o fato deixa de se confundir com uma impressão pessoal. Retomamos o contato com o esquema da história. Portanto, é na memória histórica que temos de nos basear. É através dela que esse fato exterior à minha vida vem assim mesmo deixar sua impressão tal dia, tal hora, e a vista dessa impressão me fará recordar a hora ou o dia — a impressão em si é uma marca superficial, feita de fora, sem relação com minha memória pessoal e minhas impressões de criança.

Na base de uma descrição como essa há ainda a idéia de que os espíritos estão separados uns dos outros tão nitidamente quanto os organismos que seriam seu suporte material. Cada um de nós está em primeiro lugar e em geral permanece encerrado em si mesmo. Como explicar então que se comunique com os outros e harmonize o pensamento deles com os seus? Admitiremos então que esse indivíduo crie para si uma espécie de ambiente artificial, exterior a todos esses pensamentos pessoais, mas que os envolve, um tempo e um espaço coletivos, e uma história coletiva. É nesse tipo de contexto que se juntariam os pensamentos (impressões) dos indivíduos, o que pressupõe que cada um de nós deixasse por um momento de ser quem é. Logo voltaria a si, introduzindo em sua memória pontos de referência e divisões que traz prontas de fora. Neles prenderemos nossas lembranças, mas entre essas lembranças e esses pontos de apoio não haverá nenhuma relação íntima, nenhuma comunidade de substância. É por isso que as noções históricas e gerais desempenhariam aqui apenas um papel secundário, pois elas pressupõem a existência preliminar e autônoma da memória pessoal. As lembranças coletivas viriam se aplicar sobre as lembranças individuais e assim poderíamos agarrá-las mais cômoda e mais seguramente; mas para isso será preciso que as lembranças individuais já estejam ali — senão a nossa memória funcionaria no vazio. É assim que certamente houve um dia em que pela primeira vez encontrei tal colega ou, como diz Blondel, houve um primeiro dia em que fui à escola. Esta é uma memória histórica: mas se não guardei,

interiormente, uma lembrança pessoal desse primeiro encontro ou desse primeiro dia, essa noção permanecerá no ar, o quadro permanecerá em branco, e nada recordarei. Tudo isso parece demonstrar que em todo ato de memória haja um elemento específico, que é a própria existência de uma consciência individual capaz de se bastar.

Podemos verdadeiramente distinguir, por um lado uma memória sem contextos, ou que só disporia da linguagem e algumas idéias tiradas da vida prática para classificar suas lembranças e, por outro lado, um panorama histórico ou coletivo, sem memória, ou seja, que absolutamente não seria construído, reconstruído e conservado nas memórias individuais? Não acreditamos nisso. Depois que ultrapassa a etapa da vida puramente sensitiva, a partir do momento em que se interessa pelo significado das imagens e dos quadros que vê, pode-se dizer que a criança pensa em comum com as outras pessoas, e que seu pensamento se divide entre o fluxo de impressões inteiramente pessoais e as diversas correntes do pensamento coletivo. A criança já não está mais encerrada em si mesma, pois seu pensamento agora domina perspectivas inteiramente novas, e onde ela sabe muito bem que não está só a passear seus olhares; entretanto, ela não saiu de si e, para se abrir a essas séries de pensamentos que são comuns aos membros de seu grupo, não é obrigada a esvaziar seu espírito, porque em algum aspecto e sob alguma relação, essas novas preocupações voltadas para fora sempre interessam o que chamamos aqui de homem interior, ou seja: elas não são inteiramente estranhas à nossa vida pessoal.

Stendhal criança assistiu, da galeria da casa em que morava seu avô, a uma revolta popular que explodiu no começo da Revolução Francesa, em Grenoble: o Dia das Telhas. Diz ele: "A imagem não pode estar mais nítida para mim. Talvez já se tenham passado quarenta e três anos. Um operário chapeleiro ferido nas costas por um golpe de baioneta caminhava com muita dificuldade, sustentado por dois homens, sobre as costas dos quais havia passado os braços. Não estava uniformizado, sua camisa e sua calça de algodão cru estavam cheias de sangue. Ainda o vejo. O ferimento de onde o sangue saía em abundância era na parte baixa de suas costas, quase oposto ao umbigo... Revi esse infeliz em todos os andares da

escadaria (fizeram-no subir até o sexto andar). Como é natural, esta é a lembrança mais nítida que me restou daquele tempo" (*Vie de Henri Brulard*, p. 64). É uma imagem, mas uma imagem que está no centro de um quadro, de uma cena popular e revolucionária da qual Stendhal foi espectador — mais tarde, ele deve ter escutado muitas vezes sua descrição, principalmente quando essa revolta aparecia como o início de um período político muito agitado e de uma importância decisiva. Embora naquele momento ele ignorasse que esse dia teria seu lugar na história de Grenoble, pelo menos a inusitada animação da rua, os gestos e os comentários de seus pais bastariam para que tivesse compreendido que o acontecimento ultrapassava o círculo de sua família ou do bairro. Da mesma forma, num outro dia desse período, ele se vê na biblioteca, escutando o avô numa sala cheia de gente. "Mas por que essa gente? Em que ocasião? É o que a imagem não diz. É apenas uma imagem" (*ib.*, p. 60). Contudo, teria ele conservado essa lembrança, se ela não se situasse, como o Dia das Telhas, num contexto de preocupações que devem ter surgido nele durante esse período, através das quais ele já se envolvia numa corrente mais ampla do pensamento coletivo?

Talvez a lembrança não tenha sido apanhada de repente nessa corrente, e que passe algum tempo antes que compreendêssemos o sentido do acontecimento. O essencial é que o momento em que compreendemos vem logo, quando a memória ainda está viva. Assim, é da própria lembrança, em torno dela, que vemos de alguma forma raiar seu significado histórico. Pela atitude da gente grande diante do fato que nos impressionara tão vivamente, sabíamos muito bem que ele merecia ser retido. Se nos lembramos, é porque sentíamos que a nossa volta todos se preocupavam com ele. Mais tarde, compreenderemos melhor por quê. No começo, a lembrança estava muito dentro da corrente, mas foi retida por algum obstáculo, permaneceu perto demais da borda, agarrada nas ervas das margens. Da mesma forma, as correntes de pensamento social atravessam o espírito da criança, mas somente com o tempo arrastariam consigo tudo o que lhes pertence.

Eu me recordo (é uma de minhas lembranças mais antigas) que diante da nossa casa, na *rue* Gay-Lussac, onde é hoje o Institu-

to Oceanográfico, vizinho a um convento havia um pequeno hotel em que estavam alojados uns russos. Nós os víamos com bonés e túnicas de pele, sentados diante da porta, víamos suas mulheres e seus filhos. Talvez, apesar da estranheza de suas vestes e seus tipos, eu não tenha dado muita importância a eles por tanto tempo, se não houvesse observado que os passantes paravam e que até meus pais iam à sacada para vê-los. Eram habitantes da Sibéria, que haviam sido mordidos por lobos com raiva e há algum tempo estavam instalados em Paris, nas proximidades da *rue* de Ulm e da Escola Normal, para serem tratados por Pasteur. Ouvi este nome pela primeira vez e também pela primeira vez entendi que existiam sábios que faziam descobertas. Para falar a verdade, só compreendi tudo isso plenamente bem mais tarde — mas não creio que essa lembrança houvesse permanecido tão clara em meu espírito se, na ocasião em que essa imagem se formou, meu pensamento não já estivesse voltado para novos horizontes, para regiões desconhecidas em que eu me sentia cada vez menos isolado.

Essas ocasiões em que, depois de alguma comoção do meio social, a criança vê bruscamente se entreabrir o círculo estreito que a encerrava, essas revelações, por súbitas escapadas, de uma vida política, nacional, ao nível da qual ela não se eleva normalmente, são bastante raras. Quando se envolver nas conversas sérias dos adultos, quando começar a ler os jornais, terá a sensação de descobrir uma terra desconhecida. No entanto, não será a primeira vez que ela entra em contato com um meio mais amplo do que sua família ou o grupinho de seus amigos e dos amigos de seus pais. A gente grande, os pais, têm seus interesses, as crianças têm outros — e há muitas razões para que o limite que separa essas duas zonas não seja transposto. A criança também tem um relacionamento com uma categoria de adultos a que a simplicidade habitual de suas concepções aproxima. Esses adultos são, por exemplo, os empregados domésticos. Com eles a criança se entretém espontaneamente e compensa a reserva e o silêncio a que a condenam seus pais em relação a tudo o que "não é para a sua idade". Os empregados domésticos às vezes falam com muita liberdade diante da criança ou com ela, e as compreendem, porque eles às vezes se expressam como

crianças grandes. Quase tudo o que eu soube e pude compreender da guerra de 1870, da Comuna, do Segundo Império, da República, chegou a mim pelo que me contava uma velha criada, cheia de superstições e idéias preconcebidas, que aceitava sem questionar o panorama desses fatos e desses regimes, pintado pela imaginação popular. Por esse panorama me chegava o rumor confuso que é a maneira como o redemoinho da história se propaga pelos meios camponeses, operários, entre as pessoas simples. Meus pais, quando ouviam isso, davam de ombros. Nesses momentos, meu pensamento atingia confusamente, nem tanto os acontecimentos em si, pelo menos uma parte dos meios urbanos que por eles foram agitados. Hoje ainda, minha memória evoca esse primeiro panorama histórico de minha infância, junto com as minhas primeiras impressões. De qualquer maneira, é sob esta forma que primeiro imaginei os eventos que de pouco precederam meu nascimento — e, se até hoje reconheço a que ponto essas descrições eram imprecisas, não posso fingir não ter me interessado então por essa corrente obscura, na qual mais de uma dessas imagens imprecisas ainda não se encaixa, deformando-a, exatamente como as minhas lembranças de antigamente.

A criança também está em contato com seus avós, e através deles remonta a um passado ainda mais remoto. Os avós se aproximam das crianças, talvez porque, por diferentes razões, uns e outros se desinteressam pelos acontecimentos contemporâneos em que se prende a atenção dos pais. Marc Bloch diz: "Em sociedades rurais, é bastante comum que, durante o dia, quando o pai e a mãe estão ocupados nos campos ou nos mil trabalhos da casa, as crianças pequenas sejam confiadas à guarda dos 'velhos' e é destes, tanto e até mais do que dos pais, que estas recebem o legado de costumes e tradição de todo tipo" ("Mémoire collective, traditions et coutumes", *Revue de synthèse historique*, 1925, n°s 118-120, p. 79). Claro, os avós, as pessoas mais velhas também são "de seu tempo". Embora não perceba isso imediatamente, embora não distinga em seu avô os traços pessoais, o que parece explicar-se simplesmente pelo fato de estar velho e pertencer à sociedade antiga em que viveu, se formou e da qual guarda a marca, a criança sente confusamente que,

ao entrar na casa do avô, chegar a seu bairro ou na cidade em que ele mora, estará penetrando em uma região diferente, que não lhe é estranha, porque combina muito bem com a imagem e o modo de ser dos membros mais idosos de sua família. Aos olhos destes, e disso ela se dá conta, em certa medida a criança tem o lugar de seus próprios pais, mas pais que teriam permanecido crianças e não estariam totalmente presos na vida e na sociedade do presente. Como não se interessaria por acontecimentos que lhe dizem respeito e nos quais esteve envolvida, por tudo o que agora reaparece nos relatos dos velhos que esquecem a diferença dos tempos e, acima do presente, reatam o passado ao futuro? Não são apenas os fatos, mas os modos de ser e de pensar de outrora que se fixam assim na memória. Às vezes lamentamos não haver aproveitado essa ocasião singular que tivemos de entrar em contato com períodos que hoje conheceremos somente de fora, pela história, por meio de quadros e da literatura. Em todo caso, muitas vezes é na medida em que a presença de um parente idoso está de alguma forma impressa em tudo o que este nos revelou sobre um período e uma sociedade antiga, que ela se destaca em nossa memória — não como uma aparência física um tanto apagada, mas com o relevo e a cor de um personagem que está no centro de todo um quadro, que o resume e o condensa. De todos os membros de sua família, porque Stendhal guardou uma lembrança tão profunda e nos traça um retrato tão vivo de seu avô? Não será porque este representava para ele o século XVIII que terminava, que ele houvesse conhecido alguns dos "filósofos" e que, através dele, pôde realmente penetrar naquela sociedade de antes da Revolução, à qual não deixará de estar ligado? Se a pessoa deste ancião não houvesse estado ligada desde cedo em pensamento às obras de Diderot, Voltaire, d'Alembert, a um gênero de interesses e de sentimentos que ultrapassava o horizonte de uma pequena província limitada e conservadora, ele não teria sido ele, quer dizer, aquele de seus familiares que Stendhal mais estimou e mais amou. Lembraria talvez com a mesma precisão, mas não teria ocupado tal destaque em sua memória. É o século XVIII, mas o século XVIII vivido, e no qual seu pensamento realmente se expandiu, que lhe restituirá em toda sua profundeza a aparência de

seu avô. Tanto é verdade, que os quadros coletivos da memória não conduzem a datas, a nomes e a fórmulas — eles representam correntes de pensamento e de experiência em que reencontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado por tudo isso.

A história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado. Ou, por assim dizer, ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo, na qual se pode encontrar novamente um grande número dessas correntes antigas que desapareceram apenas em aparência. Se não fosse assim, teríamos o direito de falar de memória coletiva, e que serviços nos prestariam contextos que subsistiriam apenas na qualidade de noções históricas, impessoais e despojadas? Os grupos, nos quais concepções foram outrora elaboradas, e um espírito que por algum tempo dominaram toda a sociedade, logo recuam e dão lugar a outros que, por sua vez, detêm por algum período o cetro dos costumes e moldam a opinião segundo novos modelos. Poderíamos acreditar que este mundo sobre o qual ainda vivemos, com nossos avós idosos, sumiu de repente. Como quase não nos restam lembranças que ultrapassem o círculo da família, desde o tempo intermediário entre aquele muito anterior ao nosso nascimento e a época em que os interesses nacionais contemporâneos se apoderarão de nosso espírito, tudo acontece como se houvesse uma interrupção durante a qual o mundo das pessoas idosas lentamente se apagou, enquanto o painel se recobria de novas características. Digamos que talvez não exista um ambiente nem um estado de pensamentos ou sensibilidades de outrora dos quais não subsistem vestígios, ou mais do que vestígios — enfim, tudo o que é necessário para recriá-lo temporariamente.

Parece-me ter sentido as últimas vibrações do romantismo no grupo que formei e reformei algumas vezes com meus avós. Por romantismo, não entendo apenas um movimento artístico e literário, mas um modo particular de sensibilidade que absolutamente não se confunde com as almas sensíveis do final do século XVIII, mas que também não se distingue muito claramente dele, e que em parte desapareceu na frivolidade do Segundo Império, mas que subsistia com maior tenacidade nas províncias mais distantes (lá en-

contrei seus últimos vestígios). Ora, é perfeitamente lícito reconstruirmos esse ambiente e reconstituirmos ao nosso redor essa atmosfera, especialmente por meio de livros, de gravuras, de quadros. Não se trata principalmente dos grandes poetas e suas obras mais importantes, que certamente produzem sobre nós uma impressão completamente diferente da que tiveram sobre seus contemporâneos. Temos também as revistas de época e toda aquela literatura "das famílias," em que de alguma forma está encerrado esse gênero de espírito que penetrava tudo e se manifestava sob todas as formas. Folheando essas páginas, parece-nos ver ainda os velhos pais que tinham os gestos, as expressões, as atitudes e os costumes que as gravuras reproduzem, temos a impressão de escutar suas vozes e reencontrar as mesmas expressões que eles usavam. Essas "revistas pitorescas" e esses "museus das famílias" talvez tenham subsistido por acidente. Talvez jamais sejam tirados de suas prateleiras e abertos. No entanto, quando volto a abrir esses livros, se volto a encontrar essas gravuras, esses quadros, esses retratos, não é absolutamente porque, levado por uma curiosidade de erudito ou por gostar de coisas velhas, eu vá consultar esses livros numa biblioteca ou examinar esses quadros num museu. Eles estão na minha casa, na casa de meus pais, eu os encontro na casa de amigos, eles prendem meus olhares nas margens do Sena, nas vitrines das lojas dos antiquários.

No final, tirando-se gravuras e livros, o passado deixou na sociedade de hoje muitos vestígios, às vezes visíveis, e que também percebemos na expressão das imagens, no aspecto dos lugares e até nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e em tais ambientes. Em geral nem prestamos atenção nisso... mas basta que a atenção se volte desse lado para notarmos que os costumes modernos repousam sobre camadas antigas que afloram em mais de um lugar.

Às vezes é preciso ir muito longe para descobrir ilhotas do passado conservadas como eram, e tão bem conservadas que de repente nos sentimos transportados a cinqüenta ou sessenta anos atrás. Na Áustria, em Viena, um dia, na casa da família de um banqueiro para onde fui convidado, tive a impressão de me encontrar num *salon* francês dos anos 1830. Era menos a decoração

superficial, o mobiliário, era mais uma atmosfera mundana bastante singular, a maneira como se formavam os grupos, um não-sei-quê um tanto convencional e compassado, como um reflexo do *ancien régime*. Na Argélia, em uma região em que as moradias européias eram um tanto dispersas, e onde só se chegava de diligência, também me aconteceu observar cheio de curiosidade tipos de homens e mulheres que me pareciam familiares, porque eram parecidos com os que eu tinha visto em gravuras do Segundo Império e imaginava que, nesse isolamento e nesse distanciamento, os franceses tinham vindo se estabelecer ali logo depois da conquista e seus filhos deviam ter vivido sobre um pano de fundo de idéias e costumes que datavam ainda dessa época. De qualquer maneira, essas duas imagens, reais ou imaginárias, reuniam em meu espírito lembranças que me transportavam a semelhantes ambientes: uma tia velha que eu via muito bem em tal salão, um velho oficial aposentado que vivera na Argélia no início da colonização. Todavia, sem sair da França nem de Paris ou de uma cidade em que sempre vivemos, é fácil e freqüente fazer observações do mesmo gênero. Embora em meio século os aspectos urbanos tenham mudado muito, há de um quarteirão em Paris, até mais de uma rua ou um aglomerado de casas que sobressai do resto da cidade e que mantém sua fisionomia de outrora. Os habitantes se parecem com o bairro ou a casa. Em cada época há uma estreita relação entre as atitudes, o espírito de um grupo e o aspecto dos lugares em que este vive. Existiu uma Paris de 1860, cuja imagem está estreitamente ligada à sociedade e aos costumes contemporâneos. Para evocar, não basta procurar as placas que comemoram as casas em que viveram e em que morreram alguns personagens famosos dessa época, nem ler uma história das transformações de Paris. É na cidade e na população de hoje que um observador nota muitos traços de outrora, principalmente nas zonas menos nobres em que se refugiam as pequenas oficinas e ainda certos dias ou certas noites de festas populares na Paris comercial e operária, que mudou menos do que a outra. Talvez encontremos a Paris de outrora melhor nessas cidadezinhas da província, de onde não desapareceram os tipos, os próprios costumes, e as maneiras de falar

que já esteve na *rue* de Saint-Honoré e nos *boulevards* parisienses do tempo de Balzac.

No mesmo círculo de nossos pais, nossos avós deixaram sua marca. Antigamente não nos dávamos conta dessas coisas, pois éramos mais sensíveis em relação ao que distinguia uma geração da outra. Nossos pais caminhavam à nossa frente e nos guiavam para o futuro. Chega um momento em que eles se detêm e nós passamos à frente. Agora temos de nos voltar para eles e nos parece que no presente foram tomados pelo passado e se confundem agora entre as sombras de antigamente. Marcel Proust, em algumas páginas emocionadas e profundas, descreve como, a partir das semanas que seguiram a morte de sua avó, lhe parecia que bruscamente, nos traços, na expressão e em toda a aparência, sua mãe pouco a pouco se identificava à que acabava de desaparecer e apresentava sua imagem — como se, através das gerações, um mesmo tipo se reproduzisse em dois seres sucessivos. Será este um simples fenômeno de transformação fisiológica e será preciso dizer que, se reencontramos nossos avós em nossos pais, é porque nossos pais envelhecem e, na escala das idades, os lugares deixados livres são rapidamente ocupados, pois estamos sempre descendo? Isso talvez aconteça porque nossa atenção mudou o sentido. Nossos pais e nossos avós representavam para nós duas épocas distintas e nitidamente separadas. Não percebíamos que nossos avós estavam mais envolvidos no presente e nossos pais no passado do que poderíamos imaginar. Entre o momento em que despertei no meio de gente e de coisas, dez anos haviam decorrido desde a guerra de 1870. O Segundo Império representava a meus olhos um período longínquo, correspondendo a uma sociedade que quase havia desaparecido. No presente, de doze a quinze anos me separam da grande guerra e imagino que para meus filhos a sociedade de antes de 1914, que eles não conheceram, recua da mesma forma a um passado que sua memória acredita não alcançar. Para mim, entre esses dois períodos, não há uma interrupção. É a mesma sociedade: transformada por experiências novas, talvez aliviadas de preocupações ou preconceitos antigos, enriquecida com elementos mais jovens, até certo ponto adaptada pois as circunstâncias mudaram — mas é a mesma. Há uma parte

mais ou menos grande de ilusão em mim, assim como em meus filhos. Chegará um momento em que, olhando à minha volta, não encontrarei senão um número pequeno dos que viveram e pensaram comigo e como eu antes da guerra, em que compreenderei, como algumas vezes tive a sensação e a inquietude, que novas gerações brotaram em cima da minha e que uma sociedade que em grande medida me é estranha por suas aspirações e costumes tomou o lugar dessa a que me ligo mais estreitamente — e meus filhos, mudando de ponto de perspectiva, se surpreenderão ao descobrir de repente que estou muito longe deles e que, por meus interesses, minhas idéias e minhas lembranças, eu estava muito perto de meus pais. Eles e eu certamente estaremos sob a influência de uma ilusão inversa: não estarei tão longe deles, pois meus pais não estão assim tão longe de mim — mas, conforme a idade e também as circunstâncias, nos espantamos sobretudo com as diferenças e semelhanças entre as gerações que ora se fecham sobre si mesmas e se afastam uma da outra, ora se juntam e se confundem.

Assim, como acabamos de demonstrar, a vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais pelos quais ela entra em contato com um passado mais ou menos distanciado, que é como o contexto em que são guardadas suas lembranças mais pessoais. É neste passado vivido, bem mais do que no passado apreendido pela história escrita, em que se apoiará mais tarde a sua memória. Se antes ela não fazia distinção entre esse contexto e os estados de consciência que nele ocorriam, é verdade que, pouco a pouco, a separação entre seu pequeno mundo interno e a sociedade que o circunda acontecerá em seu espírito. Entretanto, do momento em que essas duas espécies de elementos inicialmente estiveram estreitamente fundidas, que terão parecido fazer parte de seu eu de criança, não se pode dizer que, mais tarde, todos os que correspondem ao meio social se apresentarão a ela como um contexto abstrato e artificial. Neste sentido é que a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é necessário para constituir um panorama vivo e natural sobre o qual se possa basear um pensamento para conservar e reencontrar a imagem de seu passado.

Porém, agora devemos ir mais longe. Ao crescer, especialmente quando se torna adulta, a criança participa de modo mais distinto e mais refletido com relação à vida e ao pensamento desses grupos de que fazia parte, no início quase sem perceber. Como isso não modificaria a idéia que ela tem de seu passado? Como as novas noções que ela adquire, noções sobre fatos, reflexões e idéias, não reagiriam sobre suas lembranças? Já repetimos muitas vezes: em medida muito grande, a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada. Claro, se pela memória somos remetidos ao contato direto com alguma de nossas antigas impressões, por definição a lembrança se distinguiria dessas idéias mais ou menos precisas que a nossa reflexão, auxiliada por narrativas, testemunhos e confidências dos outros, nos permite fazer de como teria sido o nosso passado. Não obstante, ainda que seja possível evocar de maneira tão direta algumas lembranças, é impossível distinguir os casos em que assim procedemos e aqueles em que imaginamos o que teria acontecido. Assim, podemos chamar de lembranças muitas representações que, pelo menos parcialmente, se baseiam em testemunhos e deduções — mas então, a parte do social, digamos, do histórico na memória que temos de nosso próprio passado, é bem maior do que podemos imaginar. Isso, porque desde a infância, no contato com os adultos, adquirimos muitos meios de encontrar e reconhecer muitas lembranças que, sem isso, teríamos esquecido rapidamente, em sua totalidade ou em parte.

Aqui deparamos com uma objeção já mencionada, que merece ser examinada mais de perto. Será que basta reconstruir (reconstituir) a noção histórica de um fato que certamente aconteceu, mas do qual não guardamos nenhuma impressão, para se constituir uma lembrança em todas as suas peças? Eu sei, por exemplo, porque alguém me disse e porque, refletindo, me pareceu correto, que houve um dia em que pela primeira vez fui à escola. Contudo, não tenho nenhuma lembrança pessoal e direta desse evento. Talvez porque tendo ido durante muitos dias sucessivos à mesma escola, todas essas lembranças se confundiram. Quem sabe ainda, porque

eu estava emocionado naquele primeiro dia — disse Stendhal: "Não tenho nenhuma memória de épocas ou momentos em que tenha sentido muito vivamente" (*Vie de Henri Brulard*). Será que basta que eu reconstitua o contexto histórico desse acontecimento para poder dizer que recriei sua lembrança?

Sim, se eu realmente não tivesse nenhuma lembrança desse acontecimento e se me ativesse a essa noção histórica a que estou reduzido, a conseqüência viria em seguida: um contexto vazio não pode se encher sozinho — interviria o saber abstrato, não a memória. Em todo caso, sem nos lembrarmos de um dia, podemos recordar um período; não é exato que a lembrança do período seja simplesmente a soma das lembranças de alguns dias. À medida que se distanciam os acontecimentos, temos o hábito de recordá-los sob a forma de conjuntos, sobre os quais às vezes se destacam alguns dentre eles, que abrangem muitos outros elementos — sem que possamos distinguir um do outro nem jamais enumerá-los por completo. É assim que, tendo estado sucessivamente em muitas escolas, pensionatos e colégios, tendo entrado a cada ano em uma turma nova, tenho uma lembrança geral de todos esses primeiros dias de aula, abrangendo o dia especial em que pela primeira vez entrei numa escola. No entanto, não posso dizer que me lembro desse primeiro dia, mas também não posso dizer que não lembro. Por outro lado, a noção histórica de minha entrada na escola não é abstrata. Para começar, desde então eu li certo número de narrativas, reais ou fictícias, em que são descritas as impressões de uma criança que entra pela primeira vez numa sala de aula. Pode ter acontecido que, depois de ler esses relatos, a lembrança pessoal que eu tinha de semelhantes impressões se tenha fundido com a descrição de algum livro. Lembro dessas descrições, talvez nelas estejam conservadas e delas retomo sem o saber tudo o que subsiste de minha impressão assim transposta. Seja como for, assim enriquecida, a idéia não é mais um simples esquema sem conteúdo. Acrescente-se que, da escola em que entrei pela primeira vez, conheço e encontro algo muito diferente de um nome, ou o lugar num plano. Ali estive cada dia naquela época, e a revi muitas vezes desde então. Mesmo que não houvesse revisto, conheci muitas outras escolas, levei meus filhos à

escola. Do ambiente familiar que deixava quando ia às aulas, lembro muitos traços, pois permaneci em contato com os meus: não é uma família *em geral*, mas um grupo vivo e concreto, cuja imagem se encaixa naturalmente no quadro do meu primeiro dia de aula, exatamente como eu o recrio. Que objeção se tem desde então a que, refletindo sobre o que deve ter sido o nosso primeiro dia de aula, consigamos recriar sua atmosfera e sua aparência geral? Imagem flutuante, incompleta, com certeza e principalmente, imagem reconstruída: mas quantas lembranças que acreditamos ter conservado fielmente e cuja identidade não nos parece duvidosa, são também forjadas quase inteiramente sobre falsos reconhecimentos, conforme relatos e testemunhos cuja origem esquecemos! Sozinho, um contexto vazio não pode criar uma lembrança exata e pitoresca. No entanto, aqui o contexto está cheio de reflexões pessoais, lembranças familiares, e a lembrança é uma imagem introduzida em outras imagens, uma imagem genérica transportada ao passado.

Por isso é melhor não se falar em nenhuma memória histórica, pois a história corresponde a um ponto de vista adulto e as lembranças da infância só são conservadas pela memória coletiva porque no espírito da criança estavam presentes a família e a escola.

Da mesma forma, diremos: se quero juntar e detalhar com exatidão todas as minhas lembranças que poderiam me restituir a imagem e a pessoa de meu pai tal como o conheci, é inútil passar em revista os acontecimentos da história contemporânea, durante o período em que ele a viveu. Contudo, se encontro alguém que o conheceu e sobre ele me conta detalhes e circunstâncias que eu ignorava, se minha mãe amplia e completa o painel de sua vida e dela me esclarece determinadas partes que para mim permaneciam obscuras, não será verdade, dessa vez, que eu tenha a impressão de voltar a descer no passado e aumentar toda uma categoria de minhas lembranças? Esta não é uma simples ilusão retrospectiva, como se eu encontrasse uma carta dele que houvesse lido enquanto ele vivia, embora essas novas lembranças, correspondendo a impressões recentes, viriam se justapor às outras sem realmente se confundir com elas. Contudo, em seu conjunto, a lembrança de

meu pai se transforma e agora me parece mais conforme a realidade. A imagem que eu tinha de meu pai não parou de evoluir desde que o conheci, não apenas porque, durante sua vida, lembranças se juntaram a lembranças: mas eu mesmo mudei, e isso quer dizer que meu ponto de vista se deslocou, porque eu ocupava na minha família um lugar diferente e, principalmente, porque eu fazia parte de outros ambientes. Diremos que há uma imagem de meu pai que prevalece sobre todas as outras, por suas características autênticas — será esta que se fixou no momento em que ele morreu? E até este momento, quantas vezes ela já não se transformou? Além do mais, a morte, que põe termo à vida fisiológica, não detém bruscamente a corrente dos pensamentos tais como se desenvolvem no círculo daquele cujo corpo desaparece. Por mais algum tempo ainda nós o representamos como se ele estivesse vivo, permanece misturado à vida cotidiana, imaginamos o que diria e faria em tais ou quais circunstâncias. É no dia seguinte à morte que a atenção dos seus se fixa com mais força sobre sua pessoa. Nesse momento sua imagem está menos definida, transforma-se incessantemente, segundo as diversas partes evocadas de sua vida. Na realidade, a imagem de um desaparecido jamais se imobiliza. À medida que recua no passado, ela muda, porque certos traços se apagam e outros se destacam, conforme o ponto da perspectiva de onde a examinamos, ou seja, segundo as novas condições em que nos encontramos quando nos voltamos para ela. Tudo o que aprendo de novo sobre meu pai, e também sobre os que mantiveram relações com ele, todas as novas opiniões que tenho sobre a época em que ele viveu, todas as reflexões novas que me vêm à cabeça, à medida que me torno mais capaz de refletir e disponho mais termos de comparação, me levam a retocar o retrato que tenho dele. É assim que lentamente se degrada o passado, pelo menos tal como antes me parecia. As novas imagens recobrem as antigas, como nossos parentes mais próximos se interpõem entre nós e nossos ascendentes distantes, embora destes conheçamos apenas o que nos contam. Os grupos de que faço parte em diversas épocas não são os mesmos. Ora, é de seu ponto de vista que penso no passado... É preciso que minhas lembranças se renovem e se

completem, à medida que me sinto mais envolvido nesses grupos e participo mais estreitamente de sua memória.

Isto realmente pressupõe uma dupla condição: por um lado, que minhas próprias lembranças, tais como eram antes que eu entrasse nesses grupos, não fossem igualmente esclarecidas em todos os seus aspectos como se até agora não as houvéssemos percebido e compreendido inteiramente — e, por outro lado, que as lembranças desses grupos não deixem de estar relacionadas de alguma forma aos acontecimentos que constituem meu passado.

A primeira condição é correspondida porque muitas de nossas lembranças remontam a períodos em que, por falta de maturidade, de experiência ou de atenção, o sentido de mais de um fato, a natureza de mais de um objeto ou de uma pessoa meio que nos escapavam. Estávamos, por assim dizer, ainda muito envolvidos no grupo das crianças e em parte de nosso espírito já pertencíamos, mas não muito estreitamente, ao grupo dos adultos. Daí alguns efeitos de claro-escuro: o que interessa a um adulto também nos atinge, mas em geral pela única razão de sentirmos que os adultos se interessam por aquilo, e permanece em nossa memória como um enigma ou como um problema que não compreendemos, mas sentimos que pode ser resolvido. Às vezes, na hora, não chegamos a notar essas zonas obscuras, esses aspectos indecisos, mas absolutamente não os esquecemos porque eles circundam as nossas lembranças mais claras e nos ajudam a passar de uma a outra. Quando uma criança dorme em sua cama e acorda no trem, seu pensamento encontra uma segurança no sentimento que permaneceu aqui e ali sob a vigilância de seus pais, sem que possa explicar como e por que eles agiram nesse meio tempo. Há muitos graus nessa ignorância ou nessa incompreensão e, num ou noutro sentido, jamais atingimos o limite da clareza total ou da sombra completamente impenetrável.

Uma cena de nosso passado pode nos parecer tal que jamais teremos nada a tirar nem a acrescentar, e nela jamais haverá nada de mais ou de menos a compreender. No entanto, se encontramos alguém que nela estivesse envolvido ou a ela tenha assistido, que a evoca e conta — depois de escutar sua história já não estaremos tão certos quanto antes estivemos de não podermos nos enganar sobre a

ordem dos detalhes, a importância relativa das partes e o sentido geral do acontecimento: é impossível que duas pessoas que presenciaram um mesmo fato o reproduzam com traços idênticos quando o descrevem algum tempo depois. Voltemos mais uma vez aqui à vida de Henri Brulard. Stendhal conta como ele e dois amigos, ainda crianças, deram um tiro de pistola na árvore da Fraternidade. É uma sucessão de cenas muito simples. Contudo, a cada instante, seu amigo R. Colomb, anotando o manuscrito, destaca os erros. Diz Stendhal: "Os soldados quase nos tocavam, fugimos pela porta G da casa de meu avô, mas nos viram muito bem. Todo o mundo estava nas janelas. Muitos aproximavam velas e iluminavam". Colomb escreve: "Erro. Tudo isso aconteceu quatro minutos depois do golpe. Estávamos os três na casa". Stendhal continua: "Ele e um outro [talvez Colomb] entraram na casa de duas velhas modistas muito devotas". Os comissários chegam. As velhas jansenistas mentem, dizendo que eles passaram toda a noite lá. Nota de R. Colomb: "Apenas H.B. [Stendhal] entra na casa das *mademoiselles* Caudey. R.C. [ele mesmo] e Mante fugiram pela passagem nos celeiros e assim atingiram a Grande-Rue". Stendhal: "Quando não escutamos mais os comissários, nós saímos e continuamos a subir até a passagem". Colomb: "Erros". Stendhal: "Mante e Treillard, mais ágeis do que nós [Colomb: "Treillard não estava com nós três".], no dia seguinte nos contaram que, quando conseguiram chegar à porta da Grande-Rue, a encontraram ocupada por dois guardas. Começaram a falar da amabilidade das senhoritas com quem haviam passado a noite. Os guardas não lhes fizeram nenhuma pergunta e eles fugiram. A história que eles contaram me deram uma tal impressão de realidade, que eu não saberia dizer se não teria sido Colomb e eu que saímos falando da amabilidade das senhoritas". Colomb: "Na realidade, R.C. e Mante subiram para os sótãos, onde R.C., com o peito cheio de catarro, encheu a boca de suco de alcaçuz, para que sua tosse não atraísse a atenção dos exploradores da casa. R.C. lembra-se de um corredor pelo qual se passava a uma escada de serviço que dava na Grande-Rue. Foi lá que eles viram duas pessoas, que tomaram por agentes de polícia, e começaram a conversar tranqüilamente, como crianças que voltavam das brincadeiras". Stendhal: "Escrevendo isto,

a imagem da árvore da Fraternidade surge a meus olhos. Minha memória faz descobertas. Acredito ver a árvore da Fraternidade cercada por um muro de meio metro de altura, enfeitado com pedras, que sustentava uma grade de ferro de mais de um metro e meio de altura". R.Colomb: "Não". — Não era inútil observar, num exemplo, que partes de uma narrativa que até então lhe pareciam tão claras quanto as outras, de repente mudarão de aparência, se tornarão obscuras ou incertas, até darem lugar a traços e caracteres opostos, a partir do momento em que uma outra testemunha coteja suas lembranças com as nossas. A imaginação de Stendhal encheu as lacunas de sua memória: em sua narrativa tudo parece digno de fé, uma mesma luz brinca sobre todas as paredes — mas descobrimos as fissuras quando as examinamos sob um outro ângulo.

Inversamente, não há na memória vazio absoluto, ou seja, regiões de nosso passado a esta altura saídas de nossa memória que qualquer imagem que ali projetamos não pode se agarrar a nenhum elemento de lembrança e descobre uma imaginação pura e simples, ou uma representação histórica que permaneceria exterior a nós. Não esquecemos nada, mas essa proposição pode ser entendida em diferentes sentidos. Para Bergson, o passado permanece inteiro em nossa memória, exatamente como foi para nós; mas certos obstáculos, em especial o comportamento de nosso cérebro, impedem que evoquemos todas as suas partes. Em todo caso, as imagens dos acontecimentos passados estão completíssimas em nosso espírito (na parte inconsciente de nosso espírito), como páginas impressas nos livros que poderíamos abrir se o desejássemos, ainda que nunca mais venhamos a abri-los. Para nós, ao contrário, o que subsiste em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento não são imagens totalmente prontas, mas — na sociedade — todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado que representamos de modo incompleto ou indistinto, e que até acreditamos terem saído inteiramente de nossa memória. De onde se conclui que, quando o acaso nos põe novamente na presença dos que participaram dos mesmos acontecimentos, neles atuaram ou a eles testemunharam ao mesmo tempo que nós, quando alguém nos conta ou descobrimos de outra maneira o que então acontecia a nossa volta, estaríamos

preenchendo essas lacunas aparentes? Na realidade, o que tomamos por espaço vazio era apenas uma zona um tanto indecisa, da qual nosso pensamento desviava porque aí encontrava muito poucos vestígios. No presente, se nos indicarem com precisão o caminho que seguimos, esses vestígios se destacam, nós os ligamos uns aos outros, eles se aprofundam e se reúnem por si mesmos. Eles existiam, mas estavam mais acentuados na memória dos outros do que em nós. Claro, nós reconstruímos, mas essa reconstrução funciona segundo linhas já marcadas e planejadas por nossas outras lembranças ou por lembranças de outros. As novas imagens são atraídas ao que permaneceria indeciso e inexplicável sem essas outras lembranças, mas nem por isso são menos reais. É assim que, quando percorremos os bairros antigos de uma cidade grande, sentimos uma especial satisfação quando nos contam a história dessas ruas e dessas casas. São novas informações que nos parecem bastante familiares porque estão de acordo com nossas impressões, não será difícil tomarem lugar no cenário remanescente. Parece-nos que este mesmo cenário, e somente ele, poderia evocá-las, e o que imaginamos não é senão o desdobramento do que já percebíamos. O quadro que se desenrola sob nossos olhos estava carregado de um significado que permanecia obscuro para nós, do qual adivinhávamos alguma coisa. A natureza dos seres com quem vivemos deve ser descoberta e explicada à luz de toda a nossa experiência, tal como ela se formou nos períodos seguintes. O novo painel projetado sobre os fatos que já conhecemos, nos revela mais de um traço que ocorre neste e que dele recebe um significado mais claro. É assim que a memória se enriquece com as contribuições de fora que, depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças.

Para que a memória dos outros venha assim a reforçar e completar a nossa, como dizíamos, é preciso que as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem meu passado. Cada um de nós pertence ao mesmo tempo a muitos grupos, mais ou menos amplos. Ora, se fixamos nossa atenção nos grupos maiores, como a nação por exemplo, embora a

nossa vida e a de nossos pais ou nossos amigos estejam contidas na vida da nação, não se pode dizer que esta se interesse pelos destinos individuais de cada um de seus membros. Admitamos que a história nacional seja um resumo fiel dos acontecimentos mais importantes que modificaram a vida de uma nação, que se distingue das histórias locais, provinciais, urbanas pelo fato de reter apenas os fatos que interessam ao conjunto de cidadãos — ou melhor, dos cidadãos, enquanto membros da nação. Para que a história assim entendida, mesmo sendo muito detalhada, nos ajude a conservar e reencontrar a lembrança de um destino individual, é preciso que o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico. Claro, há momentos em que todos os homens de um país esquecem seus interesses, sua família, os grupos restritos em cujos limites normalmente seu horizonte se detém. Existem acontecimentos nacionais que modificam ao mesmo tempo todas as existências. São raros. Não obstante, eles podem oferecer a todos os indivíduos de um país alguns pontos de referência no tempo. Em geral a nação está distanciada demais do indivíduo para que este considere a história de seu país algo diferente de um contexto muito amplo, com o qual sua história pessoal tem pouquíssimos pontos de contato. Em muitos romances que traçam o destino de uma família ou de uma pessoa, não importa lá muito saber a época em que se desenrolam os acontecimentos, que não perderiam nada de seu conteúdo psicológico se os transportássemos de um período para outro. Não é verdade que a vida interior se intensifica à medida que se isola das circunstâncias exteriores, que passam ao primeiro plano da memória histórica? Se mais de um romance ou peça de teatro são situados por seu autor em um período afastado muitos séculos de nós, não será este em geral um artifício para separar o contexto dos fatos do presente e permitir sentir-se melhor a que ponto do jogo dos sentimentos é independente dos eventos da história e se parece consigo mesmo através dos tempos? Se, por memória histórica, entendemos a seqüência de eventos cuja lembrança a história conserva, não será ela, não serão seus contextos que representam o essencial disso que chamamos de memória coletiva.

No entanto, entre o indivíduo e a nação há muitos outros grupos, mais restritos do que esta, que também têm suas memórias, e cujas transformações reagem bem mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros. Quando um advogado guarda lembrança de causas que defendeu e um médico, dos doentes que tratou, se um e outro se lembra dos colegas de profissão com quem manteve contato, não avançará muito ao fixar sua atenção em todas essas imagens, no detalhe de sua vida pessoal, e não evocará tanto assim preocupações e pensamentos ligados a seu próprio eu de antigamente, aos destinos de sua família, a suas relações de amizade — a tudo o que constitui sua história? Sim, este é apenas um aspecto de sua vida. Mas, repetimos, cada pessoa está mergulhada ao mesmo tempo ou sucessivamente em muitos grupos. Cada grupo se divide e se contrai no tempo e no espaço. Nessas sociedades surgem outras tantas memórias coletivas originais, e por algum tempo mantêm a lembrança de eventos que só têm importância para elas, mas interessam tanto mais porque seus membros não são muito numerosos. É fácil ser esquecido numa grande cidade, mas os moradores de uma aldeia não param de se observar, e a memória de seu grupo registra fielmente tudo o que se pode observar em fatos e gestos de cada um, porque eles reagem e influenciam toda essa pequena sociedade e contribuem para modificá-la. Nesses meios, todos os indivíduos pensam e se lembram em comum. Cada um, é claro, tem seu ponto de vista e em relação e correspondência tão estreitas com os dos outros que, se suas lembranças se distorcem, basta que se ponham no ponto de vista dos outros para endireitá-las.

De tudo o que foi dito antes, concluímos que a memória coletiva não se confunde com a história e que a expressão *memória histórica* não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. Em geral a histó-

ria só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto subsiste uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito ou pura e simplesmente fixá-la. A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam alguma lembrança. Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que dele teve conseqüências, que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo de atores e espectadores de primeira mão — quando ela se dispersa por alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades que não se interessam mais por esses fatos que lhes são decididamente exteriores, então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-los por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem. Se a condição necessária para que exista a memória é que o sujeito que lembra, indivíduo ou grupo, tenha a sensação de que ela remonta a lembranças de um movimento contínuo, como poderia a história ser uma memória, se há uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas ou atores, outrora, de acontecimentos que nela são relatados?

É claro, um dos objetivos da história talvez seja justamente lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida. Mas como recriar correntes de pensamento coletivo que tomam seu impulso no passado, enquanto só temos influência sobre o presente? Por meio de um trabalho minucioso, os historiadores podem redescobrir e atualizar certa quantidade de fatos grandes e fatos pequenos, que se acreditava perdidos para sempre, especialmente quando têm a sorte de encontrar memórias inéditas. Contudo, por exemplo, se as *Memórias de Saint-Simon* foram publicadas no início do século XIX, pode-se dizer que a sociedade francesa de 1830 realmente retomou contato — um contato vivo e direto — com o final do século XVII e o tempo da Regência? O que foi passado dessas *Memórias* nas histórias elementares, aque-

las que são lidas por muita gente para criar estados de opinião coletivos? O único efeito dessas publicações é nos fazer entender a que ponto estamos distantes do autor e dos que são por ele descritos. Não basta que alguns indivíduos dispersos tenham dedicado a essa leitura o tempo de esforço e atenção para inverter as barreiras que nos separam dessa época. O estudo da história assim entendida está reservado para alguns especialistas, e mesmo que existisse uma sociedade de leitores das *Memórias de Saint-Simon*, ela seria decididamente limitada demais para tocar um público numeroso.

A história que deseja examinar muito de perto o detalhe dos fatos se torna erudita e a erudição é condição de uma pequena minoria. Quando, ao contrário, ela se atém a conservar a imagem do passado que ainda pode ter lugar na memória coletiva hoje, dela retém apenas o que ainda interessa às nossas sociedades — resumindo: muito pouco.

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar o período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: na realidade, há dois grupos que se sucedem. A história divide a seqüência dos séculos em períodos, como distribuímos a matéria de uma tragédia em muitos atos. Mas, ao passo que em uma peça, de um ato a outro, acontece a mesma ação e com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace segundo suas individualidades, cujos sentimentos e paixões progridem num movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que tudo se renova de um período a outro — interesses em jogo, direção dos espíritos, modos de apreciação dos homens e dos acontecimentos, as tradições também, as perspectivas do futuro — e que se os mesmos grupos reaparecem, é porque subsistem as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades. Mas os conjuntos de homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas toras em con-

tato por suas extremidades opostas, que não se juntam de outra forma, e realmente não formam um mesmo corpo.

Talvez não se veja desde o início, na sucessão de gerações, razão suficiente para que em um momento, mais do que em outros, sua continuidade seja interrompida, pois o número de nascimentos não varia muito de um ano para outro, embora a sociedade se assemelhe a um tecido, essa trama que se obtém fazendo-se deslizar séries de fibras animais ou vegetais umas sobre as outras, regularmente escalonadas. É verdade que o tecido de algodão ou seda se divide, e que as linhas de divisões correspondem ao fim de um motivo ou de um desenho. Acontecerá o mesmo com as sucessivas gerações?

A história, que se situa fora desses grupos e acima deles, não hesita em introduzir divisões simples na corrente dos fatos, cujo lugar está fixado de uma vez por todas. Com isso, ela apenas obedece a uma necessidade didática de esquematização. Parece que ela encara cada período como um todo, em boa parte independente do que o precede e do seguinte, porque tem a realizar uma tarefa — boa, má ou indiferente. Enquanto essa obra não estiver terminada, enquanto essas situações nacionais, políticas, religiosas não desenvolveram todas as conseqüências que comportavam sem levar em conta as diferenças de idade, tanto jovens como velhos estariam encerrados no mesmo horizonte. A partir do momento em que essa obra é encerrada, quando muitas novas tarefas se oferecem ou se impõem, as gerações que vêm estarão numa outra vertente, diferente das anteriores. Há alguns retardatários — mas os jovens arrastam consigo uma parte dos adultos mais velhos, que apressam o passo como se temessem "perder o bonde". Inversamente, os que se distribuem entre as duas vertentes, ainda que estejam muito perto da linha que as separa, não se vêem melhor, ignoram-se uns aos outros como se estivessem mais abaixo, uns numa encosta, outros na outra, ou seja, mais longe no passado e no que não é mais passado ou, por assim dizer, em pontos mais distantes um do outro, na linha sinuosa do tempo.

Nem tudo é impreciso nesse quadro. Vistos de longe e em conjunto, principalmente vistos de fora, contemplados por um espectador que absolutamente não faz parte dos grupos que observa,

os fatos se deixam assim agrupar em conjuntos sucessivos e separados, cada período tem um começo, um meio e um fim. Mas a história que se interessa principalmente pelas diferenças e pelas oposições, assim como enfoca e relata uma determinada figura, de modo a deixar muito visíveis os traços dispersos no grupo, também relata e se concentra num intervalo de alguns anos de transformações que, na realidade, se realizaram em tempo bem mais longo. É possível que logo depois de um evento que abalou, destruiu em parte, renovou a estrutura de uma sociedade, comece um novo período. Só perceberemos isto mais tarde, quando uma sociedade nova realmente houver arrancado de si mesma novos recursos e se tiver proposto novos objetivos. Os historiadores não podem levar a sério essas linhas de separação, e imaginar que elas tenham sido observadas pelos que viviam durante os anos que elas atravessam, como o personagem de uma comédia que grita: "Hoje começa a guerra dos cem anos"! Quem sabe se, depois de uma guerra, de uma revolução, que tenha escavado um fosso entre duas sociedades, como se houvesse desaparecido uma geração intermediária, a sociedade jovem ou a parte jovem da sociedade, em harmonia com a porção idosa, não se preocupa principalmente em apagar os traços dessa ruptura, em reaproximar gerações extremas, e apesar de tudo manter a continuidade da evolução? É preciso que a sociedade viva; mesmo que as instituições sociais estejam profundamente transformadas, e então, sobretudo quando estiverem, o melhor meio de fazer com que elas criem raízes é fortalecê-las com tudo o que se puder aproveitar de tradições. Aí, logo depois dessas crises, repetimos: temos de recomeçar no ponto em que fomos interrompidos, é preciso retomar as coisas a partir do início. Em pouco tempo, imaginamos que nada mudou porque reatamos o fio da continuidade. Esta ilusão, da qual logo nos livraremos, pelo menos terá permitido que passemos de uma etapa a outra, sem que em momento algum a memória coletiva tenha sentido qualquer interrupção.

Em realidade, no desenvolvimento contínuo da memória coletiva na realidade não há linhas de separação claramente traçadas, como na história, mas apenas limites irregulares e incertos. O presente (entendido como o período que se estende por certa duração,

a que interessa à sociedade de hoje) não se opõe ao passado como dois períodos históricos vizinhos se distinguem. O passado não existe mais, enquanto para o historiador os dois períodos têm tanta realidade um como o outro. A memória de uma sociedade se estende até onde pode — quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos de que ela se compõe. Não é absolutamente por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de fatos e personalidades antigas, é porque os grupos que guardavam sua lembrança desapareceram. Se a duração da vida humana dobrasse ou triplicasse, o campo da memória coletiva, medido em unidades de tempo, seria bem mais extenso. Na época não estava claro que esta memória ampliada tivesse um conteúdo mais rico, se a sociedade ligada por tantas tradições evoluísse com maior dificuldade. Da mesma forma, se a vida humana fosse mais curta, uma memória coletiva, cobrindo uma duração mais restrita, talvez não empobrecesse porque, numa sociedade assim aliviada, as mudanças se precipitariam. Em todo caso, como se esboroa lentamente pelas bordas que marcam seus limites, à medida que cada um de seus membros, especialmente os mais velhos, desaparecem ou se isolam, a memória de uma sociedade não pára de se transformar, e o próprio grupo está sempre mudando. Aliás, é difícil dizer em que momento desapareceu uma lembrança coletiva, e se ela saiu realmente da consciência do grupo, precisamente porque basta que se conserve em uma parte limitada do corpo social para que ali sempre se consiga reencontrá-la.

Na realidade, existem muitas memórias coletivas. Esta é a segunda característica pela qual elas se distinguem da história. A história é uma e se pode dizer que só existe uma história. É isso que entendemos por história. Claro, podemos distinguir a história da França, a história da Alemanha, a história da Itália, e ainda a história de tal período ou de tal região, de uma cidade (e até mesmo de um indivíduo). Às vezes reprovamos ao trabalho histórico esse excesso de especialização e o gosto extremo do estudo detalhista que se desvia do conjunto e de alguma forma toma a parte pelo todo. Examinemos mais de perto. O que aos olhos do historiador justifica essas

pesquisas de detalhe, é que detalhe somado a detalhe dará um conjunto, que se acrescentará a outros conjuntos e no quadro total resultante de todas essas somas sucessivas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto qualquer outro e tanto quanto qualquer outro merece ser posto em destaque e transcrito. Ora, esse gênero de avaliação acontece quando não se leva em conta o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou mesmo existiram, para os quais, ao contrário, todos os acontecimentos, todos os lugares e todos os períodos estão longe de apresentar a mesma importância, pois não foram afetados por eles da mesma maneira. Em todo caso, o historiador acredita ser muito objetivo e imparcial. Mesmo quando escreve a história de seu país, ele se esforça por reunir um conjunto de fatos que poderá ser justaposto a tal outro conjunto, à história de outro país, de tal maneira que não haja nenhuma interrupção de um a outro e que, no panorama total da história da Europa, não encontremos a reunião de diversos pontos de vista nacionais sobre os fatos, mas a série e a totalidade de fatos tais não a favor de tal país ou tal grupo e sim, independentes de qualquer opinião de grupo. A partir daí, num quadro assim, as próprias divisões que separam os países são fatos históricos, com o mesmo peso dos outros. Está tudo no mesmo plano. O mundo histórico é como um oceano para onde afluem todas as histórias parciais. Não é de surpreender que desde a origem da história e até mesmo em todas as épocas, se tenha pensado em escrever tantas histórias universais. Essa é a orientação natural do espírito histórico. Essa é a inclinação fatal, sobre a qual seria arrastado qualquer historiador, se não fosse retido no contexto de obras mais limitadas, por modéstia ou falta de fôlego.

Sim, a musa da história é Polímnia. A história pode se apresentar como a memória universal da espécie humana. Contudo, não existe nenhuma memória universal. Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. Não podemos reunir em um único painel a totalidade dos eventos passados, a não ser tirando-o da memória dos grupos que guardavam sua lembrança, cortar as amarras pelas quais eles participavam da vida psicológica

dos ambientes sociais em que ocorreram, deles não reter somente o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, mas de recolocá-los nos contextos em que a história dispõe os acontecimentos, contextos esses que permanecem exteriores aos grupos, e defini-los cotejando uns com os outros. É dizer que a história se interessa principalmente pelas diferenças, e abstrai as semelhanças sem as quais, contudo, não haveria nenhuma memória, pois nós só nos lembramos de fatos que têm por traço comum pertencer a uma mesma consciência, o que lhe permite ligar uns aos outros, como variações sobre um ou alguns temas. Somente assim ela consegue nos proporcionar uma visão abreviada do passado, juntando em um instante, simbolizando em algumas mudanças bruscas, em alguns avanços dos povos e dos indivíduos, lentas evoluções coletivas. É assim que ela nos apresenta sua imagem única e total.

Ao contrário, para termos uma idéia da multiplicidade das memórias coletivas, imaginemos o que seria a história de nossa vida se, enquanto a contamos, nos detivéssemos a cada vez que nos lembrássemos de um dos grupos pelos quais passamos, para examiná-lo em si e dizer tudo o que dele sabemos. Não bastaria distinguir determinados conjuntos: nossos pais, a escola, o ginásio, nossos amigos, os colegas de profissão, nossas relações sociais, e mais tal sociedade política, religiosa ou artística a que nos ligamos em algum momento. Essas grandes divisões são cômodas, mas respondem a uma visão ainda exterior e simplificada da realidade. Essas sociedades compreendem grupos bem menores que ocupam apenas uma parte do espaço, e só tivemos contato com uma seção local de um ou outro dentre eles. Esses grupos menores se transformam, se segmentam, e embora permaneçamos no mesmo lugar sem sair de um grupo, este vai se transformando em outro grupo, por uma renovação lenta ou rápida de seus membros, que só terá poucas tradições em comum com os que os constituíam no início. É assim que, vivendo por muito tempo em uma mesma cidade, temos amigos novos, amigos antigos — e até dentro da família, os lutos, os casamentos, os nascimentos são outros pontos sucessivos de partida e de recomeço. Sim, esses grupos mais recentes às vezes não passam de subdivisões de uma sociedade que se ampliou, ramificou, na qual

novos conjuntos vieram se enxertar. Neles discernimos zonas distintas e quando passamos de uma para outra, não são as mesmas correntes de pensamento e as mesmas séries de lembranças que atravessam nosso espírito. É dizer que a maioria desses grupos, mesmo quando atualmente não estão divididos, como dizia Leibniz, representa todavia uma espécie de matéria social indefinidamente divisível, segundo as mais diversificadas linhas.

Consideremos agora o conteúdo dessas memórias coletivas múltiplas. Não diremos que, diferente da história, ou melhor, da memória histórica, a memória coletiva retém apenas semelhanças. Para que se possa falar de memória, é preciso que as partes do período sobre o qual ela se estende sejam diferenciados em certa medida. Cada um dos grupos tem uma história. Neles distinguimos personagens e acontecimentos — mas o que chama a nossa atenção é que, na memória, as semelhanças passam para o primeiro plano. No momento em que examina seu passado, o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. A história, como já dissemos, deixa passar esses intervalos em que aparentemente nada acontece, em que a vida se limita a se repetir, sob formas um tanto diferentes, mas sem alteração essencial, sem ruptura nem perturbação. Mas o grupo que vive no primeiro instante e, sobretudo, para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substância de seu pensamento. É o tempo decorrido, durante o qual nada o modificou profundamente, que ocupa o maior espaço em sua memória. Os eventos que ocorreram na família e os diversos caminhos e descaminhos de seus membros, sobre os quais insistiríamos se fôssemos escrever a história dessa família, para ela retiram todo o sentido daquilo que permite ao grupo de parentes mostrar que ele tem realmente uma característica própria, distinta de todos os outros, e praticamente não muda. Se, ao contrário, o acontecimento, a iniciativa de um ou de alguns de seus membros ou, enfim, se circunstâncias exteriores introduzissem na vida do grupo um elemento novo, incompatível com seu passado, surgiria um outro grupo, dotado de memória própria, em que subsistiria apenas uma lembrança incompleta e confusa do que precedeu essa crise.

A história é um painel de mudanças, é natural que esteja convencida de que as sociedades estão sempre mudando, porque fixa seu olhar no conjunto e quase não passa um ano sem que ocorra alguma transformação em alguma região desse conjunto. Para a história tudo está ligado, por isso cada uma dessas transformações deve reagir sobre as outras partes do corpo social e preparar aqui ou ali uma nova mudança. Aparentemente, a série de acontecimentos históricos é descontínua, cada fato está separado do que o precede ou o segue por um intervalo, em que se pode até acreditar que nada aconteceu. Na realidade, os que escrevem a história e observam principalmente as mudanças, as diferenças, compreendem que para passar de uma a outra é preciso que se desenvolva uma série de transformações, das quais a história só percebe a soma (no sentido de cálculo integral) ou o resultado final. Esse é o ponto de vista da história, porque ela examina os grupos de fora e abrange um período bastante longo. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que de modo geral, lhe é bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesma que certamente se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele sempre se reconheça nessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um painel de semelhanças, é natural que se convença de que o grupo permaneça, que tenha permanecido o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo e o que mudou foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Como o grupo é sempre o mesmo, as mudanças devem ser aparentes: as mudanças, ou seja, os acontecimentos que ocorreram no grupo, se resolvem em semelhanças, pois parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, os diversos traços essenciais do próprio grupo.

No final das contas, como seria possível uma memória... não é lá muito paradoxal pretender conservar o passado no presente, ou introduzir o presente no passado, se não podem existir duas zonas de um mesmo domínio e se o grupo não tendesse a se fechar em uma forma relativamente imóvel, à medida que entra em si mesmo, em que ao lembrar, toma consciência de si e se isola dos outros?

Talvez ele esteja sob o choque de uma ilusão quando acredita que as semelhanças prevalecem sobre as diferenças, mas lhe será impossível dar-se conta disso pois a imagem que outrora fazia de si se transformou lentamente. No entanto, quer se tenha ampliado ou fechado, em nenhum momento esse panorama se rompeu, podemos sempre admitir que o grupo somente aos poucos fixou a atenção sobre partes de si mesmo que antigamente ficavam em segundo plano. O essencial é que subsistam os traços pelos quais ele se distingue dos outros e que estejam marcados em todo o seu conteúdo. Não é verdade que quando temos de nos separar de um desses grupos, não uma separação temporária, mas porque o grupo se dispersa, os últimos membros desaparecem, uma mudança de lugar, de carreira, de simpatias ou de convicções nos obriga a dizer adeus, quando nós nos lembramos então de todo o tempo que nele passamos, essas lembranças se oferecem a nós como se num mesmo plano: às vezes nos parece que as mais antigas são as mais próximas, ou antes, que todas recebem a mesma luz, como objetos se fundindo juntos ao crepúsculo...

É difícil conceber como despertaria em uma consciência isolada o sentimento da identidade pessoal, talvez porque nos parece que um homem inteiramente só não poderia se lembrar de modo algum. Contudo, se admitimos que no mínimo não muda o ambiente exterior no qual estaria um ser assim, se ele não estiver sempre mudando de lugar, nada impediria que se habituasse pouco a pouco aos objetos materiais que o circundam e que se apresentam freqüentemente a seus olhos. Revendo os mesmos lugares, ele talvez recordará que já os viu e este poderia ser seu ponto de partida de um sentimento do eu. É claro, nem tudo é uniforme neste círculo material e segundo o acaso de seus impulsos, ele um dia irá para esse lado, em outro dia para aquele. Movimentando-se num círculo limitado e voltando muitas vezes sobre seus próprios passos na região em que se desloca, nada o impede de ser mais sensível às semelhanças do que às diferenças. Todos esses objetos realmente se parecem, pelo fato de estarem mais ou menos estreitamente ligados em sua consciência. Ainda não é uma sociedade, mas o homem já pode sentir que é duplo, pois enquanto um grande número de suas

impressões se sucede sem deixar traços, outros se agarram a objetos estáveis; ele deve perceber que em si contém dois seres — um que está sempre mudando e não passa de (desaparecimento no passado) aparição breve e desaparecimento imediato que absolutamente não se conserva e não deixa traços; o outro que não...

Capítulo III

Memória coletiva e o tempo

Muitas vezes o tempo faz pesar sobre nós um impiedoso constrangimento, seja porque achamos longo demais um tempo curto, porque nos impacientamos, porque nos aborrecemos, porque temos pressa para terminar uma tarefa ingrata, por termos passado por alguma prova física ou moral — ou, ao contrário, um período relativamente longo nos parece curto demais, quando nos sentimos pressionados e apressados, tratando-se de um trabalho, de um prazer, ou simplesmente da passagem da infância à velhice, do nascimento à morte. Ora desejaríamos que o tempo corresse mais depressa, ora que se arrastasse ou se imobilizasse. Por outro lado, se devemos nos resignar, com certeza é porque, em primeiro lugar, a sucessão do tempo, sua rapidez e seu ritmo, não é senão a ordem necessária segundo a qual se encadeiam os fenômenos da natureza. Mas é também, talvez principalmente, porque as divisões do tempo, a duração das partidas assim fixadas, resultam de convenções e costumes, porque expressam a ordem, inevitável também, segundo a qual se sucedem as diversas fases da vida social. Durkheim não deixou de observar que, a rigor, um indivíduo isolado poderia ignorar que o tempo passa e seria incapaz de medir sua duração, mas a vida em sociedade implica em que todos os homens entram em acordo sobre tempos e durações, e conhecem muito bem as convenções de que são objeto. Por isso existe uma representação coletiva do tempo — talvez ajustada aos grandes feitos da astronomia e da física terrestre, mas nesses contextos gerais a sociedade a estes superpõe outros, de acordo principalmente com as condições e hábitos de grupos

concretos. Pode-se até dizer que as datas e as divisões astronômicas do tempo de tal maneira são recobertas pelas divisões sociais que desaparecem progressivamente e a natureza cada vez mais deixa à sociedade o cuidado de organizar a duração.

Além do mais, quaisquer que sejam as divisões do tempo, os homens se acomodam bastante bem a elas, pois em geral são tradicionais e, como cada ano, cada dia se apresenta com a mesma estrutura temporal dos precedentes, como se todos fossem frutos da mesma árvore. Não podemos nos lastimar por sermos desorganizados em nossos hábitos. Nossa dificuldade é de outra natureza. Em primeiro lugar, a uniformidade pesa sobre nós. O tempo é dividido da mesma maneira para todos os membros da sociedade. Ora, pode nos parecer desagradável que todos os domingos a cidade tome um ar de ociosidade, as ruas se esvaziem ou se encham com um público que não é o costumeiro, o espetáculo do exterior nos leve a não fazer nada ou a nos distrair, ainda que tenhamos vontade de trabalhar. Será para protestar contra essa lei comum que muitas pessoas, círculos, bairros, façam da noite dia ou os que podem, procurem o calor das regiões quentes em pleno inverno? A necessidade de se diferenciar dos outros quanto à maneira de dividir e regular seu tempo se manifestaria mais se, no que diz respeito a nossas ocupações e distrações, não fôssemos obrigados a nos dobrar à disciplina social. Mesmo querendo, não posso ir ao meu escritório no momento em que não há trabalho, quando os empregados não estão mais lá. A divisão do trabalho social arrasta o conjunto dos homens num mesmo encadeamento mecânico das atividades: quanto mais avança, mais ela nos obriga a ser exatos. Tenho de chegar na hora se quero assistir a um concerto, a uma peça de teatro, não posso me fazer esperar no jantar a que fui convidado, não posso perder o trem... Sou obrigado a regular as minhas atividades segundo o andar dos ponteiros de um relógio, segundo o ritmo adotado por outros e que não leva em conta as minhas preferências, tenho de ser avarento com o meu tempo e não perdê-lo nunca, porque assim comprometeria algumas oportunidades e vantagens que me oferece a vida em sociedade. O que há de mais complicado nisso talvez seja o fato de me sentir eternamente forçado a considerar a vida e os aconteci-

mentos que a preenchem sob o aspecto da medida. Não é somente que eu reflita ansiosamente na idade que tenho, expressa em número de anos, e também no número de anos que me restam, como se a vida fosse uma página em branco dividida em partes iguais por tantas linhas... ou antes, como se os anos que tenho à frente diminuíssem e se contraíssem, porque cada um representa uma proporção cada vez menor do tempo decorrido que aumenta. Contudo, à força de medir o tempo, de modo a preenchê-lo bem, já não se sabe mais o que fazer com essas partes da duração que não se deixam mais dividir da mesma maneira, porque estamos entregues a nós mesmos e de algum modo saímos fora da corrente da vida social exterior. Poderiam ser outros tantos oásis onde esquecemos o tempo mas, em compensação, onde também nos encontramos. Ao contrário, somos sensíveis ao que são intervalos vazios, e o problema então é saber como passar o tempo. Tanto é verdade, que ao nos obrigar a estarmos sempre medindo a vida à sua maneira, a sociedade nos torna cada vez mais inaptos para dispor da nossa. Para alguns, talvez seja verdade que o tempo perdido é o que menos lamentamos (ou, em outro sentido, o que mais lamentamos). Contudo, estas são exceções.

Se existe um tempo social cujas divisões assim se impõem às consciências individuais, de onde ele se origina? Alguém já disse que havia bons motivos para distinguir o tempo ou a duração em si e suas divisões. Mais precisamente, todo ser dotado de consciência teria a sensação da duração, pois nele se sucedem estados diferentes. A duração nada mais seria do que a seqüência desses estados, a corrente que parece passar através deles, sob eles, despertando um após o outro. Neste sentido, cada pessoa teria sua própria duração; este seria realmente um dos dados primitivos da consciência, que conhecemos diretamente e cuja noção não precisa penetrar em nós de fora. Seria até possível — já que esses estados são distintos — perceber nesta seqüência de divisões naturais, que correspondem à passagem de um estado a outro, de uma série contínua de estados muito parecidos a uma outra seqüência de estados igualmente semelhantes. Mais ainda, como percebemos os objetos exteriores, como existem na natureza muitos retornos regulares — a sucessão dos

concretos. Pode-se até dizer que as datas e as divisões astronômicas do tempo de tal maneira são recobertas pelas divisões sociais que desaparecem progressivamente e a natureza cada vez mais deixa à sociedade o cuidado de organizar a duração.

Além do mais, quaisquer que sejam as divisões do tempo, os homens se acomodam bastante bem a elas, pois em geral são tradicionais e, como cada ano, cada dia se apresenta com a mesma estrutura temporal dos precedentes, como se todos fossem frutos da mesma árvore. Não podemos nos lastimar por sermos desorganizados em nossos hábitos. Nossa dificuldade é de outra natureza. Em primeiro lugar, a uniformidade pesa sobre nós. O tempo é dividido da mesma maneira para todos os membros da sociedade. Ora, pode nos parecer desagradável que todos os domingos a cidade tome um ar de ociosidade, as ruas se esvaziem ou se encham com um público que não é o costumeiro, o espetáculo do exterior nos leve a não fazer nada ou a nos distrair, ainda que tenhamos vontade de trabalhar. Será para protestar contra essa lei comum que muitas pessoas, círculos, bairros, façam da noite dia ou os que podem, procurem o calor das regiões quentes em pleno inverno? A necessidade de se diferenciar dos outros quanto à maneira de dividir e regular seu tempo se manifestaria mais se, no que diz respeito a nossas ocupações e distrações, não fôssemos obrigados a nos dobrar à disciplina social. Mesmo querendo, não posso ir ao meu escritório no momento em que não há trabalho, quando os empregados não estão mais lá. A divisão do trabalho social arrasta o conjunto dos homens num mesmo encadeamento mecânico das atividades: quanto mais avança, mais ela nos obriga a ser exatos. Tenho de chegar na hora se quero assistir a um concerto, a uma peça de teatro, não posso me fazer esperar no jantar a que fui convidado, não posso perder o trem... Sou obrigado a regular as minhas atividades segundo o andar dos ponteiros de um relógio, segundo o ritmo adotado por outros e que não leva em conta as minhas preferências, tenho de ser avarento com o meu tempo e não perdê-lo nunca, porque assim comprometeria algumas oportunidades e vantagens que me oferece a vida em sociedade. O que há de mais complicado nisso talvez seja o fato de me sentir eternamente forçado a considerar a vida e os aconteci-

mentos que a preenchem sob o aspecto da medida. Não é somente que eu reflita ansiosamente na idade que tenho, expressa em número de anos, e também no número de anos que me restam, como se a vida fosse uma página em branco dividida em partes iguais por tantas linhas... ou antes, como se os anos que tenho à frente diminuíssem e se contraíssem, porque cada um representa uma proporção cada vez menor do tempo decorrido que aumenta. Contudo, à força de medir o tempo, de modo a preenchê-lo bem, já não se sabe mais o que fazer com essas partes da duração que não se deixam mais dividir da mesma maneira, porque estamos entregues a nós mesmos e de algum modo saímos fora da corrente da vida social exterior. Poderiam ser outros tantos oásis onde esquecemos o tempo mas, em compensação, onde também nos encontramos. Ao contrário, somos sensíveis ao que são intervalos vazios, e o problema então é saber como passar o tempo. Tanto é verdade, que ao nos obrigar a estarmos sempre medindo a vida à sua maneira, a sociedade nos torna cada vez mais inaptos para dispor da nossa. Para alguns, talvez seja verdade que o tempo perdido é o que menos lamentamos (ou, em outro sentido, o que mais lamentamos). Contudo, estas são exceções.

Se existe um tempo social cujas divisões assim se impõem às consciências individuais, de onde ele se origina? Alguém já disse que havia bons motivos para distinguir o tempo ou a duração em si e suas divisões. Mais precisamente, todo ser dotado de consciência teria a sensação da duração, pois nele se sucedem estados diferentes. A duração nada mais seria do que a seqüência desses estados, a corrente que parece passar através deles, sob eles, despertando um após o outro. Neste sentido, cada pessoa teria sua própria duração; este seria realmente um dos dados primitivos da consciência, que conhecemos diretamente e cuja noção não precisa penetrar em nós de fora. Seria até possível — já que esses estados são distintos — perceber nesta seqüência de divisões naturais, que correspondem à passagem de um estado a outro, de uma série contínua de estados muito parecidos a uma outra seqüência de estados igualmente semelhantes. Mais ainda, como percebemos os objetos exteriores, como existem na natureza muitos retornos regulares — a sucessão dos

dias (e das noites), a sucessão dos passos que marcam a nossa caminhada etc., um indivíduo isolado seria capaz de chegar à idéia de um tempo mensurável, por suas próprias forças e a partir dos dados de sua própria experiência.

Em torno de determinados objetos, nosso pensamento também encontra o dos outros — em todo caso, é no espaço que para mim represento a existência sensível daqueles com quem entro em contato em certos momentos, pela voz ou pelos gestos. Assim ocorreriam cortes, ao mesmo tempo na minha duração e na deles, mas cortes que tendem a se estender às durações e às consciências das outras pessoas, de todos os que estão no universo. Agora, entre esses momentos sucessivos e comuns cuja lembrança supomos poder guardar, será possível imaginarmos que se desenrola uma espécie de tempo vazio, envoltório comum das durações vividas, como dizem os psicólogos, pelas consciências pessoais. Os homens concordam em medir o tempo através de certos movimentos que ocorrem na natureza, como os dos astros, ou criados e regulados por nós, como em nossos relógios, porque na seqüência de nossos estados de consciência não conseguiríamos encontrar pontos de referência definidos suficientes, que pudessem valer para todas as consciências. É próprio que as durações individuais tenham um conteúdo diferente, embora a sucessão temporal de seus estados seja mais ou menos rápida, de uma para outra e também, em cada uma, em períodos diferentes. Há horas mortas, dias vazios, enquanto em outros momentos, seja porque os eventos se precipitam seja porque nossa reflexão se acelera, ou porque estivéssemos em estado de exaltação e efervescência afetiva, temos a impressão de viver anos em algumas horas ou alguns dias. É o que acontece quando se compara muitas consciências a um mesmo momento. Quantos desses momentos, apenas excepcionalmente estimulados por algum acontecimento exterior, de ritmo normal lento e monótono, impaciente e tenso, encontraremos para um pensamento alerta porque seu interesse só se prende — e sem muita força — a um número pequeno de objetos? Talvez seja um desinteresse crescente, um enfraquecimento progressivo das faculdades afetivas que explica por que, à medida que envelhecemos, o ritmo da vida interior se torna mais lento e,

enquanto o dia de uma criança está cheio de impressões e observações multiplicadas (abrangendo um grande número de momentos), no declínio dos anos o conteúdo de um dia, se levarmos em conta apenas o conteúdo real do que despertou a nossa atenção e nos deu o sentimento de nossa vida interior, se reduz a muito menos estados distintos um do outro e, neste sentido, em um pequeno número de momentos singularmente dilatados. O velho, que guardou a lembrança de sua vida de criança, acha que os dias no presente são ao mesmo tempo mais lentos e mais curtos, o que significa que enquanto acredita que o tempo escoa mais lentamente, porque os momentos, como ele conta a sua volta, como o ponteiro do relógio os mede, se sucedem com tal rapidez que o ultrapassam — não há tempo para preencher um dia com tudo o que facilmente uma criança consegue nele encaixar; como sua duração interior é lenta, o espaço de um dia lhe parece pequeno demais. Por esta razão, um velho e uma criança que vivessem lado a lado e não tivessem nenhum outro meio de medir o tempo senão reportando-se a suas impressões da duração e às divisões que sua vida interior comporta, não se entenderiam nem sobre os pontos de divisão nem sobre a extensão dos intervalos selecionados como unidade comum, que pareceria pequena demais para as crianças e muito grande para as pessoas idosas. Para estabelecer as divisões do tempo, é melhor nos guiarmos pelas mudanças e movimentos que ocorrem nos corpos materiais e se reproduzem de modo bastante regular, permitindo nos reportarmos sempre a eles. Não estaríamos sozinhos nesta escolha, teríamos de nos entender com outras pessoas. Na realidade, o que escolhemos como pontos de referência nesse retorno periódico de certos fenômenos materiais, é a oportunidade oferecida a nós e aos outros — já que os percebemos ao mesmo tempo — de constatar com muita precisão que há, entre algumas das nossas percepções, ou seja, entre alguns de nossos pensamentos, para eles e para nós, uma relação de simultaneidade e, principalmente, que essa relação se reproduz a intervalos regulares, que admitimos considerar iguais. A partir desse momento, as divisões convencionais do tempo se impõem a nós de fora — mas tiveram sua origem nos pensamentos individuais. Estes somente tomaram consciência de que em deter-

minados momentos entram em contato, de que às vezes adotam uma atitude idêntica diante de um mesmo objeto exterior, e de que esta atitude se reproduz com a mesma regularidade periódica. Por uma operação desse tipo e pelas convenções decorrentes, eles só puderam fixar pontos de referência descontinuados, em parte exteriores à cada consciência, pois são comuns a todos — mas não conseguiram criar uma duração nova, impessoal, que preencheria o intervalo entre os momentos selecionados como pontos de referência, ou seja, um tempo coletivo ou social que abrangeria e ligaria todas as durações individuais uma a outra, em todas as suas partes, em sua própria unidade. Na realidade, no intervalo que se estende entre os dois cortes que correspondem aos pontos de referência, só existem pensamentos individuais separados em outras tantas correntes de pensamento distintas, cada uma com sua própria duração. Pode-se, por assim dizer, imaginar um tempo vazio no qual transcorreriam todas as durações individuais, que estaria dividido pelos mesmos cortes; certamente uma noção assim se impõe a todos os pensamentos: mas esta é apenas uma representação abstrata, à qual não corresponderia mais nenhuma realidade se as durações individuais deixassem de existir.

Posicionemo-nos nesse ponto de vista bergsoniano. A noção de um tempo universal, que envolve todas as existências, todas as sucessivas séries de fenômenos, se resumiria em uma seqüência descontínua de momentos. Cada um deles corresponderia a uma relação estabelecida entre muitos pensamentos individuais, que dela tomariam consciência simultaneamente. Normalmente isolados um do outro, sempre que seus caminhos se cruzam, esses pensamentos saem de si e num instante se fundem em uma representação mais ampla, que ao mesmo tempo envolve todas as consciências e a relação que têm entre si — nisto consiste a simultaneidade. O conjunto desses momentos constituiria um painel que nos seria lícito recompor, regularizar e simplificar. O tempo que separa esses momentos é vazio e todas as suas partes se prestam igualmente às mais variadas divisões: é como um quadro, sobre o qual se pode traçar um número indefinido de linhas paralelas. Portanto, nada nos impede de imaginar simultaneidades entremeadas, em um ponto qualquer da linha temporal e abstrata que une dois momentos (e que pode-

mos representar pela imagem de um movimento ou de uma mudança uniforme realizada entre um e outro) na metade, em um terço, um quarto desse intervalo. Assim se estabelecerão as divisões do tempo em anos, meses, dias, horas, minutos, segundos — afinal de contas, podemos muito bem imaginar que certo número de pensamentos individuais entrará em contato em todos os momentos precisos que separam as horas umas das outras e até mesmo os minutos: as divisões do tempo simbolizam unicamente todas essas possibilidades. Nada provaria mais claramente que o tempo, concebido como algo que se estende ao conjunto dos seres, não passa de uma criação artificial, obtida por soma, combinação e multiplicação de dados tomados de empréstimo às durações individuais e somente a estas.

Afinal, se essas divisões do tempo já não estão contidas e indicadas previamente nas consciências, bastará comparar duas ou um número maior destas para fazê-las aparecer? Temos de insistir nessa proposição ou postulado, porque aqui se descobre muito nitidamente sobre que concepção de duração nos baseamos em especial, quando sustentamos que a memória é uma faculdade individual.

Para sentir o que é o pensamento interior e pessoal, de início somos levados a deixar de lado e esquecer tudo o que lembra o espaço e os objetos exteriores. Esses estados sucessivos certamente constituem uma diversidade, são distintos entre si, mas de maneira completamente diferente das coisas materiais. São apanhados numa corrente contínua que passa, sem uma linha de separação marcada entre um e outro. A condição da memória, ou melhor, da forma da memória é tal, que só é verdadeiramente atuante e psíquica e não se confunde com o mecanismo do hábito. A memória (entendida neste sentido) não tem poder sobre os estados passados e não os devolve a nós em sua realidade de outrora, porque não os confunde entre si nem com outros mais antigos ou mais recentes, ou seja: ela se baseia nas diferenças. Estados distintos e claramente separados sem dúvida por isso mesmo são diferentes. No entanto, desligados da seqüência dos outros, retirados da corrente em que eram arrastados (e seria esta a sua sorte se considerássemos cada um deles uma realidade distinta, de contornos bem marcados no tempo), como per-

maneceriam inteiramente diferentes de qualquer outro estado igualmente tomado à parte e delimitado? Qualquer separação desse gênero significa que se começa a projetar esses estados no espaço. Entretanto, objetos no espaço, por diferentes que sejam, comportam muitas semelhanças. Os lugares que ocupam são distintos, mas encerrados em um meio homogêneo. As diferenças que sobressaem entre eles são determinadas em relação a tantos gêneros comuns dos quais uns e outros participam. Ao contrário, a corrente na qual os pensamentos são arrastados para dentro de cada consciência não é um meio homogêneo, pois aqui a forma não se distingue da matéria e o continente se mistura ao conteúdo. Nos diversos estados de consciência (aliás, empregando uma expressão inadequada, pois na realidade não há nenhum estado, e sim movimentos ou um pensamento em permanente devir), as qualidades só se distinguem por abstração, pois o essencial aqui é a unidade de cada um deles, que são outros tantos pontos de vista sobre toda a consciência: não há entre eles gêneros em comum, cada um é singular em seu gênero. Qualquer tentativa de comparação entre um e outro romperia a continuidade da série. Em todo caso, é justamente essa continuidade que explica que uns lembram os outros, os que os precederam ou seguiram, assim como não se pode apanhar um elo sem arrastar toda a corrente. Por serem todos diferentes, os estados individuais formam uma série contínua, em que qualquer semelhança, qualquer repetição introduziria um elemento de descontinuidade. É também porque são diferentes que as lembranças evocam umas às outras — não sendo assim, a série deixaria de se completar e se romperia a cada instante.

Se é assim, não se compreende como duas consciências individuais jamais poderiam entrar em contato, como duas séries de estados tão contínuas quanto essa conseguiriam realmente se cruzar, o que é necessário para que eu tenha a sensação de que há simultaneidade entre duas modificações, uma das quais acontece em mim, a outra em uma consciência diferente da minha. Quando percebo objetos exteriores, eu talvez imagine que toda a sua realidade se esgota na percepção que deles tenho. Na duração não estão os objetos, mas meu pensamento que os representa para mim, e assim não saio de mim. É diferente quando uma forma humana, uma voz,

um gesto, me revelam a presença de outro pensamento, que não o meu. Terei então no espírito a representação de um objeto a partir de dois pontos de vista — do meu e de alguém que não eu que tem uma consciência, como eu — e que dura. Como seria possível, se estou encerrado em minha consciência, se não posso sair de minha duração? Ora, não posso dela sair se, como afirmam, meus estados sucedem um ao outro com um movimento ininterrupto, se estão ligados um ao outro tão estreitamente que entre eles não há nenhuma linha de demarcação, nenhum impedimento na corrente que passa, se nenhum objeto de contornos definidos se destaca na superfície de minha vida consciente como imagem em relevo.

Pode-se dizer que o que rompe a continuidade de minha vida consciente e individual, é a ação que sobre mim exerce, de fora, uma outra consciência, que me impõe uma representação em que está contida. É uma pessoa que cruza meu caminho e me obriga a notar sua presença. Contudo, no final das contas, os objetos materiais também se impõem de fora à minha percepção. Não obstante, se pressupomos que estou encerrado em mim mesmo e nada conheço do mundo exterior, uma percepção sensível não deterá absolutamente a corrente de meus estados mais do que uma impressão afetiva ou um pensamento qualquer — nela há de se incorporar, sem me fazer sair de mim mesmo. Seria assim, na mesma hipótese de uma consciência reduzida à contemplação de seus estados, que eu percebesse uma forma humana, que percebesse uma voz, um gesto. O curso do pensamento individual não será por isso em nada modificado — não terei a idéia de nenhuma outra duração que não a minha. Para que seja de outra maneira, o objeto deverá agir sobre mim como um sinal. Isto implica em que a qualquer momento sou capaz de me colocar diante de um objeto ao mesmo tempo em meu ponto de vista e no de outro, e, representando para mim, pelo menos como possíveis, muitas consciências, e a possibilidade de entrarem elas em relação, eu represente para mim também uma duração que lhes é comum.

Imaginamos uma consciência encerrada em si mesma, cujas percepções seriam apenas estados subjetivos que em nada lhe revelariam a existência dos objetos. Como um pensamento desse tipo se alçaria algum dia ao conhecimento do mundo exterior? Nessas con-

dições, ele não pode chegar a esse mundo nem de dentro, nem de fora. No entanto, deve-se admitir que em qualquer percepção sensível há uma tendência a se exteriorizar, ou seja, a fazer o pensamento sair do círculo estreito da consciência individual por onde passa e a ver o objeto estando ao mesmo tempo representado ou podendo ser representado a qualquer momento em uma ou muitas consciências. Isto pressupõe que já estivéssemos representando uma "sociedade de consciências". Além do mais, se sonhamos com estados, como os afetivos que, à diferença das percepções sensíveis, não nos parecem estar relacionados a uma realidade exterior, o que os caracteriza e lhes empresta um aspecto puramente interno, não será o fato de estar ausente essa representação de consciências, ou melhor, não estará ela provisoriamente disfarçada, de modo que nenhuma ação exercida sobre nós de fora lhe dará oportunidade de se manifestar, mas existe, em estado latente, atrás das impressões aparentemente mais pessoais? Seria este o caso quando ressentimos há algum tempo uma dor física e nos perdemos em nossas sensações, embora a dor atual pareça prolongar a dor precedente e emprestar-lhe toda a sua substância. Se agora descobrimos que essa dor é produzida por uma ação material, exterior ou orgânica, que apenas pensamos, que imaginamos ainda como outros seres experimentam ou poderiam experimentar a mesma dor, então a nossa impressão se transforma, pelo menos parcialmente, no que chamaremos de representação objetiva da dor. Mas como a representação pode vir da impressão se já não estivesse nela contida e, já que essa representação é assim apenas porque pode ser comum a muitas consciências, se é coletiva na exata medida que é objetiva, não deveríamos pensar que, senão a dor em si, pelo menos a idéia que de dor eu tinha antes (que é tudo o que a lembrança reterá) não passava de uma representação coletiva incompleta e truncada?

Assim talvez o velho paradoxo metafísico de Leibniz pudesse ser interpretado em um novo sentido: as dores físicas e as sensações em geral são apenas idéias confusas ou inacabadas. Não é somente porque fazemos uma representação distinta da natureza e do mecanismo dessas idéias, das partes e sua relação, que a dor em certos casos perde pouco a pouco sua acuidade — antes, imaginan-

do que venha talvez a ser experimentada e compreendida por muitas pessoas (o que não aconteceria se ela permanecesse uma impressão puramente pessoal e, portanto, singular), parece que transferimos parte de seu peso para os outros, que nos ajudam a suportá-la. O trágico, que faz com que, levada até certo ponto, a dor crie em nós um sentimento desesperado de angústia e impotência, é que em um mal cuja causa está nessas regiões de nós que os outros não podem atingir, ninguém pode interferir, pois nos confundimos com a dor e a dor não pode eliminar a si mesma. Por isso, instintivamente procuramos e encontramos uma explicação inteligível deste sofrimento, com a qual os membros de um grupo concordem, da mesma forma com que o feiticeiro alivia o doente fazendo parecer que extrai de seu corpo uma pedra, uma velha ossada, um preguinho ou um líquido. Ou então despojamos o sofrimento de seu mistério descobrindo seus outros rostos, os que ele volta para outras consciências, quando imaginamos que pode ser experimentado por nossos semelhantes — nós o rejeitamos a um terreno comum a muitos seres e lhe restituímos uma fisionomia coletiva e familiar.

Uma análise mais vigorosa da idéia de simultaneidade nos leva a descartar a hipótese de durações puramente individuais, uma impenetrável à outra. A seqüência de nossos estados não é uma linha sem espessura, cujas partes nada têm a ver com as que as precedem e as que vêm depois. A cada momento ou a cada período do desenrolar, no nosso pensamento se cruzam muitas correntes que passam de uma consciência a outra, das quais ele é o ponto de encontro. A aparente continuidade do que chamamos vida interior em parte é porque ela segue por algum tempo o curso de uma de suas correntes, o curso de um pensamento que de tempos a tempos surge em nós e nos outros, a tendência de um pensamento coletivo. Ela também se explica pela ligação que entre nossos estados estão sempre estabelecendo aqueles dentre eles que resultam principalmente da continuidade orgânica. Aliás, entre estes e aqueles existe apenas uma diferença de grau, pois as impressões afetivas tendem a desabrochar em imagens e representações coletivas. Em todo caso, se com as durações individuais podemos reconstituir uma duração mais ampla e impessoal em que estão contidas, é porque elas mesmas se

destacam sobre o fundo de um tempo coletivo a que tomam emprestada sua substância.

Estamos falando de um tempo coletivo, em oposição à duração individual. Agora se impõe a questão de saber se é um tempo único; de modo algum o julgamos antecipadamente. Segundo a teoria que discutimos, por um lado haveria tantas durações quantos indivíduos e, por outro lado, um tempo abstrato que a todos compreenderia. Esse tempo é vazio, talvez não seja senão uma idéia. As divisões que traçamos nos pontos em que muitas durações individuais se cruzam não se confundem com os estados, que observamos serem simultâneos. Não poderia haver nessas divisões nada senão o tempo que elas dividem, concebido como um meio homogêneo, como uma forma privada de matéria. Que gênero de realidade podemos atribuir a essa forma e, principalmente, como ela pode servir de contexto para os acontecimentos que nela situamos?

Um tempo assim definido se presta a todas as divisões. Será por essa razão que podemos ali indicar o local de todos os fatos? Antes de responder a essa questão, devemos observar que o tempo aqui só nos importa na medida que nos permita reter e lembrar os acontecimentos que ali se ocorreram. Esse é o serviço que dele esperamos, o que é verdade para os fatos passados. Quando nos lembramos de uma viagem, mesmo quando não lembramos a data exata, há um contexto de dados temporais a que esta lembrança está ligada de alguma forma: foi antes da guerra, quando eu era pequeno, jovem, homem feito, em plena maturidade, eu estava com tal amigo que era mais ou menos idoso, foi em tal estação do ano, quando eu preparava um trabalho, na época de tal acontecimento... Graças a uma série de reflexões desse tipo, muitas vezes uma lembrança toma corpo e se completa. Se ainda subsiste alguma incerteza no período em que o fato ocorreu, pelo menos não se trata de momentos outros em que se situam outras lembranças — é mais um modo de localizá-lo. Além do mais, o exemplo de uma viagem não é o mais favorável, porque pode constituir um fato isolado e sem grande relação com o resto de minha vida. Assim, como veremos, é menos o tempo do que o panorama espacial que intervém. Entretanto, trata-se de

um acontecimento de minha vida familiar, de minha vida profissional ou que ocorreu em um dos grupos a que meu pensamento se dirige com maior freqüência, talvez o contexto temporal que me ajudará a lembrar melhor disso. O mesmo acontece com um certo número de fatos futuros que são preparados no presente — isso me recorda um encontro, em geral é na época em que o fixei, me recorda que verei um parente, um amigo, que terei tal tarefa a realizar, tal negócio a fazer ou que me prometo tal distração, é a data em que todos esses fatos devem se realizar. Também acontece que não reconstituímos o contexto temporal senão depois que a lembrança reapareceu e sejamos forçados a examinar em detalhe todas as suas partes para tornar a encontrar a data do acontecimento. Mesmo então, como a lembrança conserva os traços do período a que se refere, ele talvez só tenha sido lembrado porque entrevimos esses vestígios e pensamos no momento em que o fato ocorreu. A localização, inicialmente aproximativa e muito imprecisa, logo se tornou precisa, quando a lembrança estava presente. Não deixa de ser verdade que, em grande número de casos, encontramos a imagem de um fato passado ao percorrermos o contexto do tempo — mas, para isso, é preciso que o tempo seja apropriado para enquadrar as lembranças.

Primeiro levaremos em conta o tempo concebido sob a mais abstrata das formas — o tempo inteiramente homogêneo da mecânica e da física, de uma mecânica e uma física trespassadas pela geometria, que podemos chamar de tempo matemático. Este se opõe perfeitamente ao "tempo vivido" de Bergson e, segundo este filósofo, é totalmente "vazio de consciência". O interesse de uma noção desse gênero decorreria do fato de que ela estaria representando o limite de que os homens tentam se aproximar à medida que em vez de permanecerem encerrados em seus próprios pensamentos, eles se põem no ponto de vista de grupos e conjuntos mais extensos. É preciso que o tempo se esvazie pouco a pouco da matéria que permitiria distinguir suas partes umas das outras, para que possa convir a um número crescente de seres totalmente diferentes. O que orientaria os pensamentos neste esforço visando ampliar e universalizar o tempo, seria a representação latente de um ambiente

inteiramente uniforme, muito vizinha à representação do espaço, até se confundindo com ela. Todo homem, dizem, é naturalmente um geômetra, pois vive no espaço. Portanto, não é nada surpreendente que os homens, quando pensam no tempo fazendo abstração dos eventos particulares exatamente da maneira que atingem as consciências individuais que nele se desenrolam, imaginem um ambiente homogêneo semelhante ao espaço geométrico.

Será que a nossa memória compreenderia um tempo assim concebido? Em uma superfície tão perfeitamente lisa em que as lembranças pudessem se agarrar? Talvez seja o caso de dizer, com Leibniz ainda, que não encontraríamos esse tempo em si, nem suas partes, nenhuma razão para que um acontecimento ocorresse mais aqui do que ali, pois essas partes todas são indiscerníveis. De fato, o tempo matemático só intervém quando se trata de objetos ou fenômenos que não propomos a fixar e reter o lugar no tempo real, de fatos que não têm nenhuma data e não mudam de natureza, quando ocorrem em diferentes momentos. Quando representamos por t_0, t_1, t_2, t_n os acréscimos sucessivos do tempo a partir do zero, talvez fixemos assim a duração e as diversas fases de um movimento, mas de um desses movimentos que poderíamos reproduzir em qualquer outro momento sem que obedeça a nenhuma outra lei. Em outras palavras, o momento inicial, t_0, está inteiramente livre de qualquer associação com um momento qualquer do tempo real. As leis dos movimentos físicos, efetivamente e neste sentido, não dependem do tempo. Por isso o matemático concorda em recolocar esses movimentos em uma duração inteiramente vazia e representa assim unicamente esse paradoxo de um movimento que está bem dentro do tempo, pois dura, e não se situa em nenhum momento definido. No entanto, tirando-se a sociedade dos matemáticos ou dos eruditos preocupados em estudar os movimentos dos corpos inertes, todos os grupos humanos se interessam por acontecimentos que mudam de natureza e de alcance, conforme o momento em que ocorrem. Um tempo indefinido, indiferente a tudo o que nele situemos, em nada poderia ajudar a memória deles.

Talvez pareça que estamos recorrendo a uma representação desse tipo quando dividimos o tempo em intervalos iguais. Os dias,

as horas, os minutos, os segundos absolutamente não se confundem com as divisões de um tempo homogêneo: eles têm realmente um significado coletivo definido. São outros tantos pontos de referência de uma duração em que todas as partes diferem, no pensamento comum, e não podem ser substituídas umas pela outras. O que o demonstra, é que sempre que ficamos sabendo que um trem partirá às quinze horas, somos obrigados a traduzir essa idéia, e nos lembrar que na verdade ele parte às três horas da tarde. Da mesma forma, o dia 30 ou o 31 do mês se distingue para nós do primeiro dia do mês, senão mais, pelo menos de outro modo, do que o dia primeiro do dia 2 ou o 15 do 16. Mesmo quando a nossa atenção só se fixa nos números, sabemos muito bem que estas divisões não são arbitrárias e que não podemos modificá-las a nosso bel prazer, como na mecânica deslocamos a origem ou como passamos para outro sistema de eixos. É completamente diferente passar da hora do verão para a hora do inverno, e concordar que doravante diremos uma hora, em vez de meio-dia: o grupo não aceita perder sua hora ou seu tempo, e se este sofre um deslocamento, a vida social não quer sair de seu contexto e o acompanha em seu deslocamento. Isso é uma verdade, pois o tempo social não é indiferente às divisões que nele introduzimos. Assim, o tempo social não se confunde mais do que a duração individual com o tempo matemático. Há uma oposição fundamental entre o tempo real, individual ou social, e o tempo abstrato — e nem se pode dizer que à medida que se torna mais social, o tempo real se aproxima deste...

Mais concreto e mais definido nos parecerá agora o que poderíamos chamar de tempo universal, que se estende a todos os acontecimentos que ocorreram em qualquer lugar do mundo, em todos os continentes, em todos os países, em todos os grupos e, através deles, em todos os indivíduos. Podemos representar o conjunto dos homens como um vasto corpo que, aliás, mesmo no presente e principalmente no passado, apresenta uma unidade orgânica muito imperfeita, mas unidade tal que todas as partes de que é constituído formam um todo contínuo, porque são poucos que, pelo menos a intervalos, não tenham tido contato com algum outro e que assim,

de próximo a próximo, se unem ao todo por elos mais ou menos frouxos. Sabemos que isto não está rigorosamente exato. Há regiões certamente habitadas há muito tempo, que só foram descobertas muito tarde. Também existem povos cuja existência é conhecida praticamente desde sempre, através de tradições muito vagas, de narrativas muito sucintas de viajantes, eles não têm propriamente uma história, não sabem fixar a data de acontecimentos antigos, embora algumas lembranças tenham sobrevivido. Contudo, admitimos que esses eventos foram contemporâneos dos que conhecemos em nossas civilizações e que só nos faltam documentos escritos, inscrições em monumentos ou anais, para podermos situá-los no tempo em que nossa história nos permite remontar. Encontramos aqui o tempo histórico de que falamos no capítulo anterior, com esta diferença que imaginamos estendida além dos limites que lhe reconhecemos, de modo que envolve a vida dos povos que não tiveram história e até mesmo o passado histórico.

Por mais natural que possa parecer uma tal extensão, teríamos de nos perguntar se ela é verdadeiramente legítima e que significado teria para nós um tempo de que os povos, até mesmo os mais antigos que conhecemos, não guardaram nenhuma lembrança. Talvez possamos deduzir por analogia. Podemos supor, por exemplo, que o planeta Marte sempre foi habitado, mas diremos que seus habitantes viveram no mesmo tempo que as populações da Terra cuja história conhecemos? Para que uma proposição assim tenha um sentido muito definido, seria preciso imaginar ainda que os habitantes desse planeta se comunicassem conosco por algum meio, pelo menos a intervalos, embora eles e nós tenhamos entrado em contato, tenhamos conhecido algo de sua vida e de sua história, e eles da nossa. Se nada disso acontecer, tudo acontecerá como no caso de duas consciências inteiramente encerradas uma na outra, cujas durações jamais se cruzam. Como então falar de um tempo que seria comum a ambos?

Entretanto, teríamos de ir mais longe e, atendo-nos aos acontecimentos do passado cuja data e ordem de sucessão os historiadores conseguiram fixar e descobrir de modo aproximado, nos perguntar se o quadro que eles apresentam, indicando os que não

ocorreram simultaneamente em países e regiões distantes entre si, nos permite concluir a favor da realidade de um tempo universal nos limites da história. É comum falar-se em "tempos históricos" — como se houvesse muitos, e talvez com isso designássemos períodos sucessivos, mais ou menos distantes do presente. Contudo, também podemos dar um outro sentido a essa expressão, como se houvesse muitas histórias, distintas, umas começando mais cedo, outras começando mais tarde. Claro, um historiador pode colocar-se fora e acima de todas essas evoluções paralelas e considerá-las como outros tantos aspectos de uma história universal. Sentimos também que, em muitos casos, talvez até com freqüência maior, a unidade que obtemos então é completamente artificial, porque assim aproximamos acontecimentos que não tiveram nenhuma influência uns sobre os outros e povos que não se baseavam, sequer temporariamente, em um pensamento comum.

Temos sob os olhos a *Cronologia universal* de Dreyss, publicada em Paris em 1858, em que, desde tempos muito remotos, estão indicados, anos a ano, os acontecimentos notáveis que ocorreram em certo número de regiões. Passemos ao primeiro período — da criação do mundo ao dilúvio. Afinal de contas, em especial a tradição do dilúvio existe em um grande número de povos. Talvez corresponda a uma lembrança confusa de origem comum e, por isso, mereça figurar no início de um quadro sincrônico dos destinos das nações. Em seguida, até Jesus Cristo e até o século V depois de Cristo, o autor se limitou a recortar a história da Grécia e a história de Roma, a história dos judeus, a história do Egito — e a justapor esses fragmentos. Esta é apenas uma pequena parte do mundo. Pelo menos, são regiões bastante vizinhas umas das outras para todas terem sentido o contragolpe dos abalos que umas produziam nas outras. Entre cidades ou grupo de cidades, que formavam conjuntos meio fechados, as idéias circulavam, as notícias se propagavam. Em 1858, e até antes no que diz respeito ao passado, o horizonte histórico certamente se ampliou e teria sido possível dar espaço a muito mais regiões, nesse panorama cronológico antigo. No entanto, da forma como nos é apresentado, com suas limitações, esse contexto pode nos dar uma imagem mais conforme a realidade. Ele

nos apresenta um conjunto de povos cujos destinos estavam muito estreitamente ligados para que situassem suas vicissitudes em um mesmo tempo. Este não é senão o mundo conhecido que os antigos conheciam — pelo menos ele formava quase um todo.

Mais tarde, e à medida que nos aproximamos dos tempos modernos, o panorama se amplia, mas perde cada vez mais sua unidade. Sabemos que em 1453 a Guerra dos Cem Anos terminou e que, no mesmo ano, os turcos tomaram Constantinopla. Em que memória coletiva comum esses dois fatos deixaram seus traços? Tudo está realmente entrelaçado e na hora não podemos prever quais serão as repercussões de um acontecimento e até por quais regiões do espaço elas se propagarão. Contudo, são as repercussões, não o acontecimento, que entram na memória de um povo que passa pelo evento, e somente a partir do momento em que elas o atingem. Pouco importa que os fatos tenham ocorrido no mesmo ano, se esta simultaneidade não foi observada pelos contemporâneos. Cada grupo localmente definido tem sua própria memória e uma representação só dele de seu tempo. Acontece que cidades, províncias e povos se fundem em uma nova unidade, enquanto o tempo comum se amplia, talvez até se estenda mais longe no passado, pelo menos para uma parte do grupo, que agora encontramos participando de tradições mais antigas. O inverso também pode ocorrer quando um povo se desmembra, quando se formam colônias, quando novos continentes são povoados. A história da América, até o início do século XIX e desde as primeiras colônias, está estreitamente ligada à história da Europa. Durante todo o século XIX e até o presente, parece que dela se separou. Como é que um povo, que só tem atrás de si uma história curta, poderia representar o mesmo tempo de outro, cuja memória remonta a um passado longínquo? É por meio de uma construção artificial que fazemos esses dois tempos se interpenetrarem, ou quando os alinhamos um ao lado do outro num tempo vazio, que nada tem de histórico, é apenas o tempo abstrato dos matemáticos.

Não esqueçamos, é verdade, que numa época em que os meios de comunicação eram difíceis, em que não existiam telégrafos nem jornais, as pessoas viajavam e as notícias circulavam mais de-

pressa e a distância maior do que imaginamos. A Igreja abraçava toda a Europa e até estendia seus tentáculos aos outros continentes. Uma organização diplomática muito desenvolvida permitia que os príncipes e seus ministros soubessem muito depressa o que acontecia nos outros países. Os comerciantes tinham depósitos, balcões, vitrines, escritórios e correspondentes nas cidades estrangeiras. Sempre houve determinados meios e determinados grupos que serviam de órgãos de ligação entre os países mais distantes. No entanto, o horizonte da massa do povo não se expandiu. Durante muito tempo, o maior número de homens não se interessava nada pelo que acontecia além dos limites de suas províncias e com ainda maior razão, de seu país. Por isso é que houve e ainda há tantas histórias distintas quantas nações. Quem quiser escrever a história universal e fugir a seus limites, do ponto de vista de que conjunto de homens se poria? Será esta a razão por que os eventos que interessam a Igreja, como os concílios, os cismas, a sucessão dos papas, os conflitos entre os clérigos e os chefes temporais, ou os fatos que preocupam os diplomatas, negociações, alianças, guerras, tratados, intrigas de corte passaram muito tempo no primeiro plano, nas narrativas históricas? Não será também porque, em períodos mais recentes, os círculos sociais que compreendem os comerciantes, os homens de negócio, os industriais, os banqueiros ouviram suas preocupações especiais sobre a maior parte da superfície da Terra que deram lugar, na história universal, ao progresso da indústria, aos deslocamentos das correntes comerciais, às relações econômicas entre os povos? Mas a história universal assim estendida não é mais do que uma justaposição de histórias parciais que só abrangem a vida de certos grupos. Se o tempo singular assim reconstruído se estende a espaços mais vastos, ele só abrange uma parte muito restrita da humanidade que povoa esta superfície: a massa da população que só entra em círculos limitados e ocupa as mesmas regiões também tem a sua história.

Talvez nos tenhamos colocado em um ponto de vista que não é e não pode ser o dos historiadores. Nós os censuramos por confundirem em um único tempo histórias nacionais e locais que representam outras tantas linhas distintas de evolução. No entanto, se

conseguimos imaginar um quadro sincrônico em que todos os fatos, em qualquer lugar que tenham ocorrido, se aproximam e, claro, porque os destacamos dos ambientes que os situavam em seu próprio tempo, ou seja, fazemos uma abstração do tempo real em que eles estavam situados. É opinião corrente que, ao contrário, a história se interessa um pouco exclusivamente demais pela ordem de sucessão cronológica dos fatos no tempo. Lembremos o que já foi dito no capítulo anterior, quando comparamos o que se pode chamar de memória histórica e a memória coletiva. A primeira guarda principalmente as diferenças — mas as diferenças ou as mudanças marcam somente a passagem brusca e quase imediata de um estado que dura a um outro estado que dura. Quando abstraímos estados ou intervalos e guardamos apenas seus limites, na verdade deixamos de lado o que há de mais substancial no próprio tempo. Uma mudança também se estende por uma duração, às vezes uma duração muito comprida. Em todo caso, é o mesmo que dizer que se decompõe em uma série de mudanças parciais, separadas por intervalos em que nada muda. Desses intervalos menores, a narrativa histórica faz mais uma abstração. Seria até possível que nos desse ainda mais. Para nos fazer saber o que não muda, o que dura no verdadeiro sentido da palavra, para nos dar uma boa representação adequada, teríamos de nos recolocar no meio social que tomava consciência dessa estabilidade relativa, fazer reviver para nós uma memória coletiva que desapareceu. Basta que nos descrevam uma instituição, dizendo que ela não mudou durante meio século? Para começar, isto não é exato, pois de qualquer maneira houve muitas modificações lentas e imperceptíveis, que o historiador não percebe, mas o grupo pressentia, ao mesmo tempo aliás que pressentia uma relativa estabilidade (essas duas representações estão sempre estreitamente ligadas). Por outro lado, e conseqüentemente, este será um dado puramente negativo enquanto não conhecermos o conteúdo da consciência do grupo e as circunstâncias diversas nas quais se pode reconhecer que a instituição realmente não mudaria. A história é necessariamente um resumo e é por isso que ela encerra e concentra em alguns momentos evoluções que se estendem por períodos inteiros — é neste sentido que ela extrai as mudanças da duração.

Nada impede agora que comparemos e juntemos acontecimentos assim isolados do tempo real e os disponhamos segundo uma série cronológica. Mas uma tal série sucessiva se desdobra em uma duração artificial, que nada tem de realidade para nenhum dos grupos aos quais esses acontecimentos foram emprestados — para nenhum deles não é o tempo em que seu pensamento tinha o hábito de se movimentar e localizar o que recordavam de seu passado.

A memória coletiva retrocede no passado até certo limite, mais ou menos longínquo conforme pertença a esse ou aquele grupo. Além disso, ela já não atinge diretamente os acontecimentos e as pessoas. Ora, é precisamente o que está além desse limite que prende a atenção da história. Às vezes se diz que a história se interessa pelo passado, e não pelo presente. Entretanto, para ela o que é passado realmente é o que já não está mais compreendido no terreno em que ainda se estende o pensamento dos grupos atuais. Parece que a memória coletiva tem de esperar que os grupos antigos desapareçam, que seus pensamentos e sua memória tenham desvanecido, para que se preocupe em fixar a imagem e a ordem de sucessão de fatos que agora só ela é capaz de conservar. Certamente é necessário procurar a ajuda de testemunhos antigos, cujos vestígios subsistem em textos oficiais, jornais da época, memórias escritas por contemporâneos. Na escolha que deles faz, na importância que lhes atribui, o historiador se deixa guiar por razões que nada têm a ver com a opinião de então, porque essa opinião não existe mais, não somos obrigados a levá-la em conta, não é preciso temer que ela apresente um desmentido. Tanto isso é verdade, que ele só realiza sua obra na condição de se colocar deliberadamente fora do tempo vivido pelos grupos que assistiram os eventos, que tiveram contato mais ou menos direto, e que podem recordá-los.

Situemo-nos agora no ponto de vista das consciências coletivas, já que este é o único meio para permanecermos em um tempo real, contínuo o suficiente para que um pensamento possa percorrer todas as suas partes continuando a ser quem é e guardando a sensação de sua unidade. Já dissemos que é preciso distinguir o número de tempos coletivos tantos quantos forem os grupos separados. Con-

tudo, não podemos deixar de reconhecer que a vida social em seu conjunto e em todas as suas partes decorre num tempo dividido em anos, meses, dias, horas. É preciso que seja assim, sem o quê, se as durações nos diversos grupos em que se decompõe a sociedade comportassem divisões diferentes, não poderíamos estabelecer nenhuma correspondência entre seus movimentos. Ora, justamente porque esses grupos se separaram uns do outros, cada um tem seu próprio movimento, e porque as pessoas passam de um grupo a outro, as divisões do tempo devem ser bastante uniformes por todos os cantos. Quando estivermos num primeiro grupo, sempre se poderá prever em que momento entraremos num segundo grupo, momento este que, é claro, nos remete ao tempo do segundo. Mas enquanto estivermos no primeiro, estamos no tempo do primeiro, não no tempo do segundo. Este é o problema que se apresenta a um viajante que deve ir ao estrangeiro e dispõe apenas de relógios de seu país para medir o tempo. No entanto, ele terá a garantia de não perder seu trem se a hora for a mesma em todos os países... ou se houver um quadro de correspondência entre as horas dos diversos países.

Diremos então que existe um tempo único e universal a que todas as sociedades se referem, cujas divisões se impõem a todos os grupos e que esta oscilação comum, transmitida a todas as regiões do mundo social, restabelece entre elas as comunicações e relações que suas mútuas barreiras tenderiam a impedir? Em primeiro lugar, a correspondência entre as divisões do tempo em muitas sociedades vizinhas é muito menos exata do que em matéria de horários internacionais de estrada de ferro — o que se explica pelo fato de que as exigências dos diversos grupos em relação a isso não são as mesmas. Em geral, na família o tempo comporta certo jogo, bem mais do que na escola ou na caserna. Embora o vigário deva dizer sua missa na hora, não se pode prever a duração exata de seu sermão. Fora das cerimônias, às quais muitas vezes chegam atrasados e nem sempre acompanham até o fim, os fiéis podem ir à igreja quando quiserem e ali fazer exercícios de preces e devoções sem se regrar pela hora astronômica. O comerciante deve chegar na hora para não perder uma reunião de negócios, mas as compras se distribuem por todo o dia, e para as encomendas, entregas, se há atrasos fixados,

em geral é com uma grande aproximação. Por outro lado, parece que descansamos ou nos vingamos em certos ambientes da exatidão a que somos obrigados em outros. Há uma sociedade cuja matéria se renova sem parar, cujos elementos estão continuamente se deslocando uns em relação aos outros: o conjunto dos homens que circulam pelas ruas. Ora, alguns dentre eles talvez estejam com pressa, apressam o passo, olham nos relógios nos arredores das estações dos trens e dos metrôs, ao chegarem aos escritórios e na saída — mas, em geral, quando passeamos, quando perambulamos pelas ruas, quando olhamos as fachadas das lojas, não medimos a duração das horas, não cuidamos de saber exatamente que hora é e quando temos de fazer um longo trajeto para chegar mais ou menos na hora, nos guiamos por um vago sentimento, como nos dirigimos em uma cidade sem olhar os nomes das ruas por uma espécie de faro. Visto que nos diversos ambientes não temos a necessidade de medir o tempo com a mesma exatidão, a correspondência entre o tempo do escritório, o tempo de casa, o tempo da rua, o tempo das visitas é fixado entre limites às vezes bastante amplos. Por isso pedimos desculpas por chegar atrasado a uma reunião de negócios ou voltamos para casa a uma hora anormal dizendo que encontramos alguém na rua: no final das contas, é o mesmo que reivindicar o benefício da liberdade com que se mede o tempo num ambiente em que ninguém se preocupa lá muito com exatidão.

Falamos principalmente em horas e minutos, mas às vezes dizemos a um amigo: "Irei visitar você um dia desses, na semana que vem, daqui a um mês" — ou, quando revimos um parente distante, contamos o número aproximado de anos em que não nos vimos. Esse tipo de relacionamento ou sociedade não comporta uma localização no tempo mais definida. Assim, e já desse ponto de vista, não será exatamente o mesmo tempo, mas tempos em correspondência mais ou menos exata que encontraremos em nossas sociedades.

É verdade que todos se inspiram no mesmo tipo e se referem a um mesmo contexto, que poderia ser considerado o tempo social por excelência. Não temos de pesquisar a origem da divisão da duração em anos, meses, semanas, dias. É um fato muito antigo na forma conhecida, baseado em tradições. Não se pode dizer que é

conseqüência de um acordo fechado entre todos os grupos, o que implicaria em que, em dado momento, eles eliminam as barreiras que os separam e se fundem por algum tempo em uma única sociedade que teria como objetivo fixar um sistema de divisão da duração. No entanto, é possível e certamente necessário que outrora esse acordo tenha ocorrido em uma única sociedade, de onde emanariam todas as que conhecemos. Suponhamos que antigamente as crenças religiosas tenham imprimido fortemente sua marca nas instituições. Talvez os homens que traziam em si os atributos de chefes e sacerdotes dividiram o tempo inspirando-se ao mesmo tempo em suas concepções religiosas e na observação do curso natural de fenômenos celestes e terrestres. Quando a sociedade política se distinguiu do grupo religioso, quando as famílias se multiplicaram, continuaram a dividir o tempo da mesma maneira que na sociedade primitiva de onde vinham. Ainda agora, quando se formam novos grupos, permanentes ou efêmeros, entre pessoas de uma mesma profissão, de uma mesma cidade ou de uma mesma aldeia, entre amigos que visam criar uma obra social, realizar uma atividade literária ou simplesmente por ocasião de uma reunião, uma viagem em comum, é sempre por separação de um ou muitos grupos mais amplos e mais antigos. É natural encontrarmos muitos vestígios das comunidades de origem nessas novas formações, e que muitas idéias elaboradas nestas passem para aquelas: a divisão do tempo seria uma dessas tradições, que não poderíamos dispensar, pois não há grupo que não sinta necessidade de distinguir e identificar as diversas partes de sua duração. Por isso encontramos nos nomes dos dias da semana e dos meses muitos vestígios de crenças e tradições desaparecidas, por isso sempre datamos os anos a partir do nascimento de Cristo, por isso as velhas idéias religiosas sobre as virtudes do número 12 estão na origem da atual divisão do dia em horas, minutos e segundos.

Entretanto, embora subsistam essas divisões, não quer dizer que haja um tempo social único, porque apesar de sua origem comum, elas tomaram um significado muito diferente entre os diversos grupos. Não é somente porque, como já demonstramos, a necessidade de exatidão com relação a isso varia de uma sociedade para outra — mas, antes, como a questão é aplicar essas divisões e

séries de eventos ou tentativas que não são as mesmas em muitos grupos, que terminam e recomeçam a intervalos que não correspondem uns a outros de uma sociedade para outra, podemos dizer que se conta o tempo a partir de datas diferentes nesta e naquela. O ano escolar não começa no mesmo dia do ano religioso. No ano religioso, o aniversário do nascimento de Cristo e o aniversário de sua morte e de sua ressurreição determinam as principais divisões do ano cristão. O ano leigo começa no dia primeiro de janeiro, mas, segundo as profissões e tipos de atividades, comporta divisões muito diferentes. As divisões do ano camponês se baseiam no ritmo dos trabalhos agrícolas, que por sua vez é determinado pela alternância das estações. O ano industrial ou comercial se decompõe em períodos em que se trabalha a pleno rendimento, quando afluem os pedidos, e em outros, quando os negócios andam mais devagar e até param — não são os mesmos em todos os tipos de comércio ou de indústria. O ano militar é contado tanto partindo da data da incorporação no sentido literal, tanto segundo o que chamamos de recrutamento, conforme o intervalo que os separa, ou seja, no sentido inverso, talvez porque a monotonia dos dias faça com que esta duração mais se aproxime do tempo homogêneo em que, por medida, se pode escolher por convenção o sentido que se quiser. Assim tanto existem grupos quanto origens de tempos diferentes. Não há nenhum que se imponha a todos os grupos.

O mesmo acontece com o dia. Poderíamos acreditar que a alternância dos dias e das noites marca uma divisão fundamental, um ritmo elementar do tempo, que é o mesmo em todas as sociedades. A noite, consagrada ao sono, interrompe a vida social. É o período em que o homem escapa inteiramente ao domínio das leis, dos costumes, das representações coletivas, em que está verdadeiramente só. Contudo, a noite não é um período excepcional neste aspecto, será que o sono físico existe somente para interromper temporariamente a marcha dessas correntes que são as sociedades? Se a ele atribuímos essa virtude, é porque esquecemos que não há apenas uma sociedade, mas grupos, e a vida de muitos deles se interrompe bem antes da noite e ainda em outros momentos. Digamos que, por assim dizer, um grupo adormece quando não há mais ho-

mens associados para sustentar e ampliar seu pensamento, mas que apenas dormita, continua a existir enquanto seus membros estão prontos a se aproximar e a reconstituí-lo tal como era quando o deixaram. Ora, há somente um grupo do qual se pode dizer que sua vida consciente é periodicamente suspensa pelo sono físico dos homens: a família, já que em geral é dos nossos que nos despedimos quando nos deitamos e são eles que vemos antes de todos os outros ao despertar. A consciência do grupo familiar obscurece e desaparece em outros momentos: quando seus membros se distanciam, o pai e às vezes a mãe no trabalho, a criança na escola, e os períodos de ausência que, contados em horas de relógio, são mais curtos do que a noite, talvez não pareçam menos longos para a própria família, porque durante a noite, ela não tem consciência do tempo — se um homem dormiu uma ou dez horas, ao despertar ele não sabe quanto tempo decorreu: um minuto, uma eternidade? Quanto aos outros grupos, em geral sua vida é interrompida muito antes do anoitecer e retomada muito depois. Se essa interrupção é mais demorada, não é de natureza diferente de outras pausas que acontecem na vida dos mesmos grupos em outros momentos do dia. Em todo caso, a jornada de trabalho não se estende de maneira ininterrupta em toda a seqüência das horas que separam o despertar do sono — ela não atinge esses dois limites e é cortada por intervalos que pertencem a outros grupos. O mesmo acontece, por razão ainda maior, com o dia religioso ou o dia mundano. Embora nos pareça que a noite marca a divisão essencial do tempo, é isso para a família e não há comunidade à qual nos apeguemos mais estreitamente. Examinemos agora os outros grupos cuja vida se detém e recomeça — suponhamos que os intervalos de parada sejam tão vazios quanto a noite e que a representação do tempo neles desapareça tão completamente quanto eles. Seria muito difícil dizer onde, nesses grupos, o dia começa e onde termina — de qualquer maneira, ele não começaria na mesma hora em todos os grupos.

De fato, como já vimos, há uma correspondência bastante exata entre todos esses tempos, embora não possamos dizer que eles se adaptaram uns aos outros por uma convenção estabelecida entre os grupos. De modo geral, todos dividem o tempo da mesma

maneira, porque todos herdaram uma mesma tradição. Essa divisão tradicional da duração está em harmonia com o ritmo da natureza — não é de surpreender, pois ela foi estabelecida por homens que observavam o curso dos astros e o curso do sol. Como a vida de todos os grupos se desenrola nas mesmas condições astronômicas, todos eles podem constatar que o ritmo do tempo social e a alternância dos fenômenos da natureza estão muito bem adaptados entre si. Não é menos verdade que, de um grupo a outro, as divisões do tempo em harmonia não são as mesmas e, em todo caso, não têm o mesmo sentido. É como se um mesmo balancim transmitisse o seu movimento a todas as partes do corpo social. Na realidade, não há um calendário único, exterior aos grupos e que serviria de referência a eles. Há tantos calendários diferentes quantas sociedades diferentes, pois as divisões do tempo se expressam tanto em termos religiosos (cada dia consagrado a um santo), como em termos de negócios (dias de pagamento etc.). Pouco importa que aqui e ali falemos de dias, meses, anos. Um grupo não poderia usar o calendário de outro. O comerciante não vive no campo religioso, não é aí que ele encontrará pontos de referência. Se em outras épocas mais ou menos remotas foi diferente, se as feiras e os mercados aconteciam em dias consagrados pela religião, se a expiração de uma dívida de comércio era fixada no dia de São João ou no dia da Candelária, é porque o econômico ainda não estava separado da sociedade religiosa.

A questão agora é saber se esses grupos estão realmente separados. Poderíamos conceber que façam inúmeros empréstimos entre si, que suas vidas se aproximem e se mesclem com muita freqüência, que essas linhas de evolução estão sempre se cruzando. Se assim, pelo menos a intervalos, muitas correntes de pensamento coletivo podem se misturar, trocar sua substância e correr num mesmo leito... como falar de seus tempos múltiplos? Não é num mesmo tempo que eles fixam o lugar de pelo menos uma parte de suas lembranças? Quando acompanhamos a vida de um grupo como a igreja durante um período de sua evolução, veremos que o seu pensamento refletiu a vida de outras sociedades contemporâneas com as quais ela esteve em contato. Quando escreveu *Port-Royal*, Sainte-Beuve en-

tra bem mais profundamente nesse movimento religioso único em seu gênero, atinge muito melhor as energias secretas e a originalidade interna que faz entrar em seu quadro um número maior de fatos e de personagens tomados de outros ambientes, mas que marcam uma série de pontos de contato entre o século e as preocupações desses solitários. Poucos são os acontecimentos religiosos que não tenham uma face voltada para a vida mundana e não tenham ressonância em grupos leigos. É como tomar nota das conversas trocadas em uma reunião de família ou em um salão, em que se tratará do que acontece em outras famílias, em outros meios, como se o grupo dos artistas ou o grupo dos políticos penetrasse na intimidade desses grupos tão diferentes, ou os levasse em seu movimento. Quando se diz que uma sociedade, uma família, um meio laico está ultrapassado ou está por dentro, não estamos pensando em interpenetrações ou contaminações do gênero? Uma vez que todo fato notável, em qualquer região do corpo social que tenha surgido, pode ser tomado como ponto de referência por qualquer grupo para determinar as épocas de sua duração, não será a prova de que os limites que traçamos entre as diversas correntes coletivas são arbitrários e se tocam em muitos pontos de seu percurso para que haja motivos para separá-los?

Dizem que um mesmo acontecimento pode afetar ao mesmo tempo muitas consciências coletivas distintas: conclui-se daí que nesse momento essas consciências se aproximam e se unem em uma representação comum. Mas será um mesmo acontecimento se cada um desses pensamentos o representa à sua maneira e o traduz em sua linguagem? Um e outro são grupos que estão no mesmo espaço. O acontecimento também ocorre no espaço, pode-se dizer que um e outro grupo percebem isso. O que importa é a maneira como eles o interpretam, o sentido que lhe dão. Para que lhes emprestemos o mesmo significado, é preciso antes que as duas consciências estejam misturadas. Ora, hipoteticamente, elas são distintas. Não se pode conceber que dois pensamentos penetrem assim um no outro. É claro, dois grupos podem se fundir, mas surge então uma nova consciência, cuja extensão e conteúdo já não serão os mesmos de antes. Ou essa fusão é apenas aparente, se os dois grupos se separam e

logo se reencontram para o essencial, como antigamente. Um povo ao conquistar outro pode assimilá-lo, mas acaba se tornando um terceiro povo, ou pelo menos entra em uma nova fase de sua existência. Se não se assimilam, cada um dos dois povos mantém sua consciência nacional própria e reage de maneira diferente frente aos mesmos acontecimentos. O mesmo acontece, em um mesmo país, com a sociedade religiosa e a sociedade política. Quando o Estado subordina a Igreja, quando a preenche com seu espírito, a Igreja se torna um órgão do Estado e perde sua natureza de sociedade religiosa, a corrente do pensamento religioso se reduz a um tênue filetezinho na parte da Igreja que não se conforma em desaparecer. Nas almas religiosas e no espírito dos chefes políticos, quando Igreja e Estado estão separados, um mesmo acontecimento — a Reforma, por exemplo — dará lugar a diferentes representações que se ligarão muito naturalmente aos pensamentos e tradições dos dois grupos, mas que não se confundirão.

Da mesma forma, embora a publicação das *Cartas da província* marque uma data na história da literatura e na vida de Port-Royal, não nos damos conta de que naquele ano a corrente do pensamento literário e a corrente religiosa jansenista se confundiram. Sabemos muito bem que Pascal não conseguiu fazer M. de Sacy se reconciliar com Montaigne, que os jansenistas não deixaram de condenar a concupiscência do espírito, que para eles Pascal não passava de instrumento de Deus, que talvez até atribuíssem mais importância ao milagre do Espinheiro Sagrado que em sua família tivera maior importância do que sua atividade de escritor. Quando Sainte-Beuve nos traça o retrato dos que entraram em Port-Royal, compreendemos claramente o desdobramento de sua pessoa: são os mesmos homens, mas são as mesmas personalidades, aquelas de que o mundo guarda lembrança e as que são impostas à memória dos jansenistas, apagado todo o brilho do espírito, do talento, a conversão que marca um fim em uma sociedade e na outra um começo, como se houvessem duas datas que não têm lugar no mesmo tempo? Quando se trata, como neste caso, de um acontecimento, um problema moral, é verdade que a questão se complica um pouco. Por exemplo, é concebível que tal ou qual família e o

grupo religioso tenham sido afetados da mesma maneira, porque a família é muito religiosa.

Quando conta a vida de seu irmão, *Madame* Périer fala dele como de um santo, num tom muito jansenista. Contudo, o mesmo acontece em uma família apaixonada pela política, as discussões que se referem a esta põem a família em contato com meios que têm essas discussões como objeto exclusivo. Examinemos essa questão um pouco mais de perto. Sempre há pelo menos uma nuança ou a ausência de uma nuança que nos revela se a religião ou a política passou para o segundo plano todas as considerações de parentesco, caso esse, claro, em que não estamos mais na família.

Houve momentos em que o quarto de Pascal se transformou em uma célula ou uma capela e o salão de *Madame* Roland já não se distinguia de um clube ou de um conselho de ministros girondinos. Em outros casos, ao contrário, o pensamento familiar se apossa de imagens e eventos da religião e da política para alimentar sua vida própria, e aí acontece que nos orgulhamos do brilho que recai sobre a família porque um de seus membros se tornou ilustre em um ou outro desses campos, e seus membros se sentem como parentes mais próximos ou, ao contrário, dilacerados, porque suas crenças e convicções em relação a isso os unem ou os separam. Isto só será possível se esses elementos do pensamento, que para a família aparentemente se referem a objetos e pessoas que lhes são exteriores, forem transpostos em representações familiares — ou seja, se conservarem muito bem a forma política ou religiosa aparente, mas tiverem como substância as reações da parentada, os interesses e preferências da casa, dos irmãos, dos ascendentes. Essas transposições serão possíveis quando resultarem do fato de se praticar tal religião ou ter tal opinião política porque há muito são as da família. "Meu Deus e meu rei", diz o camponês, mas se deve entender: meu lar, meus pais, meus parentes. Quantas oposições de crenças e convicções não passam de antagonismo disfarçado de irmão para irmão, de filho em relação aos pais! Isso não impede que em determinados momentos todas as preocupações da família desapareçam e os parentes sejam esquecidos. Nesse momento é que somos apanhados nos grupos religiosos e políticos, como também o seríamos

nos grupos que se ocupam das ciências, da arte e dos negócios — mas então não é preciso que, entretendo-se com essas coisas juntos aos nossos, esqueçamos esses grupos para pensar nos nossos.

Se as diversas correntes do pensamento coletivo jamais se interpenetram realmente e não podem ser postas e mantidas em contato, é muito difícil dizer se o tempo passa mais depressa para um do que para o outro. Como saber qual é a velocidade do tempo, se não há medida comum e não concebemos nenhum meio de medir a velocidade de um em relação à de outro? Pode-se muito bem dizer que em certos ambientes a vida passa, os pensamentos e as sensações se sucedem segundo um ritmo mais rápido do que em outros. Definiríamos a velocidade do tempo conforme o número de eventos que encerra? Mas havíamos dito que o tempo é uma coisa muito diferente de uma série de fatos sucessivos ou uma soma de diferenças. Somos vítima de uma ilusão quando imaginamos que uma quantidade maior de acontecimentos ou de diferenças significa o mesmo que um tempo mais longo. Isso é esquecer que os acontecimentos dividem o tempo mas não o preenchem. Os que multiplicam suas ocupações e distrações terminam por perder a noção do tempo real e talvez por fazer desaparecer a própria substância do tempo que, recortado em tantas partes, já não pode mais se estender ou se dilatar e não oferece mais nenhuma resistência. Como a faculdade de mudar é limitada num grupo humano, seria necessário que à medida que se multiplicam as mudanças, cada uma se torne menos importante. A atividade de grupos como as bolsas de valores, as sociedades industriais e comerciais, onde em pouco tempo se trata de uma enorme quantidade de negócios, quase sempre é do tipo mecânico. São os mesmos cálculos, os mesmos tipos de combinações que desfilam no pensamento de seus membros. Será preciso aguardar muitos anos, às vezes muitas décadas para que da acumulação de todas essas palavras e de todos esses gestos resulte mudança importante que venha a alterar de modo duradouro a memória desses ambientes, ou seja, a imagem que eles guardam de seu passado. Através dessa agitação mais do que semi-automática, o grupo encontra um tempo bastante unifor-

me que, resumindo, não passa mais depressa do que o do pescador de anzol.

Repetimos também que existem povos retardatários, cuja evolução ocorre muito lentamente e, num mesmo país, é comum insistir no ritmo rápido da existência nas grandes cidades em relação aos vilarejos, ou nas regiões industriais em relação ao campo. Não esqueçamos que os grupos que se compara não têm a mesma natureza nem o mesmo gênero de ocupação. Contudo, será que o fato de, no intervalo de um dia, os habitantes de um vilarejo terem menos oportunidades de mudar a orientação de sua atividade ou de seu pensamento, significará que para eles o tempo passa mais lentamente do que nas cidades? É o habitante da cidade que tem essa idéia — mas por quê? Porque ele imagina o vilarejo como uma cidadezinha cuja atividade é mais lenta, que pouco a pouco é paralisada e adormece. Mas um vilarejo é um vilarejo, e só pode ser comparada com um vilarejo e não com um grupo de natureza diferente. Ora, no campo o tempo se divide segundo uma ordem de ocupações, que por sua vez se regulam pelo curso da natureza animal ou vegetal. É preciso esperar que o trigo brote da terra, que os animais tenham posto seus ovos ou parido seus filhotes, que as tetas das vacas estejam cheias. Não há mecanismo que possa precipitar essas operações. O tempo é exatamente o que deve ser em tal grupo e entre tais pessoas, cujo pensamento assumiu um comportamento de acordo com suas necessidades e suas tradições. Há períodos de pressa, dias em que descansamos, mas estas são irregularidades que têm a ver com o conteúdo do tempo e não alteram seu curso. Quando nos absorvemos numa tarefa, num bate-papo, em devaneio, em uma reflexão, uma lembrança, quando vemos as pessoas passar ou quando jogamos cartas, a partir do momento em que estes são modos de ser e tipos de atividades habituais, reguladas pelo costume, cada uma com seu lugar e a duração que lhe convém, o tempo é exatamente o que sempre foi, nem rápido nem lento demais. Inversamente, os camponeses transportados a uma cidade se espantarão com esse ritmo da vida que se precipita e pensarão que um dia mais cheio deve condensar também mais tempo. Isso acontece porque eles imaginam a cidade como um vilarejo tomado pela febre de ati-

vidade, em que as pessoas estão superexcitadas, em que pensamentos e gestos são arrastados em um movimento vertiginoso. Mas a cidade é a cidade, ou seja, é um ambiente em que o mecanismo se introduziu não apenas nos trabalhos produtivos, mas regula também os deslocamentos, as distrações e brincadeiras espirituosas. O tempo é dividido como deve ser, é o que deve ser, nem rápido demais nem lento demais, pois atende às necessidades da vida urbana. Os pensamentos que o preenchem são mais numerosos, mas também mais curtos, não lançam raízes profundas nos espíritos. Um pensamento só adquire consistência quando se estende por uma duração suficiente. Como comparar o número de estados de consciência que se sucedem para medir a rapidez do tempo nos dois grupos, já que se trata de pensamentos e representações do mesmo gênero? Na realidade não podemos dizer que o tempo está passando mais depressa ou mais devagar em uma sociedade do que em outra — a idéia de rapidez, aplicada à passagem do tempo, não oferece um significado definido. Ao contrário, é notável que o pensamento, quando lembramos, pode percorrer em instantes intervalos de tempo mais ou menos grandes e remontar ao curso da duração com uma rapidez que varia não somente de um grupo a outro, mas ainda dentro de um grupo, de um indivíduo a outro e até, em relação a um indivíduo que permanece no mesmo grupo, de um momento a outro. Às vezes nos surpreendemos, quando buscamos uma lembrança muito distante, com a rapidez com que o espírito salta por vastos períodos e, como se houvesse calçado as botas de sete léguas, apenas entrevê a passagem das representações do passado que aparentemente deveriam preencher aquele intervalo.

Por que imaginar que todas as lembranças antigas estariam ali, arrumadas na ordem exata em que se sucederam, como se nos esperassem? Se para voltar ao passado tivéssemos de nos guiar por essas imagens completamente diferentes umas das outras, cada uma correspondendo a um evento que só aconteceu uma vez, o espírito não passaria por cima deles em imensas passadas, e também não se limitaria sequer a tocar nelas, mas elas desfilariam uma a uma sob seu olhar. Na verdade, o espírito não passa em revista todas essas

imagens, nada aliás indica que subsistam. É no tempo, no tempo que é o de um determinado grupo que ele procura encontrar ou reconstituir a lembrança, e é no tempo que se apóia. O tempo e só o tempo tem o poder de desempenhar este papel à medida que nele pensamos como um meio contínuo que não mudou e que permanece hoje como era ontem, de modo que podemos encontrar o ontem no hoje. O fato de permanecer o tempo de alguma forma imóvel durante período até bastante extenso é conseqüência de que ele serve de contexto comum ao pensamento de um grupo que, em si, nesse período, não muda de natureza, conserva quase a mesma estrutura e volta sua atenção para os mesmos objetos. Enquanto meu pensamento pode retroceder num tempo desse tipo, aprofundar-se nele, explorar suas diversas partes com um movimento contínuo sem esbarrar em obstáculo ou barreira que o impeçam de ver além, ele se move num meio em que todos os acontecimentos se concatenam. Basta que se desloque nesse meio para encontrar todos os seus elementos. É claro, esse tempo não se confunde com os acontecimentos que nele sucederam. Mas ele também não se reduz, como já mostramos, a um contexto homogêneo e inteiramente vazio. Nele encontramos inscritos ou indicados os vestígios de acontecimentos ou personalidades de outrora à medida que respondem e respondem ainda a um interesse ou a uma preocupação do grupo. Quando dizemos que um indivíduo recorre à memória do grupo, devemos entender que esta ajuda não implica na presença real de um ou mais de seus membros. De fato, continuo a sofrer a influência de uma sociedade mesmo que dela me tenha afastado — basta que eu carregue comigo em meu espírito tudo o que me permite estar à altura de me postar no ponto de vista de seus membros, de me envolver em seu ambiente e em seu próprio tempo, e me sentir no coração do grupo. É verdade, isto exige alguma explicação. Em pensamento me vejo ao lado de um colega de escola a quem era muito ligado, ambos envolvidos numa conversa psicológica — analisamos e descrevemos as características de nossos professores, de nossos amigos. Ele e eu fazíamos parte do grupo maior de nossos colegas, mas nesse grupo nossas relações pessoais, anteriores à nossa entrada na escola, haviam criado entre nós uma comunidade mais fechada. Há mui-

tos anos não o vejo, mas nosso grupo subsiste pelo menos em pensamento, pois se nos encontrássemos amanhã, teríamos um diante do outro a mesma atitude de quando nos separamos. Só que ele morreu há alguns meses: nosso grupo se dissolveu. Não o encontrarei mais. Não posso mais evocá-lo como pessoa realmente viva. Quando nos vejo agora empenhados outrora numa conversa, como desejar que, para evocar essas lembranças, eu me apóie na memória do grupo, se o grupo não existe mais? Mas o grupo não é somente, nem principalmente, um conjunto de indivíduos definidos, e sua realidade não se esgota em algumas imagens que podemos enumerar e a partir do qual o reconstruiríamos. Ao contrário, o que essencialmente o constitui é um interesse, uma ordem de idéias e de preocupações que se particularizam e em certa medida refletem as personalidades de seus membros, mas são bastante generalizadas e até impessoais para conservar seu sentido e sua importância para mim, e ao mesmo tempo essas personalidades se transformariam e seriam substituídas por outras, parecidas, é verdade, mas diferentes. É isso que representa o elemento estável e permanente do grupo e, longe de encontrá-lo a partir de seus membros, é a partir desse elemento que reconstruo suas imagens. Portanto, quando penso em meu amigo, é porque me situo novamente em uma corrente de idéias que nos foram comuns, que para mim subsiste, ainda que o meu amigo não esteja mais presente, ou não possa mais me encontrar no futuro — desde que se conservem à minha volta as condições que me permitam nela me situar. Ora, elas se mantêm porque esse tipo de preocupações não era estranho aos nossos amigos comuns; encontrei, encontro ainda, pessoas parecidas com meu amigo pelo menos nesse aspecto, pessoas nas quais volto a encontrar o mesmo caráter e os mesmos pensamentos, como se houvessem sido membros virtuais do mesmo grupo.

Suponhamos que as relações entre duas ou mais pessoas sejam tais que este elemento de pensamento comum impessoal faça falta. Dois seres se amam com uma paixão estreitamente egoísta, o pensamento de cada um está plenamente cheio com o outro. Eles podem dizer: eu amo porque é ele, porque é ela... Aqui nenhuma substituição é possível. Tão logo desaparece a paixão, nada subsis-

tirá dos laços que os uniam e esquecerão ou guardarão um do outro somente uma lembrança pálida e desbotada. Sobre o quê se apoiariam, para que cada um se lembre do outro tal como o via? No entanto, às vezes, se a lembrança subsiste apesar do afastamento, apesar da morte, é porque além da ligação pessoal havia um pensamento comum, o sentimento da fuga do tempo, a visão dos objetos em torno, a natureza, qualquer tema de meditação: é o elemento estável que transformava a união de dois seres na base simplesmente afetiva em uma sociedade, e é o pensamento subsistente do grupo que evoca a aproximação passada, e resgata do esquecimento a imagem da pessoa. Augusto Comte teria conseguido evocar Clotilde de Vaux e vê-la quase com os olhos do corpo, se o amor deles não houvesse tomado o sentido de uma união espiritual, e se ele não a houvesse situado na religião da humanidade? É assim que nos lembramos dos pais — certamente porque os amamos, mas principalmente porque eles são os nossos pais. Dois amigos não se esquecem, porque a amizade pressupõe um acordo dos pensamentos e algumas preocupações comuns.

Na realidade, nossas relações com algumas pessoas se incorporam a conjuntos mais amplos, não imaginamos mais os outros membros sob forma concreta. Esses conjuntos tendem a superar as figuras que conhecemos, quase se despersonalizam. Ora, o que é impessoal é também mais estável. O tempo em que o grupo viveu é um ambiente meio despersonalizado, em que podemos atribuir o lugar de mais de um acontecimento passado, porque cada um deles tem um significado em relação ao conjunto. É este significado que encontraremos no conjunto, e este se conserva porque sua realidade não se confunde com as figuras particulares e passageiras que o atravessam.

Esta permanência do tempo social é bastante relativa. Realmente, se vai muito longe pelas direções variadas onde se aventura o pensamento desses grupos, a nossa retomada do passado não é ilimitada e jamais ultrapassa uma linha que se desloca à medida que as sociedades das quais participamos entram em cada novo período de sua existência. Aparentemente, é como se a memória tivesse a necessidade de se descarregar, conforme aumenta o fluxo de aconte-

cimentos que ela deve reter. Aliás, note-se que aqui não é o número de lembranças que importa. Enquanto o grupo não muda sensivelmente, o tempo que sua memória abrange pode se alongar: é sempre um meio contínuo, que continua acessível para nós em toda a sua extensão. Quando se transforma, um tempo novo começa para ele e sua atenção progressivamente se afasta do que foi e agora não é mais. Mas o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, e mesmo nele, para os membros do grupo a quem essa transformação menos tocou, como se o grupo antigo recusasse se deixar absorver inteiramente pelo novo, que saiu de sua substância. Embora a memória atinja regiões do passado em distâncias desiguais, segundo as partes contempladas do corpo social, não é porque uns têm mais lembranças do que outros — mas porque as duas partes do grupo organizam seu pensamento em volta de centros de interesse que já não são exatamente os mesmos.

Sem sair da família, a memória do pai e a da mãe os transporta ao tempo que seguiu seu casamento, explora uma região do passado que as crianças só conhecem de ouvir dizer — estas não têm lembrança de um tempo em que ainda não haviam despertado para a consciência no ambiente de seus pais. A memória do grupo familiar se reduz então a um feixe de séries de lembranças individuais, parecidas em todas as partes do tempo onde correspondem às mesmas circunstâncias, mas que tão logo remontamos o curso da duração se interrompem mais ou menos cedo? Assim, em uma família, tantas memórias, tantas visões de um mesmo grupo quantos os membros da família, já que se estendem por tempos desiguais? Não, mas reconhecemos transformações características na vida desse grupo.

Até o momento em que nossos filhos nascem e se tornam capazes de lembrar, depois do casamento, pouco tempo passou — mas este ano ou esses poucos anos passados estão cheios de acontecimentos, mesmo que aparentemente nada tenha acontecido. É então que se descobre não apenas as características pessoais dos dois esposos, mas tudo o que eles têm de seus pais, dos ambientes em que até então viveram; para que um novo grupo se edifique sobre esses elementos, é preciso toda uma série de esforços em comum através de muitas surpresas, resistências, conflitos, sacrifícios, e

também acordos espontâneos, encontros, assentimentos, incentivos, descobertas feitas em conjunto no mundo da natureza e da sociedade. É o tempo dedicado a estabelecer os alicerces do edifício, tempo mais pitoresco e mais movimentado do que os longos intervalos em que a casa será acabada — há no canteiro de obras uma efervescência, um entusiasmo unânime, em primeiro lugar por ser um começo. Mais tarde seremos obrigados a regular nosso trabalho pelo que já foi realizado, pelo qual temos responsabilidade e ao mesmo tempo orgulho, devemos nos alinhar com os edifícios vizinhos, levar em conta exigências e preferências dos que habitarão a casa, o que nem sempre se consegue prever, e daí os contratempos, o tempo perdido, trabalho a desfazer e refazer. Também estaremos sujeitos a parar no meio do trabalho por alguma razão. Há casas inacabadas, obras que há muito aguardam ser retomadas. *Pendent opera interrupta*. Há ainda o tédio de voltar a trabalhar no mesmo lugar dia após dia. Na própria atividade dos que terminam uma construção, em geral há mais inquietude do que alegria. Um trabalho de demolição sempre evoca um pouco a natureza, os operários que escavam os alicerces parecem pioneiros. Como o período em que se estabelecem as bases de um novo grupo não estaria repleto de pensamentos intensos, destinados a durar? Assim sobrevive o espírito dos fundadores em mais de uma sociedade, por mais curto que tenha sido o tempo dedicado aos alicerces.

Em muitos casos, a chegada dos filhos amplia a família, além de modificar o pensamento e a direção de seus interesses. O filho é sempre um intruso, no sentido que bem sabemos, de que ele não se adaptará à família já constituída, mas que os pais e até os filhos já nascidos terão de se dobrar às exigências do recém-chegado, no mínimo às mudanças que resultam de sua introdução no grupo. Até aqui, o casal sem filhos pôde pensar que se bastava — talvez aparentemente quase se bastasse, mas ao mesmo tempo se abria a muitas influências externas: palestras, teatro, relações, ocupações profissionais do homem e talvez da mulher, tudo feito em conjunto; nessa passagem por muitos ambientes, o casal reage à sua maneira e toma cada vez maior consciência de sua unidade. O casal fica entre dois riscos: retrair-se demais e se fechar em torno de si mes-

mo, não manter com os grupos exteriores nem mesmo o contato que a leitura permite, o que o condena ao desgaste, pois só consegue viver de substância social e por isso sempre aspira sair do círculo de seus membros e se expandir. O outro risco é expandir-se demais, se deixar absorver por um grupo exterior ao casal ou por alguma preocupação que lhe seja exterior demais. Às vezes, pelo menos no começo, a conseqüência disso é uma alternância de períodos em que o casal, buscando de alguma forma seu lugar na sociedade exterior, um tanto se deixa prender por ela e um tanto a mantém afastada — contrastes que se destacam bastante para que esta fase de sua vida se destaque das outras e permaneça gravada na memória.

Mais tarde, o casal encontrou seu lugar, tem seus relacionamentos, seus interesses, sua esfera, suas preocupações essenciais assumiram uma forma mais decidida. Por ainda maior razão, quando um casal tem filhos, suas relações com o ambiente social que o envolve se multiplicam e se definem. Quando compreende mais membros, principalmente quando estes são de idades diferentes, o grupo entra em contato com a sociedade através de um número maior de suas partes. Ele se incorpora mais estreitamente ao ambiente que compreende outras famílias, se deixa interprenetrar por seu espírito, se sujeita a suas regras. Poderíamos pensar que uma família maior se baste mais a si mesma e constitua um ambiente mais fechado. Não é exatamente assim. É claro, os pais agora têm uma nova preocupação comum, singularmente forte. Para o grupo familiar, mais extenso, a dificuldade de se isolar materialmente é maior, oferece uma superfície mais ampla aos olhares dos outros, a opinião tem força maior sobre ele. A família é feita de um conjunto de relações internas mais numerosas e mais complexas, mais impessoais também, porque à sua maneira realiza um tipo de organização doméstica que existe fora dela e tende a superá-la. A essa transformação do grupo, corresponde um profundo remanejamento de seus pensamentos. É como um novo ponto de partida. Para os filhos, é toda a vida da família, pelo menos aquela da qual guardam alguma lembrança. A memória dos pais vai ainda mais longe, talvez porque o grupo que eles formavam outrora não foi inteiramente absorvido na família ampliada. Ele continuou a existir, mas com uma vida descontínua

e apagada. Disso nos damos conta quando os filhos se afastam. Sentimos então uma impressão de irrealidade, como quando dois amigos que se encontram depois de muito tempo podem muito bem evocar o passado comum, mas não têm muito mais a dizer. É como se estivéssemos na extremidade de um caminho que se perde, ou como dois parceiros que esqueceram as regras do jogo.

Quando uma sociedade é submetida a um remanejamento profundo, parece que a memória atinge por duas vias diferentes as lembranças que correspondem a esses dois períodos sucessivos, e não passa de um a outro de modo contínuo. Na realidade, há dois tempos em que se conservam dois contextos de pensamento, e temos de substituir tanto um como outro para encontrar as lembranças em cada um dos contextos em que estão localizados. Para encontrar uma cidade antiga no labirinto das ruas novas que pouco a pouco as circundaram e transformaram, as casas e monumentos que ora descobriram e apagaram bairros antigos, ora encontraram seu lugar no prolongamento e no intervalo das construções de outrora, não voltamos do presente ao passado seguindo em sentido inverso e de modo contínuo a série de obras, demolições, traçados de vias etc. que modificaram progressivamente a aparência desta cidade. Para reencontrar as vias e monumentos antigos, conservados ou desaparecidos, nós nos guiamos pelo plano geral da cidade antiga, nos transportamos para ela em pensamento, o que sempre é possível para os que nela viveram, antes que houvessem ampliado e reconstruído os velhos bairros, e pelos pedaços de muros que permaneceram de pé, essas fachadas de um outro século, esses trechos de rua guardam seu significado de outrora. Na cidade moderna encontramos particularidades da cidade antiga, porque só temos olhos e pensamentos para esta. Assim, quando em uma sociedade que se transformou subsistem vestígios do que primitivamente foi, os que a conheceram em seu estado primeiro também podem fixar sua atenção nos vestígios antigos que lhe proporcionam o acesso a um outro tempo e um outro passado. São poucas as sociedades em que tenhamos vivido por algum tempo que não subsistam, que não tenham deixado pelo menos algum vestígio seu nos grupos mais recentes

em que mergulhamos — a subsistência desses vestígios basta para explicar a permanência e a continuidade do tempo próprio para esta sociedade antiga e para que nos seja possível nela penetrar pelo pensamento a qualquer momento.

Ainda subsistindo, esses tempos todos são impenetráveis uns para os outros, mesmo quando correspondem aos estados e nas formas sucessivas de uma sociedade que evoluiu profundamente. Aliás, eles subsistem lado a lado. Realmente, os grupos cujos pensamentos são distintos se estenderam materialmente no espaço e os membros de que se compõem entram ao mesmo tempo ou sucessivamente em muitos deles. Não há um tempo universal e único, mas a sociedade se decompõe em uma multiplicidade de grupos, cada um com sua própria duração. O que distingue os tempos coletivos não é que uns passem mais depressa do que os outros. Não se pode nem dizer que esses tempos passam, pois cada consciência coletiva pode se lembrar, e a subsistência do tempo parece muito bem ser uma condição da memória. Os acontecimentos se sucedem no tempo, mas o tempo em si é um contexto imóvel. Os tempos são mais ou menos vastos, permitem que a memória retroceda mais ou menos longe no que se convencionou chamar de passado.

Agora nos posicionemos no ponto de vista dos indivíduos. Cada um é membro de diversos grupos, participa de diversos pensamentos sociais, seu olhar mergulha sucessivamente em vários pensamentos coletivos. Já é um elemento de diferenciação individual o fato de que, num mesmo período, em uma região do espaço, não é entre as mesmas correntes coletivas que se dividem as consciências dos diversos homens. Além do mais, seus pensamentos recuam mais ou menos longe, mais ou menos depressa no passado ou no tempo de cada grupo. É neste sentido que as consciências concentram num mesmo intervalo durações mais ou menos extensas, digamos que em um mesmo intervalo de duração social vivida elas mantêm uma extensão mais ou menos grande de tempo representado. Naturalmente, neste aspecto há grandes diferenças entre elas.

Tudo o mais é a interpretação dos psicólogos, que acreditam existirem tantas durações diferentes irredutíveis umas às outras

quantas consciências individuais, porque cada uma delas é como uma onda de pensamento que passa com seu próprio movimento. Mas, para começar, o tempo não passa: ele dura, subsiste e é necessário, senão como poderia a memória retroceder no tempo? Além do mais, cada uma dessas correntes não se apresenta como uma série única e contínua de estados sucessivos se desdobrando mais ou menos depressa — senão, como poderíamos inferir de sua comparação a representação de um tempo comum a muitas consciências? Na realidade, se ao cotejarmos inúmeras consciências individuais podemos situar seus pensamentos ou seus acontecimentos em um ou muitos tempos comuns, é porque a duração interior se decompõe em muitas correntes que têm sua fonte nos grupos em si. A consciência individual é apenas o lugar de passagem dessas correntes, o ponto de encontro dos tempos coletivos.

É curioso que esta concepção não tenha sido examinada até o presente pelos filósofos que estudaram o tempo. Isso acontece porque sempre imaginamos as consciências como isoladas umas das outras, cada uma encerrada em si mesma. A expressão *stream of thought* ou ainda fluxo ou corrente psicológica que encontramos nos textos de William James e de Henri Bergson, traduz com a ajuda de uma imagem exata o sentimento que qualquer pessoa pode experimentar quando assiste como espectador ao desenrolar de sua vida psíquica. Tudo parece realmente acontecer como se, dentro de cada um, os nossos estados de consciência se sucederiam como as partes de uma corrente contínua, como ondas que se empurram umas às outras. Entretanto, pensando bem, percebemos que é o que acontece com um pensamento que está sempre avançando, que está sempre passando de uma percepção a outra, de um estado afetivo a outro, mas que o próprio da memória, ao contrário, é fazer com que nos detenhamos, nos desviemos momentaneamente desse fluxo e, talvez não a voltar na corrente, pelo menos a nos envolvermos numa direção atravessada, como se ao longo desta série contínua se apresentassem uma série de pontos que atraem bifurcações. Sim, o pensamento ainda atua na memória: ela se desloca, está em movimento. Digno de nota é que então, e somente então, se pode dizer que ela se

desloca e se move no tempo. Sem a memória e fora de momentos em que nos lembramos, como teríamos a consciência de estar no tempo e nos transportarmos na duração? Quando nos absorvemos em nossas impressões, quando as seguimos à medida que aparecem e depois desaparecem, nos confundimos com um momento da duração, depois com um outro — mas como imaginaríamos o tempo em si, ou seja, o contexto temporal que abrangeria ao mesmo tempo esse momento e muitos outros? Podemos *estar* no tempo, no presente, que é uma parte do tempo, e no entanto não sermos capazes de *pensar* no tempo, de nos transportar pelo pensamento ao passado próximo ou distante. Em outras palavras, da corrente das impressões, é preciso distinguir as correntes do pensamento propriamente dito ou da memória: a primeira está estreitamente ligada ao nosso corpo, não nos faz sair de nós — mas não nos abre nenhuma perspectiva sobre o passado, as segundas têm sua origem e a maior parte de seu curso no pensamento dos grupos diversos aos quais nos ligamos.

Se pusermos em primeiro plano os grupos e suas representações, se concebemos o pensamento individual como uma série de pontos de vista sucessivos sobre os pensamentos desses grupos, então compreendemos que possam retroceder no passado e retroceder mais ou menos segundo a extensão das perspectivas que lhe oferece cada um desses pontos de vista sobre o passado tal como representado nas consciências coletivas de que participa. A condição necessária para que seja assim, é que em cada uma dessas consciências, o tempo passa, certa imagem do tempo subsiste e se imobiliza, que o tempo dure pelo menos em certos limites, variáveis conforme os grupos. Este é o grande paradoxo. Mas, pensando bem, como poderia ser de outra maneira? Como uma sociedade, qualquer que seja ela, poderia existir, subsistir, tomar consciência de si mesma, se não abrangesse com um olhar um conjunto de acontecimentos presentes e passados, se não tivesse a faculdade de retroceder no fluxo do tempo e repassar ininterruptamente os vestígios que deixou de si mesma? Sociedades religiosas, políticas, econômicas, famílias, grupos de amigos, relacionamentos e até reuniões efêmeras num

salão, numa sala de espetáculos, na rua — todas imobilizam o tempo à sua maneira ou impõem a seus membros a ilusão de que pelo menos por algum tempo, num mundo que está sempre mudando, certas zonas adquiriram uma estabilidade e um equilíbrio relativo e nada de essencial nelas se transformou por um período mais ou menos longo.

Certamente, os limites até onde retrocedemos assim no passado são variáveis segundo os grupos, e é o que explica porque os pensamentos individuais conforme os momentos — ou seja, conforme o grau de sua participação nesse ou naquele pensamento coletivo, atingem lembranças mais ou menos remotas. Além dessa franja movediça do tempo ou, mais exatamente, dos tempos coletivos, não há mais nada, pois o tempo dos filósofos não passa de uma forma vazia. O tempo só é real na medida que tem um conteúdo, ou seja, na medida que oferece ao pensamento uma matéria de acontecimentos. Ele é limitado e relativo, mas tem uma realidade plena. É bastante amplo para oferecer às consciências individuais um contexto de respaldo suficiente para que estas possam nele dispor e reencontrar suas lembranças.

Capítulo IV

Memória coletiva e o espaço

Augusto Comte observou que o equilíbrio mental resulta em boa parte e antes de mais nada, do fato de que os objetos materiais com os quais estamos em contato diário não mudam ou mudam pouco e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade. Eles são uma espécie de companhia silenciosa e imóvel, estranha à nossa agitação e às nossas mudanças de humor, e nos dão uma sensação de ordem e tranqüilidade. É exato que mais de uma perturbação psíquica vem acompanhada de uma espécie de ruptura de contato entre nosso pensamento e as coisas, a incapacidade de reconhecer os objetos familiares, embora nos encontremos perdidos num ambiente estranho e movente, e nos falte qualquer ponto de apoio. Até fora dos casos patológicos, quando algum acontecimento também obriga a que nos transportemos a um novo ambiente material, antes que a ele tenhamos nos adaptado, atravessamos um período de incerteza, como se houvéssemos deixado para trás toda a nossa personalidade: tanto isso é verdade, que as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis de nosso eu.

Não é apenas uma questão do aborrecimento que temos em mudar nossos hábitos motores. Por que nos apegamos aos objetos? Por que desejamos que eles não mudem e continuem em nossa companhia? Descartemos quaisquer idéias de comodidade e estética. Nosso ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo das peças em que vivemos, nos lembram nossa família e os amigos que vemos com freqüência nesse contexto.

Se vivemos sós, a região do espaço que nos circunda de modo permanente e suas diversas partes não refletem apenas o que nos distingue de todos os outros. Nossa cultura e nossos gostos aparentes na escolha e na disposição desses objetos em grande medida se explicam pelos laços que sempre nos ligam a um número enorme de sociedades sensíveis e invisíveis. Não se pode dizer que as coisas façam parte da sociedade. Contudo, móveis, enfeites, quadros, utensílios e bibelôs circulam dentro do grupo e nele são apreciados, comparados, a cada instante descortinam horizontes das novas orientações da moda e do gosto, e também nos recordam os costumes e as antigas distinções sociais. Numa loja de antiguidades, todas as épocas e todas as classes se defrontam assim nas peças espalhadas e fora de uso das mobílias dispersas e, naturalmente, nos perguntamos: a que pessoa teria pertencido essa poltrona, essas tapeçarias, aquele estojo, aquela taça? Mas ao mesmo tempo sonhamos (no fundo, é a mesma coisa) com o mundo que reconhecemos nisso tudo, como se o estilo de um móvel, o gosto de uma arrumação fossem o equivalente de uma linguagem que ela compreendesse. Quando Balzac descreve uma pensão familiar, a casa de um avarento, e Dickens, o escritório de um tabelião, esses quadros nos parecem pitorescos porque nos permitem pressentir a que espécie ou categoria social pertencem as pessoas que vivem nesse ambiente. Não é uma simples harmonia e correspondência física entre a aparência dos lugares e das pessoas. Cada objeto reencontrado e o lugar que ele encontra no conjunto nos recordam uma maneira de ser comum a muitas pessoas e, quando analisamos esse conjunto e lançamos nossa atenção a cada uma dessas partes, é como se dissecássemos um pensamento em que se confundem as contribuições de certa quantidade de grupos.

De fato, as formas dos objetos que nos rodeiam têm este significado. Não estávamos errados ao dizer que eles estão em volta de nós, como uma sociedade muda e imóvel. Eles não falam, mas nós os compreendemos, porque têm um sentido que familiarmente decifamos. São imóveis somente na aparência, pois as preferências e hábitos sociais se transformam e, quando nos cansamos de um móvel ou de um quarto, é como se os próprios objetos envelhecessem.

É verdade que a impressão de imobilidade predomina por períodos bastante longos e ao mesmo tempo se explica pela natureza inerte das coisas físicas e pela relativa estabilidade dos grupos sociais. Seria exagerado pretender que as mudanças de casa ou de lugar, e as modificações importantes introduzidas em certas datas, na instalação e no mobiliário de um apartamento marcam épocas na história da família. A estabilidade da habitação e sua aparência interior não deixam de impor ao grupo a imagem pacificante de sua continuidade. Anos de vida comum passados num contexto a esta altura uniforme mal se distinguem uns dos outros, e se poderá duvidar que muito tempo tenha passado e tenhamos mudado imensamente no intervalo. Isso não está totalmente errado. Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resistem. O grupo se fecha no contexto que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com este passa ao primeiro plano da idéia que tem de si mesmo. Essa imagem penetra em todos os elementos de sua consciência, deixa mais lenta e regula sua evolução. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto membro do grupo, é o grupo em si que, dessa maneira, permanece sujeito à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio. Mesmo que se pudesse acreditar que não é bem isso, quando os membros do grupo estão dispersos e nada encontram em seu novo ambiente material que recorde a casa e os quartos que deixaram, quando permanecem unidos pelo espaço é porque pensam nessa casa e nesses quartos. Quando as religiosas e os senhores de Port-Royal foram dispersados, nada foi feito enquanto não arrasaram os prédios da abadia, enquanto não desapareceram os que guardavam sua lembrança.

Assim se explica como as imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. Como a imagem do quadro-negro poderia recordar o que nele traçamos, se o quadro-negro é indiferente aos números e se podemos reproduzir num mesmo quadro as figuras que bem entendemos? Não. Mas o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos

espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável. É claro, novos fatos excepcionais também têm lugar nesse contexto espacial, mas porque em sua devida ocasião o grupo tomou consciência com maior intensidade do que era há muito tempo e até esse momento, e os laços que o prendiam ao lugar lhe apareceram com mais nitidez no momento em que se romperiam. No entanto, um acontecimento realmente grave sempre traz consigo uma mudança nas relações do grupo com o lugar — seja porque este modifica todo o grupo, por exemplo, uma morte ou um casamento, seja porque o grupo modifica o lugar: a família enriquece ou empobrece, o pai da família é chamado para outro posto ou passa a uma outra ocupação. A partir desse momento, este não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva e, ao mesmo tempo, o ambiente material também não será mais o mesmo.

Os diversos bairros de uma cidade e as casas em uma quadra têm uma localização fixa e também estão presos ao solo, como as árvores, os rochedos, uma colina ou um planalto. Por isso o grupo urbano não tem a impressão de mudar enquanto a aparência das ruas e das construções permanece idêntica; existem poucas formações sociais ao mesmo tempo mais estáveis e de duração mais segura. Paris e Roma, por exemplo, apesar de guerras, revoluções e crises, parecem ter atravessado os séculos sem que a continuidade de sua vida fosse interrompida em um único momento. O corpo nacional pode estar tomado pelas mais violentas agitações. O cidadão desce à rua, lê as notícias, mistura-se aos grupos que as discutem, é preciso que os jovens corram para a fronteira, é preciso pagar impostos pesados — uma parte dos habitantes se arma contra a outra, é um episódio de luta política que se propaga por todo o país. Toda essa agitação acontece num cenário familiar, que parece não ser afetado por ela. Será que o contraste entre a impassibilidade das pedras e o tumulto a que eles se entregam, os persuade de que afinal de contas nada se

perdeu, pois os muros e as casas permanecem de pé? Temos de levar em conta o fato de que os habitantes são levados a prestar uma atenção muito desigual ao que chamamos de aspecto material da cidade, mas que a maior parte certamente se sentiria bem mais sensibilizada com o desaparecimento dessa rua, desse prédio, daquela casa, do que pelos acontecimentos nacionais, religiosos, políticos mais sérios. Por isso o efeito de perturbações que abalam a sociedade sem alterar a fisionomia da cidade se abranda quando passamos a essas categorias do povo que se apega mais às pedras do que aos homens: por exemplo, o sapateiro em sua oficina, o artesão em seu ateliê, o comerciante em sua loja no ponto do mercado em que normalmente o encontramos, o transeunte nas ruas que percorre, pelas estações do trem onde passeia, nos terraços dos jardins, as crianças no canto da praça em que brincam, o velho no muro exposto ao sol, no banco de pedra, o mendigo acocorado na beira da calçada. Assim, não somente casas e muralhas persistem através dos séculos, mas toda a parte do grupo que está em permanente contato com elas e confunde sua vida com a vida das coisas permanece impassível, porque não se interessa pelo que acontece na realidade fora de seu círculo mais próximo e além de seu horizonte mais imediato. O grupo então se dá conta de que uma parte sua permanece indiferente a suas emoções, suas esperanças, seus medos — e essa passividade das pessoas reforça a impressão que resultava da imobilidade das coisas. O mesmo acontece com relação às agitações que abalam aquele grupo mais limitado, baseado em laços de sangue, amizade, amor, lutos, rupturas, jogos de paixões e de interesses etc. No momento em que estamos sob o golpe de um abalo desse tipo, quando saímos, quando percorremos as ruas nos espantamos porque a vida a nosso redor continua como se nada houvesse acontecido, rostos alegres aparecem nas janelas, as pessoas paradas numa esquina trocam comentários, os compradores e os negociantes no limiar da porta das lojas, enquanto nós, nossa família e nossos amigos sentimos passar um vento de catástrofe. É porque nós e os que nos são mais chegados representamos apenas algumas unidades nessa multidão. Certamente, cada um dos que eu encontrava, tomado à parte, situado em sua família e no grupinho de seus amigos, simpatizaria

comigo se lhes expusesse minha tristeza ou minhas preocupações. Mas, presas nas correntes que seguem pelas ruas, quer se apresentem em multidão quer dispersas, as pessoas parecem desejar fugir e evitar umas às outras, como partes de matéria comprimidas umas contra as outras, ou em movimento, em parte obedecendo às leis da natureza inerte. Assim se explica a aparente insensibilidade de que injustamente as acusamos, como censuramos a indiferença da natureza porque, se nos fere, ela também contribui para nos acalmar, nos devolve o equilíbrio, fazendo com que por um momento estejamos sob a influência do mundo e das forças físicas.

Para apreender corretamente esse tipo de influência que os diversos pontos de uma cidade exercem sobre os grupos que a ela se adaptaram lentamente, numa grande cidade moderna seria preciso observar principalmente os quarteirões antigos ou as regiões relativamente isoladas, de onde os moradores só se afastam para ir ao trabalho e que formam uma espécie de pequenos mundos fechados — ou ainda, mesmo nas partes novas da cidade, as ruas e avenidas povoadas principalmente por trabalhadores e onde estes se sentem bem à vontade, porque entre a moradia e a rua sempre estão ocorrendo mudanças, as relações de vizinhança ali estão sempre se multiplicando. Nas cidadezinhas menores, um pouco afastadas das grandes correntes, ou nas dos países orientais, onde a vida ainda é regrada e ritmada como era entre nós há um ou dois séculos, as tradições locais são mais estáveis e o grupo urbano parece melhor como em outros lugares em grau menor, ou seja, como um corpo social que em suas divisões e sua estrutura reproduz a configuração material da cidade em que está encerrado. É claro, a diferenciação de uma cidade resulta de uma diversidade de funções e costumes sociais — mas, enquanto o grupo evolui, a aparência da cidade muda mais lentamente. Os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los e essa resistência permite entender melhor a que ponto nesse tipo de grupo a memória coletiva se apóia nas imagens espaciais. As cidades se transformam no curso da história. Em geral, logo depois de cercos, de uma ocupação militar, da invasão de bandos de saqueadores, quarteirões inteiros são destruídos, deles restam apenas ruínas. O incêndio dá golpes tenebrosos. Velhas

casas se deterioram lentamente. Ruas outrora habitadas pelos ricos são invadidas por uma população miserável e mudam de aparência. As obras públicas e a abertura de novas ruas ocasionam muitas demolições e construções — os planos se superpõem uns aos outros. Os subúrbios criados em torno do recinto urbano lhes são anexados. O centro da cidade se desloca. Os bairros antigos, circundados por novas construções altas, parecem perpetuar o espetáculo da vida de antigamente. Em todo caso, é apenas uma imagem de velhice — não se sabe se os antigos moradores os reconheceriam, se voltassem...

Se, entre as casas, as ruas e os grupos de seus habitantes houvesse apenas uma relação muito acidental e de curta duração, os homens poderiam destruir suas casas, seu bairro, sua cidade, e reconstruir em cima, no mesmo local, uma outra cidade, segundo um plano diferente — mas as pedras se deixam transportar, não é muito fácil modificar as relações que se estabeleceram entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele. Elimine, agora, elimine parcialmente ou modifique em sua direção, sua orientação, sua forma, sua aparência, essas casas, essas ruas, esses becos — ou mude apenas o lugar que eles ocupam um em relação ao outro. As pedras e os materiais não oferecerão resistência. Os grupos resistirão e, neles, você irá deparar com a resistência, se não das pedras, pelo menos de seus arranjos antigos. Certamente essa disposição anterior foi outrora a obra de um grupo. O que um grupo fez, outro pode desfazer. Mas a intenção dos homens antigos tomou corpo num arranjo material, em uma coisa, e a força da tradição local vem dessa coisa, da qual ela era a imagem. Tanto isso é verdade que, em uma parte de si, os grupos imitam a passividade da matéria inerte.

Para se manifestar, essa resistência deve emanar de um grupo. Não nos enganamos a respeito disso. Sim, é inevitável que as transformações de uma cidade e a simples demolição de uma casa incomodem, perturbem e desconcertem alguns indivíduos em seus hábitos. O mendigo, o cego busca tateando o canto em que esperava os

passantes. O passeante lastima a alameda de árvores onde costumava tomar a fresca e se aflige ao ver desaparecer mais de um aspecto pitoresco que o prendia a esse bairro. Aquele morador — de cujo pequeno universo faziam parte essas velhas paredes, essas casas decrépitas, essas travessas obscuras e esses becos sem saída, cujas lembranças se prendem a essas imagens agora apagadas para sempre — sente que toda uma parte sua morreu com essas coisas e lastimam que não tenham durado pelo menos o tempo que lhe resta de vida. Esses pesares ou essas inquietações individuais não têm conseqüências porque não tocam a coletividade. Ao contrário, um grupo não se contenta em manifestar o que sofre, em se indignar e protestar na hora. Ele resiste com toda a força de suas tradições e essa resistência tem suas conseqüências. Ele procura e em parte consegue reencontrar seu antigo equilíbrio nas novas condições. Ele tenta se manter ou se reformar em um bairro ou uma rua que já não são feitos para ele, mas estão sobre o lugar que era seu. Durante muito tempo velhas famílias aristocráticas, um antigo patriciado urbano, não abandonam espontaneamente o bairro em que até o presente e desde um tempo imemorial fixaram residência, apesar da solidão se fazer sentir em torno deles, e novos bairros ricos surgirem em outros pontos, com vistas mais amplas, parques nas proximidades, mais ar, mais animação e uma aparência mais moderna. A população pobre também não se deixa deslocar sem resistência, sem ressentimentos e, mesmo quando cede, sem deixar atrás muitas partes de si mesma. Por trás das novas fachadas, por avenidas bordejadas de ricas mansões recentemente construídas, nos pátios, nas travessas, nas ruelas dos arredores, se abriga a vida popular de outrora, recuando passo a passo. É assim que nos surpreendemos ao encontrar ilhotas arcaicas no meio de bairros novos. É curioso ver reaparecer, mesmo depois de um intervalo em que nada parecia subsistir, em bairros totalmente transformados e onde se acreditava que não tinham mais lugar, os estabelecimentos de prazer, os teatrinhos, os bolsões comerciais mais ou menos escondidos, os brechós etc. Isso acontece principalmente com os ofícios, os negócios e todos os modos de atividades um pouco antigas, que não têm mais lugar nas cidades modernas. Eles subsistem em virtude da força adquirida e

certamente teriam desaparecido, se não se prendessem teimosamente aos lugares que outrora lhes eram reservados. Encontramos pequenos pontos de comércio, que só conseguem uma freguesia porque há tempos imemoriais se confundem com um local que chama a atenção do público para eles. Há velhos hotéis que datam do tempo das diligências, onde ainda nos hospedamos simplesmente por estarem num endereço que sempre se destaca na memória dos habitantes. Todas essas sobrevivências e essas rotinas só se explicam por uma espécie de automatismo coletivo, uma rígida persistência do pensamento em certos meios de comerciantes e clientes. Se esses grupos não se adaptam mais depressa, se em muitas circunstâncias demonstram uma extraordinária capacidade de inadaptação é porque antigamente planejaram seus limites e determinaram sua reação em relação a uma dada configuração do meio exterior, até se tornar parte integral das muralhas em que encostavam suas barracas, os pilares que as sustentavam, as abóbadas que os abrigavam. Para eles, perder seu lugar no canto de tal rua, à sombra de tal muro ou de tal igreja seria perder o apoio de uma tradição que os protege, sua única razão de ser. Assim se explica porque de edifícios derrubados e de ruas apagadas, por muito tempo subsistem alguns vestígios materiais, no mínimo o nome tradicional de uma rua, uma praça ou a tabuleta de uma loja: "na porta velha", "lá no velho portão da França" etc.

Os grupos de que falamos até aqui estão naturalmente ligados a um lugar, porque é o fato de estarem próximos no espaço que cria entre seus membros as relações sociais: uma família, um casal pode ser definido exteriormente como o conjunto de pessoas que vivem na mesma casa, no mesmo apartamento, ou, como se diz nos recenseamentos, sob o mesmo teto. Os habitantes de uma cidade ou de um bairro formam uma pequena comunidade, porque estão reunidos em uma mesma região do espaço. Desnecessário dizer que esta é apenas uma condição da existência desses grupos, mas uma condição essencial e muito aparente. Não é exatamente o que acontece com outros tipos de formações sociais. Podemos até dizer que a maioria dessas formações tende a separar os homens do espaço, pois abstraem o lugar que eles ocupam e neles só levam em conta qualidades de outra

ordem. Os laços de parentesco em si não se reduzem à coabitação, e o grupo urbano não é o mesmo que uma soma de indivíduos justapostos. As relações jurídicas se baseiam no fato de que as pessoas têm seus direitos e podem contrair obrigações que, pelo menos em nossas sociedades, não parecem subordinadas à sua posição no meio exterior. Os grupos econômicos resultam do lugar dos homens não no espaço, mas na produção, em uma diversidade de funções e também em modos diversificados de remuneração, da distribuição de bens; no plano econômico, os homens são diferenciados e se aproximam pelas qualidades ligadas à pessoa e não ao lugar. Por razão maior ainda, o mesmo ocorre nas sociedades religiosas: elas estão fundamentadas em uma comunidade de crenças que tem como objeto seres imateriais, essas associações estabelecem laços invisíveis entre seus membros e se interessam principalmente pelo homem interior. Todos esses grupos se superpõem nas sociedades locais. Longe de se confundirem com elas, são elas que os decompõem, conforme regras sem nenhuma relação com a configuração do espaço. Por isso não basta pensar que há pessoas reunidas em um mesmo lugar e guardar na memória a imagem desse lugar para descobrir e recordar a que sociedades eles estão ligados.

* * *

Entretanto, quando rapidamente passamos em revista — como acabamos de fazer — as formações coletivas mais importantes que se distinguem dos grupos locais estudados anteriormente, percebemos como é difícil descrevê-los descartando qualquer imagem espacial. Esta dificuldade é ainda maior quanto mais longe retrocedemos no passado. Dizíamos que os *grupos jurídicos* podem ser definidos pelos direitos e obrigações de seus membros — mas sabemos que outrora o servo estava preso à gleba e que, para um camponês, a única maneira de escapar à condição servil era se fazer admitir em uma comunidade urbana. Portanto, a condição jurídica do homem era conseqüência do local em que ele vivia, no campo ou em um burgo. O regime a que estavam sujeitas as diversas partes da terra não era o mesmo e, por outro lado, a legislação das diferentes comunidades não garantiam os mesmos privilégios. Diz-se que a Idade Média foi a era das particularidades e, realmente, havia então uma enorme

quantidade de regimes que diferiam conforme o lugar, ainda que, sabendo onde estava a moradia de uma pessoa, os outros e essa mesma pessoa eram ao mesmo tempo informados sobre seu estatuto. Não é possível descrever o funcionamento da justiça e todo o sistema de arrecadação antes do que chamamos tempos modernos, sem descermos ao detalhe das subdivisões territoriais — é porque cada província, na Inglaterra cada condado, cada burgo por muito tempo teve seu próprio regime jurídico e seus próprios costumes. Desde essa época, os tribunais do rei, por exemplo, tendem a suplantar os tribunais feudais na Inglaterra e, na França, desde a Revolução todos os cidadãos são iguais diante da lei e dos impostos. Daí a maior uniformidade do presente: as diversas partes de um país já não representam outro tanto de regimes jurídicos distintos. O pensamento coletivo não leva em conta as leis, abstração feita das condições locais em que elas se aplicam. Ele mais se prende a essas condições. Ora, estas são muito diversificadas, porque uniformizando as regras, não foi possível uniformizar a condição das terras e a situação das pessoas. Em primeiro lugar, é por isso que no campo uma diferença de situação no espaço conserva algum significado jurídico. No espírito de determinado tabelião do interior ou de um prefeito de cidadezinha, os campos, as pastagens, os bosques, as fazendas, as casas evocam os direitos de propriedade, os contratos de venda, as servidões, as hipotecas, as divisas, os loteamentos — toda uma série de atos e situações jurídicas que não contém a pura e simples imagem da terra tal como a vê um estranho, mas se superpõem na memória jurídica do grupo camponês. Essas lembranças estão ligadas a diversas partes do solo. Elas se apóiam umas nas outras porque as parcelas a que se relacionam estão justapostas. Se as lembranças se conservam no pensamento do grupo, é porque ele permanece estabelecido no solo, é porque a imagem do solo perdura materialmente fora dele e ele pode retomá-la a qualquer instante.

É verdade que no interior todas as negociações e todos os envolvimentos terminam na terra. Numa cidade, o pensamento jurídico do grupo se distribui por meio de outros contextos materiais, se dissemina por outros objetos visíveis. Aqui, mais uma vez, um tabelião ou um leiloeiro, quando lidam com as pessoas de cujos

interesses tratam ou em nome das quais realizam transmissões de posses, é levado a refletir sobre as coisas a que se referem esses interesses ou esses direitos. Talvez esses objetos se afastem e não caiam mais sob seus olhos depois que os clientes saíram do cartório ou o leilão terminou, mas o tabelião lembrará a localização do imóvel que foi vendido, constituído em dote, legado. O leiloeiro ligará a lembrança aos lances feitos, aos leilões e adjudicações em tal imóvel ou tal obra de arte que não voltará a ver, mas entra numa categoria de objetos da mesma ordem — ora, estes sempre estarão presentes para ele, pois muitos passam continuamente sob seus olhos.

Com certeza, são outros os métodos para as tratativas relacionadas aos serviços e também de todas as operações da bolsa e de bancos. O trabalho de um operário, as ocupações de um empregado, os cuidados de um médico, a assistência de um advogado etc. não são objetos que ocupam um local definido e estável no espaço. Não situamos os valores representados por títulos ou depósitos relativos a créditos ou dívidas em um lugar — aqui estamos no mundo do dinheiro e das transações financeiras, em que os objetos particulares são abstraídos, e o que adquirimos ou doamos é sempre mui simplesmente a faculdade de adquirir ou ceder não importa o quê. Entretanto, os serviços são prestados e os trabalhos são realizados num determinado endereço — o trabalho ou o serviço só têm valor para o patrão que o compra, se for utilizado ou feito em tal lugar, em tal escritório, em tal fábrica. Quando o membro de um conselho ou o secretário de um sindicato passa diante de uma fábrica ou pensa no local que ela ocupa, essa imagem é apenas parte de um contexto local mais amplo, que abrange todas as fábricas cujos operários e patrões estão sujeitos a se dirigirem a ele, e lhe permite voltar a encontrar a lembrança dos contratos salariais, suas modalidades, os conflitos daí resultantes, e também de todas as leis, regras e costumes locais ou profissionais que definem a situação e os direitos recíprocos de empregados e empregadores. As operações financeiras ou bancárias estão situadas no contexto local dos estabelecimentos de crédito em que temos de entrar para apor a nossa assinatura sobre as ordens de pagamento, para receber ou passar fundos — a imagem do banco talvez não nos faça lembrar

mais do que um número restrito de operações precisas e, sobretudo, uma ordem regular de etapas que praticamente não se distinguem, das quais guardamos apenas uma noção geral. Este é normalmente todo o conteúdo desse tipo de memória que se estende apenas ao passado recente. Tabelião, prefeito, leiloeiro, conselheiro, secretário de sindicato: escolhemos essas pessoas à guisa de exemplos, porque é nelas que a memória das relações de direito e dos atos jurídicos que se prendem à sua função deve adquirir o máximo de extensão e relevo, mas elas representam o principal centro dessa memória que em si é coletiva e se estende a todo o grupo jurídico, comunidade camponesa, comunidade da compra e da venda, comunidade da troca de serviços etc. Bastaria estabelecer que essa memória se baseie na imagem de certos lugares em que melhor se adapte, para que possamos presumir que o mesmo acontece a todos os membros do grupo. Os diversos objetos e as situações diferentes no espaço têm a seus olhos um significado em relação aos direitos e obrigações a eles relacionados; esta é a razão pela qual, sem sair de tal círculo material, permanecem encerrados em um mundo definido de relações jurídicas formadas no passado, mas que lhes permanecem presentes.

Poderíamos raciocinar da mesma maneira a propósito de outros tipos de sociedades. Por exemplo, não é necessário ir ao interior para descobrir que a fazenda é ao mesmo tempo a moradia e o prédio no qual ou em volta e diante do qual se trabalha, e também não precisamos passear nas cidades antigas e ler os nomes de suas ruas — a rua dos Tanoeiros, a rua dos Ourives — para evocar um tempo em que as profissões se agrupavam em locais. Em nossas sociedades modernas, os lugares de trabalho se diferenciam nitidamente das casas de moradia — como a oficina, o escritório e a loja abrigam diariamente as equipes ou conjuntos de homens que neles realizam seu trabalho. É realmente sobre um fundo espacial que se esboçam esses pequenos grupos econômicos. Da mesma forma, nas cidades grandes os bairros se diferenciam conforme a predominância dessa ou daquela espécie de profissão ou de indústria, desse ou daquele grau de pobreza ou de riqueza. Assim se revelam aos olhos do passeante todas as nuanças das condições e não há nenhuma paisagem urbana na qual essa ou aquela classe social não tenha deixado sua marca.

As religiões estão solidamente instaladas sobre o solo, não apenas porque esta é uma condição que se impõe a todos os homens e todos os grupos, mas um grupo de fiéis é levado a distribuir entre as diversas partes do espaço o maior número de idéias e imagens que defende. Há lugares consagrados, há outros lugares que evocam lembranças religiosas, há lugares profanos, alguns dos quais povoados por inimigos de Deus — nos quais é preciso fechar olhos e ouvidos, alguns sobre os quais pesa maldição. Hoje, em uma velha igreja, ou no claustro de um convento, caminhamos distraidamente sobre as lajes que marcam o local de túmulos e não tentamos decifrar os caracteres gravados na pedra, no solo ou nas paredes dos santuários. Essas inscrições se ofereciam permanentemente aos olhares dos que se encerravam no claustro, que faziam demoradas meditações nessa igreja, entre essas lápides, e pelos altares, estátuas, quadros consagrados a santos, o espaço que circundava os fiéis e no seio do qual eles passavam horas se impregnavam de um significado religioso. Teríamos uma idéia muito incorreta da maneira como se dispunham em sua memória as lembranças das cerimônias, das preces e de todos os atos, todos os pensamentos que preenchem uma vida devota, se não soubéssemos que cada um deles encontraria lugar em alguma parte desse espaço.

Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço — o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir — que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça.

Diremos que realmente não há grupo nem gênero de atividade coletiva que não tenha alguma relação com o lugar — ou seja, com uma parte do espaço — mas diremos também que isso está

longe de ser o suficiente para explicar que, representando a imagem do lugar, sejamos levados a pensar em tal ação do grupo que lhe esteve associado. Todo quadro tem uma moldura, mas não há nenhuma relação necessária e estreita entre um e outra, e a moldura não tem como evocar o quadro. Essa objeção seria válida se, por espaço, entendêssemos somente o espaço físico, ou seja, o conjunto das formas e das cores tais como os percebemos a nosso redor. Será este o espaço primitivo para nós? Será assim mesmo que normalmente e com maior freqüência percebemos o ambiente exterior? É difícil saber o que seria o espaço para um homem realmente isolado, que não fizesse ou não houvesse feito parte de nenhuma sociedade. Apenas nos perguntamos em que condições deveríamos nos situar se desejássemos perceber somente as qualidades físicas e sensíveis das coisas. Teríamos de livrar os objetos de uma série de relações que se impõem ao nosso pensamento e correspondem a outros tantos pontos de vista diferentes, teríamos de nos livrar de todos os grupos de que fazemos parte, que entre si estabelecem tais ou quais relações e os enxergam de tais ou quais pontos de vista. Em todo caso, só conseguiríamos fazer isso adotando a atitude de um outro grupo definido, a dos físicos ou a dos artistas, uma vez que pretendíamos fixar nossa atenção em determinadas qualidades abstratas da matéria ou nas linhas e nuanças das figuras e das paisagens. Quando saímos de uma galeria de pinturas e nos vemos sobre o cais à beira de um rio, na entrada de um parque ou na animação da rua, sofremos ainda o impulso do grupo dos pintores e não vemos as coisas exatamente como elas são, mas como se mostram aos que se esforçam unicamente em reproduzir sua imagem. Nada menos natural, na realidade. É claro, no espaço dos estudiosos e dos pintores, as lembranças que interessam aos outros grupos não podem ter lugar e se conservar. Não poderia ser diferente, já que o espaço dos estudiosos e dos pintores é construído por eliminação de outros espaços. Contudo, isso não prova que estes não tenham tanta realidade quanto aquele...

O espaço jurídico[1] também não é um meio vazio que simbolize unicamente uma possibilidade indefinida de relações de direito en-

tre os homens — como é que essa ou aquela de suas partes poderia evocar essa relação mais do que qualquer outra? Pensemos no direito de propriedade que certamente está na base de qualquer pensamento jurídico, sobre cujo modelo e a partir do qual é possível conceber como todas as outras obrigações foram definidas. Por isso a sociedade adota uma atitude, atitude essa duradoura, diante de tal parte do solo ou de tal objeto material. Enquanto o solo está imóvel e os objetos materiais — se não permanecerem sempre no mesmo lugar — guardam as mesmas propriedades e a mesma aparência, embora possamos acompanhá-lo e nos assegurar de sua identidade pelo tempo afora, os homens mudam de lugar, assim como se transformam suas disposições, suas faculdades, suas forças e seus poderes. Ora, um homem ou muitos homens só adquirem um direito de propriedade sobre uma terra ou sobre uma coisa a partir do momento em que a sociedade da qual são membros admite a existência de uma relação permanente entre eles e essa terra ou essa coisa, ou se esta relação for tão imutável quanto a coisa em si. Esta é uma convenção que violenta a realidade, pois as pessoas estão sempre mudando. Qualquer princípio que invoquemos para fundamentar o direito de propriedade não adquire nenhum valor se a memória coletiva não intervier para garantir sua aplicação. Como saberíamos, por exemplo, que fui o primeiro a ocupar essa parcela do solo ou que desbravei esse terreno, que esse ou aquele bem é produto do meu trabalho, se não nos reportássemos a um estado antigo de coisas e se não estivesse convencionado que a situação não mudou... quem poderia se opor ao fato no qual baseio meu direito às pretensões dos outros, se o grupo não conservasse a sua lembrança? A memória que garante a permanência desta situação se baseia na permanência do espaço ou, pelo menos, na permanência da atitude adotada pelo grupo diante dessa porção do espaço. Deve-se considerar aqui, como um conjunto de coisas, e os signos ou símbolos que a sociedade a ele associou, que, tão logo ela volta sua atenção para o mundo exterior, estão sempre presentes em seu pensamento. Não

[1] Antes deste estudo do espaço jurídico, o manuscrito esboça uma análise do espaço geométrico, que permaneceu muito informe para ser publicado.

que esses indícios sejam exteriores às coisas e com elas tenham apenas uma relação arbitrária e artificial. Quando a Carta Magna foi redigida, logo depois da conquista da Inglaterra, o solo não foi dividido no papel, mas foram registrados os poderes sobre as diferentes partes exercidos pelos barões entre os quais ele havia sido distribuído. O mesmo acontece sempre que fazemos um cadastramento ou registramos em uma lei a existência de algum direito de propriedade. A sociedade não estabelece apenas uma relação entre a imagem de um lugar e sua descrição por escrito. Ela só vê o lugar a partir do momento em que ele já estiver ligado a uma pessoa, seja porque esta o circundou de limites e fechaduras, seja porque normalmente ali reside, o explora ou o faça explorar por sua conta. Tudo isso é o que podemos chamar de espaço jurídico, espaço permanente, pelo menos em certos limites de tempo, permitindo que a memória coletiva a cada instante, assim que percebe o espaço, nele encontre a lembrança dos direitos.

Não é somente a relação entre o homem e a coisa, é o próprio homem que supomos ser imóvel e não mudar, quando pensamos nos direitos dos homens sobre as coisas. Em uma comunidade camponesa, no cartório de um tabelião, diante de um tribunal, os direitos que evocamos estão claramente relacionados a determinadas pessoas. À medida que se volta para o aspecto jurídico dos fatos, o pensamento só retém da pessoa a característica na qual ela intervém: é o titular de um direito reconhecido ou contestado, é o proprietário, o usufrutuário, o donatário, o herdeiro etc. Ora, enquanto uma pessoa muda de um momento para outro, mas reduzida a uma qualidade jurídica, ela não muda. Fala-se muito de vontade, da vontade das partes, por exemplo, no direito, mas entendemos nisso a intenção decorrente da qualidade jurídica da pessoa, considerada a mesma para todas as pessoas que têm a mesma característica e considerada a mesma durante todo o tempo em que a situação jurídica não muda. Essa tendência a fazer a abstração de todas as particularidades individuais, quando levamos em conta os sujeitos em função dos direitos, explica duas ficções muito próprias do espírito jurídico. Quando uma pessoa morre e deixa um herdeiro natural, dizemos que "o morto se agarra ao vivo" — ou seja, tudo acontece

como se não houvesse interrupção no exercício dos direitos, como se houvesse continuidade entre a pessoa do herdeiro e a do *de cujus*. Por outro lado, quando muitas pessoas se reúnem para adquirir e explorar seus bens, presume-se que a sociedade que elas formam tenha uma personalidade jurídica, que não mude, enquanto o contrato de associação subsistir, mesmo depois que todos os membros dessa comunidade dela saíram e foram substituídos por outros. Assim, as pessoas duram porque as coisas duram, e é assim que um processo iniciado por causa de um testamento poderá prosseguir por muitos anos e não ser julgado definitivamente senão depois de mais de uma geração. Enquanto permanecem os bens, a memória da comunidade jurídica não se engana.

O direito de propriedade não é exercido apenas sobre a terra ou objetos materiais e definidos. Em nossas sociedades aumentou imensamente a riqueza mobiliária — em haveres, depósitos e empréstimos nos bancos — e, longe de permanecer estática ou conservar a mesma forma, está sempre em circulação e escapa aos olhares. Tudo se reduz aos compromissos assumidos entre emprestadores ou credores e os que tomam empréstimos ou devedores — mas o objeto do contrato não ocupa um lugar invariável, pois é dinheiro ou são dívidas, quer dizer, símbolos, signos arbitrários. Por outro lado, existem muitas outras obrigações que absolutamente não dizem respeito às coisas e dão a uma parte tais direitos a serviços, escrituras, e também a abstenções da outra parte — onde as pessoas apenas se relacionam e onde não há mais bens, parece também que saímos do espaço. Nem por isso é menos verdade que qualquer contrato, mesmo não se referindo a coisas, deixa as duas partes em situação supostamente imutável enquanto o contrato estiver em vigor. Essa também é uma ficção introduzida pela sociedade que, a partir do momento em que estão fixadas as cláusulas do contrato, considera as partes ligadas. Entretanto, é impossível que a imobilidade das pessoas e a permanência de suas atitudes recíprocas não se expressem sob forma material e não se delineiem no espaço. Cada parte sempre deve saber onde encontrar a outra e as duas partes devem saber também onde está a linha que delimita os poderes que uma tem sobre a outra.

A forma extrema sob a qual se apresenta o poder de uma pessoa sobre a outra é o direito em virtude do qual outrora se possuía escravos. O escravo era apenas uma pessoa reduzida ao estado de coisa: não havia contrato entre senhor e escravo, o direito de propriedade era exercido tanto sobre este quanto sobre os demais bens. Contudo, os escravos eram pessoas, diferentes das coisas, e podiam ferir os direitos dos senhores — reclamando sua liberdade em cima de títulos falsos, fugindo ou se suicidando. Por isso o escravo tinha um estatuto jurídico que, é verdade, comportava apenas obrigações e nenhum direito. Ora, nas casas antigas os lugares reservados aos escravos eram separados de outros, em que eles só podiam entrar quando recebiam ordens para isso, e a separação dessas duas partes do espaço bastava para perpetuar, tanto no espírito de senhores como no de escravos, a imagem dos direitos ilimitados de uns sobre os outros. Longe dos olhos do senhor, o escravo podia esquecer sua condição servil. Entrasse ele numa das salas em que vivia o senhor, tomava de novo consciência de ser escravo — como se, passando o limiar, fosse transportado a uma parte do espaço em que se conservava a lembrança da relação de dependência em que estava diante de seu senhor.

Não conhecemos mais a escravatura, nem a servidão, nem as distinções de ordens ou de estados, nobres, plebeus etc. — ou seja, atualmente não aceitamos outras obrigações a não ser aquelas a que nos comprometemos. Contudo, pensemos no que sente um operário ou um empregado que é chamado ao gabinete do patrão, um devedor que entra na casa comercial ou no banco a que pediu um empréstimo e que não vem para pagar, mas para pedir um prazo maior ou para se endividar ainda mais. Eles também podem ter esquecido as prestações e serviços a que estão obrigados; quando se lembram, quando bruscamente se vêem numa situação de dependência, é porque a moradia ou o lugar habitual de residência do patrão ou do credor a seus olhos representa uma zona ativa, um centro de onde irradiam os direitos e poderes de quem tem a liberdade de dispor de sua pessoa dentro de certos limites — que, apenas à medida que penetram nesta zona ou se aproximam deste centro, as circunstâncias e o significado do contrato que assinaram parecem estar sendo

reconstituídos ou evocados em sua memória. Claro, estes são casos extremos. Acontece que ao mesmo tempo estamos diante de uma mesma pessoa em uma situação de superioridade ou inferioridade jurídica: por exemplo, certo Sr Domingos tem como devedor um fidalgote e, na humildade de homem do povo, não ousa reclamar seu direito. É essencial que em qualquer contrato seja especificado o local em que ele deve ser executado ou o local de residência das duas partes, aquele em que o credor sabe que poderá esperar seu devedor, aquele de onde o devedor sabe que lhe virá a ordem de execução. Ademais, essas zonas em que um se sente senhor e os outros dependentes podem se reduzir a uma espécie de ponto local, em que as duas partes elegeram domicílio ou estender-se aos limites de uma empresa, embora desde a entrada na fábrica ou na loja sentimos a pressão dos direitos que nos foram concedidos e às vezes até mais longe: na época das vias de fato, o devedor insolvente não tinha coragem de sair à rua...

Aqui chegamos ao caso em que não se trata mais apenas de um contrato entre dois particulares, mas de leis e do desrespeito às leis. Normalmente só pensamos nessas obrigações de ordem pública quando deixamos de cumpri-las ou somos tentados a isso. Há poucas partes do espaço ocupado pela sociedade que fez essas leis em que não nos sintamos constrangidos, como se temêssemos esbarrar com alguma repressão ou alguma reprovação. Em todo caso, mesmo quando seguimos as regras, nem por isso a pessoa jurídica deixa de estar por ali, estendida no solo. Para os antigos, a imagem da cidade não se separava da lembrança de suas leis. Ainda hoje, quando saímos de nosso país para ir ao estrangeiro, sentimos que passamos de uma zona jurídica para outra, e que a linha que as separa está materialmente marcada no solo.

A vida econômica nos relaciona com bens materiais, mas de maneira diferente do exercício do direito de propriedade e a formação de contratos a propósito dessas coisas. Saímos do mundo dos direitos para entrar no mundo do valor: um e outro são muito diferentes do mundo físico mas, talvez, quando avaliamos os objetos deles nos afastamos ainda mais do que quando, de acordo com outros ho-

mens, determinamos a extensão e os limites de nossos direitos sobre as diversas partes do mundo material.

Não falemos em valores, mas em preços, já que afinal é justamente o que nos é dado. Preços estão ligados às coisas como etiquetas — mas entre a aparência física de um objeto e seu preço não há nenhuma relação. Seria diferente se o preço que uma pessoa dá ou está prestes a dar para uma coisa correspondesse ao desejo e à necessidade que dela sente, ou se o preço que pede mediria sua dificuldade e seu sacrifício, quer renuncie a esse bem, quer trabalhe para substitui-lo. Nesta hipótese, não haveria motivo para se falar em memória econômica. Cada pessoa avaliaria os objetos segundo suas necessidades no momento e a impressão real da dificuldade que teve para produzi-los ou para se privar deles. Não é nada disso. Sabemos muito bem que as pessoas avaliam os objetos, como avaliam também a satisfação que eles nos trazem do esforço e do trabalho que eles representam, segundo seus preços, e esses preços são dados fora de nós, em nosso grupo econômico. Ora, se os homens decidem assim atribuir tais preços aos diversos objetos, certamente não será sem se referirem de algum modo à opinião que reina em seu grupo no que toca à utilidade desse objeto e à quantidade de trabalho que ele pede. Esta opinião, em seu estado atual, se explica principalmente pelo que foi antes e os preços atuais pelos precedentes. Portanto, a vida econômica se baseia na memória dos preços anteriores, pelo menos do "último preço," ao qual se referem compradores e vendedores, ou seja, todos os membros do grupo. Essas lembranças se sobrepuseram aos objetos atuais por uma série de decretos sociais — como, então, a aparência dos objetos e sua posição no espaço bastariam para evocar essas lembranças? Os preços são números, que representam medidas. Enquanto os números que correspondem às qualidades físicas da matéria em certo sentido estão contidos nela, pois podemos recuperá-los por observação e pela medida, aqui, no mundo econômico, os objetos só adquirem algum valor a partir do momento em que lhes é atribuído um preço. Esse preço não tem portanto nenhuma relação com a aparência e propriedades físicas do objeto. Como a imagem do objeto poderia evocar a lembrança de seu preço, ou seja, de uma importância em

dinheiro, se o objeto nos é representado exatamente como aparece no espaço físico: livre de qualquer ligação com a vida do grupo?

Todavia, precisamente porque os preços resultam de opiniões sociais em suspenso no pensamento do grupo e não das qualidades físicas dos objetos, não é o espaço ocupado pelos objetos, são os lugares em que se formam essas opiniões no valor das coisas e onde se transmitem as lembranças dos preços, que podem servir de suporte à memória econômica. Em outras palavras, no pensamento coletivo, certas partes do espaço se diferenciam de todas as outras porque normalmente são o lugar de reunião de grupos que têm por função lembrar e lembrar aos outros grupos quais são os preços das diferentes mercadorias. No contexto espacial constituído por esses lugares que em geral evocamos a lembrança das negociações e do valor dos objetos, ou seja: todo o conteúdo da memória do grupo econômico.

Simiand dizia que um pastor, nas montanhas, depois de ter dado ao viajante uma tigela de leite, não sabe que preço deve cobrar e pede "o que o senhor pagaria na cidade". Do mesmo modo, os camponeses que vendem ovos ou manteiga fixam o preço tomando por base o preço pago na última feira. Observamos imediatamente e em primeiro lugar que essas lembranças se referem a uma época muito recente, como acontece com quase todas as que têm sua origem em diligências e pensamentos econômicos. Se realmente afastamos tudo o que depende da técnica na produção e que não precisamos levar em conta atualmente, as condições das vendas e das compras, os preços, os salários estão sujeitos a permanentes flutuações e, aliás, não há nenhum campo em que as lembranças recentes apaguem mais depressa e mais inteiramente as mais antigas. É claro, o ritmo da vida econômica poderá ser mais ou menos rápido. Sob os regimes das corporações e da pequena indústria, quando os processos de fabricação mudavam muito lentamente, nas cidades em que o nome dos compradores e dos vendedores também estava sujeito a ligeiras variações, durante longos períodos os preços permaneciam quase no mesmo nível. Não acontece o mesmo quando a técnica se transforma junto com as necessidades e, em uma sociedade econômica ampliada até os limites da nação e além deles, sob um regime de concorrência, o sistema dos preços, bem

mais complexo do que outrora, está sujeito a flutuações de conjunto e parciais que se propagam de uma região a outra, de um setor a outro. É preciso que compradores e vendedores estejam sempre se readaptando à condições de um novo equilíbrio e que, a cada vez, esqueçam seus hábitos, pretensões e experiências antigas. Pensemos nesses períodos de inflação, de baixa precipitada da moeda, de alta ininterrupta dos preços, durante os quais de um dia para o outro e às vezes da manhã para a noite é preciso guardar no espírito uma nova escala de valores. Podemos observar semelhantes diferenças quando, num mesmo momento ou num mesmo período, passamos de um domínio da vida econômica a outro. No interior, quando vão ao mercado ou à cidade, em intervalos bastante longos, os camponeses podem achar que os preços não mudaram a partir do momento em que foram compradores ou vendedores — eles vivem com base em lembranças de preços antigos. Não é mais assim nos meios em que as relações entre comerciantes e clientes são mais freqüentes, especialmente nesses grupos de comerciantes de varejo e atacadistas que não compram somente para satisfazer suas necessidades de consumo e que não vendem somente para escoar seus produtos, mas compram e vendem por conta e como por delegação de todos os consumidores e de todos os produtores. É nesses círculos que a memória econômica deve se renovar constantemente e fixar, a cada momento, o estado das relações e os preços mais recentes. Com razão maior ainda, o mesmo acontece nas bolsas em que são negociados títulos, cujos preços mudam não somente de um dia para outro, mas durante uma mesma sessão e de uma hora para outra, porque todas as forças que modificam a opinião de vendedores e compradores imediatamente fazem sentir sua pressão e não há outro meio de conjeturar ou prever o que serão os preços, a não ser guiar-se pelo que foram no último instante. À medida que nos afastamos desses círculos em que as atividades das trocas está mais intensa, a memória econômica se torna mais lenta, se baseia num passado mais antigo e retarda no presente. São os comerciantes que lhe dão novo alento e o forçam a se renovar.

São os comerciantes que ensinam a seus clientes e lhes recordam o preço de cada artigo. Compradores que são apenas compradores só participam da vida e memória do grupo econômico

quando penetram nos círculos comerciais ou quando lembram que neles entraram — de que outra maneira poderiam conhecer o valor das mercadorias e como, permanecendo encerrados em suas famílias e isolados das correntes do comércio, conseguiriam a avaliar em dinheiro aquelas de que dispõem? Examinemos agora esses grupos de comerciantes que, como já dissemos, constituem a parte mais atuante da sociedade econômica, pois é entre eles que os valores são elaborados e conservados. Quer estejam reunidos nos mercados, atrás dos balcões ou nas ruas comerciais das cidades, à primeira vista parecerá que estão mais separados do que ligados uns aos outros por uma espécie de consciência comum. Voltados para os clientes, é com eles que se relacionam e não se relacionam com os comerciantes vizinhos, que são concorrentes e a quem fingem ignorar, ou que não vendem os mesmos artigos — embora enquanto vendedores se desinteressem por eles. Contudo, mesmo não havendo nenhuma comunicação direta entre um e outro, nem por isso deixam de ser agentes de uma mesma função coletiva. Neles circula um mesmo espírito, têm aptidões da mesma ordem, obedecem à semelhante moral profissional. Embora sejam concorrentes, sentem-se solidários quando se trata de impor e manter os preços aos compradores. Todos estão em contato com outros ambientes, os dos atacadistas e, através destes, com as bolsas de comércio e, por outro lado, com banqueiros e negociantes, à parte da sociedade econômica em que se concentram todas as informações, que imediatamente é rebatido por todas as operações do comércio e contribui com maior eficácia na formação dos preços. É o órgão regulador, pelo qual todos os comerciantes estão ligados uns aos outros, pois as vendas de cada um contribuem, por sua vez, para modificar suas reações, e todos obedecem ao mesmo tempo a seus impulsos.

Em todo esse gênero de atividade, os consumidores não são iniciados. O balcão do comerciante é como uma cortina que impede seus olhares de penetrarem nessas regiões em que os preços são elaborados. Esta é mais do que uma imagem, veremos que se o grupo de comerciantes se imobiliza assim no espaço e se fixa em certos lugares em que o negociante atende o cliente, é porque somente nessa condição ele pode preencher sua função na sociedade econô-

mica. Coloquemo-nos no ponto de vista dos clientes. Dissemos que eles não podem aprender a avaliar os bens de consumo a não ser que os comerciantes lhes dêem o preço. Assim, os clientes têm de se aproximar dos círculos comerciais. Esta é aliás uma condição necessária para a troca, o cliente terá de saber em que endereço poderá encontrar o comerciante (pelo menos, do modo mais geral, e sem esquecermos que há vendedores em domicílio, embora esta seja apenas uma exceção que, como veremos, confirma a regra). Portanto, os comerciantes esperam os clientes em suas lojas.

Ao mesmo tempo, nessas mesmas lojas, as mercadorias esperam os compradores. Estas não são duas expressões diferentes de um mesmo fato, mas antes dois fatos distintos, que devem ser vistos ao mesmo tempo, porque um e outro e sua relação entram ao mesmo tempo na representação econômica do espaço. É porque a mercadoria espera, quer dizer, permanece no mesmo endereço, que o comerciante é obrigado a esperar, ou seja: ater-se a um preço fixado pelo menos durante todo o tempo que passa até a venda. É com esta condição que o cliente é incentivado a comprar e tem a impressão de pagar o objeto a seu preço, como se este resultasse da própria natureza da coisa, não depois de todo um complicado jogo de avaliações que mudam permanentemente. Claro, é uma ilusão, pois o preço está preso à coisa como uma etiqueta a um produto e está sempre mudando, mas o objeto não muda. Enquanto negociamos, como se percebêssemos todos os artifícios que entram na determinação do preço, na verdade continuamos convencidos de que existe um preço verdadeiro, que corresponde ao valor da coisa, que o comerciante esconde de nós e que procuramos fazê-lo confessar, ou que é o que ele diz, mas tentamos fazê-lo esquecer. A idéia de que o preço vem de fora, de que ele não está no objeto, é a de que o comerciante se esforça por se desfazer, persuadindo o comprador de que o objeto é vendido ao preço verdadeiro. O comerciante não consegue fixar pouco a pouco o preço e integrá-lo ao objeto, senão oferecendo o objeto pelo mesmo preço durante um tempo mais ou menos longo.

Alguém que tenha comprado um móvel, uma roupa ou qualquer artigo de consumo habitual e o leve para casa, talvez imagine que ele manterá seu valor, medido pelo preço pago ao comerciante,

durante todo o tempo em que o utilizamos e até estar fora de uso ou ter desaparecido. Este é um erro muito comum, porque se revendêssemos em seguida ou depois de algum tempo o mesmo objeto, notaríamos que ele mudou de preço. O comprador vive em cima de velhas lembranças. As lembranças do comerciante são mais recentes, em relação ao preço — porque, vendendo a muita gente, ele passa suas mercadorias adiante e terá de renová-las mais depressa do que um cliente renova sua compra no mesmo comerciante. No entanto, em relação ao atacadista, o comerciante está na mesma situação que o cliente em relação a ele. Por isso os preços de varejo mudam mais lentamente do que os preços do atacado, com certo atraso. O papel dos varejistas é o seguinte: eles devem estabilizar os preços o tempo necessário para que os clientes possam comprar. Esta é apenas uma aplicação particular de uma função que qualquer sociedade deve preencher: enquanto tudo está sempre mudando, persuadir seus membros de que ela não muda, pelo menos durante certo tempo e em relação a certos aspectos. Da mesma forma, a sociedade dos comerciantes deve persuadir seus clientes de que os preços não mudam, pelo menos durante o tempo necessário para se decidirem. Ela só consegue isso quando se estabiliza e se fixa em determinados lugares em que comerciantes e mercadorias se imobilizam à espera dos compradores. Em outras palavras, os preços não se fixariam na memória de compradores e vendedores, se uns e outros não pensassem ao mesmo tempo — não somente nos objetos — mas nos lugares em que estes estão expostos e são oferecidos. Como o grupo econômico não pode estender sua memória por um período longo demais e projetar suas lembranças de preços num passado bastante longínquo, sem que ele mesmo dure, sem que permaneça como é, nos mesmos lugares, nos mesmos locais, é natural que o grupo e seus membros, se substituindo realmente ou através do pensamento nesses lugares, reconstituam o mundo dos valores cujo contexto continuam sendo.

Não há nada surpreendente em que as lembranças de um grupo religioso lhes sejam trazidas pela visão de determinados lugares, determinadas localizações ou certas disposições dos objetos. Para essas

sociedades, a separação essencial entre o mundo sagrado e o mundo profano se realiza materialmente no espaço. Quando entra numa igreja, num cemitério, num lugar santificado, o fiel sabe que ali voltará a encontrar um estado de espírito que já experimentou e, com outros crentes, reconstituirá, ao mesmo tempo que uma comunidade visível, um pensamento e lembranças comuns — as mesmas que se formaram e foram sustentadas em épocas anteriores, nesse mesmo lugar. Já no mundo profano, durante ocupações não relacionadas com a religião, em contato com ambientes de objetivos completamente diferentes, muitos fiéis se comportam como devotos, que não esquecem de transmitir a Deus o que podem de seus pensamentos e seus hábitos. Nas cidades antigas, a religião transbordava por todos os cantos e, em outras sociedades muito antigas, na China por exemplo, não existe religião em que escapemos à influência dessas ou daquelas forças sobrenaturais. À medida que as principais atividades da vida social se libertam do domínio da religião, o número e a extensão dos espaços dedicados à religião ou habitualmente ocupados por comunidades religiosas, se reduziram e fecharam. Certamente, "para os santos, tudo é santo", e não há lugar que na aparência seja tão profano em que o cristão não possa evocar Deus. Nem por isso os fiéis deixam de sentir a necessidade de se reunir periodicamente e se comprimir uns contra os outros nos edifícios e locais consagrados à devoção. Não basta franquear o limiar de uma igreja para nos recordarmos em detalhe e de modo preciso das nossas relações com o grupo dos que têm as nossas mesmas crenças. De qualquer maneira, nos encontramos na disposição de espírito comum aos fiéis quando estão em lugar de culto e, embora não se trate de eventos propriamente ditos, mas de certa inclinação e orientação uniforme da sensibilidade e do pensamento, esse é exatamente o fundamento e o conteúdo mais importante da memória coletiva religiosa. Não há duvida de que ela se mantenha nas religiões consagradas, porque a partir do momento em que entramos na igreja, voltamos a encontrá-la.

Podemos até julgar que a memória de nosso grupo é tão contínua quanto os locais em que nos parece que ela se conserva e que, pelos tempos afora e sem interrupção, uma mesma corrente

de pensamento religioso passou sob todas essas abóbadas. Há momentos em que a igreja está quase vazia, momentos em que está completamente vazia, períodos em que suas portas são fechadas, em que ali só estão paredes e objetos inertes. Nesses períodos, o grupo se dispersou. No entanto, continua existindo e permanece o que era; quando passar por transformações, nada o fará supor que mudou ou deixou de existir por algum tempo, a não ser que nesse meio tempo os fiéis tenham passado na frente da igreja, a tenham visto de longe, tenham escutado seus sinos, que a imagem de sua reunião nesse lugar e das cerimônias a que assistiram entre essas paredes lhes tenham permanecido presentes ou que eles tenham sempre conseguido evocá-las num instante. Por outro lado, como estariam seguros de que seus sentimentos não mudaram, de que são hoje o que foram outrora, e que neles não se pode distinguir o que faz parte do passado ou do presente, se a permanência dos lugares não lhes trouxesse essa garantia? Mais do que qualquer outro, um grupo religioso precisa se apoiar num objeto, em qualquer parte da realidade que perdure, porque em si ele não pretende mudar, enquanto à sua volta todas as instituições e os costumes se transformam e as idéias e as experiências se renovam. Enquanto os outros grupos se atêm a persuadir seus membros de que suas regras e arranjos permanecem iguais por todo um período, mas um período limitado, a sociedade religiosa não pode admitir que não seja hoje como era no início, ou que deverá mudar no futuro. Como qualquer elemento de estabilidade que faz falta no mundo dos pensamentos e dos sentimentos, é na matéria e em uma ou muitas partes do espaço que ela precisa garantir seu equilíbrio.

A igreja não é somente o lugar em que se reúnem os fiéis e o recinto em cujo interior as influências dos meios profanos não penetram. Em primeiro lugar, ela se distingue de todos os outros lugares de reuniões, de todas as outras sedes da vida coletiva. A distribuição e arrumação de suas partes respondem às necessidades do culto e se inspiram em tradições e pensamentos do grupo religioso. Seja porque lugares diferentes estejam assim preparados para as diversas categorias de fiéis, seja porque os sacramentos essenciais e as formas principais de devoção ali encontram o local que lhes

convêm, a própria igreja impõe aos membros do grupo uma distribuição e atitudes, e grava em seu espírito um conjunto de imagens tão definidas e imutáveis quanto os ritos, as preces, os artigos do dogma. É certamente uma necessidade do exercício da religião que, no santuário, certas áreas se destaquem das outras porque o pensamento do grupo precisa concentrar sua atenção em certos pontos, ali projetar de alguma forma uma parte maior de sua substância e, enquanto para os padres, mais bem informados sobre as tradições, todos os detalhes desse arranjo têm o seu sentido, correspondem a uma direção do pensamento religioso, no espírito da massa de fiéis predomina uma impressão de mistério, diante dessas imagens materiais. Da mesma forma, nos templos da antiguidade, no templo de Jerusalém, nem todos os fiéis eram admitidos nas partes mais sagradas, no santuário e no santo dos santos. Uma igreja é como um livro cujos caracteres poucos sabem soletrar e decifrar. De qualquer modo, como praticamos o culto e recebemos o ensinamento religioso dentro desses prédios, todos os pensamentos do grupo tomam a forma dos objetos sobre os quais pousam. Como encontram por toda parte as imagens de Deus, dos apóstolos, dos santos e num ambiente de luzes, ornamentos e vestes eclesiásticas, eles imaginam assim e nesse contexto os seres sagrados e o paraíso, e transpõem para esse tipo de paisagem as verdades transcendentais do dogma. A religião se expressa sob formas simbólicas que se desdobram e se aproximam no espaço: é somente assim que temos a certeza de que ela subsiste. Por isso é preciso derrubar os altares dos deuses antigos e destruir seu templo, se quisermos apagar da memória dos homens cultos prescritos; os fiéis dispersos lamentam estar distantes de seus santuários, como se o seu deus os houvesse abandonado e, a cada vez que se ergue uma nova igreja, o grupo religioso sente que aumenta e se consolida.

Qualquer religião tem também sua história, ou melhor, há uma memória religiosa feita de tradições que remontam a eventos muito distantes no passado, que aconteceram em determinados lugares. Ora, seria muito difícil evocar o acontecimento se não pensássemos no lugar, que em geral não conhecemos porque vimos, mas porque sabemos que existe, que poderíamos vê-lo e que, de

qualquer maneira, testemunhas garantem sua existência. Por isso existe uma geografia ou topografia religiosa. Quando chegaram a Jerusalém e retomaram a posse dos lugares santos, os cruzados não se contentaram em procurar os locais em que a tradição situava os principais acontecimentos narrados nos evangelhos. Muitas vezes localizaram mais ou menos arbitrariamente alguns detalhes da vida do Cristo ou da primitiva igreja cristã, guiando-se por vestígios incertos e até, na ausência de quaisquer vestígios, obedecendo à inspiração do momento. Depois, muitos peregrinos vieram rezar nesses lugares, novas tradições se formaram e hoje temos enorme dificuldade para distinguir as lembranças de lugares que existem desde os primeiros séculos da era cristã e tudo o que a imaginação religiosa a elas acrescentou. Ora, nenhuma dessas localizações é de fé, pois nenhuma foi comprovada por uma tradição bastante contínua e suficientemente antiga. Sabemos que surgiram, ao mesmo tempo, num mesmo lugar, muitas tradições diferentes, sabemos que mais de uma dessas lembranças perambulou consideravelmente pelas encostas do monte das Oliveiras ou da colina de Sion, se deslocou de um quadrante a outro, que alguns dentre eles atraíram os outros ou, ao contrário, se dividiram, o arrependimento de São Pedro se destacando, por exemplo, da renegação, e se fixando em outro ponto. Se, no entanto, a igreja e os fiéis se acomodam a essas variações e contradições, não será porque a memória religiosa precisa imaginar os lugares para evocar os acontecimentos que a eles associa? Nem todos os fiéis podem ir em peregrinação a Jerusalém, para contemplar com seus próprios olhos os lugares santos. Basta que os imaginem e saibam que eles continuam ali, jamais duvidaram disso.

No final das contas, qualquer que tenha sido o papel do culto dos lugares santos na história do cristianismo, e também de outras religiões, há isso de particular no espaço religioso — porque Deus é onipresente, não há região que não possa participar do mesmo caráter sagrado de locais privilegiados em que ele se manifestou, e basta que os fiéis queiram coletivamente ali comemorar tal aspecto de sua pessoa ou aquele de suas ações, para que essas lembranças se apeguem a esse lugar e possamos reencontrá-las. Como já vimos, qualquer igreja pode se prestar a esse ofício: podemos dizer que

Jesus Cristo foi crucificado não somente sobre o Gólgota, mas em todos os lugares em que a cruz é adorada, e não foi somente no Cenáculo que ele comungou com seus discípulos, mas por toda parte onde é celebrado o sacrifício da missa e onde os fiéis se aproximam da Santa Mesa. A isso devemos acrescentar as capelas consagradas à Virgem, aos apóstolos, aos santos e tantos outros lugares que atraem os fiéis, porque neles se guarda alguma relíquia, uma fonte que cura, um túmulo ao redor do qual houve milagres etc. É claro, em Jerusalém, na Palestina e na Galiléia os lugares de comemoração são mais numerosos, porque toda a história evangélica foi escrita no solo; eles são, aliás, duplamente sagrados, não somente pela vontade e pela fé dos que ali se reúnem ou ali se sucedem, mas porque foi lá (pelo menos é o que se acredita) que na época do Cristo foi visto o que os livros sagrados contam. No final, o que importa é o significado invisível e eterno desses fatos, não há lugar onde não se possa evocá-lo — basta adotarmos a mesma atitude, ou melhor, basta que se reproduza materialmente a cruz e os santuários que se apresentam no teatro histórico dos evangelhos. Assim se constituiu a devoção do caminho da cruz — como se, ao reconstituir muito longe de Jerusalém a via dolorosa e suas estações, nós e também os peregrinos, nos puséssemos à altura de reviver interiormente as sucessivas cenas da Paixão. De qualquer maneira, buscamos o mesmo objetivo. A sociedade religiosa quer se convencer de que não mudou, embora tudo se transformasse a seu redor. Ela só consegue isso encontrando os lugares, ou reconstituindo a sua volta uma imagem ao menos simbólica dos lugares em que se constituiu — porque os lugares participam da estabilidade das coisas materiais e é fixando-se neles, encerrando-se em seus limites e sujeitando nossa atitude à sua disposição que o pensamento coletivo do grupo dos crentes tem maior oportunidade de se imobilizar e durar. Esta é realmente a condição da memória.

* * *

Resumindo tudo o que precede, diremos que a maioria dos grupos, não apenas aqueles que resultam da justaposição permanente de seus membros, nos limites de uma cidade, uma casa ou um apartamento,

mas também muitos outros, esboçam de algum modo sua forma sobre o solo e encontram suas lembranças coletivas no contexto espacial assim definido. Em outras palavras, há tantas maneiras de representar o espaço quanto grupos. Podemos fixar nossa atenção nos limites das propriedades, nos direitos ligados às diversas partes do solo, distinguir os lugares ocupados pelos senhores e pelos escravos, pelos suzeranos e pelos vassalos, pelos nobres e pelos plebeus, pelos credores e seus devedores, bem como zonas ativas e passivas, de onde irradiam ou em cima das quais são exercidos os direitos relacionados ou subtraídos à pessoa. Podemos também pensar nos locais ocupados pelos bens econômicos, que só adquirem valor na medida que são oferecidos e postos à venda nos mercados e nas lojas, ou seja: no limite que separa o grupo econômico dos vendedores e seus clientes — aqui também há uma parte do espaço que se diferencia das outras: é aquela em que normalmente reside e sobre a qual deixou sua marca a parte mais atuante da sociedade, que se interessa pelos bens. Podemos, enfim, ter sensibilidade principalmente na separação que passa para o primeiro plano da consciência religiosa, entre lugares sagrados e lugares profanos, porque há partes do solo e das regiões do espaço que o grupo dos fiéis escolheu, que são "proibidos" a todos os outros, onde encontram ao mesmo tempo um abrigo e uma base em que apoiar suas tradições. Assim, cada sociedade recorta o espaço à sua maneira, mas de uma vez por todas ou sempre segundo as mesmas linhas, de maneira a constituir um contexto fixo em que ela encerra e encontra suas lembranças...

Agora devemos nos recolher, fechar os olhos, retroceder no tempo o mais longe possível, até onde nosso pensamento consiga se fixar em cenas ou pessoas cuja lembrança conservamos. Jamais saímos do espaço. Além disso, não voltamos a nos encontrar num espaço indeterminado, mas em regiões que conhecemos ou que sabemos muito bem que poderíamos localizar, pois sempre fizeram parte do ambiente material em que hoje estamos. Não adianta me esforçar para apagar este círculo do meio local, para me ater às sensações que tive ou às reflexões que outrora fiz. Sensações, reflexões e quaisquer fatos, devem ser postos num local onde já residi ou pelo qual passei nesse momento e continua existindo. Procure-

mos ir mais longe. Quando tocamos na época em que já não conseguimos imaginar os lugares, nem mesmo confusamente, chegamos também a regiões do passado que nossa memória não atinge. Portanto, não é exato dizer que, para lembrar, é preciso que nos transportemos em pensamento fora do espaço, pois ao contrário é justamente a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afora e encontrar o passado no presente — mas é exatamente assim que podemos definir a memória e somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes.

Anexo

A Memória Coletiva entre os músicos

Memória coletiva entre os músicos

Publicado na *Revue philosophique*,
março-abril de 1939

A lembrança de uma palavra se distingue da lembrança de um som qualquer, natural ou musical — à primeira sempre corresponde um modelo ou um esquema exterior, fixado seja nos hábitos fonéticos do grupo (ou seja, com base orgânica) ou sob forma impressa (ou seja, em superfície material), enquanto a maioria dos homens, quando escuta sons que não são palavras não pode compará-los a modelos que seriam puramente auditivos, porque estes lhes faltam.

É claro, quando, em meu gabinete de trabalho, levanto a cabeça para escutar por um momento os ruídos de fora e de dentro, posso dizer: esse é o barulho de uma pá de carvão no corredor ao lado da casa, esse é o trote de um cavalo na rua, o choro de uma criança etc. No entanto, como vemos, não é em torno de uma representação auditiva típica que normalmente se agrupam os sons ou os ruídos de uma mesma categoria: quando quero identificar esses ruídos, penso nos objetos ou nos seres que, em meu entendimento, produzem sons análogos, me transportam a noções que não são essencialmente de ordem sonora. É o som que faz pensar no objeto, porque reconhecemos o objeto pelo som, mas o objeto em si (ou seja, o modelo a que nos reportamos), sozinho raramente evocaria o som. Quando escutamos um tinido de correntes ou um ruído de freios puxados, de cavalos em galope, um estalar de chicote, pensamos em prisioneiros, em uma corrida de carros. Quando vemos esses espetá-

culos numa tela de cinema, sem que uma orquestra invisível os acompanhe imitando seus sons, não evocaríamos esses sons, e as figuras que se movimentam no silêncio nos trarão muito menor ilusão.

Não é diferente com relação à voz humana, quando nossa atenção não está mais voltada às palavras, mas ao timbre, à entonação e ao sotaque. Imaginemos que no escuro ou ao telefone escutamos a voz de pessoas a quem conhecemos e de outras que não conhecemos, uma de cada vez. Ouvimos uma pessoa sem enxergá-la, só podemos pensar em sua voz. O que essa voz nos faz pensar? Raramente nos reportaremos a modelos auditivos, como se o que nos interessasse principalmente fosse distinguir essas vozes segundo sua natureza e a ação que elas podem exercer sobre as orelhas de um público — ponto de vista que talvez passe ao primeiro plano nos concursos do Conservatório, ponto de vista de diretor de teatro. Quando escutamos vozes conhecidas, pensaremos antes nas pessoas que reconhecemos atrás delas e, quando escutamos vozes desconhecidas, na personalidade e nos sentimentos que elas nos revelam ou parecem expressar. Assim, nos reportamos a uma série de idéias que nos são familiares, idéias e reflexões acompanhadas de imagens: aos rostos de nossos pais, de nossos amigos, e também a pessoas que para nós representam a meiguice, a ternura, a secura, a maldade, o amargor, a dissimulação. Com essas noções estáveis, tão estáveis quanto as noções dos objetos, cotejaremos as vozes que ouvimos, para identificá-las ou para nos prepararmos para identificá-las. Daí às vezes nosso estranhamento, quando encontramos uma pessoa que nos é estranha e fala com a mesma voz de nossos pais ou de um de nossos amigos — surpresa e até a sensação se algo de cômico, como se nosso pai ou nossa mãe estivesse usando uma máscara ou como se a pessoa estranha se houvesse enganado, tomando uma voz que não era a sua. Da mesma forma, quando a intensidade da emissão vocal estiver em desacordo com a aparência física — quando ela é forte numa pessoa frágil etc.

Chegamos aos sons musicais. Se, para fixá-los em nossa memória e nos lembrarmos do maior número de notas ou conjuntos de sons musicais que chegam a nossos ouvidos estivéssemos reduzidos a escutá-los, muito depressa eles nos escapariam. Berlioz con-

tou em suas memórias que uma noite compôs mentalmente uma sinfonia que lhe parecia admirável. Ia anotá-la no papel, quando pensou que, para executá-la, perderia muito tempo e dinheiro em providências a tomar, e resolveu não anotar nada. No dia seguinte de manhã, não lhe restava nenhuma lembrança daquilo que havia imaginado e do que havia escutado interiormente, poucas horas antes, e com tal clareza. Com razão maior ainda, isso acontece aos que não aprenderam a decifrar ou executar. Ao saírem de um concerto em que ouviram uma obra pela primeira vez, em sua memória não resta quase nada. Os motivos melódicos se separam e suas notas se espalham, como as pérolas de um colar cujo fio se rompeu. É claro, mesmo desconhecendo a transcrição musical, conseguimos reconhecer e recordar qualquer seqüência de notas, árias, motivos, melodias, e até acordes e partes de uma sinfonia. Nesse caso, talvez se trate de algo que escutamos muitas vezes e aprendemos a reproduzir vocalmente. Os sons musicais não se fixaram na memória sob a forma de lembranças auditivas, mas aprendemos a reproduzir uma seqüência de movimentos vocais. Quando assim recordamos uma ária, nos remetemos a um desses esquemas ativos e motores de que Bergson fala e que, embora estejam fixados em nosso cérebro, permanecem fora de nossa consciência. Talvez seqüências de sons que seríamos incapazes de reproduzir, mas que reconhecemos quando outros as executam — e somente nesse momento.

Suponhamos então que a mesma ária que antes escutamos ao piano seja agora executada no violino. Onde está o modelo a que nos reportamos, quando a reconhecemos? Ele deve estar ao mesmo tempo em nosso cérebro e no espaço sonoro. Em nosso cérebro, sob a forma de disposição adquirida anteriormente para reproduzir o que escutamos, mas disposição insuficiente e incompleta, porque não saberíamos reproduzi-lo. No entanto, os sons escutados no presente vêm desses movimentos de reprodução esboçados, embora o que reconhecemos seja o que, nesses sons, se ajusta aos movimentos — não o timbre, mas basicamente a diferença de altura dos sons, os intervalos, o ritmo ou, em outras palavras, o que da música pode ser transcrito e representado por símbolos visuais. É claro, escutamos outra coisa. Ouvimos os sons em si, os sons do violino, muito dife-

rentes dos sons do piano, a ária executada no violino, tão diferente da ária executada no piano. Não obstante, quando reconhecemos essa ária, é porque, sem ler as notas, sem ver como estão escritas na partitura, à nossa maneira imaginamos esses símbolos que ditam os movimentos dos músicos e que são os mesmos, seja no piano ou no violino. Assim, não haveria reconhecimento e a memória nada reteria, se não houvesse movimentos no cérebro e notas na pauta dos músicos.

No que precede distinguimos duas maneiras de recordar um motivo musical em pessoas que não sabem ler música nem tocar algum instrumento. Umas recordam porque conseguem reproduzi-la cantando. Outras lembram porque já ouviram e reconhecem alguns trechos. Examinemos agora outras duas maneiras de recordar igualmente um motivo musical, desta vez músicos ou pessoas que sabem ler música. Os primeiros lembram porque sabem executar e os outros, tendo lido antes ou lendo agora a partitura, a reconhecerão ao escutá-la em execução. Entre essas duas categorias de músicos, uns que executam e outros que escutam e ao mesmo tempo representam os símbolos musicais e sua seqüência, existe a mesma relação que há entre os que cantam uma ária e os que a reconhecem na audição, ainda que nem uns nem outros saibam ler música. A memória musical nos grupos de músicos é naturalmente mais extensa e bem mais segura do que nos outros. Estudemos um pouco mais de perto qual é aparentemente o mecanismo para quem examina de fora esses grupos.

Numa sala de concertos está um conjunto de instrumentistas que formam uma orquestra. Quando toca a sua parte, cada um deles tem os olhos fixados numa folha de papel em que estão reproduzidos sinais. Esses sinais representam as notas, sua altura, sua duração, os intervalos que as separam. É como se fossem outros tantos sinais, colocados nesse ou naquele ponto para avisar o músico e indicar-lhe o que terá de fazer. Os sinais não são imagens de sons — que, neste caso, reproduziriam os próprios sons. Entre esses traços e pontos que atingem a vista e os sons que atingem o ouvido não existe nenhuma relação natural. Esses traços e esses pontos não reproduzem os sons, pois não há entre eles nenhuma semelhança, mas traduzem numa linguagem convencional toda uma série de co-

mandos a que o músico deve obedecer, se quiser reproduzir as notas e sua seqüência com as nuanças e seguindo o devido ritmo.

Mas o que vê o músico ao olhar essas páginas? Aqui, como em qualquer leitura, conforme o leitor esteja mais ou menos exercitado, o número de sinais que afetam sua retina diminui ou aumenta. Distingamos os próprios sinais e as combinações em que eles entram. O número desses sinais é limitado e cada um deles é relativamente simples. Podemos admitir que de tanto ler e executar as ordens que lhe transmitem os sinais, o músico assimilou plenamente seu sentido — ou seja, por assim dizer, de algum modo eles estão inscritos em seu cérebro, o músico não precisa vê-los para se lembrar deles. Ao contrário, é ilimitado o número das combinações que podemos formar entre esses sinais e algumas são muito complicadas, e assim é inconcebível que todas essas combinações se conservem exatamente como são no córtex cerebral, sob a forma de mecanismos que prepariam os movimentos necessários para reproduzi-los.

Isso também é desnecessário. Na verdade, essas combinações de sinais estão inscritas fora do cérebro, em folhas de papel, quer dizer, materialmente estão fora. Sim, é claro (a não ser em casos totalmente excepcionais), o cérebro de um músico não contém, não conserva a notação sob uma forma qualquer, mas satisfatória para que ele possa reproduzir todos os trechos de música que ele já tocou e que terá de tocar de novo. No momento em que executa um trecho já ensaiado, o músico em geral não o conhece totalmente de cor, pois de vez em quando precisa olhar a pauta musical. Observemos que, se não houvesse assimilado antes os sinais simples e elementares, e mesmo as combinações mais freqüentes que compreendem esses sinais, ao executar lendo a partitura, o músico estaria na mesma posição de alguém que lê em voz alta e deve parar a cada instante porque há letras que essa pessoa não reconhece — ele não poderia tocar numa orquestra ou em público se não souber a partitura de cor; não precisaria mais da pauta musical, mas teria muito mais trabalho antes de cada execução, o que limitaria o número de trechos que estaria apto a executar. Como os sinais e as combinações musicais simples subsistem no cérebro, é inútil que assim se conservem também as combinações complexas, basta que

estejam em folhas de papel. Aqui a partitura faz exatamente o papel de substituto material do cérebro.

Observemos a atitude e o movimento dos músicos em uma orquestra. Cada um deles é apenas uma parte de um conjunto que abrange outros músicos e o maestro. Eles tocam em harmonia e no ritmo; muitas vezes cada um conhece não apenas sua parte, mas também a dos outros, e o lugar da sua entre as outras. Esse conjunto compreende também as partituras escritas. Ora, como em qualquer organismo, aqui o trabalho é dividido, as funções são executadas por órgãos diferentes; pode-se dizer que, se os centros motores que condicionam os movimentos dos músicos estão em seu cérebro ou em seu corpo, em parte seus centros visuais estão fora, pois seus movimentos estão ligados aos sinais que lêem em suas partituras.

Devemos reconhecer que essa descrição só corresponde aproximadamente à realidade. Alguns dos músicos poderiam executar de cor toda a sua parte. Outros, mesmo acompanhando as notas na pauta com os olhos, sabem de cor fragmentos inteiros da parte que tocam. Conforme suas aptidões pessoais, conforme tenha praticado e ensaiado com maior ou menor freqüência, o músico poderá dispensar mais ou menos o apoio exterior que os sinais escritos ou impressos oferecem à sua memória. Seja qual for seu virtuosismo, ele não conseguirá reter todas as obras que já tocou, para estar à altura de reproduzir à vontade e a qualquer momento qualquer uma delas. Em todo caso, isole o músico, prive-o de todos esses meios de tradução e memorização dos sons que a escrita musical representa: para ele será muito difícil, quase impossível, fixar na memória número tão grande de lembranças.

Os sinais musicais e as modificações que lhes correspondem diferem dos sons e dos vestígios que os sons deixam em nosso cérebro, pois são artificiais. Resultam de convenções e só têm sentido em relação ao grupo que os inventou ou adotou. Um fisiologista que tudo ignorasse da música, que não soubesse que existem concertos, orquestras e músicos, se pudesse penetrar no cérebro deles e perceber os movimentos que aí ocorrem e associá-los a causas exteriores, saberia muito bem que alguns dentre eles resultam de fenômenos físicos naturais a que chamamos *sons*. No entanto, observando

o cérebro de um músico no momento em que executa uma peça lendo uma partitura, ao lado dos vestígios cerebrais dos sons, o fisiologista distinguiria outros, que ligaria a caracteres figurativos, a sinais impressos, sobre os quais tudo o que ele poderia dizer é que não são encontrados na natureza.

Ele se sentiria talvez tão espantado quanto Robinson ao explorar sua ilha, ao perceber a marca de passos, não longe do mar, na areia. Imaginemos que esses traços tenham sido deixados por homens que vieram no dia anterior, e foram embora sem que ele os tenha visto. Há ainda muitos outros vestígios: rastros de animais, penas de pássaros, conchas no riacho. Os traços de passos humanos diferem de todos os outros porque estes apareceram na ilha exclusivamente pelo jogo das forças naturais. Pode-se dizer que sozinha a ilha os produziu, mas uma ilha deserta sozinha não produz rastros de passos. Ao se inclinar sobre os rastros, Robinson na verdade enxerga alguma coisa que não é mais a sua ilha. Marcados na areia, esses passos o transportam para outro lugar. Através desses passos, ele retoma contato com o mundo dos homens, pois eles só têm sentido quando recolocados no conjunto dos rastros que deixam as idas e vindas dos membros do grupo, em diferentes partes do chão. O mesmo acontece com essas marcas deixadas por sinais na massa cerebral. Elas revelam a ação que sobre um cérebro humano exerce o que um fisiologista poderia chamar de "um sistema" ou uma colônia de outros cérebros humanos.

Esse gênero de ação oferece de particular o fato de se exercer por meio de sinais, ou seja, pressupõe a existência de um acordo prévio e um acordo contínuo entre os homens a respeito do significado desses sinais. Essas modificações, embora se produzam em diversos cérebros, nem por isso deixam de constituir um todo, já que umas correspondem exatamente a outras. Além do mais, o símbolo e ao mesmo tempo o instrumento dessa unidade, da unidade desse todo, existem materialmente: são os sinais musicais e as folhas impressas das partituras. Tudo o que se produz no cérebro em função desse acordo ou dessa unidade não pode ser levado em conta isoladamente.

Para alguém que ignorasse a existência do grupo de que o músico faz parte, a ação exercida sobre seu cérebro pelos sinais só

poderia ser insignificante, porque só o apreciaria segundo as propriedades puramente sensíveis do sinal em si. Ora, essas propriedades não distinguem o sinal de muitos outros objetos da visão que não exercem nenhuma ação sobre nós. Para devolver à percepção deste sinal todo o seu valor, é preciso recolocá-la dentro do conjunto de que faz parte: é dizer que a lembrança de uma página coberta de notas é apenas parte de uma lembrança maior ou de um conjunto de lembranças — ao mesmo tempo que vemos a partitura em pensamento, também entrevemos todo um ambiente social, os músicos, suas convenções, e a obrigação que a nós se impõe, para entrar em relação com eles, de nos curvarmos a ela.

Pensemos agora, uma vez ainda, nos músicos que tocam em uma orquestra. Todos têm os olhos fixos em suas partituras, seus pensamentos e seus gestos estão em harmonia porque estes são outras tantas cópias de um mesmo modelo. Suponhamos que todos tenham memória suficiente para conseguirem tocar sem olhar aquelas páginas cobertas de sinais ou apenas dar-lhes uma espiadela de vez em quando. As partituras estão lá, mas também poderiam não estar. Se não estivessem, nada seria mudado, pois seus pensamentos estão em harmonia, as partituras não têm outro papel senão o de simbolizar essa harmonia de pensamentos. Não poderíamos então dizer que não há motivo para explicar a conservação das lembranças musicais pelas partituras, como se a memória precisasse se apoiar em um objeto material que dure, pois justamente as partituras deixam de ter um papel a partir do momento em que a lembrança é adquirida? Quando dizíamos que os músicos e suas partituras formam um conjunto, e que precisamos examinar todo esse conjunto para explicar a conservação das lembranças, não nos colocávamos no momento em que a lembrança ainda não existe, mas no momento em que ela se forma, e o objeto material exterior, a partitura, não irá ela desaparecer a partir do momento em que a lembrança existe e em que ela menos depende de nós e só nós podemos evocá-la? A partir daí seria então necessário voltar à teoria puramente fisiológica da memória, ou seja, admitir que o cérebro é suficiente para explicar a recordação e o reconhecimento dessas lembranças.

No entanto, acreditamos que entre um músico que toca de cor e um músico que acompanha as notas numa pauta musical existe apenas uma diferença de grau. Observemos que antes de tocar de cor, o primeiro teve de ler e reler a sua parte. Se a última leitura é feita no momento da execução ou algumas horas antes, ou alguns dias, ou mesmo num intervalo ainda mais longo, o tempo que passa entre esse e aquele momento não muda a natureza da ação que o sistema de sinais exerce sobre quem o traduz. Não há sensação que não exija certo tempo para que tomemos consciência dela, porque jamais há um contato imediato entre a consciência e o objeto. É mais comum a sensação não estar formada e só passar a existir no momento em que seu objeto não estiver mais lá — pode-se então dizer que o objeto não é a causa da sensação? Já dissemos que há maneiras de distinguir a memória atuante, que é recordar ou reconhecer um objeto cuja influência deixamos de sofrer, e a ressonância, ou a ação retardada e contínua que um objeto ainda exerce sobre nosso espírito, embora um intervalo de tempo mais longo ou menos longo nos separe do momento em que o percebemos. O objeto talvez não esteja mais lá. Se a ação que ele exerce dura ainda, o sistema que a representação e o objeto formam nem por isso deixa de ser um circuito contínuo, fechado pelo objeto, tão distanciado no tempo quanto possa estar. Aqui, o objeto é um conjunto de sinais. A ação que ele exerce são os comandos que transmite ao sujeito. O músico já não lê a partitura, mas se comporta como se a lesse — e não é porque os sinais tenham passado da partitura para seu espírito como imagens visuais. É porque ele não as vê mais. Diremos que os movimentos que ele faz estão ligados, que em seu cérebro foi montado um mecanismo, embora cada um deles determine automaticamente o que vem em seguida? É claro. Mas justamente o que falta explicar é que esse mecanismo tenha sido montado. Ele deve ser associado à sua causa, que lhe é exterior, ou seja, ao sistema de sinais fixado pelo grupo no papel.

Aqui temos um quadro de cera no qual gravamos uma seqüência de letras e de palavras. Ele reproduz em baixo-relevo o que esses caracteres apresentavam em relevo. Deixemos agora de lado os caracteres. A impressão permanece e poderíamos até imaginar

que os traços deixados pelos caracteres estão ligados uns aos outros, cada palavra se explica pela que a precede. Sabemos muito bem que não é nada disso, a impressão em baixo-relevo se explica pela composição em relevo e a ação desta subsiste e não muda de natureza, ainda que os caracteres em relevo já não estejam sobre sua impressão. Da mesma forma, quando um homem se encontra no seio de um grupo e aprendeu a pronunciar determinadas palavras em determinada ordem, ele pode muito bem sair e se afastar do grupo. Enquanto ainda usa essa linguagem, pode-se dizer que a influência do grupo ainda está sendo exercida sobre ele. O contato entre ele e essa sociedade não está mais interrompido do que entre um quadro e as mãos ou o pensamento do pintor que o compôs outrora. Também não existe mais entre um músico e uma página de música que leu e releu muitas vezes, ainda que agora pareça dispensá-la. Na verdade, longe de dispensá-la, ele só consegue tocar porque a página de música está ali, invisível, mas bem mais atuante — assim como nunca nos obedecem tão bem senão quando não temos de repetir sempre as mesmas ordens.

Agora podemos dizer onde está o modelo que nos permite identificar as peças musicais de que nos lembramos. Insistimos nesse exemplo porque as lembranças musicais são infinitamente variadas e acreditamos estarem, como dizem os psicólogos, aqui, no terreno da qualidade pura. Cada tema, cada frase, cada parte de uma sonata ou sinfonia é única em seu gênero. Na ausência de qualquer sistema de notação, uma memória que desejasse reter tudo o que um músico deve tocar em uma série de concertos aparentemente teria de alinhar as impressões de cada instante, umas após as outras. Que complicação infinita seria preciso atribuir ao cérebro para que ele possa registrar e conservar separadamente tantas representações e tantas imagens?

Bergson nos diz que isto não é necessário. Basta que nos reportemos a um modelo esquemático, em que cada parte ouvida é substituída por uma série de sinais. Não somos mais obrigados a reter separadamente todos os sucessivos sons, cada um dos quais, como já dissemos, é único em seu gênero, mas um pequeno número de notas, tantas quantos símbolos musicais. Evidentemente, é preciso reter ainda os diversos modos de combinação desses sons, e há

muitos, todos diferentes, tantos quantas partes distintas existem. Mas essas combinações complexas se decompõem em combinações mais simples, as combinações simples certamente são mais numerosas do que as notas, embora muitas vezes se reproduzam num mesmo trecho ou de um trecho a outro. Um músico experiente, que tocou um grande número de peças diferentes, será como alguém que leu muito. As palavras são mais numerosas do que as letras e as combinações entre as palavras são mais numerosas do que as próprias palavras. O que é novo, a cada página, não são as palavras, nem os membros da frase — tudo isso reteríamos bem depressa. O que falta reter ou compreender agora, o que deve concentrar nossa atenção, é a combinação de motivos elementares, de grupos de notas ou de palavras já conhecidas. Assim a tarefa da memória é reduzida. Compreende-se assim que possamos aprender de cor trechos inteiros, um grande número de trechos e, ouvindo, reconhecer toda a seqüência de notas que eles revelam — basta que de alguma forma tenhamos presente no espírito um modelo que represente esquematicamente como termos conhecidos entram em um novo modo de combinação. Basta imaginar um conjunto de sinais.

De onde vêm esses sinais? Como surge esse modelo esquemático? Coloquemo-nos no ponto de vista de Bergson, que pensa em um indivíduo isolado. Essa pessoa escuta muitas vezes um mesmo trecho de música. A cada audição corresponde uma seqüência de impressões originais que não se confundem com nenhuma outra — mas a cada audição em seu sistema cérebro-espinal ocorre uma seqüência de reações motoras, sempre no mesmo sentido, que se reforçam de uma audição à outra. Essas reações terminam por esboçar um esquema motor. É este esquema que constitui o modelo fixo ao qual comparamos a seguir o trecho ouvido, e que nos permite reconhecer e até reproduzi-lo. Sobre esse aspecto, Bergson aceita a teoria fisiológica da memória, que explica esse gênero de recordação e de reconhecimento pelo cérebro individual, e somente por ele.

Certamente, as pessoas de bom ouvido não reagirão da mesma maneira à audição, repetindo um mesmo trecho tantas vezes quantas quisermos, conforme saibam ou não decifrar os caracteres

musicais. Entre uns e outros existe apenas uma diferença de grau. Um músico que decifrou um trecho antes de escutá-lo, o decompôs. Primeiro sua atenção foi levada aos elementos, representados pelas notas, e primeiro ele isolou umas das outras as reações motoras correspondendo a cada uma delas. A repetição mais freqüente dos mesmos movimentos lhe deu mais destaque. Em seguida, ele se adestrou em combinar esses movimentos, segundo as combinações de notas que escutava e que lia — porque delas tem uma idéia clara: ele sabe tudo o que elas contêm. O que há de estranho em que agora ele possa imaginar esse conjunto de movimentos com a ajuda de sinais? Uma pessoa que não prestou atenção nas reações elementares que nela determinam os sons isolados ou as combinações simples de sons, terá dificuldade bem maior em distinguir os movimentos que faz quando escuta um trecho de música. Esses movimentos serão mais confusos e menos precisos. Em geral, permanecerão mais no estado de esboços motores, e essencialmente não serão muito diferentes do que seriam num músico. Isto pode ser comprovado: pessoas que não aprenderam música conseguem se lembrar de alguns motivos, seja porque os escutaram muitas vezes ou, por alguma razão, os observaram mais atentamente do que aos motivos vizinhos.

Os sinais musicais, segundo Bergson, não desempenhariam um papel indispensável. Ao contrário, os sinais musicais só poderiam existir a partir do dia em que distinguíssemos as notas elementares — mas nos seriam dados conjuntos de sons fundidos uns aos outros, formando um todo contínuo. Portanto, seria preciso que o decompuséssemos primeiro, ou seja, que a cada som ou combinação elementar de sons o nosso sistema nervoso responda por uma reação distinta. Poderemos então imaginar esses movimentos separados por outros tantos sinais. Portanto, são os movimentos do cérebro que se transformariam em sinais e não os sinais que provocariam os movimentos do cérebro. É natural que possamos passar das notas aos movimentos, pois as notas são apenas a tradução desses movimentos — mas os movimentos viriam primeiro, como o texto antes da tradução.

Entretanto, há um fato que essa explicação não conta, talvez por não estar claro, se pressupusermos que o homem está isolado. O

fato é que esses sinais resultam de uma convenção entre muitos homens. A linguagem musical é uma linguagem como as outras: ela pressupõe um acordo entre os que a utilizam. Ora, para aprender qualquer linguagem é preciso submeter-se a um adrestamento difícil, que troque as nossas reações naturais e instintivas por uma série de mecanismos cujo modelo está completamente fora de nós, na sociedade.

No caso da linguagem musical, poderíamos acreditar que é diferente. Existe realmente uma ciência dos sons que se baseia em dados naturais, físicos e fisiológicos. Admitamos que o sistema cerebral e nervoso do homem seja um aparelho de ressonância, naturalmente capaz de registrar e reproduzir os sons. A linguagem musical se limitaria a fixar sob a forma de sinais os movimentos desses aparelhos colocados num ambiente sonoro. Portanto, a convenção que indicamos teria fundamento na natureza e existiria virtualmente inteira a partir do momento em que um único desses aparelhos fosse dado. No entanto, quando pensamos assim, esquecemos que os homens e até mesmo as crianças, antes de aprender a música já escutaram muitas árias, canções, melodias, e que seus ouvidos já contraíram muitos hábitos. Em outras palavras, esses aparelhos já funcionaram há muito tempo e, entre seus movimentos, não há mais do que uma simples diferença de grau, como se uns fossem mais sonoros do que os outros, ou como se as mesmas notas fossem mais distintas. Só que as notas são diferentes, ou antes, são combinadas de maneira diferente. A dificuldade consiste justamente em fazer com que elas se tornem ou voltem a ser aparelhos idênticos, cujas peças se movem da mesma maneira, e é preciso então partir de um modelo que não se confunda com nenhum deles.

Não existe somente a música dos músicos. Desde cedo a criança é embalada por canções de ninar. Mais tarde, ela repete os refrões que os pais cantarolam a seu lado. Existem canções de brincadeira, existem canções de trabalho. Nas ruas das grandes cidades as cantigas populares correm de boca em boca, outrora reproduzidas pelos realejos, hoje pelos gramofones. As cantilenas dos vendedores ambulantes, as canções que acompanham as danças enchem o ar de sons e acordes. Não é preciso ter aprendido música para guardar a memória de uma boa quantidade de cantigas e melodias. Alguém

seria mais músico por isso? Contudo, se houvesse alguma diferença de grau entre alguém que reconhece uma canção porque a escutou muitas vezes e o músico que a reconhece porque a leu há certo tempo ou a lê hoje numa pauta musical, poderíamos acreditar que basta ter a memória cheia de canções e cantigas para aprender a música muito facilmente e, à custa de um mínimo esforço complementar para ver se desdobrarem em notas escritas os sons repetidos ou escutados. Nada disso. Alguém que tenha escutado muitas cantigas terá de receber toda uma educação musical para poder decifrá-las. Essa pessoa não dedicará menos tempo e não fará esforço menor do que qualquer outra que só houvesse escutado e guardado um número muito pequeno de cantigas. Bem mais do que isso. Talvez aquela tenha mais dificuldade do que esta em assimilar a linguagem musical, porque seus hábitos vocais antigos ainda não desapareceram. Em outras palavras, há duas maneiras de aprender a reter os sons: uma popular e outra intelectual, e entre as duas não há nenhuma relação.

Como nos lembramos de uma canção quando não somos músicos? Examinemos o caso mais simples, o mais comum. Quando ouvimos uma canção com palavras, nela distinguimos tantas partes quantas palavras ou elementos da frase. É porque os sons parecem ligados às palavras, que são objetos descontínuos. As palavras têm aqui um papel atuante — mas muitas vezes conseguimos reproduzir uma melodia sem pensar nas palavras que a acompanham. A melodia não evoca as palavras. Em compensação, é difícil repetir as palavras de uma canção que conhecemos bem sem cantarolar interiormente. Aliás, no primeiro caso, quando reproduzimos uma melodia que uma vez cantamos com a letra, é provável que as palavras estejam ali, e que sua ação se exerça, embora não as pronunciemos: cada grupo de sons que correspondem a uma palavra forma um todo distinto e a melodia é escandida como uma frase, mas em si as palavras e as frases resultam de convenções sociais que fixam seu sentido e seu papel. O modelo segundo o qual decompomos está sempre fora de nós.

Por outro lado, também nos lembramos de melodias que não são cantigas ou de cantigas cujas letras jamais ouvimos. Desta vez, a melodia e a canção foram decompostas segundo divisões marcadas

pelo ritmo. Quando alguém bate com os dedos na mesa de modo a reproduzir o ritmo de uma canção conhecida, poderemos achar estranho que baste isso para dela nos lembrarmos. No fundo, é apenas recordar uma canção por meio da letra. As batidas separadas por intervalos mais ou menos longos, aproximados e precipitados, isolados ou redobrados, produzem sons idênticos. Entretanto, elas evocam uma seqüência de sons de altura e intensidade diferentes. Com as palavras acontece o mesmo: não se parecem em nada com a melodia que a acompanha. Deixaremos de nos surpreender se observarmos que, assim como as palavras, o ritmo não nos faz lembrar os sons, mas a maneira como decompusemos sua sucessão. Nas palavras em si, talvez seja o ritmo que desempenha o papel de protagonista. Quando cantarolamos de memória, muitas vezes não encontramos as palavras, porque recordamos o ritmo? Escandimos os versos, agrupamos as sílabas duas a duas e, quando queremos acelerar ou deixar mais lenta a canção, mudamos de ritmo.

Se afinal é o ritmo que desempenha aquele papel principal, toda a questão se resume em saber o que é o ritmo. Ele não existe na natureza? Não imaginamos que um homem isolado possa descobrir sozinho no espaço sonoro essas divisões rítmicas? Se algum fenômeno natural insinuasse o ritmo não haveria necessidade de recebê-lo dos outros homens. Os ruídos que nos chegam da natureza, e só dela, não se sucedem segundo uma medida ou uma cadência qualquer. O ritmo é um produto da vida em sociedade. Sozinho, o indivíduo não poderia inventá-lo. As cantigas de trabalho, por exemplo, vêm do retorno regular dos mesmos gestos, mas em um conjunto de trabalhadores: estes, aliás, não prestariam o serviço que deles esperamos, se os gestos em si estivessem ritmados sem eles. A cantiga oferece um modelo aos trabalhadores agrupados, o ritmo vem do canto em seus gestos. Portanto, ele pressupõe um acordo coletivo anterior. Nossas línguas são ritmadas. É o que nos permite distinguir as partes da frase e as palavras que, semisso, se fundiriam umas às outras e nos apresentariam apenas uma superfície contínua e confusa que não prenderia nossa atenção. Desde cedo estamos familiarizados com a medida — mas é a sociedade e não a natureza material que a ela nos acostuma.

É verdade que essa sociedade compreende principalmente pessoas que não sabem música. Entre as cantigas e melodias que elas escutam e repetem, e as sonatas ou sinfonias tocadas por boas orquestras existe, é claro, tanta diferença quanto entre o ritmo da música profana e a medida dos músicos. Suponhamos que uma pessoa sem educação musical assista à execução de uma obra difícil. Dela, não reterá nada ou se lembrará de melodias que parecem feitas para serem cantadas, que se aproximam mais do que essa pessoa conhece. É assim que destacamos de uma sinfonia ou drama lírico simplesmente uma melodia, uma ária de marcha, uma ária de dança, que realmente mereceriam ser destacadas e que muito naturalmente entrariam no contexto dos cantos que o público compreende, guarda e adota sem grande esforço.

Por que será que guardamos apenas esta seqüência de sons e não as outras? É porque imediatamente apreendemos seu ritmo. Não somente porque é simples, mas porque nosso ouvido nele encontra movimentos, uma velocidade, um balanceio que já conhece e que lhe é quase familiar. Uma obra às vezes prende as pessoas pelo que tem de mais banal e mais grosseiro, ou melhor, pelo que não era assim no momento em que o artista a compôs e assim se tornou porque o público dela se apoderou. No dia em que a *Cavalgada das valquírias* passou para o programa das músicas militares, ou em que *O despertar da primavera* foi cantado com as mesmas inflexões e no mesmo espírito de qualquer canção sentimental, não será culpa de Wagner que só às custas de um esforço os ouvintes cultos tenham conseguido enxergar essas partes do ponto de vista do conjunto e de substitui-las. O próprio Wagner lembrava que no tempo da ópera italiana as pessoas iam ao concerto principalmente para escutar alguns trechos brilhantes das árias, criados para valorizar os recursos vocais de um tenor ou de uma prima-dona. No resto do tempo, a música era uma espécie de floreado. As pessoas conversavam, não escutavam. Wagner, ao contrário, desejou que o canto aderisse ao conjunto de todo o desenvolvimento musical e que a voz humana fosse apenas um instrumento entre os outros. Ele não conseguiu impedir que o grande público guardasse de sua obra especialmente os fragmentos que parecem escritos para serem cantados.

No início de um concerto, quando reina o silêncio, desde os primeiros compassos é delimitado um espaço no qual nenhum ruído penetra, nem mesmo qualquer lembrança dos ruídos de fora. Músicos e ouvintes esquecem as canções e melodias que em geral flutuam pela memória dos homens. Para compreender a música que escutamos, não se trata mais de se remeter a esses modelos convencionais que, no sentido mais amplo, a sociedade sempre traz consigo e está sempre nos apresentando. A sociedade dos músicos desenrola diante de nós uma espécie de rita invisível em que estão marcadas divisões abstratas sem relação com os ritmos tradicionais e familiares. Examinemos esse ritmo especial que não é mais o da linguagem e dela não deriva.

O papel dessas divisões não poderia ser o de fazer voltar na memória do músico ou de quem escuta e conhece a música, a seqüência das notas. Como seria possível? Os compassos representam apenas intervalos idênticos de tempo. São quadros vazios. É preciso que a seqüência dos sons seja estabelecida e ela o é, seja na pauta em que estão inscritas as notas, seja na canção através da qual elas chegam ao público através dos músicos. Também é preciso que saibamos reproduzir esses sons ou que os escutemos seguindo o compasso. Para isto não basta acompanhar com os olhos a batuta do maestro, ou imprimir a alguma parte do corpo um movimento rítmico. É preciso que nos tenhamos exercitado previamente para fazer entrar num compasso as combinações de notas mais freqüentes ou decompor cada seqüência de notas e nela encontrar as divisões do compasso, conforme a executamos ou a escutamos. Nem uma nem a outra dessas operações é natural, porque esse ritmo e esse compasso não o são. O ritmo dos músicos realmente não tem nada em comum com os outros ritmos. Estes correspondem a atos que não são essencialmente musicais — como a marcha, a dança, e mesmo a palavra, cujo objeto principal é comunicar pensamentos e não reproduzir os sons. Ao contrário, o ritmo musical pressupõe um espaço apenas sonoro e uma sociedade de homens que só se interessa pelos sons.

Em um espaço puramente sonoro pessoas de ouvido muito afinado distinguiriam muitas nuances nos sons e, entre os variados sons, muitas relações que a nós escapam. Como uma das qualida-

des essenciais do som, do ponto de vista musical, e também a duração do intervalo que o separa de um outro, essas pessoas teriam sensibilidade em relação a diferenças de tempo que não percebemos. Suponhamos que seres assim dotados, que se interessem todos principalmente pelos sons, se juntem para compor, executar e escutar obras musicais. Para ser admitido nesse grupo, será preciso saber aplicar instrumentos de medida de extrema sensibilidade a todas as combinações de sons que possamos encontrar, seja em relação à altura, timbre, intensidade, seja pela velocidade em que se sucedem e sua duração. Nesse meio, o ritmo e a medida estarão sujeitos a regras muito mais rigorosas do que em todos os outros grupos sociais onde as sensações musicais permanecem estreitamente associadas às outras. Não se pode deixar de objetar a que essa diferença entre o ritmo popular e o ritmo dos músicos é apenas de grau, não de natureza, pois em ambos mede-se o tempo e os intervalos. No ponto em que o compasso passa ao primeiro plano, haverá outra diferença, além da diferença no grau de precisão que ele comporta e que lhe impomos? É por isso que os ritmos aos quais nos acomodamos, em matéria de palavra e de movimentos, não bastam para o músico. Ele não irá procurar o ritmo fora dos fenômenos sonoros, mas na matéria musical em si, ou seja, nos sons tais como só os músicos percebem. Certamente uma convenção fecunda e legítima, que só tende a abraçar mais de perto a natureza, pois as leis dos sons são tais como as formulam, têm um fundamento físico, mas convenção original, pois não se guia somente pelos dados naturais tais como são percebidos pelos homens que não fazem parte do grupo dos músicos.

Embora a música esteja trespassada por convenções, muitas vezes, é verdade, ela se inspira na natureza. O sussurro do vento nas folhas, o murmúrio das águas, o rugido do trovão, o barulho de um exército em marcha ou uma multidão rumorejante, os variados sotaques da voz humana, os cânticos populares e exóticos, todos os abalos sonoros produzidos pelas coisas e pelos homens passaram para as composições musicais. Contudo, a música transforma segundo suas leis o que toma de empréstimo assim aos meios naturais e humanos. Pode-se acreditar que, se a arte imita dessa maneira a

natureza, é para tomar parte de seus efeitos. Não é verdade que certas obras são construídas em cima de temas que em si não são musicais, como se desejássemos reforçar o interesse da música pela atração do drama? Os títulos de tais composições nos permitem supor que o autor quis despertar em seus ouvintes emoções de ordem poética, evocar imagens e espetáculos em sua imaginação. Entretanto, isso talvez resulte do fato de que a sociedade dos músicos às vezes não consegue se isolar da sociedade em geral, e nem sempre está ligada a ela. Alguns músicos são mais exclusivistas, e é neles que se deve buscar a sensação do que se poderia chamar de música pura.

Imaginemos a hipótese em que o músico não sai de seu círculo de músicos. O que acontece, quando ele introduz um motivo tomado da natureza ou da sociedade em uma sonata ou uma sinfonia? Em primeiro lugar, se esse motivo reteve o músico onde este o encontrou, é por suas qualidades propriamente. Enquanto um leigo é atingido pelo trecho de uma sonata porque poderia ser cantado, o músico fixará sua atenção num cântico, numa festa de aldeia, que poderia ser notado e entrar como tema em uma sonata ou em uma composição orquestrada. O leigo destaca a melodia da sonata. Inversamente, o músico destaca o cântico dos outros cânticos ou, no cântico, destaca a ária das palavras e até mesmo certas medidas da ária inteira. Assim destacada, despojada, desfalcada de uma parte de sua substância, a ária agora será transportada para a comunidade dos músicos e logo se apresentará sob um novo aspecto. Associada a outras seqüências de sons, quem sabe fundida em um conjunto, seu valor, o valor de suas partes será determinado por suas relações com esses elementos musicais que até aqui lhe eram estranhos. Se fizer o papel de tema, será desenvolvida segundo regras puramente musicais, ou seja, será extraído o que nela estava oculto, que só um músico saberia detectar. No papel de motivo, dará uma cor original a todas as partes da peça em que reaparece, e a cada vez esse motivo estará transformado, de maneira completamente diferente do que, por exemplo, se fosse o refrão de uma canção que assume um sentido diferente conforme as palavras do verso que acaba de ser cantado. Não é preciso que a alma musical assim extraída desse corpo guarde sua marca, o lembre e faça pensar nele.

Como a música assim isola os sons de todos os outros dados sensíveis, às vezes pensamos que ela nos liberta do mundo exterior. Os sons têm uma realidade material. São fenômenos físicos. Em todo caso, devemos nos ater às sensações auditivas, porque o músico não vai além. Se a música vem de fora, nada nos obriga a levá-la em consideração. Ela oferece isto de especial: enquanto as cores, as formas e as outras qualidades da matéria estão ligadas a objetos, os sons musicais só têm relação com outros sons. Como nada do que é dado na natureza parece com as obras dos músicos, espontaneamente imaginamos que elas escapam às leis do mundo exterior e são o que são em virtude do poder do espírito. O mundo a que a música nos transportaria seria então o mundo interior.

Examinemos isso um pouco mais de perto. Uma combinação ou uma seqüência de sons musicais não nos parece separada de qualquer objeto apenas por serem em si objetos. É verdade, esse objeto só existe para o grupo dos músicos. Mas o que nos garante a existência de um fato, de um ser, de uma qualidade, senão o acordo que se estabeleceu a seu respeito entre os membros de uma sociedade, ou seja, entre as pessoas que por ele se interessam? Não é um indivíduo que tira dele e somente dele um tema novo, uma combinação de sons que seu espírito criou do nada. Ele o descobre no mundo dos sons, que o grupo dos músicos é o único a explorar, é porque aceita suas convenções e até mesmo porque nelas se entranhou mais do que seus outros membros, que ele consegue alcançá-las. A linguagem musical não é um instrumento inventado depois, para fixar e comunicar aos músicos o que um deles imaginou espontaneamente. Ao contrário, foi essa linguagem que criou a música. Sem ela, não haveria uma comunidade musical, sequer haveria músicos, assim como sem leis não haveria cidade, não haveria cidadãos. Longe de nos isolar na contemplação de nossos estados internos, a música nos faz sair de nosso próprio interior. Ela nos leva a uma sociedade bem mais exclusiva, exigente e disciplinada do que todos os outros grupos que nos abrangem, o que é natural, porque são dados precisos, que não comportam nenhuma flutuação e devem ser reproduzidos ou apreendidos com a mais completa exatidão.

Schopenhauer, ao criticar a definição que Leibniz deu da música — *exercitium arithmeticae occullum nescientis se numerae animi*, literalmente: "uma operação de aritmética oculta feita por um espírito que ignora estar contando" — reconhece que é exata, mas acrescenta: não é senão a casca, a roupa, o exterior da arte dos sons[1]. Poderíamos também objetar, alegando que descrevemos exatamente a memória do músico em relação ao que é da técnica mas, por um lado, é preciso fazer a distinção entre a lembrança dos movimentos ou dos sinais, até mesmo entre a lembrança dos sons enquanto estes podem ser produzidos por esses movimentos ou representados por aqueles sinais e, por outro lado, a impressão determinada em nós pelos sons, quer os tenhamos produzido, quer os escutemos. Tudo o que dissemos se aplicaria somente ao primeiro desses aspectos, podemos admitir que em tudo o que essencialmente pressupõe o conhecimento e a prática das regras da música, nossa memória realmente depende da memória dos músicos — mas o sentimento musical e até os sentimentos que a música desperta em nós são outra coisa: ora, se não ocupam todo o lugar na lembrança de uma audição ou de uma execução, eles passam ao primeiro plano — de qualquer maneira, não podemos negligenciá-los, sob pena de reduzir o músico, quer tocando quer escutando, a uma atividade puramente automática.

Quando um músico toma seu lugar numa orquestra e encontra diante de si uma partitura que já decifrou muitas vezes, pode-se dizer que nada mudou e que as mesmas notas serão reproduzidas na mesma ordem e com a mesma velocidade: acrescentemos que sua execução será muito parecida, as gravações que registraram a primeira e a última execução não se distinguem facilmente. Será que se poderia dizer que aí temos o protótipo da lembrança musical? Contudo, ela abrange e somente abrange aquilo que na memória se refere a um mecanismo material, aquilo que pode ser fixado no papel ou na substância nervosa. Tudo isso se conserva como uma marca, uma impressão, ou um desenho, como tudo o que é material e inerte. Será que a memória não retém nada mais?

[1] Schopenhauer, Die Welt als Wille und Vorstellung, Leipzig, Reclam.

Quer decifremos, quer executemos, não basta compreendermos os sinais: um artista os interpreta à sua maneira, inspirando-se nas disposições afetivas do momento ou de sempre. O artista tem seu próprio temperamento, embora em suas impressões — mesmo as puramente musicais — assim como em sua execução, entre uma parte de originalidade e disso ele se dá conta: como não evocaria, por ocasião dessa obra ou daquele trecho, as disposições especiais em que a escutou ou tocou, a nuance que deveria distinguir suas sensações musicais das sensações de todos os outros? Será que não é se isolando dos músicos, esquecendo que faz parte de seu grupo e obedecendo as suas convenções, que ele voltará a encontrar a lembrança dos instantes em que, no mais íntimo de si mesmo, entrou em contato com um mundo que a música acabava de lhe tornar acessível?

Nada prova que a sensibilidade musical em suas nuances aparentemente mais pessoais nos isole dos outros e nos encerre em nós mesmos. Quando baseada em regras, a comunidade dos músicos abrange pessoas. É um grupo de artistas; interessa-se também, e talvez ainda mais, pelos dons musicais de seus membros do que pela técnica de sua arte. O grupo sabe que as regras não substituem a genialidade. Ao mesmo tempo em que as obras, ele se lembra dos que as enriqueceram com tonalidades e modalidades novas, e com isso espessaram a substância musical, quer por terem nelas a inspiração do autor, quer por terem penetrado mais em seu significado. Os músicos se observam uns aos outros, se comparam, se entendem a respeito de certas hierarquias, de admirações e de entusiasmos: existem os deuses da música, existem santos, existem sumos-sacerdotes.

Assim, a memória dos músicos está cheia de dados humanos, mas de todos os que estão relacionados aos dados musicais. Não imaginemos que, para se elevar ou se aprofundar, o sentimento musical deve se desfazer da técnica, se isolar de tudo o que acontece no grupo dos músicos. Quando observamos, reconhecemos, apreciamos e admiramos o temperamento ou o talento de um músico, é por que em sua sensibilidade e em sua execução encontramos um dos modelos sempre presentes no pensamento dos que se interessam pelos sons, e que melhor realiza, mais sensivelmente encarna as tendências do grupo. Ele foi alçado mais alto do que os outros

pelo dom musical, mas é como se fosse tomado por um demônio invisível, cujo espírito enche todos os músicos, mas que não se deixa pegar e só se deixa vencer por um número muito pequeno de outros músicos. Onde encontrá-lo, senão no centro do grupo? Agora todos podem vê-lo, o reconhecem e nele podem se reconhecer.

Beethoven, atingido pela surdez, produz suas mais belas obras. Basta dizer que, vivendo desde então em cima de suas lembranças musicais, ele se encerrou em um universo interior? Isolado ele só estava na aparência. Os símbolos da música para ele conservavam, em sua pureza, os sons e as combinações de sons. Ele não as inventou. Era a linguagem do grupo. Na verdade, ele estava mais empenhado do que nunca e do que todos os outros na comunidade dos músicos. Jamais estava só. E foi este mundo cheio de objetos, para ele mais real do que o mundo real, que ele explorou, foi nele que descobriu, para os que o habitavam, regiões novas, mas que nem por isso menos faziam parte de seu domínio e onde logo se instalaram em pleno direito.

Talvez tenhamos uma concepção um tanto limitada da música. Afinal, não é necessário ser iniciado nas regras dessa arte, ser capaz de decifrar e ler as notas para sentir prazer em um concerto. Perguntemos a um músico o que ele imagina, o que pensa quando ouve o desenrolar dos motivos sinfônicos. Talvez responda que não pensa em nada, que lhe basta escutar, que está sempre no presente, que qualquer esforço de pensamento o distrairia da única coisa que importa: a música. É o que também nos dirá um ouvinte que acompanha na partitura o trecho que escuta. Entretanto, há muitas outras pessoas que gostam de ouvir música porque lhes parece poder pensar mais livremente em qualquer assunto que as ocupe, sua imaginação se torna mais ativa, se distraem menos em sua meditação ou em seu devaneio. Stendhal dizia: "Para mim, a melhor música é a que posso ouvir pensando no que me deixa mais feliz". E mais: "...meu termômetro é o seguinte: quando uma música me lança em elevados pensamentos sobre o assunto que me ocupa, qualquer que seja ele, esta música é excelente para mim. Qualquer música que me faz pensar *na música* é medíocre para mim"[2]. Tristeza, alegria,

[2] Stendhal, Lettres à ses amis.

projetos, esperanças, qualquer que seja nossa disposição interior, parece que toda música, em certos momentos, pode entreter, aprofundar, aumentar sua intensidade. É como se a sucessão dos sons nos apresentasse uma espécie de matéria plástica sem um significado definido, mas pronto para receber o que espírito estiver disposto a lhe dar...

Como se explica esse desdobramento singular e que, enquanto nosso ouvido percebe os sons e o equilíbrio da medida, nosso espírito consiga prosseguir a uma meditação ou um devaneio interior que parece desligado da terra? Será porque a música, desviando nossa atenção de todos os objetos de fora, cria em nosso espírito uma espécie de vazio, embora todo o pensamento que se apresenta a nós encontre o campo livre? Será ainda porque se sucedem como corrente contínua que nada consegue deter, as impressões musicais nos oferecem o espetáculo de uma criação sempre renovada, embora nossos pensamentos sejam arrastados nessa corrente, embora tenhamos a ilusão de que também poderíamos criar e de que nada se opõe à nossa vontade e nossa fantasia? Este sentimento original de livre criação imaginativa mais se explicaria pelo contraste entre os meios em que normalmente a atividade de nosso espírito é exercida, e aquele em que agora nos encontramos.

O pensamento e a sensibilidade, dizíamos, em um músico que é somente músico, são obrigados a passar por caminhos às vezes estreitos e devem permanecer em uma zona definida. Os sons realmente obedecem a um conjunto de leis singularmente precisas. Não podemos compreender, sentir e ouvir a música enquanto músicos a não ser que nos sujeitemos a essas leis. Ao contrário, se vamos ao concerto para degustar esse prazer especial de pensar e imaginar livremente, bastará que nos curvemos às leis da música apenas o suficiente para não termos a sensação de havermos mudado de ambiente, ou seja, nos deixarmos embalar e levar pelo ritmo. Bom, pelo menos escapamos às convenções que pesavam sobre nós em outros grupos, que refreavam o pensamento e a imaginação. Fazemos parte ao mesmo tempo de dois grupos, mas entre ambos há tal contraste, que não sentimos a pressão de um nem do outro. É preciso ainda que possamos nos manter nessa posição de equilí-

brio, que nos preocupemos demais com a música, que façamos um esforço muitas vezes mal recompensado para compreendê-la, ou que, estando no concerto, não esqueçamos o suficiente dos aborrecimentos e preocupações que teríamos preferido deixar no grupo exterior ao grupo dos músicos, de onde chegamos — e perdemos essa sensação de liberdade. É a mesma música que ouvimos em algum outro momento, mas ela já não produz o mesmo efeito e, comparando a lembrança à impressão atual, dizemos: "Ah, era só isso..."!

Portanto, haveria duas maneiras de escutar a música: a atenção nos sons e suas combinações, nos aspectos e objetos propriamente musicais, ou o ritmo e a sucessão de notas são apenas um acompanhamento de nossos pensamentos, que elas arrastam em seu movimento.

Podemos descrever em termos gerais esta sensação de liberdade, de amplitude, de poder criador, estreitamente ligado ao movimento musical e ao ritmo sonoro. No entanto, ela surge apenas em ouvintes sensíveis à música em si. É claro, ao mesmo tempo que músicos, pelo menos em potencial, estes são pessoas, assim como os músicos que compõem e que executam. É natural que as emoções que lhes são comunicadas pelas seqüências e combinações de sons às vezes se traduzam em seu espírito em sensações e concepções humanas comuns aos artistas músicos, aos outros artistas e mesmo todos, sensíveis ou não a essa arte.

Devemos ler novamente o que Schumann escreveu sobre o assunto, "a difícil questão de saber até onde a música instrumental tem o direito de ir na representação de pensamentos e de acontecimentos"[3]. "Certamente nos enganamos, se acreditamos que os compositores tomam sua pena e seu papel com a modesta intenção de expressar isso ou aquilo, de descrever, de pintar. Não façamos pouco das influências do acaso e das impressões exteriores. Muitas vezes, ao lado da fantasia musical, inconscientemente age uma idéia, ao lado do ouvido, do olho, e este órgão, sempre em atividade, entre os tons e os sons mantém determinados contornos que se condensam e se desenvolvem em formas determinadas, à medida que a música

[3] Robert Schumann, Gesammelte Schriften über Musik und Musiker, Leipzig, Reclam, t.

se desdobra. Quanto mais os pensamentos ou as formas, evocados em nós ao mesmo tempo que os sons, contiverem elementos aparentados à música, mais a expressão da composição será poética ou plástica"... E ainda: "Por que Beethoven não se surpreenderia, no meio de suas fantasias, pela idéia da imortalidade? Por que a memória de um grande herói derrotado não lhe inspiraria uma obra? A Itália, os Alpes, a visão do mar, uma aurora de primavera, a música não teria realmente nada para nos dizer a respeito"[4]? E mais adiante: "No início, a música não podia expressar senão os estados mais simples da alegria e da dor (maior e menor). As pessoas de pouca instrução não conseguem imaginar que ela é capaz de traduzir paixões mais especiais e é isso que para elas torna tão penosa a compreensão de todos os mestres individuais" (Beethoven, Fr. Schubert).

Mas ele acrescenta: "É penetrando mais profundamente nos mistérios da harmonia que a música se tornou capaz de expressar as mais delicadas nuances do sentimento". Diremos do sentimento, assim, sem mais nada, ou de tal sentimento que só um músico pode sentir e expressar? Porque, repetimos, músicos também são pessoas: mas se eles podem passar do plano técnico para o plano humano, o essencial é que permaneçam no mundo musical. É o que Schumann também dá a entender: "Um músico instruído estudará uma Madona de Rafael com o mesmo proveito que um pintor estudará uma sinfonia de Mozart. E mais: para um escultor, todo ator se torna uma estátua imóvel, para um pintor todo poema é um quadro e o músico transmuta todo quadro em sons". Da mesma forma, diremos que as concepções e os sentimentos se transformam em música: como poderíamos evocá-los mais tarde, quer façamos parte do círculo dos músicos, quer nos lembremos de ter nele penetrado e permanecido, a não ser reconstituindo a nosso redor, pelo menos em pensamento, essa mesma comunidade, com sua técnica, suas convenções e também suas maneiras de julgar e de sentir?

Voltemos à observação que foi nosso ponto de partida. Ela dizia respeito ao papel dos sinais na memória, exatamente como a

[4] A esta concepção romântica se opõe mais claramente a de Edward Hanslick, Vom Musikalisch-Schönen, 1957, para quem a música só pode expressar ou traduzir a si mesma.

expusemos no exemplo da música. Para aprender a executar, a ler ou mesmo, quando apenas escutam, a reconhecer e distinguir os sons, seu valor e seus intervalos, os músicos têm de evocar uma série de lembranças. Onde estarão essas lembranças, e sob que forma se conservam? Dizíamos que, se examinássemos seus cérebros, ali encontraríamos uma série de mecanismos, mas eles não se formaram espontaneamente. Para que apareçam, não bastaria deixar o músico isolado diante dos fatos, deixar que sobre ele atuem os ruídos e os sons naturais. Na realidade, para explicar esses dispositivos cerebrais, é preciso relacioná-los a mecanismos correspondentes, simétricos ou complementares, que funcionam em outros cérebros, em outros homens. Mais do que isso ainda, essa correspondência só pôde ser realizada porque foi estabelecido um acordo entre esses homens, mas esse acordo pressupõe a criação convencional de um sistema de símbolos ou sinais materiais, cujo significado é muito definido.

Esses sinais representam outras tantas ordens dadas pelo grupo dos músicos a seus membros. Eles são muito numerosos, pois há uma enorme quantidade de combinações de sons, essas combinações formam conjuntos, cada parte dos quais tem um lugar bem determinado no tempo. Ora, depois de exercícios suficientes, os músicos conseguem lembrar muito bem as ordens elementares. Entretanto, a maioria deles não conseguiria fixar em sua memória as ordens complexas, as que se estendem por uma seqüência muito extensa de sons. Por isso, precisam ter sob os olhos folhas de papel em que todos os sinais e sua sucessão estão materialmente fixados. Toda uma parte de suas lembranças só se conserva assim, fora deles, no grupo dos que, como eles, se interessam exclusivamente pela música. Todavia, mesmo as lembranças que estão neles, lembranças das notas, dos sinais, das regras, se encontram em seu cérebro e em seu espírito somente porque eles fazem parte deste grupo, que lhes permitiu adquiri-las; elas não têm nenhuma razão de ser senão em relação ao grupo dos músicos, portanto, não se conservam neles senão porque dele fazem ou fizeram parte. Por isso podemos dizer que as lembranças dos músicos se conservam em uma memória coletiva que se estende, no espaço e no tempo, tão longe quanto sua comunidade.

No entanto, insistindo no papel dos sinais na memória musical, não esqueçamos que poderíamos fazer observações do mesmo gênero em muitos outros casos. Os livros impressos conservam a lembrança de palavras, frases, seqüências de frases, como as partituras fixam as de sons e seqüências de sons. Numa igreja, o padre e os fiéis, mesmo quando não cantam, lêem em voz alta ou baixa, segundo uma seqüência de versículos, frases e partes de frases que são como perguntas e respostas. Num teatro, os atores têm seus papéis como os músicos suas partes: tiveram de aprendê-las de cor, com o auxílio de notas impressas; se as palavras escritas não estiverem sob seus olhos, eles as leram recentemente, talvez durante as apresentações anteriores — aliás, o ponto do teatro está ali, é um representante do grupo dos atores que lê no lugar deles e pode acudir a qualquer momento as falhas de sua memória. Nos dois casos, por razões diferentes, o objetivo do grupo não seria atingido se as palavras não fossem repetidas literalmente, se as respostas não acompanhassem as perguntas, se as réplicas não interviessem no momento fixado.

No final das contas, a linguagem da Igreja e do teatro é mais convencional do que a linguagem comum, podemos dizer que está elevada à segunda potência. Não poderia ter sido inventada nem pelo homem isolado, nem pelo homem da sociedade em geral. Não falamos na rua ou na vida cotidiana como os atores em cena ou fiéis numa reunião de preces. Expressões emprestadas de diversos meios podem passar para a linguagem do drama ou da comédia — da mesma forma, no meio de textos tradicionais são introduzidas preces de outro caráter, preces por ocasião de um evento novo, preces locais, orações para uma pessoa, e nesse momento falamos por um momento a língua da nação, da província ou da família. Contudo, é preciso que tudo isso assuma uma forma literária ou edificante e tudo acontece como se, em vez de emprestar novos meios de expressão à sociedade em geral, o teatro e a Igreja simplesmente encontraram e retomaram aí algo de seu, que se houvesse extraviado. Por todas essas características, a sociedade dos atores, assim como a dos fiéis, é parecida com o grupo dos músicos; descreveríamos da mesma maneira a memória coletiva aqui e lá.

Esta semelhança talvez se relacione em parte com o que, mesmo não ouvindo no momento em que estamos, cânticos ou instrumentos nem na igreja nem no teatro, a música manteve e ainda mantém um grande lugar nesse tipo de assembléia. Na realidade, e apesar dessas analogias, por mais reais e importantes que sejam, há uma grande diferença entre o grupo dos músicos e todas as outras comunidades que também usam sinais e exigem que seus membros repitam literalmente as mesmas palavras. Quando assistimos a uma peça de teatro, por que pedimos aos atores que reproduzam exatamente o texto impresso? Porque é o texto do autor, adaptado a seu pensamento, ou melhor, aos personagens que ele quis pôr em cena, aos caracteres e emoções em que ele nos quis fazer entrar. As expressões, as palavras, os sons aqui não têm seu fim em si mesmos, são vias de acesso ao sentido, aos sentimentos e idéias expressados, ao meio histórico ou aos personagens esboçados, ou seja: ao que mais importa. É a isso que nosso pensamento se prende, é o que evocaremos quando nos lembrarmos de ter assistido a essa peça — mas então já não será necessário voltarmos a encontrar as mesmas palavras que ouvimos. Temos outros meios de conservar pela memória a lembrança do que sentimos naquele momento. Em outras palavras, a memória coletiva dessas grandes reuniões em que representamos peças de teatro certamente retém o texto das obras, mas retém principalmente o que essas palavras evocaram, que já não era da linguagem ou dos sons. O mesmo acontece com os fiéis que buscam lembrar menos as palavras de suas orações do que os sentimentos religiosos que vivenciaram: aqui também as palavras passam para o segundo plano e se tivermos de repeti-las exatamente, é porque pensamos que o espírito é inseparável das letras — mas, da mesma forma, o espírito é o que primeiro a memória coletiva do grupo religioso procura reter.

Os músicos, ao contrário, se detêm nos sons e não buscam nada além do som. Satisfeito por terem criado uma atmosfera musical, por terem nela desenrolado motivos musicais, se desinteressam de tudo o que eles possam sugerir, que não se expressaria em sua língua. Sempre será fácil e permitido a um poeta, a um filósofo, a um romancista e também a um apaixonado, a um ambicioso, em

uma sala em que obras musicais são executadas, esquecer um tanto a música e se isolar em suas meditações ou devaneios. A atitude de um músico é completamente diferente, quer esteja executando, quer escutando: nesse momento, ele está mergulhado no meio dos homens que se ocupam simplesmente em criar ou escutar combinações de sons, está por inteiro nessa sociedade. Os outros só se envolveram muito pouco nisso, apenas o bastante para se isolar um pouco em seu meio habitual, no grupo a que se prendem mais estreitamente e do qual na realidade não saíram. Então, para garantir a conservação e a lembrança das obras musicais, não se pode recorrer a imagens e idéias, como acontece no teatro, ou seja, ao significado, pois essa ou aquela seqüência de sons não tem nenhum outro significado senão ela mesma. Devemos então lembrar dela exatamente como é, por inteiro.

Pra falar a verdade, a música é a única arte a que se impõe esta condição, porque ela se desenvolve toda no tempo, não se prende a nada que tenha permanência e, para retomá-la, é preciso recriá-la sempre. Como não existe nenhum exemplo em que possamos perceber mais claramente, não é possível guardar muitas lembranças com todas as suas nuances e em seus detalhes mais precisos, a não ser que utilizemos todos os recursos da memória coletiva.